

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luciano Marcelino da Rocha

**Territórios de organização política e lutas sociais:
MTST e o povo sem medo do capão (2016-2019)**

Mestrado em História Social

São Paulo

2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Luciano Marcelino da Rocha

Territórios de organização política e lutas sociais:
MTST e o povo sem medo do capão (2016-2019)

Mestrado em História Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Antonio Dias.

São Paulo

2022

Banca examinadora

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código do Financiamento 001.

This Study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Número de Processo: 88887.369285/2019-00

O presente trabalho foi realizado com o apoio da FUNDASP (Fundação São Paulo – Brasil (CAPES).

This study was financed in part by the FUNDASP (São Paulo Foudantion) – Brazil (CAPES).

Número de Processo: 88887.369285/2019-00

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não teria sido concretizada sem a ajuda de algumas pessoas que, desde o início da minha trajetória acadêmica, contribuíram de alguma forma para a sua realização.

Agradeço, em primeiro lugar, a minha mãe Maria Marcelino da Rocha, cuja generosidade, garra e persistência de lutar por dias melhores forjaram meus ideais de vida. Agradeço às minhas irmãs Luciana e Patrícia, pelas conduções pagas para me locomover até à PUC e por arcarem com as despesas da casa nos momentos em que eu não pude contribuir. Sou grato à Priscila Dias Carlos, por um dia ter me dito que o meu lugar era dentro da sala de aula (como estudante e como professor). Também sou grato à Evelyn Santos, por me incentivar nos momentos mais difíceis e por tantos outros motivos que não cabem nesses agradecimentos. Desde o início dessa trajetória, eu tive o apoio de mulheres que foram fundamentais na minha vida. Agradeço ao universo por colocá-las no meu caminho.

Costumo dizer que a minha entrada no curso de História da PUC-SP, em 2015, se equívaleu a uma última oportunidade da minha geração para acessar um projeto de país que tentaram construir num passado recente. Ao pedir demissão de um subemprego e não devolver a multa do FGTS para pagar a primeira mensalidade do curso e pleitear uma bolsa de estudos, encontrei nessa Instituição uma educação crítica que me forneceu as ferramentas necessárias para transformar a minha vida. Com todas as divergências e contradições, hoje eu entendo o real sentido da expressão “filho da PUC”. Por isso, sou imensamente grato a todos os professores e professoras desta Universidade que contribuíram com a minha formação.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Luiz Antonio Dias, que me acompanha desde o início da graduação, com suas aulas, orientações e contribuições, além de todo o apoio ao longo do mestrado. Agradeço por acolher o meu projeto de pesquisa. Sua sensibilidade, pensamento crítico e saber orgânico para entender a realidade periférica foram fundamentais no desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à Professora Dra. Vera Lucia Vieira (PUC-SP) e ao Professor Dr. Rafael Lopes de Sousa (UNISA). Suas leituras, sugestões e apontamentos no exame de qualificação foram de suma importância para o aprimoramento deste estudo e para direção que ele tomou. Este agradecimento também se estende à Professora Dra. Débora Cristina Goulart (UNIFIESP), por sua leitura do projeto, comentários, observações e sugestões de bibliografias, que me ajudaram a entender os repertórios de ação do MTST e as estratégias territoriais de suas ocupações urbanas.

Às turmas de História Licenciatura e Bacharelado de 2015 e seus agregados dos anos anteriores, aquele salve! Obrigado por essa experiência cheia de descobertas, aprendizados, crescimento, amadurecimento, desafios e, acima de tudo, de muita pulsão de vida pela prática de ensino e pesquisa. Aos colegas do curso de Pós-Graduação em História e seus professores, idem! Obrigado pelas importantes trocas intelectuais que contribuíram com a minha formação. Aos colegas do projeto Resenha Histórica, obrigado pela consideração e pelo apoio.

Um agradecimento especial às amigades que transcenderam a vida acadêmica: Gabriel Simão, Raul Carlos, Bruno “Tattaglia” e Mayara Sobral. Obrigado pelo abstract, pelas correções textuais e pelas ideias trocadas durante os momentos mais difíceis da quarentena para lidar com a pandemia e o pandemônio.

Considero este trabalho um aprendizado construído não apenas dentro da Universidade, mas acompanhando de perto a luta dos trabalhadores sem-teto e atuando como professor na rede estadual. Por isso, não posso deixar de mencionar a importância que seus interlocutores tiveram nessa construção.

Agradeço à ocupação Povo Sem Medo do Capão e a todos os trabalhadores (as) sem-teto que lutam pelo reconhecimento da condição humana de ter um lar para morar. Agradeço aos militantes do MTST pelas experiências e aprendizados compartilhados e, em especial, à Creuza, Maria, Michel, Nildo, Moisés, Edson e Fábio.

Também agradeço à E.E. Presidente Café Filho, aos seus Professores, Direção, Secretaria, Coordenação, aos funcionários da limpeza e cozinha e,

sobretudo, aos seus estudantes. Um agradecimento especial à Simone Lima, Vitória Esteves, Fabiana Britto, Marizete, Ivone, Anair, Martha Rebeca, Daniele Paro, Margo, Rose, Ana Ritir, Bruno Pimentel, Fabiano Lemos, Rubens, Michel, Sandra Urbano, Silvana, Gil Cássia, Jaci e a nossa querida Marisa que nos deixou recentemente.

Por último, e não menos importante, gostaria de deixar registrado o meu agradecimento à CAPES e a Fundação São Paulo (FUNDASP), pela bolsa de estudos concedida, sem a qual esta pesquisa não teria sido realizada.

RESUMO

Esta pesquisa investiga a luta pela moradia na região do Capão Redondo tomando-a como uma história do tempo presente. Nosso objeto de estudo consiste nas ações territoriais da ocupação urbana do Povo Sem Medo do Capão, cuja base social responde às estratégias de luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em rede de atuação com a Frente Povo Sem Medo. Localizada no bairro Conj. Hab. Jardim São Bento, a ocupação surge como uma estratégia de mobilização do MTST para lidar com o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, através de uma coalização do campo progressista, que buscou responder aos avanços do conservadorismo após o golpe de 2016. A análise parte de uma perspectiva da História Social, em diálogo com as bibliografias que abordam o tema. Com este enfoque, buscamos entender como seus atores e atrizes sociais reinventam a política nas suas relações com os espaços institucionais, construindo lutas sociais dentro de seus territórios e fora deles. A metodologia de trabalho dialoga com uma concepção teórica que pensa o papel da cultura nos movimentos sociais, como meio de produzir novos significados na ação coletiva (THOMPSON, 1987). As fontes da pesquisa são as atas de reunião da ocupação que registraram suas ações no ano de 2017 e dois documentários de curta metragem produzidos no ano de 2016, que retrataram o cotidiano da ocupação e as memórias de luta pela moradia no bairro. Para compor o nosso corpus documental, além do estudo de campo com “pesquisa participativa”, analisamos algumas fontes secundárias que nos ajudaram a mapear as ações da ocupação até o recorte temporal proposto para este estudo.

Palavras-chaves: Capão Redondo, MTST, Povo Sem Medo, Sem-teto, territórios periféricos, conflitos urbanos e moradia.

ABSTRACT

This research investigates the struggle for housing in the region of Capão Redondo taking it is a history of the struggle strategies of the Homeless Workers Movement (MTST), in a network of action with de Povo Sem Medo Front. Located in the Conj. Hab. Jardim São Bento. The occupation emerged as a strategy to mobilize the MTST to deal with the dismantling of social and labor rights through a coalition of the progressive camp, which sought to respond to the advances of conservatism after the 2016 coup. The analysis starts from a perspective of Social History in dialogue with the bibliographies that address the theme. With this focus, which we seek to understand, how its social actors and actresses reinvent politics in their relations with institutional spaces, building social struggles within their territories and beyond them. The work methodology dialogues with a theoretical conception that considers the role of culture in social movements, as a means of producing new meanings in collective action ments (THOMPSON, 1987). The sources of the survey are the minutes of the occupation meeting that registered its actions in the year 2017; and two short film documentaries produced in 2016, which portrayed the daily life of the occupation and the memories of the struggle for housing in the neighborhood. To compose our documental corpus, in addition to the field study with “participatory research”, we analyzed some secondary sources that helped us to map the occupation actions up to the time frame proposed for this study.

Keywords: Round Camp, MTST, Fearless People, homeless, peripheral territories, urban conflicts and home.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ocupação Povo Sem Medo do Capão, 2016.....	97
Figura 2 - Bandeira do MTST Na ocupação PSM do Capão, 2016.....	100
Figura 3 - Imagem dos barracos da ocupação PSM do Capão, 2016.....	101
Figura 4 - Imagem aérea feita por um drone dos barracos da ocupação PSM do Capão, 2016.....	101
Figura 5 - Imagem do depoimento de tia Maria, coordenadora da ocupação PSM do Capão, 2016.....	102
Figura 6 - Imagem do depoimento da acampada Solange, Ocupação PSM do Capão, 2016.....	104
Figura 7 - Imagem do depoimento do acampado Jonatham, Ocupação PSM do Capão, 2016.....	105
Figura 8 - Acampado da ocupação Povo Sem Medo do Capão, 2016.....	114
Figura 9 - Acampados da ocupação Povo Sem Medo do Capão, 2016	115
Figura 10 - Imagem do coordenador Michel durante assembleia na ocupação PSM do Capão, 2016	135
Figura 11 – Imagem do Portal G1. Ocupação Povo Sem Medo do Capão, Globo Notícias, 2017.	147
Figura 12 - Cartaz de divulgação dos coletivos do MTST	179
Figura 13 - Morador da Cohab Adventista, Memória do Bairro – Bairros do Capão Redondo, 2016.....	183
Figura 14 - Moradora da Cohab Adventista, Memória do Bairro – Bairros do Capão Redondo, 2016	184
Figura 15 - Morador da Cohab Adventista, Memória do Bairro – Bairros do Capão Redondo, 2016.....	188
Figura 16 - Moradores da Cohab Adventista, Memória do Bairro – Bairros do Capão Redondo, 2016.	192

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Ocupações de terras urbanas realizadas pelo MTST na Região Metropolitana de São Paulo e Zoneamento urbano no município de São Paulo.	84
Mapa 2 - Localização do terreno da ocupação PSM do Capão por georreferenciamento. IDESP visualizador.....	112
Mapa 3 - Localização do entorno do terreno da ocupação PSM do Capão por georreferenciamento. IDESP visualizador	113

TABELA

Tabela 1 - Ocupações urbanas organizadas pelo MTST no estado do São Paulo (1997-2018).....	66
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH: Banco Nacional de Habitação
CDHU: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEB: Comunidades Eclesiais de Base
CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEF: Caixa Econômica Federal
CENEDIC: Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania
CUT: Central Única dos Trabalhadores
CMP: Central dos Movimentos Populares
EO: Entidade Organizadora
FAU/USP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FBP: Frente Brasil Popular
FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FLM: Frente de Luta por Moradia
FNRU: Fórum Nacional de Reforma Urbana
FPSM: Frente Povo Sem Medo
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PMCMV: Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-E: Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
PPP: Parceria Público-Privada
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
PT: Partido dos Trabalhadores
RMC: Região Metropolitana de Campinas
RMSP: Região Metropolitana de São Paulo
SAB: Sociedade Amigos do Bairro
SFH: Sistema Financeiro de Habitação
ULC: Unificação das Lutas de Cortiço
UMMSP: União dos Movimentos de Moradia de São Paulo
USP: Universidade de São Paulo
ZEIS: Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – A CIDADE DE SÃO PAULO APÓS A DITADURA: SUAS METAMORFOSES POLÍTICAS E SOCIAIS	29
1.1. Cidadania e direitos na Nova República	30
1.2. Os sem-teto sob o paradigma de uma nova institucionalidade	50
1.3. Trabalho e moradia: a cidade em disputa	68
CAPÍTULO II – UMA HISTÓRIA DOS MUTILADOS SOCIAIS: VISIBILIDADE E CIDADANIA NAS MARGENS DO NEOLIBERALISMO.....	87
2.1. Ocupar, resistir e morar: a luta pelo território	88
2.2. Mapeando o ambiente periférico construído	108
2.3. A centralidade do trabalho no cotidiano dos sem-teto	130
CAPÍTULO III – REPERTÓRIOS DE AÇÃO E MATRIZES DISCURSIVAS: O DESARME DA LUTA OU A TRANSFORMAÇÃO DO INSTITUÍDO?	151
3.1. A ação conservadora e a reação progressista	152
3.2. A onipresença	165
3.3 Detalhes, meandros e porquês	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	204
FONTES – Documentos.....	213
ANEXO A – Tabelas: Ações promovidas pelo MTST junto com a FPSM	214
ANEXO B – Divulgação das atividades dos coletivos do MTST	216

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga a questão da moradia na região do Capão Redondo durante a conjuntura que se desdobrou no país nos anos de 2016 a 2019. Nosso objeto de estudo se consiste na investigação do cotidiano de atores e atrizes sociais que colocaram em prática as ações territoriais da ocupação urbana Povo Sem Medo do Capão, como parte dos repertórios de luta e estratégia política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Tendo suas atividades iniciadas logo após o golpe parlamentar, jurídico e midiático que depôs Dilma Rousseff da presidência da República, em 2016, a ocupação Povo Sem Medo do Capão está localizada no bairro Conj. Hab. Jardim São Bento e se destaca junto com as outras ocupações que surgem durante essa conjuntura política, pois entra no cenário urbano da luta de classes um ano depois de lançada a Frente Povo Sem Medo (FPSM). Essa coalização com diversos grupos do campo progressista serviu para reorganizar a luta dos trabalhadores sem-teto contra as pautas conservadoras da burguesia brasileira, apoiadas pelos seus grupos reacionários.

No recorte temporal investigado, o MTST e a Frente Povo Sem Medo promoveram diversos trabalhos de base junto às ocupações que surgiram durante essa conjuntura. Suas ações territoriais nas periferias urbanas da cidade de São Paulo e nos seus espaços em disputa buscaram combater as políticas de privatização da gestão municipal de João Doria (2017-2018). Além da problemática apresentada, a ocupação Povo Sem Medo do Capão encontra-se próxima ao bairro Cohab Adventista, cujo histórico remete à experiência popular das práticas de mutirão, direcionadas pela gestão municipal de Luiza Erundina (1989-1993). O entorno do terreno, onde hoje se encontra a ocupação, já foi palco de outros conflitos pela moradia, que remete ao final da década de 1980, marcado pelo surgimento dos novos movimentos sociais.

Somam-se a esses elementos os dados que indicam a expansão territorial do MTST nas periferias urbanas da cidade de São Paulo pelas disputas do novo Plano Diretor, lançado em 2013. Com a mudança das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) sendo direcionadas à especulação imobiliária, houve o aumento do custo de vida em São Paulo, que eclodiu nas “jornadas de junho de 2013” e em novas ocupações do MTST, que começaram a surgir nos bairros de

Paraisópolis, Grajaú, Parque Ypê, Jardim Ingá, Campo Limpo, Parque do Gato, Jardim Ângela, Jardim Pantanal e Sacomã (MARICATO, 2015; BOULOS, 2015; SILVA, 2018; FALCHETTI, 2019).

Essas informações colocam a região da zona sul como um ponto estratégico das ações territoriais do MTST na cidade de São Paulo, dadas as especificidades de seu território. Tendo em vista que os bairros que compõem as suas periferias urbanas carregam as experiências das lutas cotidianas que geriram os novos movimentos sociais (TELLES, 1984; CALDEIRA, 1984; SADER, 1988; PAOLI, 1991; GHON, 2008) e as ações dos movimentos culturais que surgem após a ditadura, para lidar com o aumento da violência provocado pela ascensão do neoliberalismo (SOUSA, 2009; D' ANDREA, 2013), o objetivo deste estudo é entender como a ocupação Povo Sem Medo do Capão recupera um histórico de lutas sociais dentro do bairro aonde ela se localiza e como este histórico estabelece uma relação com a construção do repertório de ação do MTST.

Ao investigarmos essa problemática, procuramos analisar os pontos que relacionam a luta pelo direito à moradia com o mundo do trabalho, para tentarmos responder como essas questões transcorrem o cotidiano de seus sujeitos e impactam em suas redes de atuação. Nossa abordagem procurou investigar como os seus atores e atrizes sociais reinventam a política nas suas relações com os espaços institucionais, construindo lutas sociais dentro do seu território e fora dele. Para analisarmos essas permanências históricas, procuramos entender a trajetória de vida dos trabalhadores sem-teto, buscando reconstituir as redes de militância do MTST, que constroem o seu repertório de ação e inserem os trabalhadores sem-teto na ação coletiva.

A compreensão da atual conjuntura social e política do país tem sido fundamental para as reflexões sobre os movimentos de ocupação urbana. Os movimentos de sem-teto da cidade de São Paulo surgem no início da década 1990. Na esteira desse fenômeno surge, em 1997, o MTST, através dos desdobramentos da Marcha Nacional por Reforma Agrária Emprego e Justiça (MIAGUSKO, 2008). Seus estudos partiram de abordagens etnográficas alinhadas a critérios quantitativos de caráter empírico exploratório. Por essa mesma linha, encontram-se as pesquisas concentradas na área da ciência

política, que procuraram entender a reconfiguração da classe trabalhadora no cenário urbano do neoliberalismo. Os estudos sobre o MTST estão concentrados nas áreas do direito, saúde, urbanismo, serviço social, educação, geografia e, em sua maior parte, da sociologia.

Optamos por mapear os estudos que estão organizados de acordo com a periodização que foi proposta para esta pesquisa. O diálogo com os autores para mediar a nossa investigação se ateve às suas abordagens, métodos e recortes de tempo e espaço. É importante ressaltar que a definição de “sem-teto¹” não se restringe a uma nomeação exclusiva do MTST. Ela surge em um período em que é indicado o aumento de ocupações em prédios da região central da cidade de São Paulo, por outros movimentos de moradia, oriundos daquelas localidades. Sem se ater a esses movimentos, procuramos analisar apenas o MTST, investigando seus repertórios de ação e estratégias políticas na luta pela moradia dentro das periferias urbanas, dadas as suas especificidades.

Ao mapearmos esses estudos, constatamos que as pesquisas sobre os movimentos de sem-teto que surgem a partir da primeira década dos anos 2000 estiveram voltadas não apenas para a atuação do MTST, mas também para o entendimento desse fenômeno, que indicou um elevado e ocioso estoque imobiliário na região central, devido às dificuldades no avanço dos debates sobre as políticas habitacionais para as populações de baixa renda. Nesse sentido, a década de 1990 ficou marcada pelo surgimento dos movimentos de sem-teto, enquanto uma nova denominação criada sob a experiência do neoliberalismo recolocou o sentido da luta pela moradia na cidade de São Paulo (LIMA, 2004; MIAGUSKO, 2008; NEUHOLD, 2009; HIRATA, 2010; OLIVEIRA, 2010).

Essas pesquisas também apontaram que a expansão territorial do MTST pelos municípios da Grande São Paulo ocorreu junto com os coletivos culturais das periferias urbanas, cuja práxis foi construída sob a experiência do neoliberalismo. Essa estratégia territorial moldou o repertório de ação do MTST, que passou a adquirir feições próprias em relação ao MST, durante o

¹A definição de sem-teto também é pautada na discussão do não cumprimento do Direito à Moradia Adequada, estabelecido pela Organização das Nações Unidas – ONU. Ver Rolnik (2019) em Guerra dos Lugares.

desenvolvimento da sua resistência (MIAGUSKO, 2008; SCHERER-WARREN, 2009; GOULART, 2011; SILVA, 2018; FALCHETTI, 2019).

As ocupações urbanas do MTST tornaram-se um instrumento central de luta política nas cidades. De acordo com Débora Cristina Goulart (2011), elas funcionam como um recurso de ação com potencialidades na formação de identidades coletivas, nas relações subjetivas desenroladas em meio às dificuldades materiais, na formação de militantes anticapitalistas e no embate com o Estado e seus governos. Sua análise indica que há um repertório de ação dos movimentos sociais do período da ditadura, que foi ressignificado pelo MTST durante o final da década de 1990, em meio à implementação das políticas neoliberais no país (GOULART, 2011). Ao longo da nossa investigação, procuramos entender como essa experiência ocorreu na região onde se localiza a ocupação pesquisada, investigando o processo de construção das identidades coletivas desses sujeitos, a partir de suas próprias ações, que resgatam uma tradição de organização política e de lutas sociais na região.

No entanto, para investigarmos este histórico, que remete ao período da ditadura, foi necessário entendermos o funcionamento das cidades sob a lógica do capitalismo. Conforme já aprofundado por David Harvey (1984), a cidade é o lugar da reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, dos conflitos em torno do ambiente construído. Como também nos aponta Erminia Maricato (2015), as especificidades nos processos de urbanização das cidades acompanham as diferentes fases do capitalismo – colonial-industrial ou global financeiro – nos países centrais e periféricos. Ao adentrarmos nessa discussão, conseguimos entender as origens da problemática, que constitui o nosso objeto de pesquisa, e as questões que abrangem o nosso recorte de tempo e espaço.

A década de 1970 na cidade de São Paulo é o período em que surgem os primeiros bairros em periferias urbanas. Esse processo teve início com o avanço da industrialização no país, que criou o fenômeno do inchaço das metrópoles e de sua periferização (KOWARICK, 1975). É nesse contexto que também surgem as primeiras formulações para uma teoria da urbanização na periferia do capitalismo, influenciadas pela sociologia francesa de cunho estruturalista, vindas das análises do sociólogo Manuel Castells (1972). De acordo com Arantes (2009), que mapeou a difusão desses estudos, essas formulações

partiram de um modelo dualista de interpretação do crescimento da cidade, apoiado por um instrumental analítico restrito aos conceitos da crítica da economia política e adaptado para o cenário urbano.

Na formulação de Castells (1972), a cidade foi pensada enquanto espaço de “consumo coletivo” do uso da vida cotidiana. Segundo o autor, diferentemente do consumo individual de mercadorias, o consumo coletivo se realiza econômica e socialmente não por meio do mercado, mas através do Estado e de suas políticas públicas. O consumo coletivo, não podendo ser suprido exclusivamente pelo mercado, exige uma intervenção estrutural do Estado. Este se encarrega da produção dos meios essenciais de reprodução da força de trabalho: saúde, educação, habitação, equipamentos coletivos etc. Esse processo se converte em um planejador geral das relações de consumo na cidade, que sintetiza o conceito de “política urbana” (CASTELLS, 1972).

No Brasil, os estudos que partiram dessa formulação ou a adaptaram para as suas especificidades locais foram produzidos e agrupados pelo CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e pela FAU-USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo). Essas pesquisas procuraram avaliar como o “subdesenvolvimento gerava uma condição peculiar de reprodução da força de trabalho, em oposição àquela que ocorria nos Estados de bem-estar social” (ARANTES, 2009 p.104).

Seguindo o mapeamento de Arantes (2009), temos a análise de Francisco de Oliveira (1972) com o ensaio *Crítica à Razão Dualista*, que abordou o custo da reprodução da força de trabalho na cidade e o urbano na periferia do capitalismo, estruturados por uma “economia de subsistência.” Segundo Oliveira (1972), o Estado enquanto responsável por prover o “salário indireto”, nos termos de Castells, impossibilita o ganho de salários reais para as populações urbanas empobrecidas. Essa formulação explicita o conceito de “autoconstrução”, através da produção de casas em mutirão pelos próprios trabalhadores, como principal exemplo de serviço urbano baseado em uma economia de subsistência (OLIVEIRA, 1972).

Na investigação demográfica sobre as populações migrantes da cidade de São Paulo e as características da economia urbana daquele período, Paul Singer (1973) apresentou a urbanização como resultado de um amplo processo

de mobilização do exército industrial de reserva para a expansão do capital no seu setor monopolista, criando as condições de acumulação que se processaram mediante a exploração extensiva dos trabalhadores pouco qualificados dos setores da construção civil, do comércio, de serviços e de algumas indústrias (SINGER, 1973).

Subsequente a esses estudos, a pesquisa encomendada pelo bispo D. Paulo Evaristo Arns, através da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, foi apresentada no livro *São Paulo 1975: Crescimento e pobreza*, como forma de oposição ao regime ditatorial por uma perspectiva antiestatal a favor da emergência da “sociedade civil”. Seu ponto de partida foi o paradoxo entre o crescimento econômico acelerado e o aumento das situações de pobreza na maior cidade do país – explicado como um fenômeno que não se trata de uma anomalia, mas algo inerente à dinâmica do capitalismo periférico (ARANTES, 2009).

Essas investigações demonstraram que os problemas do subdesenvolvimento não desaparecem automaticamente com o avanço econômico. Por isso, crescimento e pobreza devem ser entendidos como fenômenos desiguais e combinados, ao contrário do que deduz a teoria da “marginalidade”. Com o avanço desses estudos, a descrição da pobreza urbana passou a ser entendida como o resultado do processo de acumulação, decorrente da distribuição desigual das riquezas socialmente produzidas entre as classes, tornando-se a síntese da imensa desigualdade social em São Paulo nos anos 1970 (KOWARICK; BRANT; CAMARGO; CARDOSO; MOISÉS; TAVARES; SINGER; MAZZUCHELLI, 1975).

Ao explicar a lógica de funcionamento da cidade de São Paulo a partir das especificidades do capitalismo periférico, essas investigações deram centralidade à questão da moradia, na medida em que a cidade passa a ser descrita como “lócus” de reprodução da força de trabalho. Esses estudos ajudaram a periodizar a provisão habitacional em São Paulo em duas fases: a inicial, no contexto das vilas operárias, com o fornecimento da moradia pelas empresas, reduzindo as despesas arcadas diretamente pelos trabalhadores, mas debitando-as no seu salário. E a fase posterior, na qual a aceleração do fluxo migratório e a formação de um excedente de mão-de-obra tornam

desnecessária a fixação do trabalhador à empresa, que passa a transferir a responsabilidade de provisão da moradia e dos serviços urbanos para o próprio trabalhador e para o Estado (KOWARICK, 1975).

É por esta lógica de crescimento econômico, com intensificação da pobreza, que a cidade de São Paulo deu origem às suas periferias urbanas, apontadas como lugares carentes de infraestrutura, criada a partir do espraiamento horizontal da cidade e composta, em sua maioria, por aglomerados clandestinos, de onde reside à mão de obra necessária para o crescimento da produção. Sua organização espacial também foi explicada pelo “paradoxo da mobilidade”, cujo aumento do gasto com transporte nos anos 1970, descontado do salário, é resultado de uma urbanização baseada na casa própria (em vez do aluguel), que tende a fixar o trabalhador no bairro, no mesmo momento em que ocorre a intensificação da mobilidade do emprego. Isso criou jornadas prolongadas de trabalho, organizadas por um modelo de urbanização com moradias “desordenadas”, que promoveram a “dilapidação da força de trabalho” em São Paulo, dada a vasta reserva de mão de obra e a ausência de uma sólida organização sindical (KOWARICK, 1975).

A formação das periferias urbanas – e seus esforços teóricos para explicá-la – encontra a investigação de Lúcio Kowarick (1976), onde a formulação do conceito de “espoliação urbana” surge como um fenômeno, que organiza o processo de urbanização do país. Trata-se da expulsão dos pobres para as regiões periféricas, decorrente de um modelo de organização social que produz crescimento e pauperização, simultaneamente. Nesta análise, as ideias de Francisco de Oliveira sobre a autoconstrução da moradia pelos trabalhadores e suas consequências são retomadas. O termo espoliação avança na dimensão propriamente urbana que existe entre a desigualdade espacial e o modelo de crescimento e pobreza. Além de também ter sido o primeiro autor a esboçar uma interpretação da favela, sinalizando-a como fenômeno que exige uma análise mais apropriada. Suas formulações caracterizaram a inviabilidade das formas de consumo coletivo na periferia do capitalismo, em comparação às políticas públicas dos Estados de bem-estar social. O urbano, nesta formulação, foi definido como a negação da reprodução da força de trabalho em patamares aceitáveis (KOWARICK, 1976).

O diálogo com essas bibliografias foi fundamental para entendermos a relação entre moradia e trabalho nas periferias urbanas. Ao investigarmos os processos históricos da industrialização e da urbanização durante a segunda metade do século XX no país, passamos a entender como a lógica de funcionamento da cidade de São Paulo deu origem aos seus movimentos de moradia e como essa permanência histórica se manteve através dos movimentos de sem-teto, com a implantação das políticas neoliberais que fizeram emergir nos territórios das periferias urbanas as ocupações do MTST.

As fontes dessa pesquisa foram reunidas levando em consideração os desdobramentos do próprio processo de investigação. No início deste projeto, tínhamos como fontes prioritárias as entrevistas a serem realizadas com os integrantes da ocupação Povo Sem Medo do Capão e do MTST, através das metodologias da história oral. Em 2020, após a disseminação da COVID-19, essa proposta teve que ser abandonada devido a impossibilidade de realizar essas entrevistas. Para fazermos uso de novos suportes teóricos e metodológico, optamos por buscar documentos que reconstituíssem as ações da ocupação pesquisada e a sua relação com o MTST e a Frente Povo Sem Medo. De acordo com Marcos Napolitano (2008), “a História depois do papel” tem se revelado um mundo cada vez mais dominado por imagens e sons obtidos “diretamente” da realidade, seja pela encenação ficcional ou pelo registro documental, por meio de aparatos técnicos cada vez mais sofisticados.

Nesse sentido, para preenchermos o vácuo deixado pela falta dos depoimentos dos atores e atrizes sociais da ocupação e dos militantes do MTST, adotamos como fontes prioritárias junto às atas de reunião, dois documentários de curta metragem intitulados “Por Trás da Lona - A vida na ocupação Povo Sem Medo do Capão”, com produção da Mídia Ninja, em 2016; e “Memórias do Bairro - Bairros do Capão Redondo”, produzido no mesmo ano por Gsé Silva, com o apoio da POIESIS – Organização Social de Cultura e a colaboração da Fábrica de Cultura do Capão Redondo.

Buscamos entender as construções de narrativas e interpretações históricas desses filmes. Ambos relatam o cotidiano da ocupação, mas com abordagens e propósitos diferentes. Para articularmos essas fontes com a discussão de cada capítulo, analisamos esses vídeos em discussões

específicas, mesmo que, em alguns momentos do texto, as vozes registradas nesses documentários dialoguem entre si. De acordo com Rodrigo Luis do Santos (2018):

O historiador é quem busca, ao empreender uma análise sobre determinado filme, documentário, série ou outra obra de cunho histórico, evidenciar o que é verossímil ou não, e o que é plausível ou meramente especulatório. Há algum tempo o cinema e outras formas de produção audiovisual se tornaram foco, não apenas de análise, mas até mesmo de possibilidade de atuação para os historiadores (SANTOS, 2018, p. 166).

O documentário produzido pela Mídia Ninja procurou relatar com imagens, fotografias e depoimentos o cotidiano da ocupação. O registro sobre as memórias dos bairros do Capão Redondo, conforme a própria sinopse do vídeo o apresenta, buscou resgatar a formação da Cohab Adventista pelas lembranças dos seus próprios moradores.

Com relação às atas de reunião da ocupação, este documento constitui um importante registro que evidenciou os repertórios de ação do MTST nos seus processos de luta pela moradia e na sua articulação com a Frente Povo Sem Medo. Essas atas passaram a ser registradas pelos integrantes da ocupação logo depois de implantados os barracos de lona por toda a extensão do terreno ocupado. Seus registros correspondem às ações territoriais e estratégias políticas do MTST realizadas durante o ano de 2017. Ademais, para cruzarmos informações, relatos, datas e outras variedades de dados sobre a nossa problemática, utilizamos algumas fontes secundárias como reportagens de jornais, fotografias, mapas, discursos, estatísticas, entrevistas em sites, pesquisas, além do diálogo constante com as diferentes frentes bibliográficas.

A metodologia de trabalho adotada para esta pesquisa partiu de uma perspectiva da História Social em diálogo com as bibliografias que analisam os temas da nossa investigação. Nesse sentido, de acordo com José D' Assunção Barros (2005), uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo, pois não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Ao dialogarmos com uma concepção teórica que pensa o papel da cultura nos movimentos sociais como meios de produzir novos significados e formas de vida, adotamos um entendimento de classe em seu sentido histórico, analisando as questões políticas a partir do enfoque de uma cultura política (THOMPSON, 1981). Isso

nos levou a investigar a história dos trabalhadores sem-teto, não apenas do lugar que eles ocupam nos meios de produção e reprodução do capital, mas a partir de suas experiências populares dentro dessas estruturas que constroem novos sentidos coletivos.

A construção desse método se deu a partir da apreensão dos processos históricos na sua relação dialética entre generalidade e especificidade dos fenômenos sociais. Seguindo essa premissa, Thompson (1981) considerou o trabalho como parte do cotidiano da vida, ao elaborar o seu estudo sobre a Formação da Classe Operária Inglesa, analisando suas questões genéricas e específicas para entender a classe enquanto fenômeno histórico, assim como o cotidiano dos trabalhadores pelas relações objetivas e subjetivas, ou seja, materiais e culturais.

Em nossa análise, levamos em consideração as articulações entre o imaginário e a concretude das experiências urbanas. Partimos de uma leitura das configurações espaciais da cidade de São Paulo que nos ajudasse a identificar, através de suas diferentes temporalidades, os processos de transformações dos territórios de suas periferias urbanas, a partir de seus agentes históricos. De acordo com Raquel Rolnik (1992), quando a variável espaço entra na história, coloca-se uma questão ao mesmo tempo teórica e metodológica:

Porque o espaço pode ser uma fonte, da mesma forma que um arquivo, um papel no arquivo, um registro. Ele funciona como uma fonte na medida em que se lê, na história da organização do espaço da cidade, as formas de organização do trabalho, as formas de organização social etc. (ROLNIK, 1992, p. 27).

Por essa perspectiva, a noção de território quando pensada dentro da noção de espaço, se dá a partir de uma relação de exterioridade do sujeito, pois o território é uma noção que incorpora a ideia de subjetividade. De acordo com Rolnik (1992): “Não existe um território sem um sujeito, e pode existir um espaço independente do sujeito. O mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território.” (ROLNIK, 1992, p. 27). Nesse sentido, as reflexões sobre os processos de constituição do urbano através das culturas e experiências de vida de seus sujeitos em diferentes espaços e temporalidades revelam um cotidiano de lutas por meio da afirmação de diferentes memórias urbanas.

Essas análises nos ajudaram a reconstituir a identidade dos trabalhadores sem-teto da ocupação Povo Sem Medo do Capão, a partir de suas estratégias de luta dentro do território pesquisado. Essas questões também apontaram as transformações e permanências históricas do território, cujo final da década de 1980 apresentou, nas ações cotidianas dos movimentos populares, o surgimento dos “Novos Personagens que Entraram em Cena” (SADER, 1988). Essas transformações ocorreram como um processo de reorganização da sociedade civil durante o final da ditadura militar, que marcou o surgimento dos novos movimentos sociais, operando como fontes populares de informação, aprendizado e conhecimento político através da reelaboração de suas próprias práticas e experiências de vida (CHAUÍ,1988).

Essa análise nos ajudou a pensar a relação que se estabelece entre as estratégias de organização do MTST nas periferias urbanas e as matrizes discursivas identificadas por Sader (1988). Ao identificar as múltiplas formas de experiência do cotidiano popular na cidade de São Paulo nos anos 1970 e 1980, Sader (1988) pensou suas formas de comunicação pelas matrizes discursivas que se constituíram a partir da própria cultura vigente, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais. De acordo com autor, durante a década de 1970, foi possível identificar a presença de três agências que enxergavam no cotidiano popular, a reelaboração de uma luta contra as condições dadas (SADER.1988).

Essas instituições foram localizadas pelas matrizes da teologia da libertação, pelos grupos marxistas e pelos grupos sindicalistas (SADER.1988). De acordo com o autor, essas três instituições abriram espaços para novas reelaborações do cotidiano. A partir dessas questões, procuramos investigar em que medida as ações territoriais do MTST são influenciadas por essas matrizes, tendo em vista que as transformações históricas das periferias urbanas na atualidade apontam para novas reelaborações do vivido. Para entendermos essas transformações, também se mostrou necessário investigarmos como o MTST construiu o seu repertório de ação em meio aos desdobramentos do neoliberalismo no Brasil. Essas mudanças sociais e políticas imprimiram uma nova gramática para as estratégias de luta dos movimentos sociais urbanos. Ao dialogarmos com seus estudos, foi necessário entendermos as suas diversas

correntes teóricas. De acordo com Gohn (1997), elas podem ser definidas como a histórico-estruturalista, a culturalista-identitária e a institucional/organizacional-comportamentalista. Procuramos dialogar com as correntes teóricas que mais nos ajudaram a pensar as historicidades do contexto brasileiro.

A ideia de que a ação coletiva dos movimentos sociais se articula e se organiza por seus repertórios de ação partiu dos estudos de Charles Tilly e Sidney Tarrow (2009). Segundo os autores, o repertório de ação dos movimentos sociais está em constante mudança, para acompanhar as transformações históricas de suas sociedades. Essa metodologia serviu para mapearmos as ações socioterritoriais do MTST na cidade de São Paulo. Procuramos dialogar com uma diversidade de estudos que trataram das questões urbanas e com os estudos que também investigaram esses repertórios em outros períodos da história do movimento.

Para investigarmos essas ações pelos registros imagéticos que retrataram o cotidiano da ocupação dentro do seu território, nosso método avaliou os seguintes pontos: a reconstituição da narrativa imagética dentro do espaço geográfico, filmado junto das falas dos atores e atrizes sociais que aparecem identificados pelas legendas do filme; problematização desses elementos dialogando com as pesquisas que investigaram os acampamentos do MTST, para elucidar a sua metodologia no processo de ocupação do terreno; e, por fim, o apontamento do papel de difusão dessas imagens nas lutas sociais. Fizemos essa discussão com as imagens do vídeo e algumas de suas fotografias² produzidas junto com o documentário. Nosso objetivo foi fazer com que essas fontes nos fornecessem elementos não apenas para ilustrar a nossa discussão, mas também para problematizar o processo de ocupação do terreno, apontando as questões de ordem material ligadas ao seu espaço físico capturado pelas imagens.

Na metodologia adotada para analisarmos as atas de reunião da ocupação, procuramos sistematizar as principais pautas que foram tratadas nas

²Na página do *Flickr* da Mídia Ninja, é possível ter acesso a um álbum com 30 fotografias da ocupação. Nossa análise parte da leitura de que as imagens do vídeo são as fotos em movimento e as fotografias são a captura dessas imagens. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/midianinja/albums/72157676845953216>> Acesso em 07 de abril de 2021.

suas assembleias e reuniões de grupo, a fim de mapearmos suas ações dentro do território da ocupação e fora dele. A saber: os enfrentamentos e negociações com os órgãos públicos nos desdobramentos das políticas habitacionais; a mobilização e a luta por direitos sociais no bairro e as ações cotidianas da ocupação, assim como suas vitórias e limites na negociação do terreno.

No que se refere aos estudos de campo com “pesquisa participativa” durante os anos que corresponderam ao nosso recorte temporal (2016-2019), participei da ocupação como um dos seus coordenadores de núcleo. Essa experiência me possibilitou analisar os meandros da investigação que não apareceram nos documentos. A observação participativa se deu através de atos e mobilizações do MTST, ligados às suas pautas sociais no bairro, às reivindicações por políticas habitacionais nos espaços públicos da cidade, nos mutirões de limpeza dentro do terreno da ocupação pesquisada, assim como em diversas assembleias, reuniões, formações e encontros realizados no barracão da ocupação e na própria sede do movimento.

A capitulação deste trabalho está organizada de acordo com os eixos temáticos que estruturam suas discussões. No primeiro capítulo, abordamos as principais transformações sociais e políticas da cidade de São Paulo após a ditadura militar. Nesse cenário, situamos o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e da ocupação Povo Sem Medo do Capão. Na primeira parte, discutimos a noção de cidadania e de direitos a partir da Nova República, para entendermos as questões estruturais que envolvem a ação coletiva dos movimentos sociais. Na segunda parte, analisamos o surgimento dos movimentos de sem-teto e do próprio MTST na cidade de São Paulo e suas implicações com o neoliberalismo. Concluimos o capítulo discutindo o acirramento da luta de classes no cenário urbano após a jornadas de junho de 2013 e a sua relação com as novas ocupações do movimento que surgem a partir de 2016.

No segundo capítulo, investigamos o cotidiano da ocupação Povo Sem Medo do Capão, a partir de suas atas de reunião e do documentário produzido pela Mídia Ninja. Reconstituímos o histórico de lutas sociais no bairro e a sua relação com a construção do repertório de ação do MTST. Na primeira parte, apontamos o surgimento da ocupação, problematizando seus elementos

estruturais e conjunturais, que se entrecruzam na história do tempo presente. Na segunda parte, mapeamos as lutas sociais dentro do território pesquisado e, na terceira, buscamos entender a centralidade do trabalho no cotidiano dos sem-teto, se atendo às suas especificidades ligadas às opressões de gênero.

No terceiro capítulo, recorreremos às memórias dos moradores do bairro onde encontra-se a ocupação pesquisada, para entendermos as permanências históricas da luta pela moradia no bairro e a sua relação com os repertórios de ação do MTST. Na primeira parte, apontamos o papel da Frente Povo Sem Medo após o golpe de 2016 com o trabalho de base nas periferias junto à suas ocupações do MTST. Na segunda parte, analisamos a relação desses repertórios com as matrizes discursivas formuladas por Sader (1988), para entendermos esses elementos na construção da ação coletiva nos territórios periféricos. E, na terceira parte, concluimos a pesquisa tecendo algumas considerações a respeito das possibilidades e limites do projeto político do MTST, a partir da sua relação de confronto e negociação com o Estado e das próprias permanências históricas na região pesquisada.

CAPÍTULO 1 – A CIDADE DE SÃO PAULO APÓS A DITADURA: SUAS METAMORFOSES POLÍTICAS E SOCIAIS

Para abordarmos o objeto desta pesquisa é necessário fazermos um breve recuo metodológico no tempo. O período correspondente ao final do século XX e às primeiras décadas do novo milênio aponta para um cenário social e político que se acirra gradativamente nas cidades brasileiras. As diversas conjunturas que compuseram este cenário demonstraram que, a partir da transição política e econômica da ditadura para a redemocratização no país, as lutas sociais na cidade de São Paulo tomaram novos desdobramentos. Com o crescimento dos seus problemas urbanos e habitacionais, junto ao seu desemprego estrutural, desmonte dos direitos sociais e aumento da precarização do trabalho, essas lutas se intensificaram e adquiriram novas formas de organização. Em alguns casos, elas se mantiveram retomando as pautas dos movimentos populares das décadas anteriores, reincorporando suas práticas de mobilizações em contextos de pós-ditadura.

No entanto, para cada um desses contextos existe uma especificidade. Das políticas de crescimento econômico do período da ditadura que fomentaram uma São Paulo com extensa concentração de renda, pobreza e segregação socioespacial, às políticas neoliberais que intensificaram este quadro, são muitos os atores e experiências que se inseriram nas mudanças sociais, econômicas, culturais e territoriais de suas periferias urbanas. Essas mudanças se apresentam como dados de uma realidade concreta, cujos cenários podem ser compreendidos por aquilo que Raquel Rolnik (2019) definiu como uma “Guerra dos Lugares”. De acordo com a análise da autora, são “os pontos de encontro – e de conflito – entre o avanço do complexo imobiliário financeiro e os territórios populares” (ROLNIK, 2019 p. 262).

Este capítulo aborda as transformações e permanências históricas que compuseram o atual cenário urbano da cidade de São Paulo. Seu objetivo é entender como a mercantilização do espaço urbano – como um processo que se intensificou após a ditadura –, impactou no surgimento e na expansão territorial do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) pelas periferias urbanas do estado, assim como o seu papel dentro da atual conjuntura dos conflitos territoriais e da ação coletiva dos movimentos sociais.

1.1 Cidadania e direitos na Nova República

Entender o surgimento de um movimento social pressupõe, entre outros aspectos, analisar os desdobramentos históricos que pautaram a construção de cidadania e de direitos em uma sociedade. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) surge em 1997, uma década após o esgotamento da ditadura militar e da abertura política no país. A ocupação Povo Sem Medo do Capão, surge na zona sul da cidade de São Paulo, em 2016, três décadas depois. Em meio a um cenário que se configura pelo desmonte dos direitos sociais e trabalhistas e por um novo golpe contra as instituições democráticas, a expansão territorial do MTST aponta para o acirramento da luta de classes na cidade de São Paulo. Neste curto espaço de tempo que demarca a nossa atual experiência republicana, encontram-se algumas das rupturas e continuidades da ação coletiva dos movimentos sociais, que acompanharam as principais mudanças ocorridas na sociedade brasileira.

Este subcapítulo busca mapear as escolhas políticas adotadas no Brasil entre o final da ditadura civil-militar (1964-1985) e o início da assim chamada Nova República. Sua proposta é historicizar as condições sociais que fizeram emergir nas periferias urbanas do estado de São Paulo o MTST e a ocupação Povo Sem Medo do Capão. Para tanto, é necessário entender essa transição, a partir de seus aspectos estruturais e conjunturais, identificando os sujeitos que emergiram dessa experiência social e o seu cenário politicamente construído. Nas palavras de Maria Célia Paoli (1989), trata-se de uma “interrogação histórica da democracia”, a fim de entender não somente as ideias e os elementos que a conceituam, como também as experiências vividas no tempo de sua instituição e sociedade (PAOLI, 1989).

Na sociedade brasileira recém-saída da ditadura, as análises de Paoli (1989) interrogavam as possibilidades democráticas de uma sociedade que, após um século de republicanismo e industrialização, entrava no mundo contemporâneo com uma espécie de “modernidade incompleta” (PAOLI, 1989, p.40). No início da década de 1990, a autora apontava para o surgimento de uma nova “cultura política” na sociedade brasileira, cuja enunciação passava pelo

entendimento dos novos “sujeitos coletivos de direitos”³, atravessados pela herança histórica que o Brasil construiu para a sua modernidade. Ou seja, “uma herança histórica que conseguiu urbanizar e industrializar o país sem, na verdade, ‘republicanizá-lo’, no sentido integral da palavra” (PAOLI, 1991 p. 121).

Sua análise nos ajuda a entender, de forma estrutural, a maneira como se constituiu este novo “sujeito coletivo de direitos”. Nas reflexões da autora, as ideias de cidadania adotadas para uma parte da população brasileira nos indicam que tanto a sua invenção liberal⁴ – em tese, fundada na “equivalência política” dos indivíduos – quanto a sua invenção coletiva, fundada no exercício da participação e da ação comum, criaram um tipo de trabalhador urbano, submetido a uma “economia informal”, que foi excluído da possibilidade de ter direitos institucionalizados. Ao serem expulsos do mercado formal de trabalho, a não ser quando eram submetidos a trabalhar fora das leis que lhes garantiriam direitos sociais, esses trabalhadores ficaram restritos a uma forma de “ilegalidade moderna”, que os constituíram como “cidadãos de segunda classe” (PAOLI, 1991).

A origem dessa construção social pode ser pensada por aquilo que Marilena Chauí (1986) apontou como uma das características basilares da instauração política da República no Brasil. Trata-se da sua incapacidade de operar a distinção entre o arbítrio e a transgressão. Essa relação simbiótica que

³Essa discussão remete ao surgimento dos chamados “Novos Movimento Sociais” entre as décadas de 1970 e 1980. De acordo com Maria da Glória Gohn (2008), eles se definem como a expressão máxima de um sujeito coletivo em ação. Os sujeitos individuais têm seus pertencimentos, suas experiências vivenciadas e seus projetos. Quando confrontados uns com outros e quando relacionados por redes solidárias ou de pertencimento cultural, estes sujeitos individuais constroem o sujeito coletivo expressado na figura dos movimentos populares. Aprofundaremos essa discussão no terceiro item deste capítulo.

⁴Nas análises de Paoli (1991), o liberalismo brasileiro, durante o nascimento de sua Primeira República (1889-1930), por não ter construído as regras de transição da ordem escravista para as relações capitalistas de produção, emoldurou a imagem de seus trabalhadores em uma ideia de homogeneidade. No interior desta cultura política, a experiência proletária foi expatriada para o mundo privado, no sentido da responsabilidade política sobre suas condições de trabalho. De acordo com a autora, este processo indicou a construção histórica de dois modelos de cidadania no contexto urbano brasileiro. O primeiro, com o surgimento do movimento operário organizado por uma imprensa independente, que trouxe para a experiência popular a interpretação de si mesma e do seu papel em uma sociedade onde viviam e trabalhavam; o segundo, originado a partir dos processos históricos desta primeira formulação, em que os confrontos pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e sua capacidade de negociação expressaram-se sob uma forma de tutela. Esse fenômeno emoldurou a imagem de seus trabalhadores a uma ideia de “pobres genéricos, merecedores de caridade, assistência e favores, mas jamais de direitos” (PAOLI, 1991, p.123).

se estabeleceu entre os setores público e privado, pautada nos interesses pessoais das classes dominantes, impossibilitou a construção de uma “igualdade jurídica” formal, capaz de modificar as estruturas hierárquicas de privilégios da qual uma parte da sociedade brasileira é detentora (CHAUÍ, 1986).

O diálogo entre as autoras é importante para questionarmos como a ação coletiva dos movimentos populares se formou baseada em uma sociabilidade marcada pela experiência de como se enraizou a própria noção de direitos em nossa República. Como demonstrou Paoli (1991), essa sociabilidade política se enraizou pela incapacidade do Estado brasileiro de superar sua complexa e variada estrutura de preconceitos (leia-se racismo), respondendo com uma linguagem marcada pela tradicional violência às reivindicações coletivas populares:

O direito a ter direitos ficou preso ao funcionamento das prescrições legais e formalizadas das instituições jurídicas trabalhistas governamentais, e qualquer iniciativa de proposição e participação fora deste espaço foi considerada ilegal e, portanto, sujeito à violência da repressão e intimidação policial – o que efetivamente aconteceu nos 57 anos da vigência do modelo. Codificando deste modo a noção e o exercício dos direitos, a lei autoritária diluiu o seu sentido político e, mais do que isso, diluiu um horizonte interpretativo em construção na prática operária, que sequer podia fiscalizar a não implantação destes direitos em seu cotidiano de trabalho – algo considerado prerrogativa do ministério especializado (PAOLI, 1991, pp. 124-125).

Focalizada ao lado das práticas de dominação, a violência permanece como um dos traços marcantes da nossa formação histórica. Pensá-la nos grandes centros urbanos do país requer, entender a sua construção sociocultural e política enraizada na ideia de violação, principalmente quando esta violação se localiza nos crimes contra a propriedade privada, por se apresentar como a síntese do “projeto de modernidade urbana, industrial e republicana pensado para o Brasil” (PAOLI, 1991, p. 124).

De encontro à essas reflexões, Chauí (1980), em “A não violência do brasileiro, um mito interessantíssimo”, aponta para um outro elemento presente nas ideias desse discurso. Segundo a autora, a classe dominante, representada por seus intelectuais, construiu a imagem do povo brasileiro como não violento, através de um mito que dissimulou a nossa realidade cotidiana. Isso ocorreu por meio da exclusão social que atribuiu a prática da violência ao outro, visto como o “não brasileiro”. A conservação desse mito se deu através de mecanismos

ideológicos que condicionaram a prática da violência, à ideia de ordenação racional e justa das relações sociais (CHAUÍ, 1980).

De acordo com a autora, nos habituamos a considerar a definição de violência pelo prisma da violação. O que significa: a transgressão de regras, normas e leis, aceitas por uma coletividade que depende de um ordenamento para continuar existindo. Restrito a esse entendimento jurídico, o indivíduo violento é aquele que põe em risco a vida da comunidade. Esse discurso instrumentalizou a noção de cidadania, de forma a reforçar a tutela das elites e do Estado sobre as classes populares, tornando a noção de direitos e das leis institucionais algo exterior à experiência coletiva de vida. Nas palavras de Chauí (1980), estamos acostumados a encarar a violência como um ato enlouquecido que vem de baixo para cima da sociedade, deixando de entendê-la

como um conjunto de mecanismo visíveis e invisíveis que vem do alto para baixo da sociedade, unificando-a verticalmente e espalhando-se pelo interior das relações sociais, numa existência horizontal que vai da família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho do Estado (CHAUÍ, 1980, p. 16).

Concordamos com Paoli (1989) e Chauí (1980) a respeito de como o fenômeno da violência se estruturou em nossa sociedade. Entretanto, embora suas práticas e discursos tenham reduzido a noção de cidadania, ao ponto de separá-la da ideia de direitos, enquadrando-os como um ato de benevolência das classes dominantes, quando analisamos a história dos trabalhadores pelo ponto de vista de suas tradições populares, lembramos o que Thompson (1987) investigou sobre os pressupostos de uma “economia moral”, cujas práticas de protestos estavam ligadas a atos de justiça e prol das necessidades do povo. Ou seja, por trás de cada ação popular, pode-se encontrar alguma noção de leis e de direitos que a legitime (THOMPSON, 1987).

Na especificidade brasileira, basta mencionarmos que as ocupações urbanas do MTST se resguardam da função social da propriedade que, embora seja um conceito jurídico dúbio, o qual positiva o seu interesse supraindividual, ao mesmo tempo que a relativiza em busca de igualdade social, funciona como um meio de legitimar as ações do movimento pelo direito à moradia. Nesse sentido, quando pensamos as práticas das classes dominantes que buscam tutelar as classes marginalizadas de cidadania, é importante frisar que há resistências a esse tipo de dominação. Conforme veremos mais à frente, os sujeitos

coletivos que compõem o MTST e suas ocupações urbanas são herdeiros de uma tradição de lutas populares advindas do período da ditadura. Suas práticas se mostram como uma junção dessas experiências, com os desdobramentos do neoliberalismo na vida social das periferias urbanas.

Para desconstruirmos a ideia de violência enquanto um mito que falsifica a realidade das relações sociais, ainda na análise de Chauí (1980), é necessário pensá-la como um processo que reduz o sujeito à condição de coisa e, dessa forma, retirá-la do contexto que a definiu como transgressão de regras e leis, pois “a violência se encontra originalmente do lado da sujeição, dominação, obediência e da interiorização” (CHAUÍ, 1980, p.16). Além disso, é preciso compreender que a oposição entre as forças da ordem violenta e a sociedade violentada também esconde o fato de que uma parte da sociedade está comprometida visceralmente com as forças de repressão (CHAUÍ, 1980).

Legitimada por discursos e práticas conservadoras, a violência esteve presente em todos os projetos republicanos implantados no país. Para entendermos este elemento estruturante da nossa invenção política, é necessário pensarmos em um outro questionamento que a autora também nos coloca: “Que são arquétipos políticos na História do Brasil?” Segundo Chauí (1976), tratam-se de construções políticas e ideológicas com papéis que se alternaram nas figuras do “autoritarismo desmobilizador” e da “conciliação⁵”. Ou seja, entre a crença de que a sociedade civil é incapaz de se auto-organizar política e economicamente, necessitando da intervenção de um Estado, e o seu mecanismo político apaziguador de disciplinamento, encontram-se “as duas faces da conciliação” (CHAUÍ, 1976).

Durante o final da ditadura, foram esses os elementos que organizaram as regras da transição política, que ficou conhecida como lenta, gradual e

⁵Vale ressaltar que existe uma importante discussão acerca desse conceito. Paulo Ribeiro da Cunha (2010), ao analisar a relação “desarmônica” dos militares brasileiros com a anistia, cita autores como Paulo Mercadante (1980), que estudou a mentalidade conservadora do Brasil pela sua face mercantil feudal, através das características de conciliação do liberalismo econômico com a escravatura nos tempos do Império; e Glenda Mezarobba (2008), que analisou a transição da ditadura militar como uma “conciliação pragmática” (MERCADANTE, 1980; MEZAROBBA, 2008; CUNHA, 2010).

segura, sendo encaminhada pelos seus processos de anistia⁶. Esses aspectos estruturais da sociabilidade política brasileira, não apenas condicionaram a noção de direitos, reduzindo-os a uma espécie de paternalismo social, como também manteve a violência contra as reivindicações dos movimentos sociais que surgiram após a redemocratização. Nesse sentido, é sintomático que o MTST tenha surgido dos desdobramentos da “Marcha Nacional de Emprego e Justiça”⁷, como resposta ao massacre de Eldorado dos Carajás, que resultou na morte de 19 trabalhadores rurais Sem Terra, em 1996.

Acontecimentos como este nos indicam que a violência em nome da propriedade privada se manteve mesmo com os direitos sociais promulgados pela Nova República. Diante desse dado de realidade, quando nos perguntamos ‘o que resta da ditadura?’, de acordo com Edson Teles e Vladimir Safatle (2010), é necessário refletirmos sobre certos hábitos e práticas autoritárias que foram assilimados por uma “reconciliação extorquida”, marcada pela omissão em responder por suas violações nos campos jurídico, econômico, securitário, social

⁶De acordo com Cunha (2010), a história republicana brasileira teve 48 anistias: a primeira em 1895 e a última em 1979, “e muitas delas, para não dizer a totalidade, norteadas pela categoria conciliação” (CUNHA, 2010, p.15). Nas análises de Janaina de Almeida Teles (2010), citada pelo autor, o conceito de anistia está relacionado ao embate entre memória e o esquecimento, presentes na própria etimologia da palavra. “A palavra anistia contém em si dois sentidos: um deles é o de *anamnesis* (reminiscência), o outro, de amnesia (olvido, perda total ou parcial de memória). Há, no entanto, um dado interessante a somar à esta reflexão, e sugestivo de vivas polêmicas: a etimologia nos remete ao conceito e, ainda, segundo Teles, ao segundo termo do binômio (esquecimento, olvido) – do grego *amnestia*, de *amnetos* “olvidado” – mas que essa acepção, pode ser confirmada ou superada em função de seu caráter político e histórico, podendo prevalecer o primeiro termo da bipolaridade, o de *anamnesis* – ação de trazer a memória ou a lembrança; lembrança, recordação. A rigor, *Mnemosyne* sugere reminiscência. A autora ainda sustenta que, contemporaneamente, essa equação está em permanente embate, já que possibilita concepções opostas e excludentes de anistia: uma delas, entendida como resgate da memória e direito a verdade, como reparação histórica, luta contra o esquecimento e recuperação das lembranças; a outra, vista como esquecimento e pacificação, como conciliação nacional.” (CUNHA, 2010, p. 17).

⁷Conforme Edson Miagusko (2008), a marcha foi promovida pelo MST para protestar contra a impunidade dos policiais que comandaram uma violenta ação de desobstrução de uma Rodovia em Eldorado dos Carajás. Os relatos das lideranças do MST afirmam que, durante esse evento, o encontro entre os militantes de diversas regiões do país debateu a necessidade de se criar um movimento social urbano nos mesmos moldes do MST. A respeito desses desdobramentos, Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva (2018), ao analisar os documentos produzidos pelo MST, durante o período que antecedeu a realização da Marcha, destacou o depoimento de um dos militantes da época: “A articulação das lutas dos trabalhadores rurais e urbanos é necessária para a classe trabalhadora fazer frente ao processo de espoliação ao qual estão submetidos todos os trabalhadores. A partir do nosso congresso será necessário juntarmos forças com os trabalhadores da cidade para que possamos enfrentar a situação econômica e darmos um passo a mais para o fortalecimento da luta pela reforma agrária” (JTST, n° 91, jan./fev. de 1990, apud Da Silva, 2018, p. 45).

e humanitário. Conforme os autores, as estruturas jurídicas da ditadura, por ainda estarem presentes em nossas práticas políticas, assim como em nossa violência cotidiana e nos nossos traumas sociais, provocaram na sociedade brasileira uma espécie de “astigmatismo histórico” que impede a sua população de enxergar os fatos produzidos pelo seu passado recente (TELES; SAFATLE, 2010).

Nas periferias urbanas, mesmo após a redemocratização, o aparato repressivo da ditadura se manteve em funcionamento por meio das polícias militares espalhadas pelos estados da federação. Os primeiros anos após a abertura política ficaram marcados por diversas violações de direitos humanos, tanto nas regiões rurais quanto nos centros urbanos do país. Acontecimentos como o massacre do Carandiru, em 1992, e a chacina da Candelária, em 1993, assim como tantas outras violações cometidas pelas polícias militares nos anos posteriores, compuseram o cenário social que o grupo de rap Racionais MC’s descreveu sobre a década de 1990, nos discos: “Holocausto Urbano”, “Escolha seu caminho”, “Raio X do Brasil” e “Sobrevivendo no Inferno”.

É importante enfatizar que os títulos dessas obras representam uma crítica social construída a partir do ponto de vista periférico. De acordo com Rafael Lopes de Sousa (2009), a música rap e os demais elementos da cultura Hip Hop ofereceram as bases materiais e simbólicas para reorientar a condição de existência nas periferias desse período. Esse modus operandi da “república dos manos”, advindos dos movimentos culturais das décadas anteriores, foi gestado por redes de sociabilidades com múltiplas experiências da vida urbana. Elas nos revelam que, embora as relações políticas e sociais da democracia ainda coexistam com a reprodução do seu passado de violência, essa permanência histórica não anulou a ação dos sujeitos marginalizados de cidadania, na luta por direitos.

Para além do conformismo, da resignação, da alienação, enfim, que a cultura consensual sempre quis lhes imputar, o relacionamento que estabelecem com os conflitos da vida urbana deixa entrever uma postura militante com os problemas e riscos que o meio social lhes impõe. Isso permite que as demandas impostas por essa conjuntura adversa, sejam recolhidas e cuidadosamente inventariadas em suas crônicas musicais (SOUSA, 2009, p. 81).

Essa radiografia social produzida pelos grupos de rap sobre os grandes centros urbanos brasileiros e sobre o cotidiano de seus bairros periféricos e

favelas, desde a redemocratização, combateram o apagamento da memória que Telles e Safatle (2010) denominaram de “astigmatismo histórico”, justamente por denunciar a visão míope e distorcida que as classes médias e burguesias difundiram sobre esses territórios, fazendo um contraponto à exclusão social, ao estigma e à segregação urbana produzida durante e após o período da ditadura.

Do ponto de vista das políticas econômicas, as análises de Alfredo Saad Filho e Lecio Morais (2018) também nos indicam que a redemocratização construiu uma base autoritária estável, capaz de apoiar a transferência do poder para líderes civis conservadores. Essa manobra constitucional assegurou o papel das Forças Armadas como guardiãs da segurança nacional, protegendo-as das acusações de violações de direitos humanos. Segundo os autores, podemos entender esses aspectos por uma série de reformas feitas no sistema político e judiciário brasileiro e na sua própria Constituição durante o processo de abertura política no país (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

No início da década de 1980, as frações da burguesia brasileira colocaram em disputa seus respectivos projetos econômicos, com o objetivo de implantá-los durante a transição da ditadura para o regime democrático. Nessa disputa, existia um grupo alinhado à renovação da ISI⁸ com a acomodação das demandas de massa, atraído por um movimento democrático que não podia controlar por inteiro e um emergente grupo neoliberal que, na época, ao contrário de países como Chile, Uruguai e Argentina, não podia se apoiar às Forças Armadas para implementar o seu projeto. No que se refere a este segundo grupo:

Aos poucos, esses capitalistas também perceberam que a melhor chance de assegurar uma passagem ordeira para o neoliberalismo seria por meio da restauração da democracia. Presumia-se que o novo

⁸A sigla ISI significa: industrialização por substituição de importações. Ela é utilizada pelos autores por meio de uma abordagem e metodologia baseada na economia política marxista. O método examinou a relação entre a transição política da ditadura para a democracia, através da transição econômica do ISI para o neoliberalismo no Brasil, sob o prisma dos *Sistemas de Acumulação* (SAs). De acordo com os autores, o Brasil teve três SAs desde a sua independência, em 1822. O primeiro, com o crescimento primário-exportador através de um Estado oligárquico com diferentes regimes políticos, especialmente por um Império centralizado, autoritário e excludente, e uma Primeira República descentralizada, mas similarmente autoritária e excludente. O segundo, através de um ISI com um Estado desenvolvimentista vigente entre 1930 e 1980, através de formas políticas que variaram com ditaduras, tanto populistas quanto militares, e democracias populistas com crises políticas e golpes de Estado. E o terceiro com uma longa transição iniciada no final dos 1980 e consolidada em um sistema econômico neoliberal com democracia política.

regime poderia assegurar uma mínima harmonia social, limitar o “tamanho” do Estado e retringir a autonomia da burocracia em relação aos interesses de curto prazo do grande capital. O grupo neoliberal esperava também que a democracia pudesse abrir espaço para uma nova política econômica, oferecendo uma alternativa a uma ISI decadente conduzida pelo Estado e ao programa democrático da esquerda (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 77).

A conjuntura analisada pelos autores indica as estratégias usadas para implementar o novo sistema de acumulação brasileiro⁹. Em outras palavras, o regime democrático implantado durante o nascimento da Nova República se deu por meio de um acordo que propôs a diluição do poder político das elites e a legitimidade dos novos atores sociais e grupos de pressão, em troca da não apuração dos crimes políticos cometidos pela ditadura e da permanência dos padrões estruturais de exclusão. Com esses desdobramentos, “a democracia tornou-se a forma política do neoliberalismo no Brasil” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 246).

No Brasil, de acordo com Deborah Barros Leal Farias (2007), as mudanças de paradigma do papel do Estado na economia¹⁰ ocorreram gradativamente, seguindo as orientações impostas pelo “Consenso de Washington”, através de um conjunto de reformas políticas.

As presidências de Fernando Collor de Mello e de José Sarney mostraram passos neste caminho, mas é com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) que o cenário constitucional se transforma efetivamente, tanto que, em 1995, são aprovadas quatro Emendas Constitucionais (n.º 6 a 9) com impacto direto no ordenamento jurídico que regulamenta a Ordem Econômica brasileira (FARIAS, 2007, p. 14).

⁹Conforme Saad Filho e Morais (2018), o exame dos Sistemas de Acumulação (SA) devem incluir, em primeiro lugar, as formas do Estado, da propriedade, da lei, do trabalho, da exploração, dos mercados, da tecnologia, do crédito, do dinheiro, da distribuição e da concorrência, além das relações entre a acumulação de capital e a estrutura social, o meio ambiente e a relação de todos esses fatores com o contexto global. Em segundo, as formas de representação política e a ideologia hegemônica que legitimam o SA e estabilizam os interesses incompatíveis conciliando os conflitos de classe. Em suma, as estruturas desses processos históricos apenas podem ser examinados concretamente por meio dos regimes políticos e suas escolhas e das instituições em que foram implantados.

¹⁰Em linhas gerais, a teoria Neoliberal passa a ganhar corpo nas suas formulações políticas a partir do final de década de 1970 e no início da década seguinte, com os governos de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos. Tendo como base teórica as ideias de Hayek e de Friedman, esse fenômeno indicou uma revisão da estrutura estatal baseada no “Welfare State” e no pensamento macroeconômico keynesiano. Posteriormente, essas ideias se expandiram para outros países, fazendo com que o pensamento neoliberal se torna-se, nos anos 1990, a “nova ortodoxia” das políticas econômicas e da organização estatal a ser seguida. Para uma leitura mais detalhada sobre o tema, ver o estudo de Deborah Barros Leal Farias (2007): “Reflexos da Teoria Neoliberal e do Consenso de Washington na Constituição Brasileira de 1988”.

Entre os diversos estudos que analisaram a manutenção do poder das classes dominantes expressas nas suas Constituições, Jorge Zaverucha (2010) investigou a origem da Constituição Federal de 1988, constatando que a palavra “direitos” se sobressaiu no texto constitucional, em comparação com a palavra “obrigação”. Como demonstrou o autor, embora muitos de seus temas sociais tenham recebido um tratamento progressista, no que se refere às relações civis-militares, suas prerrogativas de caráter autoritário, vindas das Constituições e experiências republicanas anteriores, se mantiveram. “Em termos procedurais, o processo de redação da Constituição foi democrático. Contudo, a essência do resultado não foi liberal” (ZAVERUCHA, 2010, p.42).

Embora o autor aponte elementos importantes para pensarmos as nossas estruturas sociais republicanas, é necessário problematizar a forma como ele associa o liberalismo econômico a uma proposta de governo não autoritária, quando ele afirma que o seu resultado não foi liberal. Como bem nos explica Chauí (2019), a longa história da democracia¹¹ e de seus desdobramentos e experiências sociais nos ensinam que a mera declaração do direito à igualdade não nos tornou iguais. Na realidade histórica do Brasil, as relações de poder e de conflito de interesses entre grupos civis e militares estão presente desde o nascimento da Primeira República. Nesse sentido, a liberdade do liberalismo econômico não deve ser confundida com a liberdade de todos os indivíduos na sociedade.

A partir desses desdobramentos, podemos entender que a cidadania, sob as diretrizes do sistema jurídico brasileiro, acompanharam tanto as rupturas de sua sociedade quanto as suas permanências históricas que foram atualizadas em novas linguagens e práticas sociais. Ou seja, a chamada “Constituição Cidadã”, embora tivesse proposto, no papel, a descentralização do poder, na prática criou um sistema político disfuncional para a sua realização. De acordo com Saad Filho e Moraes (2018), ela transferiu aos governos estaduais e municipais o dever de oferecer à população programas sociais, de saúde, educação e moradia, mas sem lhes garantir os recursos necessários para isso.

¹¹Minicurso “Democracia: histórias, formas e possibilidades”. Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=k1MIsK5D0LQ> >. Acesso em 15 de setembro de 2021.

Deu autonomia ao Poder Judiciário, mas negligenciou sua *accountability*. Criou, também, um presidente eleito após a votação em dois turnos e, portanto, com enorme legitimidade pessoal, mas que, na prática, tem poderes limitados. Paralelamente, instituiu um forte Congresso bicameral cuja câmara baixa eleita é por representação proporcional; nele, setores oligárquicos agrários, em alianças com forças conservadoras da cidade, em geral conseguem impor suas posições, apesar de dimensões internas (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 81).

Com este redesenho para as novas formas de acumulação do capital, o novo sistema político promoveu a proliferação de inúmeros partidos, cujo objetivo foi estabelecer no Congresso coalizões complexas e instáveis que impedissem qualquer possibilidade de governo que não estivesse alinhado aos interesses das classes dominantes. As relações entre os poderes Executivo e Legislativo se mantiveram através de suas antigas práticas fisiológicas, mescladas com novas formas de corrupção na defesa e manutenção de seus privilégios, mantendo viva a essência republicana brasileira.

Para financiar os direitos sociais promulgados pela Nova República, de acordo com os autores, a Constituição impôs um conjunto de despesas mínimas, respaldadas por contribuições e impostos vinculados que deveriam garantir saúde, educação pública, seguro-desemprego, aposentadoria por idade e por invalidez (por meio do Benefício de Prestação Continuada – BCP), e por tempo de serviço (mediante o Regime Geral da Previdência Social). Em suas perspectivas, “este ambicioso programa de provisão pública inevitavelmente entraria em conflito com as limitações políticas e orçamentárias impostas pela transição ao neoliberalismo” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 83).

Esses desdobramentos nos indicam que a transição da ditadura para o regime democrático de direito foi de encontro aos ajustes macroeconômicos neoliberais iniciados nos anos 1990. Por sua vez, isso não significou uma ruptura com as forças políticas que estavam no poder, fazendo com que as promessas de extensão de direitos e de igualdade expressas na Constituição Cidadã não avançassem além de sua promulgação. De acordo com Raquel Rolnik (2019), quando analisamos seus impactos sociais, esse novo arranjo incidu sobre a economia das cidades e das metrópoles gerando desemprego e aumentando as desigualdades econômicas e sociais já existentes anteriormente (ROLNIK, 2019).

Conforme já mencionado, o MTST e suas ocupações urbanas surgem como uma resposta dos movimentos sociais aos arranjos políticos e econômicos da Nova República. Para entendermos melhor o cenário gerado por essa transição, é necessário analisarmos os desdobramentos da Constituição de 1988 no contexto das cidades brasileiras. De acordo com Adauto Lúcio Cardoso (1997), a Constituição Cidadã consagrou o princípio da função social da propriedade, estabelecendo a função social da cidade a ser definida pelos Planos Diretores Municipais. “Isso também redefiniu o campo do debate político que se deslocou da esfera do direito para o plano” (CARDOSO, 1997, p.79).

Como também demonstrou Erminia Maricato (2000), embora o texto da Constituição de 1988 tenha incorporado as pautas¹² relacionadas com a ampliação do direito à cidade, houve a escolha política de centrar o eixo de sua atuação em propostas formais legislativas, como se a principal causa da exclusão social urbana decorresse da ausência de novas leis ou novos instrumentos urbanísticos para controlar o mercado. Isso trouxe de volta a centralização política dos Planos Diretores Municipais, estabelecendo a obrigatoriedade de sua execução em todas as cidades com mais de 20.000 habitantes (CARDOSO, 1997; MARICATO, 2000).

Na década de 1990¹³, as periferias urbanas, cujo modelo de crescimento foi mantido e proliferado à margem de qualquer plano ou lei, aumentaram de forma exponencial a sua população favelada. De acordo com Maricato (2000), isso fez com que cada metrópole brasileira abrigasse dentro de si uma outra metrópole composta por esses moradores. Ou seja, extensas e populosas periferias urbanas que, além das casas autoconstruídas, contam apenas com o transporte precário, luz e água, podendo ser classificadas como “não cidades” (MARICATO, 2000).

¹²Os urbanistas que se opunham ao regime ditatorial discutiam sobre os instrumentos urbanísticos das cidades. Desse debate surgiu o FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana, uma entidade criada pelos setores da Igreja Católica de tendência progressista, setores não-governamentais, técnicos de assessoria aos movimentos sociais urbanos e as próprias lideranças desses movimentos, que defendiam sua agenda. A construção desse debate foi fundamental para a incorporação das pautas do direito à cidade na Constituição Cidadã (MARICATO, 2000).

¹³Esse período será abordado de forma mais detalhada no capítulo 3, quando iremos tratar das permanências históricas no bairro onde se encontra a ocupação Povo Sem Medo do Capão.

Na cidade de São Paulo, a hegemonia de um modelo de planejamento urbano alienado à sua própria realidade também não foi capaz de lidar com seus problemas históricos. Durante a década de 1990, mais de 50% dos moradores do município viviam em favelas, loteamentos ilegais e cortiços. Por outro lado, a proposta de Plano Diretor apresentada pela gestão Paulo Maluf (1993/96) e, posteriormente, pela gestão Celso Pitta (1997), além de ter ignorado essa realidade, não levou em conta a relação entre a circulação e uso do solo e seus demais aspectos urbanísticos como comércio informal, segurança, pobreza, saúde e educação. Enquanto a cidade ilegal era deixada de lado por suas escolhas políticas e projetos de leis, conforme Maricato (2000), um outro plano, não explícito, também estava sendo implementado naquele período:

Em 11 obras viárias a prefeitura gastou a incrível soma de US\$ 7 bilhões, aproximadamente, comprometendo a cidade com dívidas que iriam inviabilizar até mesmo os serviços básicos da gestão seguinte. Dessas 11 megaobras, apenas duas não estavam no interior ou próximas da região que concentra os bairros de mais alta renda de São Paulo. Aparentemente tratou-se da estratégia de construir uma "ilha de primeiro mundo", com condições para abrigar a São Paulo, cidade mundial. No mesmo período o governo municipal descumpriu a lei que obrigava o município a investir 30% do orçamento na educação. Os dados mostram uma evasão escolar nos quatro anos do governo (MARICATO, 2000 p.141).

Sua análise nos indica que os Planos Urbanísticos da cidade São Paulo seguiram uma lógica patrimonialista, através da aprovação de projetos nas Câmaras Municipais, em prol dos interesses tradicionais de grupos ligados ao capital, através da especulação imobiliária. Essa política urbana concentrou riqueza em regiões específicas, expulsando as populações pobres para as bordas da cidade e substituindo suas antigas moradias por grandes centros comerciais. De acordo com Flávio Villaça (1995), esse aparato burocrático, técnico e corporativo, ligado à aprovação de projetos e códigos de obras, se organizou historicamente nas cidades brasileiras, através de uma relação de micropoder. Conforme sua análise, esses grupos ligados ao "governo de plantão", criaram projetos que implementaram o "plano discurso", ou seja, cumprindo um papel ideológico que ajudou a encobrir a lógica especulativa por trás dos investimentos urbanos (VILLAÇA, 1995).

Essas políticas proporcionaram às empreiteiras investimentos com base em parcerias público-privadas (PPP), sem o compromisso de atender as populações periféricas da cidade, ou seja, com o bônus desses investimentos

destinados à iniciativa privada, enquanto os seus ônus ficaram à cargo do Estado. Dada a dinâmica de aplicação das leis no país e o fato de os Planos Diretores não estarem vinculados à gestão urbana, segundo Maricato (2000), suas implementações se limitaram a um discurso de boas intenções que se distanciaram da prática e ignoraram as demandas sociais da maioria da população.

A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm o status de temas importantes (ou centrais, como deveriam ser) para tal urbanismo. O resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns... (MARICATO, 2000 p. 125).

O modelo urbanístico adotado nas cidades brasileiras, sobretudo na cidade de São Paulo, adquiriu características próprias de funcionamento que combinaram regulação e flexibilidade. Ou seja, não foi por falta de plano ou de legislação urbanística que as nossas cidades se desenvolveram de forma predatória e caótica.

Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil – rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei. A ineficácia dessa legislação é, de fato, apenas aparente, pois, constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder, além de favorecer pequenos interesses corporativos (MARICATO, 2000 p. 147).

Isso nos indica que o urbanismo brasileiro, quando direcionado pelos interesses do capital, não tem comprometimento com a realidade concreta da cidade, apenas com uma ordem que diz respeito a somente uma parte dela. De acordo com Maricato (2000), essas são as ideias que organizam o espaço sob a lógica da racionalidade burguesa, ou dos princípios do modernismo¹⁴. Nesse

¹⁴De acordo com a autora, esse modelo de planejamento que se forjou a partir da matriz modernista e que deve suas raízes ao iluminismo, ganhou especificidades durante os anos do *Welfare State* (1945-1975). Sua funcionalidade foi adequar o processo de acumulação capitalista ao avanço da luta dos trabalhadores. Durante esse período, o Estado combinou controle legal sobre o trabalho com políticas que lhe asseguraram elevação do padrão de vida. Na Europa e nos EUA, ele foi marcado por um grande crescimento econômico acompanhado, de um lado, por uma significativa distribuição de renda e, de outro, por um investimento maciço de políticas sociais. Do modernismo, esse planejamento urbano ganhou a herança positivista, a crença no progresso linear, no discurso universal, no enfoque holístico. Da influência keynesiana e fordista, o planejamento incorporou o Estado como a figura central para assegurar o equilíbrio econômico e social e um mercado de massas. Em suma, a matriz teórica que alimentava o planejamento

sentido, a construção dos espaços físicos da cidade de São Paulo, tanto pelo resultado de seus planejamentos urbanísticos como pela falta deles, influenciaram diretamente na experiência social de seus habitantes.

Quando pensamos no impacto dessas metamorfoses políticas, é necessário entendermos mais a fundo que tipo de relações sociais elas gestaram na cidade de São Paulo e como esse cenário impactou na vida dos sujeitos marginalizados de cidadania. De acordo com Rolnik (2015), a falta de políticas redistributivas e o aumento da pobreza impactaram diretamente na reestruturação física das cidades. Isso agravou os seus problemas socioambientais e de mobilidade urbana. “O pacto de vida e morte com os automóveis e o desprezo pelo transporte coletivo de massa, aliado ao modelo de cidade concentrador, impõem a imobilidade para o conjunto da sociedade” (ROLNIK, 2015, p. 272).

Essa imobilidade apontada por Rolnik (2015) nos remete ao início da urbanização da cidade de São Paulo durante o século XX, que teve na segregação socioespacial a lógica do seu desenvolvimento. De acordo com Lúcio Kowarick (1987), esse fenômeno pode ser explicado pela “espoliação urbana”. Trata-se do processo de mercantilização da cidade de São Paulo durante a sua industrialização, que acentuou as contradições entre capital e trabalho, fazendo com que os serviços de consumo coletivo, sobretudo o transporte público, se tornassem um elemento crucial para o processo de acumulação do capital.

No entanto, vale lembrar que o conceito de mobilidade urbana não deve ser lido somente como a locomoção que visa a reprodução da força de trabalho. As mobilizações e protestos das ocupações urbanas do MTST, a partir de 2013, compuseram uma massa de trabalhadores sem-teto na cidade de São Paulo que passou a reivindicar muito mais do que somente transporte público, reavivando a discussão em torno do direito à cidade. Nesse sentido, é necessário

nos países capitalistas – mas não só nestes, como também nos países socialistas – e que embasou o ensino e a prática do planejamento urbano e regional na América Latina, atribuía ao Estado o papel de portador da racionalidade, que evitaria as disfunções do mercado, como o desemprego (regulamentando o trabalho, promovendo políticas sociais), bem como asseguraria o desenvolvimento econômico e social (com incentivos, subsídios, produção da infraestrutura, regulando preços, produzindo diretamente insumos básicos para a produção, etc.).

entendermos o fenômeno da espoliação urbana, não apenas pelos seus processos políticos e econômicos determinados pelo capital, mas pela experiência social que ela causa aos sujeitos dos territórios periféricos da cidade. A perspectiva do filósofo Zygmunt Bauman (2003) sobre o aumento de grupos humanos excluídos do sistema econômico vigente pode ser uma alternativa viável, uma vez que as periferias urbanas são territórios que acomodam o excedente da força de trabalho composta por populações excluídas da formalidade dos direitos básicos e desumanizadas por um modelo de cidade segregada e excludente.

Pela perspectiva do autor, quando pensamos nas trajetórias de vida dos trabalhadores e trabalhadoras sem-teto, a espoliação nas cidades também se traduz como um descarte humano. Sua analogia compara o excedente da força de trabalho com a crescente produção de lixo descartado pela sociedade capitalista. Entretanto, vale acrescentar que, quando pensamos na ascensão das políticas neoliberais e na crescente favelização que elas produzem (DAVIS, 2006), este descarte toma proporções muito mais complexas. Na atual fase do neoliberalismo, cujo processo de acumulação depende cada vez menos da força de trabalho, a mercantilização da vida e o descarte humano têm se materializado por diversas políticas públicas de extermínio das populações espoliadas. Ou seja, o que Bauman (2003) denomina como “vidas desperdiçadas”, não deve ser subentendido como mera força de trabalho não aproveitada pelo capital, mas como um descarte que visa o extermínio da própria vida, algo que é próprio da reprodução do capitalismo.

Dadas as transformações sociais das periferias urbanas durante a Nova República, a consolidação de seus territórios populares historicamente constituídos por favelas, loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais, não nos permite falar em um espaço dual, marcado pela diferença centro/periferia (ROLNIK, 2015). Essa questão, quando apresentada pelas análises de Haroldo da Gama Torres e Eduardo Marques (2001), nos indica que, embora esses territórios sejam atualmente dotados de água, luz, equipamentos públicos e espaços comerciais, é possível pensá-los por uma nova geografia da pobreza e da vulnerabilidade social. Em outras palavras, por um “lugar dos pobres” na

cidade, entendido por grupos sociais com experiências heterogêneas e complexas (TORRES; MARQUES, 2001).

Entretanto, apesar dos investimentos de infraestrutura básica e equipamentos sociais, a precariedade nesses espaços ainda se faz presente pela má qualidade de serviços públicos e pela visível escassez de planejamento urbanístico. De acordo com Rolnik (2015), isso ainda faz dos termos “favela” e “periferia”, categorias urbanísticas e culturais, carregadas de estigma territorial. Do ponto de vista da análise antropológica, a construção desse estigma pode ser pensado por aquilo que Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) denominou como “a fala do crime”. “É nesses intercâmbios verbais do dia a dia que as opiniões são formadas e as percepções moldadas, isto é, a fala do crime não é só expressiva como também produtiva” (CALDEIRA, 2000, p. 27).

De acordo com a autora, o medo externado pela fala do crime, além de produzir interpretações e explicações estereotipadas para o fenômeno da violência, organizou a paisagem urbana da cidade de São Paulo e o seu espaço público, moldando-o para um cenário de interações sociais segregadoras que se explicitam pelos hábitos de vida dos condomínios fechados e pela disputa dos espaços públicos da cidade. A vida social, sob a lógica desses enclaves fortificados¹⁵, construiu progressivamente uma “Cidade de Muros”. Essa mudança social condicionou os habitantes da cidade de São Paulo a um universo restrito de interações sociais que, além de proliferar a violência, ajudou a legitimar reações privadas e ilegais, sinalizadas pelas práticas dos grupos de esquadrões da morte, justiceiros e de empresas de segurança privada (CALDEIRA, 2000).

Durante a década de 1990, o medo e o aumento da violência urbana acompanharam as principais mudanças sociais das cidades brasileiras. Nas décadas posteriores, pesquisas recentes indicam algumas mudanças nas configurações dos crimes urbanos. Os estudos de Sérgio Adorno, Camila Nunes

¹⁵Para explicar a segregação espacial na cidade de São Paulo, Caldeira (2000) formulou o conceito de “Enclaves Fortificados”. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Eles também podem ser Shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais ou condomínios residenciais. Segundo a autora, estes espaços atraem aqueles que temem a heterogeneidade dos bairros urbanos, preferindo a autossegregação nos enclaves fortificados da cidade.

Dias e Marcelo Batista Nery (2016) propõem uma investigação sobre os temas da violência na cidade de São Paulo, apontando para a superação de uma visão dicotômica, que não corresponde à diversidade das formas de organização sociais presentes nos territórios da sua região metropolitana. Segundo os autores, a distribuição do crime¹⁶ é, antes de tudo, descontínua e heterogênea. “Viver e morrer nas São Paulos” parte de experiências distintas localizadas em sete “regimes territoriais de violência”. De acordo com os autores:

[...] o poder de regulação sobre as mortes é exercido e tem efeitos distintos, conforme as características do bairro, a presença ou não de instituições encarregadas de prover justiça social e segurança pública, a natureza de vínculos sociais entre moradores e entre estes e as instituições sociais, bem como a natureza mais ou menos conflitiva das relações entre as organizações criminosas e os habitantes desses bairros, que compõem a chamada periferia das regiões metropolitanas (ADORNO; DIAS; NERY, 2016, p. 402).

A face atual da violência nas periferias urbanas da cidade de São Paulo, também se expressa por aquilo que Robert Cabanes e Isabel Georges (2011), analisaram sobre o fenômeno do narcotráfico e outros tipos de ilegalidades. Segundo os autores, existe uma relação entre o tráfico de drogas e a economia que reconfigurou os fluxos de subsistência dos territórios periféricos da cidade. Trata-se das estratégias de sobrevivência das famílias nesses territórios, através de ações que burlam a responsabilidade direta do trabalho precarizado, dando a ele outro significado por meios indiretos. Nesse sentido, o tráfico de drogas passou a ser uma referência econômica que garante a sobrevivência de muitas pessoas, estabelecendo um papel de dubiedade (social e moral) nas relações cotidianas desses espaços (CABANES; GEORGES, 2011).

Até aqui, vimos que a democracia política constituída pela Nova República, ao aderir as pautas do neoliberalismo, não foi capaz de promover a extensão da cidadania naquilo que se refere ao pleno gozo dos direitos sociais. Nas periferias urbanas, esses desdobramentos compuseram um cenário social de extrema violência, sob à ação direta do Estado, através de políticas de segurança pública, voltadas para o encarceramento em massa. De acordo com

¹⁶Para os autores, a presença do Primeiro Comando da Capital – PCC nos bairros e distritos da região paulistana, acrescentaram novos contornos para as relações entre cidade, classe social e violência. A ideia de que o PCC implantou nas periferias um sistema de mediação extrajudicial, com mecanismos capazes de evitar os ciclo de vingança privada, reduzindo ou interrompendo a violência, é uma formulação da qual não concordamos por inteiro. Pois o entendimento do fenômeno da violência abordado pelos autores, restrito ao número homicídios dolosos, não corresponde ao significado do termo que adotamos neste trabalho.

Michel Misse (2002), o caráter político-militar-territorial do comércio de drogas nos bairros periféricos e favelas como alvo constante de políticas de segurança pública, estigmatizou os grupos sociais desses espaços, ao mesmo tempo que construiu redes de solidariedade emergidas das relações demarcadas nesses territórios (MISSE, 2002).

A violência institucional e os padrões de exclusão que se mantiveram após a ditadura militar também fomentou a carência material das populações dos territórios populares das periferias urbanas. Entretanto, conforme pontua Sousa (2009), mesmo que somadas ao racismo estrutural e à xenofobia, ela não foi capaz de impedir o desenvolvimento das práticas artísticas e culturais de suas regiões. Na Zona Sul da cidade de São Paulo, o surgimento de uma diversidade de movimentos culturais durante a década de 1990, como os saraus de poesia, as posses de hip-hop, entre outros, funcionaram como um contraponto à violência desse período que, alguns anos depois, possibilitou as intervenções da Frente Povo Sem Medo nos bairros periféricos da cidade, atuando em rede de organização com esses movimentos (SOUSA, 2009).

As especificidades do processo de urbanização da cidade de São Paulo acompanharam as diferentes fases do capitalismo. O desdobramento dessas mudanças impactou diretamente na experiência de seus sujeitos. Nesse sentido, de acordo com Gabriel Feltran (2014), há um ponto de convergência entre "trabalhadores" e "empreendedores" que ascenderam socialmente aumentando sua renda e poder de consumo, com os "bandidos" e os "mercados ilícitos". Trata-se de "uma lógica mercantil formalmente integrada pela monetização, que produz uma forma de vida comum e desejável por todos, centrada na expansão do consumo" (FELTRAN, 2014, p.497).

Em sua análise, o desejo de ascensão social como possibilidade de integração à condição de cidadão passou por transformações em suas experiências de representação e cultura política. Ou seja, enquanto nas décadas anteriores, os trabalhadores das periferias e favelas da cidade São Paulo se organizaram junto com as entidades da Igreja Católica, sindicatos e outros setores da sociedade civil, operando como novos atores políticos na transição democrática do final da ditadura, a partir dos anos 1990, seus organismos de representação perderam a hegemonia nesses territórios (FELTRAN, 2014).

Embora a análise do autor indique uma das principais metamorfoses sociais das periferias urbanas nas últimas décadas, o que Feltran (2014) nomeou perda de hegemonia, em nossa perspectiva, não deve ser lido como um vácuo de representação dos setores organizados e instituições nesses territórios, após a ditadura, mas como um processo de reconstituição de suas redes de sociabilidade. Essas mudanças não ocorreram através de uma história linear, tampouco como uma ruptura radical com o seu passado. Elas nos indicam um elo entre movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, com os movimentos culturais que surgem na década de 1990 e que trarão novos desdobramentos nas décadas seguintes¹⁷.

É nesse cenário de transformações e enfrentamentos que surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Ao adentrar nos territórios das periferias urbanas da cidade de São Paulo, gradativamente, ele se fortalece, atuando em redes e se organizando com os diversos movimentos locais de conscientização e cultura que, conforme Sousa (2009), desde o início da década de 1990, já vinham apontando para a necessidade de se buscar novas pautas para os problemas cotidianos dos bairros periféricos, propondo alternativas para lidar com a criminalidade e o crescimento do narcotráfico.

Ademais, como demonstrou Débora Cristina Goulart (2011), a conjuntura neoliberal em que surge o MTST lhe impôs um repertório de ação diferente dos movimentos sociais urbanos dos períodos anteriores, pautados pelo projeto participativo democratizante, até então tido como hegemônico na esquerda brasileira. Uma parte significativa de sua expansão territorial, até a sua nacionalização no ano de 2009, foi sob o avanço do neoliberalismo no país, durante os dois primeiros governos federais do Partido dos Trabalhadores (PT). Analisaremos essa relação nos próximos subcapítulos que se seguem.

¹⁷A relação dos movimentos culturais das periferias urbanas pós ditadura com as ações do MTST nesses territórios será aprofundada no terceiro capítulo.

1.2. Os sem-teto sob o paradigma de uma nova institucionalidade

As questões analisadas no subcapítulo anterior demonstraram as condições históricas que fizeram emergir nas periferias urbanas do estado de São Paulo o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). O crescente volume de suas ocupações urbanas¹⁸, atuando em onze estados brasileiros¹⁹, compõe uma trajetória que já acumula mais de duas décadas de existência²⁰. Advindo dos movimentos sociais pós-ditadura, suas ações, junto aos movimentos populares das periferias urbanas, compuseram um novo direcionamento para a ação coletiva, transformando-a em novos repertórios de luta por direitos sociais e de enfrentamento ao Estado, marcado por um novo modelo de institucionalidade iniciado com a Nova República. Neste subcapítulo, buscaremos mapear o seu surgimento e expansão no estado de São Paulo, através das pesquisas que analisaram as implicações do neoliberalismo com a composição da sua base social e ação política, dentro dos conflitos urbanos e das disputas pelo direito à moradia.

Durante as décadas de 1970 e 1980, as experiências populares nas grandes cidades brasileiras trouxeram uma nova identidade coletiva para seus sujeitos. Esse período teve como principal característica o surgimento de diversos movimentos sociais urbanos. De acordo com Maria da Glória Gohn (1982), “trata-se de movimentos que emergem da sociedade civil, de

¹⁸Em “Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto”, publicado em 2015, são abordadas as práticas das ocupações urbanas em terrenos e prédios vazios, a fim de combater o discurso que criminaliza suas ações. As ocupações do MTST, de acordo com seus núcleos de organização, se valem da Constituição Federal de 1988, que define, nos artigos 5 e 170, a função social da propriedade. Ao ocupar um terreno que serve aos interesses da especulação imobiliária, os trabalhadores sem-teto estão exigindo o direito à moradia digna. As práticas de ocupação dos terrenos são organizadas por acampamentos e cozinhas coletivas, inspiradas nas ações do MST. Suas ocupações, espalhadas pelas periferias urbanas do país, compõem uma base social heterogênea e com as especificidades locais de cada região.

¹⁹De acordo com Débora Cristina Goulart (2012), o MTST, depois de ter adotado como estratégia de ação a municipalização e estadualização, se nacionalizou para compor os diversos grupos que pressionavam e cobravam do governo federal políticas habitacionais. Essa ação também resultou no seu crescimento em outros estados.

²⁰No ano de 2017, o MTST completou 20 vinte anos de existência. Para registrar sua trajetória de lutas sociais, seus militantes e ativistas organizaram a publicação de um livro intitulado “MTST 20 anos de História – luta, organização e esperança nas periferias do Brasil”. Trata-se de um trabalho colaborativo, que procurou contar a história coletiva do MTST a partir de seus próprios protagonistas, que viveram essas experiências. De acordo com os seus colaboradores, o livro é uma junção de registros acadêmicos, jornalísticos e de depoimentos orais, tendo como objetivo apresentar a luta dos sem-teto ao público geral e, principalmente, aos trabalhadores das periferias de diversas regiões do país.

composição social heterogênea, cujos conteúdos básicos situam-se na esfera do consumo”. (GOHN, 1982, p. 12). Em São Paulo, esses movimentos abrangeram diversas temáticas e mobilizaram as pautas de mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transporte, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creches etc. (GOHN, 2008).

A bibliografia sobre esse período nos indica que a década 1980 foi marcada por uma conjuntura de desemprego, baixos salários e hiperinflação. Esse processo se deu por meio do aprofundamento de uma crise cíclica de reprodução do capital, iniciada no final da década anterior. No Brasil, seus impactos foram sentidos de forma muito mais intensa pelos segmentos da classe trabalhadora advindos dos bairros periféricos, cuja taxa de desemprego da época contribuiu para uma queda vertiginosa na renda familiar. De acordo com Kowarick (1994), no ano de 1983, 43,2% das famílias residentes na região metropolitana de São Paulo sobreviviam com até um salário mínimo. É nesse contexto que, anos depois, ganharia força o Movimento contra o Desemprego e a Carístia.

A associação entre o desemprego e a fome também denunciava os problemas da falta de moradia para essas populações. O estudo da historiadora Cassiana Buso Ferreira (2009) recupera alguns relatos da época sobre os impactos sociais dessa crise. Conforme a autora, o desemprego não significou apenas a diminuição da renda e da alimentação bastante reduzida no período, ela evidenciou a falta de moradia desses trabalhadores. “Eu sempre morei na obra. Sou solteiro, não tenho filhos. Agora que não tenho trabalho, também não tenho morada, fico por aí...” (FERREIRA, 2009. Apud Folha de S. Paulo, 1983).

No final da década de 1980, as demandas por moradia desses territórios uniram os diversos movimentos populares que lutavam por melhorias urbanas e pelo acesso aos direitos de cidadania. De acordo com Gohn (1982), todos eles foram organizados por entidades e tiveram a cidade de São Paulo como palco e cenário de seus momentos iniciais. Em 1987, a partir de uma articulação conjunta das demandas por habitação, foi fundada a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMMSP). Com a sua ascensão e fortalecimento no centro da cidade, já em meados dos anos de 1990, as ocupações de prédios

nessa região se intensificaram e deram origem aos chamados movimentos sem-teto (AMARAL, 2002; CAVALCANTI, 2006; GOHN, 2008; NEUHOLD, 2009; OLIVEIRA, 2010).

O período de abertura política que antecedeu o surgimento dos movimentos de sem-teto na cidade de São Paulo foi de efervescência social. Isso se evidenciou pela centralidade do debate público em torno da questão da moradia e dos problemas enfrentados pelas populações das periferias urbanas, espoliadas do mundo do trabalho e do direito à cidade. Conforme Gohn (2008), na fase da Constituinte, esses movimentos se mobilizaram pela conquista de direitos sociais para serem incorporados no texto da lei.

Seus desdobramentos representaram um marco divisório para os movimentos sociais urbanos no Brasil. Essas mudanças trouxeram uma nova dinâmica para as lutas sociais com estratégias e repertórios de ação dentro de um novo campo de institucionalidade, que se consolidou gradativamente e que o próprio MTST, anos depois, também se apropriou. Nesse sentido, corroboramos com a análise de Gohn (2008), quando a autora identifica o principal elemento dessa transição: “após a promulgação da Constituição de 1988, os movimentos sociais, populares ou não, entrarão em nova fase em que predominam a negociação e os embates institucionais” (GOHN, 2008, p. 133).

Esse processo não apenas trouxe mudanças para o repertório de ação dos movimentos sociais e populares dos anos posteriores, como também impactou na experiência coletiva dos territórios das periferias urbanas. Para entendermos os resultados dessa transição, é necessário pensarmos nos seus aspectos diversos: políticos, econômicos, sociais e culturais. O debate teórico a respeito dessa transição gira em torno de uma ideia de “refluxo” dos movimentos sociais (ou não), dada a diminuição das mobilizações em prol das pautas dos territórios periféricos, a partir da década de 1990. Em nossa perspectiva, o cerne da questão está no entendimento de como essa transição gestou uma nova sociabilidade nesses territórios, reelaborada pelos seus próprios sujeitos.

Seguindo essas pistas, o estudo de Edson Miagusko (2008) nos indica que os movimentos sociais urbanos das pautas de habitação, que surgiram nos anos 1990, demandaram uma reordenação das categorias de análise em relação aos estudos produzidos sobre os movimentos das décadas anteriores. Conforme

o autor, a alteração das nomeações de movimento de moradia para movimento sem-teto, “pressupõe outra ação política, outro perfil da demanda e nova cena de expectativas de atendimento do Estado em relação às demandas sociais”. (MIAGUSKO, 2008 pp. 71-72).

Em sua análise, a reorganização das lutas por moradia ocorreu em uma sociedade marcada pela retração de políticas públicas de caráter universalizante e pelo encolhimento do campo dos direitos sociais, como parte do processo de inserção das pautas neoliberais, durante a década de 1990. Para a extensa bibliografia que discute esse período, ele é tido como um momento em que os “novos sujeitos sociais”, vindos das lutas populares nos bairros periféricos, do “novo sindicalismo” e de outros setores organizados da sociedade civil, ampliaram a sua participação nos espaços da política institucional. De acordo com Miagusko (2008), essa capacidade de negociação com os poderes públicos, oscilou entre criminalização e gestão. Sobre os dois aspectos dessa oscilação:

O primeiro é a reposição constante da face Autoritária do Estado como agente de deslegitimação das ações organizadas das camadas mais pobres e o segundo, a captura por uma governabilidade que coloca os sem-teto no lugar funcional da gestão da pobreza, onde a técnica e a gestão dos conflitos substituem e, portanto, eliminam a possibilidade de invenção política. (MIAGUSKO, 2008, p. 12).

O cenário político descrito por Miagusko (2008) nos indica um novo campo de institucionalidade, que impactou na ação coletiva dos movimentos sociais. Nas análises de Gohn (2008), a partir da redemocratização, muitos desses movimentos se transformaram em ONGs, ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. De acordo com a autora, mobilização e protesto deixaram de ser o desenvolvimento de uma consciência crítica, tornando-se uma forma de arregimentação e organização das populações para participarem de programas e projetos sociais. “O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais”. (GOHN, 2008, p. 134). No entanto, como já mencionado anteriormente, esse processo não deve ser entendido como um vácuo da ação coletiva nos territórios das periferias urbanas, uma vez que, durante a década de 1990, os movimentos culturais irão propor novas formas de resistências para os seus problemas cotidianos.

As pesquisas sobre os movimentos de sem-teto, durante a primeira década dos anos 2000, trataram das questões habitacionais na cidade de São

Paulo, acompanhando as mudanças de suas temáticas, lugares e interpretações. Isso correspondeu a um período de deslocamento das ações de luta por moradia com maior visibilidade política na região central.

Entre 1997 e 2007 aconteceram 112 ocupações, de terrenos, prédios e imóveis pelos movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo. Do total 83 ocupações (71,1%) ocorreu na região central e 29 (25,9%) em outros distritos e cidades da grande São Paulo. O fato a destacar é o deslocamento na segunda metade da década de 1990 das ações de movimentos de moradia e sem-teto da periferia de São Paulo para o Centro e a viabilização conferida por políticos, acadêmicos e a mídia. (MIAGUSKO, 2008, p. 153).

Ao contextualizar esses dados, Miagusko (2008) também situa a eclosão dos movimentos de sem-teto do centro da cidade de São Paulo, quase que simultaneamente às ações do MTST no município de São Bernardo do Campo, em 2003. Em sua análise, o contexto político dessa eclosão foi marcado pelo encolhimento da legitimidade pública dos movimentos sociais, através da criminalização via reintegrações de posses e práticas de gestão funcional da pobreza. Isso também coexistiu com a retração de gastos sociais e altos índices de desemprego, em um cenário social e político que o autor denominou como “contexto do desmanche” (MIAGUSKO, 2008).

Esse contexto exigiu um reordenamento das ações dos movimentos sociais urbanos, que passaram a atuar sob um estado democrático de direito, restrito aos seus limites institucionais e territoriais. Dentro desse cenário, as pesquisas que analisaram o MTST e suas demandas populares por habitação nos anos 1990 trataram das questões onde o Estado se fez “mínimo”. Entre elas, Elton Rafael Lorena (2012) também nos aponta que:

No contexto dessa década, com o início do processo de implantação da plataforma neoliberal e do complexo de reestruturação produtiva, a partir do Governo Collor (1990-1992) e, posteriormente, com o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Brasil passou por uma série de transformações que intensificaram a concentração de renda e a desigualdade social, com seus efeitos inegáveis sobre o crônico problema da moradia no país (LORENA, 2012 p. 59).

A conjuntura apontada pelos autores indica relação orgânica do MTST com a condição habitacional. Na busca pelo entendimento de sua gênese enquanto movimento social, Lorena (2012) seguiu as investigações de Ilse Scherer-Warren (2009), que analisou as trajetórias do MST e do próprio MTST, pontuando as fases que caracterizaram a construção de suas ações. Segundo a autora, trata-se da formação de uma identidade coletiva, da definição de um

campo de conflito e de um projeto de transformação social (SCHERER-WARREN, 2009; LORENA, 2012). Na análise de Goulart (2011), a identidade coletiva do MTST se constituiu pelos novos elementos da luta de classes no Brasil. O seu surgimento esteve ligado ao processo de reconfiguração da classe trabalhadora nos centros urbanos, ocorrido nas últimas décadas do período contemporâneo do país. A autora também sistematizou a base social do MTST, identificando a especificidade dos atores que a compõem.

A partir dessa diferenciação de sua base social, o movimento propõe a construção de uma identidade coletiva que possibilite a unificação desses trabalhadores em torno de um projeto comum de luta. Assim, os sem-teto podem ser provenientes de diversas situações de moradia e de trabalho. Podem vir da população em situação de rua, de famílias conviventes, de moradores de habitações inadequadas, de famílias com ônus excessivo da renda com aluguel etc., mas passam a ser sem-teto quando assumem-se enquanto tal e isso acontece no interior do movimento por moradia. Não ter casa não é, portanto, sinônimo de ser sem-teto (GOULART, 2011, p. 65).

As mudanças na composição da classe trabalhadora ocorreram com a reestruturação produtiva e o desemprego estrutural, sendo determinantes para a formação dos sem-teto. Esse fenômeno aglutinou as várias populações que sobrevivem de trabalhos informais e habitam áreas de risco, favelas e cortiços, sendo, na maioria das vezes, obrigados a dividir essas moradias precárias com seus parentes. De acordo com Goulart (2011), os sem-teto, além de possuírem renda instável e comprometida com aluguel, frequentemente passam por longos períodos de desemprego.

São homens e mulheres, em grande parte, migrantes nordestinos, cujos filhos nasceram nas grandes cidades do estado-destino, e que buscam um 'porto seguro' para deixar para os filhos, pois não têm ilusão de conquistá-lo a curto prazo (GOULART, 2001, p. 69).

Dentre os estudos consultados sobre o MTST, a pesquisa de Goulart (2011) investigou os avanços e recuos de sua trajetória na ação política, procurando reconstruir a história do movimento, através do entendimento de sua base social e projeto político de poder popular. A hipótese da autora é de que o MTST reorganizou a luta dos trabalhadores nas periferias urbanas, compondo um movimento social, que surgiu como forma de enfrentamento ao projeto neoliberal no Brasil (GOULART, 2011). A tese formulada por Goulart (2011), embora nos ofereça um panorama histórico geral dos desdobramentos do MTST no estado de São Paulo, durante a primeira década dos anos 2000, precisa ser lida levando em consideração as mudanças do movimento nos anos posteriores.

A trajetória do MTST na cidade de São Paulo, assim como a de outros movimentos de sem-teto que surgem no mesmo período, aponta os caminhos tomados pelos movimentos sociais urbanos após as décadas de 1970 e 1980. Essa transição deu novos contornos a ação coletiva, que passou a ser constituída por um novo paradigma de institucionalidade, quando articulada com as instituições que adentraram os espaços da ação política, não apenas dentro das esferas governamentais, como também dentro dos próprios territórios populares. O MTST e as ocupações que constituem a sua base social não passaram imunes a essas metamorfoses, que tiveram implicações sociais e culturais na sociedade brasileira. Os estudos sobre o MTST que foram elaborados após o contexto político de 2013 nos revelam alguns desses desdobramentos, que apontam os limites da ação coletiva, quando constituída sob esse novo paradigma.

Quando pensamos nos impactos que essas mudanças trouxeram para a experiência social dos territórios das periferias urbanas, cabe avaliarmos o modelo de cidade que se constituiu após a ditadura. Conforme Maricato (2015), na periferia do capitalismo a globalização fez com que as políticas urbanas propostas pelo ideário neoliberal iniciassem a desregulamentação e a privatização dos serviços públicos. Essas ações eliminaram a noção de subsídio como planejamento de políticas voltadas para as necessidades da maioria da população nos centros urbanos. A autora faz um questionamento importante para pensarmos os limites da ação coletiva, quando constituída por esse novo paradigma de institucionalidade, sob os termos de uma democracia burguesa: “qual é o espaço que existe para o exercício do planejamento territorial, executado por meio de políticas públicas com participação social, que contraria os interesses do novo imperialismo?” (MARICATO, 2015, p. 68).

Essa questão vai de encontro aos principais desafios enfrentados pelo MTST, que vão desde o seu surgimento até a sua fase atual. Conforme já descrito anteriormente, sua trajetória teve início no município de Campinas, região da Grande São Paulo, durante os desdobramentos da *Marcha Nacional* de 1997. De acordo com as análises de Goulart (2011), esse evento proporcionou o contato entre militantes e ativistas de diversas partes do país, vinculados à tarefa de construir um movimento social urbano. Desse encontro

surgiu a primeira organização de um acampamento realizada pelo MTST, que ficou conhecida como Parque Oziel.

A ocupação ocorreu em fevereiro de 1997, em uma área conhecida como Fazenda Taubaté que reunia 1135 lotes, de 144 proprietários, em uma área de quase 1 milhão de m². Sem água e esgoto, luz e serviço de coleta de lixo, o local reuniu, inicialmente, 200 famílias, mas, em menos de quatro meses, esse total já alcançava o admirável número de 4500 famílias (GOULART, 2011, p. 21).

O estudo de Lorena (2012) ao analisar os desdobramentos desse processo, também demonstrou que o fenômeno de metropolização da Região Metropolitana de Campinas, a partir do início da conjuntura neoliberal, impactou diretamente na configuração do seu espaço urbano e nas condições materiais de seus trabalhadores.

A partir da década de 1990, percebe-se a construção de grandes condomínios fechados distantes do centro destinados à população de alta e média rendas. Aliado a isso, ocorre o inchaço das favelas, denotando a precarização da condição habitacional da classe trabalhadora campineira e o aumento da segregação urbana das camadas de menor renda da população (LORENA, 2012, p. 105).

Com a permanência dos padrões de desigualdade e de segregação nas cidades brasileiras após a ditadura, o que o discurso hegemônico do capital passou a chamar de “desenvolvimento econômico” esteve diretamente atrelado à depreciação das condições de vida dos trabalhadores da RMC, assim como de outras cidades. Conforme Lorena (2012), os ditames da reestruturação produtiva, sob o planejamento das políticas neoliberais, trouxeram perdas substanciais de seus direitos e aumento da exploração. Isso fez com que a classe trabalhadora passasse por um processo de pauperização, que refletiu diretamente na questão urbana, tornando a cidade de Campinas cada vez mais segregada e de difícil acesso aos trabalhadores que habitam os diversos tipos de moradias inadequadas e precárias (LORENA, 2012).

A ocupação Parque Oziel foi a primeira experiência do MTST de organização e luta no cenário urbano. De acordo com Goulart (2011), ainda de forma muito embrionária, ela esteve bastante vinculada ao MST e contou com o apoio da Pastoral da Terra. Nos dados recuperados pela autora, é possível perceber as problemáticas urbanas enfrentadas nas periferias, a partir do surgimento do neoliberalismo no Brasil. Essa experiência durou seis anos e teve diversos desdobramentos.

[...] Sua história acumulava, além de uma vasta disputa judicial, envolvendo os proprietários, moradores e prefeitura, também uma intensa luta pela sobrevivência cotidiana, em uma área sem quaisquer benfeitorias públicas, com alto índice de violência e sem qualquer garantia de posse da moradia (GOULART, 2011, p. 24)

Após essa primeira experiência, os militantes do MTST recuaram suas ações, voltando-se para o estudo das condições materiais e conjunturais nas cidades. Conforme a autora, eles estavam “revendo a necessidade de imprimir uma nova forma de organização da população e, sobretudo, a necessidade de uma reflexão sobre a dinâmica dos acampamentos urbanos.” (GOULART, 2011, p. 25). Como também demonstrou Miagusko (2008), a necessidade de um movimento social urbano que respondesse à essas questões surgiu através da constatação do quadro de crescimento acelerado das cidades brasileiras e das críticas ao caráter “municipalista²¹” dos movimentos de moradia e sem-teto. De acordo com o autor, a transposição automática das práticas do MST para as cidades culminou em um desdobramento que deu “autonomia maior dos sem-teto em relação aos sem-terra e um afastamento do MST das decisões do MTST.” (MIAGUSKO, 2011, p. 184).

Esse processo construiu os pilares fundamentais de existência do movimento. De acordo com Goulart (2011), ele definiu a sua autonomia em relação ao MST, mas sem negá-lo como parte de sua origem. Com a reorganização de suas ações, no início dos anos 2000, o MTST já havia construído uma base social sólida e coesa, com um projeto político de transformação social, a partir da reivindicação por moradia e reforma urbana. Segundo a autora, na medida em que o movimento foi crescendo em direção à sua demanda social, sua dinâmica de atuação se expandiu pelos municípios da Grande São Paulo (GOULART, 2011).

Durante a primeira década dos anos 2000, o MTST havia crescido em número de ocupações e organização. As experiências desse período também coexistiram com a formação de seus militantes. Segundo Goulart (2011), a partir de 2005, o movimento adotou uma estratégia de atuação territorial, com o objetivo de aglutinar apoiadores para o fortalecimento de suas instâncias

²¹De acordo com a análise de Miagusko (2008), trata-se dos movimentos sociais que são vinculados à estrutura do legislativo nos municípios, possuindo estreitas relações com vereadores que acompanham suas bases sociais, para utilizar-se do cadastramento de famílias sem moradia.

internas e para a formação e ampliação de sua base social pelas regiões da Grande São Paulo.

Foi o que o movimento chamou de “estadualização”. As ações do MTST intensificaram-se em determinadas regiões, formando núcleos de atuação, assim divididos: Guarulhos (como acampamento Anita Garibaldi), sudoeste (acampamentos Carlos Lamarca e Rosa, Luxemburgo, em Osasco; Chico Mendes, em Taboão da Serra; e João Cândido, e Itapeverica da Serra) e ABC (acampamento Santo Dias, em São Bernardo do Campo) (GOULART, 2011, p.52).

A expansão de seus acampamentos ocorreu através da manutenção dos núcleos que se mantiveram de ocupações anteriores, dando continuidade ao trabalho de formação com os acampados e novas ocupações, organizados no interior do movimento. De acordo com Goulart (2011), entre 2001 e 2007, o MTST realizou seis ocupações. Houve também a criação da Associação Periferia Ativa e da Brigada de Guerrilha Cultural, cuja função foi estabelecer contato com os bairros dessas regiões. No ano de 2008, o movimento mudou sua linha de atuação, passando a adotar a estratégia de ocupar três áreas, simultaneamente, espalhadas pelos municípios da Grande São Paulo.

Essa ação ocorreu como parte de uma mobilização nacional em março de 2008, da qual o MTST participou ocupando áreas nos municípios de Campinas, Embu das Artes e Mauá, gerando os acampamentos Frei Tito, Silvério de Jesus e Terra e Liberdade, respectivamente (GOULART, 2011, p. 53).

Essas ocupações demonstraram a capacidade organizativa do movimento. Segundo Goulart (2011), a iniciativa buscou consolidar um “cinturão” de lutas no estado de São Paulo, as quais se apoiavam nos acampamentos e núcleos e, ao mesmo tempo, divulgando suas ações, a fim de pressionar os governos municipal, estadual e federal. Essa pressão popular ocorreu não apenas sobre as prefeituras das áreas ocupadas, como também em outras instâncias do Estado, através de marchas, caminhadas, acampamentos em locais públicos e interrupções de transportes de mercadorias nas rodovias. “Isso porque as reivindicações exigiam o envolvimento das três instâncias estatais para a viabilização das moradias” (GOULART, 2011, p.54).

Quando constatamos que a luta por moradia, a partir da década de 1990, incorporou as dinâmicas de um novo modelo de institucionalidade e que, nas décadas posteriores, ela passou a depender da interlocução simultânea das três instâncias estatais, entendemos a gradatividade do fenômeno que, aos poucos, foi moldando o repertório de ação dos movimentos sociais urbanos, na medida

em que a relação do poder público com as organizações não governamentais foi tomando espaço no cotidiano das experiências populares de dentro dos seus próprios territórios periféricos.

As pesquisas que produziram etnografias nas periferias urbanas da cidade de São Paulo, a partir da segunda década dos anos 2000, nos oferece algumas possíveis chaves de interpretação para esse fenômeno. Na análise de Ludmila Costhek Abílio (2011), a Prefeitura da cidade de São Paulo, em 2001, sob a gestão de Marta Suplicy – filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), até então – implementou, por meio da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), alguns programas sociais destinados à geração de renda e trabalho, que a autora definiu como um processo de inclusão social, através da despolitização e da mercantilização da questão social e do apaziguamento de suas desigualdades (ABÍLIO, 2011).

Ao pesquisar a implementação dos programas “Oportunidade Solidária” e “Começar de Novo”, que foram desenvolvidos em parceria com entidades do terceiro setor, voltadas para a economia solidária, a autora foi à campo para entender os novos contornos da vulnerabilidade social das populações das periferias urbanas, que vivenciavam a intensificação da informalidade nas relações de trabalho, sendo tratadas como público-alvo dessas medidas.

Quando se convive com os beneficiários e se conhecem as trajetórias de alguns, o que aparece é a predominância de uma “viração”, o fazer de tudo um pouco, aproveitar oportunidades que surgem e desaparecerem, uma sobrevivência que faz pelos “bicos”, ao lidar com o assassinato de um filho, com o marido que se torna desempregado, com a falta de garantia de uma moradia (ABÍLIO, 2011, p. 298).

Esses programas se concentravam em dois eixos de atuação, divididos entre redistributivos e emancipatórios. Seus critérios de participação estavam ligados a fatores renda e desemprego. É interessante notar que a participação em alguns dos programas redistributivos estava diretamente atrelada à frequência dos programas emancipatórios. Eles eram ofertados por meio de cursos com noções básicas de cooperativismo e economia solidária, com o objetivo de formar cooperativas com a noção de cidadania, defendida por suas propostas. De acordo com Abílio (2011):

Essas pessoas chegaram à igreja, à escola ou outro local onde os cursos seriam ministrados sem saber ao certo o que encontrariam ali. Pessoas que achavam que seriam chamadas para uma frente de

trabalho ou receberiam algum emprego da Prefeitura viram-se num curso voltado para o empreendedorismo. Passaram de desempregadas de longa duração a beneficiárias da prefeitura e possíveis proprietárias de seu próprio negócio. O fato de não terem manifestado interesse prévio em tornar-se empreendedoras e, mesmo assim, serem obrigadas a frequentar um curso em que eram “estimuladas” ao empreendedorismo – o que numa das publicações da SDTS acerca dos programas foi definido como “estratégia de indução” – pode explicar o altíssimo índice de evasão na passagem da primeira para a segunda etapa do programa (ABÍLIO, 2011, p. 299).

O fenômeno analisado pela autora retrata a experiência dos trabalhadores na cidade de São Paulo, no mesmo período em que o MTST começa a adentrar nos territórios das periferias urbanas do estado, mas ainda restrito aos municípios da Grande São Paulo. Durante essa conjuntura, conforme nos indica a pesquisa de Abílio (2011), na região da Zona Sul da cidade, os movimentos de moradia perderam seus espaços de atuação para as entidades voltadas à projetos sociais e para as articulações que giravam em torno delas. Esse fenômeno indica a forma como a ação coletiva dentro das periferias urbanas foi, aos poucos, se modificando. A política convertida em planejamento e técnica abriu espaço para uma complexa engenharia social, cujas práticas de inclusão dos pobres em projetos sociais direcionados por entidades privadas, tornaram a cidadania uma questão de gestão e financiamento, o que, nos termos de Abílio (2011), se configura como uma “cidadania administrável”, na qual as entidades privadas tornaram-se os atores principais desse processo.

O léxico dessa cidadania remete ao discurso mercadológico: delimitação do público consumidor/alvo, por faixa consumidora/segmentos da vulnerabilidade social, metas a serem atingidas/indicadores sociais. Entidades que precisam de visibilidade para captação de recursos estabelecem um campo cada vez mais concorrencial e “aquecido” por financiamentos que vêm de todos os lados, o que praticamente configura um mercado dos projetos sociais (ABÍLIO, 2011, p. 315).

Esse fenômeno trouxe implicações diretas para o repertório de ação dos movimentos de sem-teto da cidade de São Paulo. Foi nesse contexto, que o MTST, ao adentrar nas periferias urbanas, fez de sua estratégia territorial uma forma de reivindicar as políticas voltadas para a moradia, que começavam a adotar essa mesma dinâmica apontada por Abílio (2011). A organização das estratégias de mobilização assumidas pelo MTST e os desdobramentos dessas ações, de acordo com Goulart (2011), apareceram no “Manifesto Popular de 28

de março 2008”²², através do repertório de ação incorporado pelo movimento. Subsequente a esses processos, “a estadualização ocorreu paralelamente à nacionalização, o que significa dizer que, enquanto o movimento se ampliava em São Paulo, estabelecia contatos com movimentos de luta por moradia em outros estados.” (GOULART, 2011, p.54).

Este repertório de ação expressou-se pela sua postura no enfrentamento à especulação dos banqueiros e seus subsídios do governo, em detrimento das políticas da habitação e infraestrutura urbana, assim como pela sua estratégia em dialogar com governo federal pela disputa dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC²³), cujas ações estavam sendo destinadas ao empresários do ramo da construção civil e do ramo imobiliário, sem contemplar a população sem-teto; e, principalmente, pela sua crítica ao Ministério das Cidades²⁴ e suas práticas elitistas na forma de tratar das questões urbanas reproduzindo uma lógica burocrática, através da institucionalização de muitos movimentos pelas pautas de habitação. Como continuidade desse novo repertório, foi durante o seu Encontro Estadual, realizado em maio de 2009, que o MTST oficializou o seu objetivo de se nacionalizar. A prioridade dessa pauta era formar grupos que se mobilizassem em diferentes Estados, mas sob uma única organização que procurasse unificar uma carta de princípios políticos e de atuação.

A manifestação que inaugurou essa nova fase foi o acorrentamento de militantes aos portões do prédio de apartamentos, em que o presidente Lula tem um imóvel, na cidade de São Bernardo do Campo, em julho de 2009 (GOULART, 2011, p. 56).

As reivindicações dessa manifestação tiveram dois objetivos principais: a inclusão do movimento como entidade organizadora de projetos habitacionais no Programa Minha Casa Minha Vida²⁵ e a participação ativa do Governo

²²Ver em Goulart (2011), p. 58.

²³Decreto Nº 4.744, de 16 de junho de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4744.htm>. Acesso em 05 de julho de 2020.

²⁴Decreto Nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm>. Acesso em 05 de julho de 2020.

²⁵No segundo capítulo, trataremos de forma mais detalhada das políticas habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e a sua relação com as reivindicações do MTST, durante e após os governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Federal nas negociações do MTST em todas as regiões e estados em que ele atua. De acordo com Goulart (2011), o resultado dessa negociação com o governo federal fez com que o movimento fosse incluído no programa MCMV e recebesse investimentos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS²⁶, com o objetivo de atender as suas demandas por moradias populares. Essas ações trouxeram ganhos provisórios ao MTST, que atenderam algumas ocupações de sua base social. Isso ocorreu graças ao resultado de sua negociação com o Ministério das Cidades, em 2008. No entanto, o movimento teve que dar continuidade a suas estratégias de ocupações para pressionar os setores governamentais a cumprirem essas pautas.

Um dado que não pode passar despercebido é que, nas prefeituras governadas pelo PT – Embu e Mauá –, as negociações foram tão, ou mais, difíceis quanto naquelas governadas por outros partidos, como o PDT ou PV (GOULART, 2011, p. 58).

Em 2009, o MTST compôs a Frente Nacional de Movimentos Urbanos, que congregou organizações de oito estados brasileiros. À frente, reuniu diversos movimentos sociais de caráter urbano, como movimentos de conselhos populares, ocupações de terrenos, fóruns de moradia de bairros e regiões. Já em 2010, o movimento organizou uma outra jornada de mobilizações denominada de Minha Casa, Minha Luta, em clara referência ao projeto habitacional do governo federal. Suas principais reivindicações foram a descriminalização das ocupações urbanas e o atendimento das políticas habitacionais do MCMV (GOULART, 2011).

Os direcionamentos tomados pelo MTST durante esse período, vão de encontro as metamorfoses políticas e sociais ocorridas na cidade de São Paulo, desde o final da ditadura. Esses desdobramentos nos indicam que mesmo com a incorporação das pautas dos movimentos sociais urbanos na Constituição Cidadã, os cenários posteriores à essa conquista não lhes garantiram a efetividade dos direitos sem o embate da luta política. No entanto, quando analisamos essa dinâmica de enfrentamento e negociação provocada por esse novo modelo de institucionalidade, é preciso entender que ela reordenou os sentidos da cidadania, desassociando-a das práticas dos movimentos populares,

²⁶Decreto Nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em 05 de julho de 2020.

a partir do momento em que as Entidades organizadoras de demandas sociais passaram a adentrar nos territórios periféricos.

Entre o final dos anos 1990 e a primeira década do século XXI, a atuação do MTST nas periferias urbanas denunciou os problemas estruturais das cidades brasileiras que se perpetuaram historicamente. Ao construir um projeto político capaz de ampliar a sua base social recriando estratégias de ação e organização nos territórios periféricos, o movimento compôs o protagonismo das principais lutas contra o aprofundamento do neoliberalismo no país, ao longo dos governos que sucederam a ditadura. Em meio a esse retrospecto, o que explica a sua expansão territorial e nacionalização, atuando sob os governos federais do Partido dos Trabalhadores (PT), cujas políticas urbanas implantadas possibilitaram a sua projeção e alguns ganhos na luta pelo direito à moradia?

No que se refere ao papel das políticas públicas do Estado brasileiro, a interpretação de Saad Filho e Moraes (2018) nos indica que suas medidas foram historicamente pautadas na aceleração da acumulação primitiva do capital, de modo a impulsionar a sua expansão, por meio de sucessivos sistemas de acumulação (SAs). Esse processo fomentou o surgimento de uma classe capitalista no país, primeiro pelo setor primário-exportador, seguido pelo desenvolvimento manufatureiro e, atualmente, concentrado no capital financeiro.

Nesse sentido, a forte intervenção estatal na acumulação não implica diretamente qualquer forma de “capitalismo de Estado”. Pelo contrário, mostra apenas que a política pública responde aos imperativos da acumulação (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 26).

De acordo com os autores, o sistema de acumulação neoliberal brasileiro funcionou com taxas decrescentes de investimentos, redução progressiva do crescimento do PIB, deterioração dos padrões de emprego e uma forte tendência à concentração de renda e riqueza, que coexistiu com frequentes crises financeiras. Como consequências sociais, além da decomposição da classe trabalhadora e da diluição de suas formas de solidariedade, houve também uma crise de representação política no campo das esquerdas, que facilitou a captura da democracia pelo neoliberalismo (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

No cenário descrito pelos autores, a participação popular esteve limitada a ter que escolher entre “nuances de neoliberalismo” e um “mercado político” esterelizado e policiado por uma grande imprensa plutocrática, normalmente

alinhada a uma direita radical. Além disso, as democracias neoliberais demonstraram o seu caráter contraditório porque, mesmo respondendo às pressões populares com políticas voltadas para as melhorias cotidianas, não antagonizaram com as estruturas de privilégios das classes dominantes.

Uma democracia neoliberal é capaz de lidar com essa contradição, na medida em que as instituições do Estado são sequestradas e transformadas a fim de isolar da responsabilidade política os interesses dos privilegiados. Nesse meio-tempo, a legitimidade e a inclusividade da democracia ocultam a imposição de políticas econômicas e sociais excludentes. Desse modo, o reconhecimento das virtudes da democracia devem ser ponderado pelo reconhecimento de que ela é compatível com o aprofundamento sistemático das desigualdades econômicas (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 245).

Nesse sentido, embora os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) tenham trazido alguns ganhos para a maioria da população brasileira, por meio de políticas de inclusão social, como programas de transferência de renda, aumento do salário-mínimo, Bolsa Família e cotas raciais para admissão em Universidades e serviço público, além do acesso aos bens de consumo, entre outras políticas públicas, isso não impediu o acirramento da luta de classes no país, inclusive no seu cenário social urbano, o que indica, entre outros fatores, o crescimento do MTST e de sua base social por meio de novas ocupações.

O encontro entre a neoliberalização da economia, a precarização do trabalho e o crescimento global da força de trabalho foi acompanhado pela intensificação das lutas sociais em diferentes regiões do planeta. De acordo com Rui Braga (2017), em comparações internacionais de longo prazo, a partir dos anos 2000, os protestos ligados ao mundo do trabalho aceleraram seu ritmo, alcançando um pico de conflitos entre os anos de 2011 e 2015. “Daí o espanto: como interpretar a anomalia segundo a qual o sindicalismo fordista declina, mas a mobilização dos trabalhadores se acirra?” (BRAGA, 2017, p. 28).

As ações territoriais do MTST nas cidades brasileiras, a partir desse período, respondem à questão formulada pelo autor. Aprofundaremos essa discussão, ao tratarmos da centralidade do trabalho no cotidiano dos sem-teto, no segundo capítulo. Por ora, é importante demonstrar a relação desses fenômenos com a expansão territorial do MTST, às margens dos municípios da Grande São Paulo e de sua região metropolitana, a partir de junho de 2013, com o acirramento dos conflitos sociais nas cidades brasileiras e com os seus

desdobramentos nos anos posteriores, que indicam um aumento de sua base social com novas ocupações.

Ocupações urbanas organizadas pelo MTST (1997-2018)

Ano	Nome da Ocupação	Propriedade do terreno	Município	Distrito/Bairro
1997	Parque Oziel	Privado	Campinas	Pq. Oziel
2001	Anita Garibaldi	Privado	Guarulhos	Ponte Alta
2002	Lamarca	Indústrias Matarazzo	Osasco	Jardim Umarama
2003	Santo Dias	Volkswagen	São Bernardo do Campo	Ferrazópolis
2004	Rosa Luxemburgo	Hicks Muse	Osasco	Jardim Teresa
2005	Chico Mendes	Privado	Taboão da Serra	Jardim Helena
2007	João Cândido	Frigorífico Eder	Itapecerica da Serra	Valo Velho/Vila Calu
2008	Frei Tito	Privado	Campinas	Jardim Maria Rosa
2008	Silvério de Jesus	Privado	Embu das Artes	JD. Nossa Senhora de Fátima
2008	Terra e Liberdade/Nova Mauá	Privado/Petrobrás	Mauá	Jardim Olinda
2008	Zumbi dos Palmares	Privado	Sumaré	Jardim Denedai
2010	Che Guevara	Privado	Taboão da Serra	Jardim Helena
2010	Nova Palestina	Privado	Santo André	Jardim São Jorge
2010	Santa Cristina	Privado	Santo André	Jardim Santa Cistina
2011	Dandara	Privado	Hortolândia	Jardim Minda
2012	Novo Pinheirinho	Privado	Santo André	Jardim do Estado
2012	Novo Pinheirinho	Estado	Embu das Artes	Parque Pirajussara
2012	Vila Soma	Privado	Sumaré	Vila Soma
2013	Faixa de Gaza	União	São Paulo	Paraisópolis
2013	Dona Deda	Município	São Paulo	Campo Limpo
2013	Capadócia	Município	São Paulo	Campo Limpo
2013	Estaiadinha	Município	São Paulo	Bom Retiro
2013	Nova Palestina	Privado	São Paulo	Jardim Ângela
2014	Copa do Povo	Privado	São Paulo	Itaquera
2014	Portal do Povo	Privado	São Paulo	Morumbi
2014	Carlos Marighella	Privado	Carapicuíba	Vila Dirce
2015	Oziel Alves	Privado	Mauá	Jardim Oratório
2015	Paulo Freire	Privado	Embu das Artes	Jardim Batista
2015	Maria Bonita	Privado	Itapecerica da Serra	Jardim dos Reis
2016	PSM do Capão	Privado	São Paulo	Capão Redondo
2016	Anastácia	Privado	São Paulo	São Mateus
2016	PSM do Embu	Privado	Embu das Artes	Jardim Fabiana
2016	João Goulart	Privado	Itapecerica da Serra	Itapecerica da Serra
2017	PSM de Guarulhos	Privado	Guarulhos	Pimentas
2017	Hugo Chávez	Município	Guarulhos	Bonsucesso
2017	PSM de São Bernardo do Campo	Privado	São Bernardo do Campo	Assunção
2018	Marielle Vive	Privado	São Paulo	Pirituba
2018	Marielle Franco	Privado	São Paulo	Grajaú

Fonte: FALCHETTI, Cristhiane. *Ação coletiva e dinâmica urbana: o MTST e o conflito na cidade 2019*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP. 2019, p. 309.

A tabela com os dados extraídos do estudo de Cristhiane Falchetti (2019) traz um levantamento atualizado das ocupações urbanas do MTST, localizadas no estado de São Paulo. A análise da autora investigou o papel do movimento a partir das manifestações de junho de 2013, procurando entendê-lo pela interface que liga a ação coletiva e a dinâmica urbana dentro dos conflitos das cidades no capitalismo neoliberal. Mesmo não se atendo a especificidade de todas as ocupações levantadas pela autora, é importante ressaltar que todas elas, nos seus respectivos terrenos espalhados pelas periferias urbanas do estado, indicam as diversas fases do MTST, assim como suas ações nesses territórios populares, conforme já apontado nas pesquisas de Miagusko (2008), Ilse Scherer-Warren (2009), Oliveira (2010), Goulart (2011), Lorena (2012), Silva, (2018), dentre outros.

Pelo levantamento desses estudos é possível criar um mapeamento que sistematiza a espacialização do MTST no estado de São Paulo em duas fases. A primeira, através de uma expansão territorial com suas ocupações urbanas durante a primeira década dos anos 2000, pelos municípios da Grande São Paulo, nas regiões leste, sudeste, oeste e sudoeste. A segunda, a partir de 2013, ocupando os terrenos destinados à Habitação de Interesse Social (ZEIS), localizados na capital do Estado, em sua maioria na Zona Sul da cidade. A descrição das ocupações urbanas na tabela também nos indica que a maior parte dos terrenos ocupados pertencem ao setor privado, o que demonstra a intensificação do quadro de especulação imobiliária em São Paulo, explicitados pelos fenômenos da espoliação urbana e da segregação socioespacial, através da mercantilização da cidade e da financeirização da moradia.

Portanto, é nos desdobramentos dos protestos ocorridos em junho de 2013, quando esse cenário social e político se acirra, que o MTST reorganiza o seu repertório de ação para responder à esta nova conjuntura, também marcada pelo acirramento da luta dos trabalhadores contra o desmonte dos seus direitos sociais e pela depreciação de suas condições de vida nas cidades. Abordaremos essas questões no próximo subcapítulo.

1.3. Trabalho e moradia: a cidade em disputa

Nos subcapítulos anteriores vimos que o surgimento dos movimentos de sem-teto e do próprio MTST na cidade de São Paulo estiveram ligados aos arranjos da Nova República e à inserção de suas políticas neoliberais que afetaram o mundo do trabalho e as condições de vida nas cidades. Esses desdobramentos também gestaram um novo modelo institucional, que deu novos sentidos à cidadania e impactou na dinâmica da ação coletiva dos movimentos sociais e populares. A trajetória dos movimentos de sem-teto que surgiram após a ditadura, evidenciou esse fenômeno, da mesma maneira que também indicou o acirramento da luta de classes no cenário urbano brasileiro.

As manifestações ocorridas durante as “Jornadas de Junho de 2013” deflagraram esses conflitos, dado o aumento das desigualdades sociais que se intensificaram e depreciaram as condições de vida das populações oriundas das periferias urbanas. Os anos posteriores a essas manifestações se traduziram em uma nova crise econômica, que se transformou em uma crise política e social. Esse fenômeno fez surgir nos territórios das periferias urbanas da cidade de São Paulo novas ocupações do MTST, que passaram a protagonizar as disputas pelo direito à cidade, na medida em que a mercantilização do espaço urbano e da moradia foi se intensificando. Analisaremos neste subcapítulo os conflitos sociais abertos por esta conjuntura.

Os períodos de crise do capital moldam as cidades aos seus próprios interesses e dinâmicas. Está em Marx a formulação de que essas crises são o excesso de sua superprodução e valorização. De acordo com Marcio Pochmann²⁷ (2013), os momentos de crise do capital são também uma forma de destruição do seu excesso de produção, que permite valorizar e recriar novas formas de capital. Trata-se de um “momento dialético de destruição e reconstrução”. Conforme o autor, “as saídas das crises do capital”, como formas de autorregulação do sistema, acontecem através de planos de infraestrutura que buscam reativar a economia. Essas saídas estão sempre ligadas aos seus problemas de consumo. Não se trata de um problema de produção, que indique

²⁷Partimos da análise do autor em sua aula ministrada no curso *Introdução à obra de David Harvey*. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=EZsytOBnrk&t=4884s>>. Acesso em 26 de outubro de 2021.

uma crise de sua realização, mas de um problema da demanda em encontrar a oferta, num cenário de superprodução e valorização do capital. Nesse sentido, o capitalismo, enquanto um sistema que depende das relações mercantis para sobreviver, tem em suas crises algo intrínseco à sua própria reprodução, uma vez que ele não produz para as necessidades humanas, mas para acumulação da riqueza (POCHMANN, 2013).

A formulação do autor, embasada na crítica da economia política presente na obra de Marx, é fundamental para entendermos os conflitos nas cidades brasileiras iniciados em 2013. Sobretudo na cidade de São Paulo, dada a intensificação da mercantilização do seu espaço urbano. Como já tratado anteriormente, a criação do Programa Minha Casa Minha Vida impactou no repertório de ação dos movimentos sociais urbanos das pautas de moradia, fazendo com que o MTST construísse novas estratégias de luta, que oscilaram entre momentos de negociação e de conflito com as esferas governamentais.

Restrito a esse modelo de institucionalidade que esvaziou a ideia da moradia como um direito, tornando-a uma mercadoria, seus processos direcionaram as políticas habitacionais do programa, que não resolveram os problemas de déficit habitacional dos centros urbanos. De acordo com Maricato (2015), o Programa Minha Casa Minha Vida atendeu, em sua maioria, os seguimentos das classes médias, em um contexto de crescimento da oferta de emprego na indústria da construção civil. Os dados apontados pela autora nos revelam “as saídas da crise”, ou seja, uma forma da demanda encontrando a oferta, criando, até mesmo, novas demandas para a oferta já existente. Entretanto, quando constatamos que os trabalhadores da construção civil representaram uma parte significativa da população que não teve acesso ao programa de moradia, as contradições entre capital e trabalho se revelam, transformando a cidade num território de disputas.

Os processos históricos frutos da modernidade construíram relações sociais no espaço urbano contemporâneo, inseridos em duas perspectivas opostas, mas que tentam convergir em prol das ideias de desenvolvimento. Trata-se da mercadoria e do direito. A cidade pensada como um direito, nos termos de Henri Lefebvre (2011), se define como: “a proclamação e a realização da vida urbana no reino do uso” (LEFEBRE, 2011, p. 139). Em outras palavras,

uma formulação em que as necessidades sociais, inerentes às sociedades urbanas, estejam pautadas no seu valor de uso, ao invés do valor de troca, que visa a reprodução do espaço urbano como uma mercadoria.

Em sua tese, a cidade, o urbano e o urbanismo apontam duas questões essenciais para que a sociedade urbana se materialize no reino do uso: a moradia e o “habitat”. Conforme Lefebvre (2011), esses elementos dependem de políticas de habitação e de técnicas arquitetônicas produzidas pela organização industrial. Ambos os elementos se concretizam pelo crescimento econômico e pela produção industrial planejada. Entretanto, como o próprio autor pontuou, a história da industrialização nos ensina que pode haver crescimento econômico sem o desenvolvimento social. Ou seja, o crescimento quantitativo sem o desenvolvimento qualitativo, que visa apenas a acumulação, difundida como progresso pela ideologia burguesa. Conforme Lefebvre (2011), esse fenômeno estagna as relações sociais e suas transformações, fazendo com que a sociedade urbana não se concretize.

[...] O desenvolvimento da sociedade só pode ser concebido na vida urbana, pela realização da sociedade urbana. 3. O duplo processo de industrialização e de urbanização perde todo o seu sentido se não concebe a sociedade urbana como objetivo e finalidade da industrialização, se subordina a vida urbana ao crescimento industrial (LEVEBRE, 2011, p. 137).

A tese que formulou a ideia do “direito à cidade” teve suas reflexões construídas pelas questões históricas de seu tempo. Quando trazemos a sua formulação para a especificidade brasileira, ela nos ajuda a entender um dos principais obstáculos da luta pelo direito à moradia em nossa realidade histórica. Na periferia do capitalismo, diferente dos países que, durante o pós-guerra tiveram suas políticas públicas pautadas no “Estado Providência” (Welfare State), os trabalhadores da periferia do sistema (Via de regra racializados), apesar de terem promovido avanços sociais por meio de suas lutas, não conseguiram efetivar a produção em massa da moradia para as periferias urbanas, como uma conquista plena.

Nesse sentido, as cidades na periferia do capitalismo produziram a industrialização dos baixos salários e, como consequência, a urbanização dos baixos salários (OLIVEIRA, 1972; MARICATO, 2015). Este processo esteve ligado ao tipo de capitalismo que se desenvolveu na periferia do sistema, cujo

modelo se expressou pelo paradoxo de uma “modernização conservadora”, em que as cidades e a construção da moradia, são as evidências dessa formulação. De acordo com Maricato (2015):

Essa prática (da autoconstrução das casas) contribuiu para a acumulação capitalista durante todo o período de industrialização no Brasil, particularmente de 1940 a 1980, quando o país cresceu a taxas aproximadamente de 7% ao ano, e no processo de urbanização cresceu 5,5% ao ano (IBGE) (MARICATO, 2015, p.26).

Para os países que viveram o Welfare State, as políticas econômicas determinaram os capitais que iriam perder espaço na disputa pelos lucros, juros e renda, dada a necessidade de alojar os trabalhadores e diminuir os preços da força de trabalho e da moradia. Foi nesse período que os capitais rentistas, fundiários e imobiliários foram subordinados e regulados pelos interesses do capital industrial, direcionando os processos de urbanização das cidades e fazendo com que o capital produtivo estivesse acima do capital especulativo, dentro da coalização de forças que disputam a produção do espaço urbano (HARVEY,1982).

Nessa formulação, a luta dos trabalhadores contra a apropriação da renda da terra e dos interesses da construção civil, é denominada por David Harvey (1982) como o conflito de classes em torno do “ambiente construído”. Ou seja, a contradição entre capital e trabalho, que se expressa pelas lutas dos trabalhadores na cidade. Conforme Harvey (1982), essas lutas se estruturam pela tensão entre o conflito e a organização comunitária; e o conflito e a organização industrial com base no trabalho. Em suas palavras:

A separação dos locais de trabalhar e de se viver significa que o trabalhador para controlar as condições de sua própria existência divide-se em duas lutas independentes. A primeira, localizada no local de trabalho, refere-se às condições de trabalho e a taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para os bens e consumo. A segunda luta, travada no local de viver, é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc. Essa luta é sobre as condições de existência no local de residência e convivência (HARVEY,1982, p. 8).

Quando analisamos a cidade como um lugar de disputas, é importante reiterar que essas disputas constituem a luta de classes e que a classe não é uma categoria homogênea e abstrata no tempo e espaço, ela é constituída por raça, gênero e tem historicidade. Podemos afirmar que a raça e o gênero constituem a classe, na mesma medida em que os conflitos raciais e de gênero

constituem suas lutas; e que esses elementos se relacionam em torno do ambiente construído. Esses conflitos não se colocam como lutas independentes (do local de trabalhar e do local de viver), mas como uma luta que se constitui nos territórios racializados e marginalizados, cuja organização política tem o potencial de uni-las contra as opressões em torno do próprio ambiente construído.

Foi através das lutas que denunciaram a contradição entre capital e trabalho, que os direitos sociais foram construídos na contemporaneidade. Ao pensar essa contradição na vida urbana, Lefebvre (2011) formulou a ideia do direito à cidade. Ao se debruçar sobre o funcionamento dessa contradição, Harvey (1982) identificou as formas de luta por esse direito, e o reafirmou dando substância revolucionária ao seu sentido. Essas questões são fundamentais para entendermos os elementos da luta territorial e institucional do MTST, no sentido de como ele construiu o seu repertório de ação, pautado na efetivação dos direitos sociais expressos na Constituição de 1988, na medida em que o avanço das políticas neoliberais esvaziou a sua construção, ao ponto em que a própria a cidadania foi capturada pela ideologia de mercado.

Os conflitos sociais iniciados em 2013 evidenciaram o acirramento dessas questões. De acordo com Falchetti (2019), foi nesse contexto que o MTST ganhou preponderância no cenário político brasileiro, inaugurando um novo ciclo de suas lutas pelo direito à moradia. Suas ocupações urbanas potencializaram um campo de conflitualidade, que expôs as desigualdades das cidades, assim como a sua violência estatal e a crise das instituições representativas. Seu estudo trouxe a hipótese de que, no contexto do neoliberalismo, o conflito social teria se especializado no tecido urbano, à medida em que os imperativos do mercado e da propriedade privada se estenderam a todas as esferas da vida. Isso fez com que o novo ciclo político, iniciado em junho de 2013, reposicionasse os atores sociais, impulsionando as problemáticas urbanas e reiterando o campo da ação coletiva. Dentro desse contexto, a autora destaca o MTST como um movimento social que se localiza de forma intermediária, entre o ciclo de democratização e o seu esgotamento após 2013 (FALCHETTI, 2019).

Esses conflitos denunciaram o funcionamento das cidades geridas por uma lógica empresarial de administração. De acordo com Carlos Vainer (2013),

as concepções neoliberais reconfiguraram as relações entre capital, estado e sociedade, impactando nos seus processos de acumulação e de circulação. Esse fenômeno foi demonstrado pelas manifestações de rua contra os “megaeventos” e “meganegócios”, organizadas pelos “mega protestos”, na disputa pelos serviços públicos urbanos.

Não há como não reconhecer a conexão estreita entre os protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos Jogos Olímpicos de 2016. [...] A grande mídia deu o tom, e o ministro da Justiça compareceu ao telejornal da principal rede de televisão para colocar a Força Nacional à disposição de governos estaduais e municipais (VAINER, 2013, p.37).

Pela perspectiva dos estudos que se debruçaram sobre as condições de vida nas cidades brasileiras nos últimos anos, podemos entender que a intensificação dos seus problemas estruturais se revelou pela lógica especulativa que supervalorizou o ambiente construído, fazendo das cidades uma “mercadoria de luxo” na sociedade de consumo. Como demonstrou Maricato (2013), a falta de controle do uso do solo para o interesse público, impossibilitou a realização das reformas urbana, fundiária e imobiliária, fazendo com que as prefeituras colaborassem com a multiplicação de torres e veículos privados como progresso e desenvolvimento.

Em São Paulo, o preço dos imóveis sofreu um aumento de 153% entre 2009 e 2012. No Rio de Janeiro, o aumento foi de 184%. A terra urbana permaneceu refém de interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas [...] A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram expulsos para a periferia da periferia. Novas áreas de proteção ambiental, como a Área de Proteção de Mananciais em São Paulo, acabam sendo invadidas pelos sem alternativas, pois a política habitacional está longe do núcleo central do déficit. Os despejos violentos foram retomados, mesmo contra qualquer leitura da nova legislação conquistada por um judiciário extremamente conservador. Favelas bem localizadas na malha urbana sofreram incêndios, sobre os quais pesam suspeitas alimentadas por evidências constrangedoras (MARICATO, 2013, p. 24).

A descrição da autora indica a conjuntura urbana que eclodiu a partir de 2013. As pautas que se aglutinaram às demandas de seus protestos foram gestadas pelas péssimas condições do transporte público²⁸ das grandes

²⁸De acordo com a autora, entre 2001 e 2011, o número de automóveis em doze metrópoles brasileiras passou de 11,5 milhões para 20,5 milhões. Nesse mesmo período e nas mesmas cidades, o número de motos passou de 4,5 milhões para 18,3 milhões. Os congestionamentos

idades, que afetam os grupos oriundos dos bairros periféricos, com trabalho e renda instável, e que arcam cotidianamente com o preço da imobilidade.

O tempo médio das viagens em São Paulo era de 2 horas e 42 minutos em 2007. Para um terço da população, este tempo é de mais de 3 horas, ou seja, uma parte da vida se passa nos transportes, seja um carro de luxo ou num ônibus ou trem superlotado – o que é mais comum (MARICATO, 2013, pp. 24-25).

Soma-se a este fenômeno, a política econômica de desoneração dos automóveis, combinada à ruína dos transportes coletivos, que multiplicou o número de carros nas cidades. Como demonstrou a autora, a escolha por um modelo de cidade com transporte individual foi complementada pelas obras de infraestrutura dedicadas à circulação de automóveis.

Verdadeiros assaltos aos cofres públicos, os investimentos em obras e viadutos, pontes e túneis, além de ampliações de avenidas, não guardam qualquer ligação com a racionalidade da mobilidade urbana, mas com a expansão do mercado imobiliário, além, obviamente, do financiamento de campanhas (MARICATO, 2013, p. 25).

Os dados apontados indicam os problemas sociais que deflagaram as manifestações de junho de 2013. Trata-se do feito provocado pela remuneração aos capitais em detrimento dos serviços públicos necessários para a reprodução dos trabalhadores nas cidades. Isso culminou na insatisfação da população cujas péssimas condições de vida nos centros urbanos não foram contempladas pelo aumento da distribuição de renda do período. Como pontuou Maricato (2015), a crise é uma questão urbana, justamente porque não houve o interesse de implementar as três políticas públicas ligadas à produção do ambiente construído: transporte, habitação e saneamento (MARICATO, 2015).

Outro fator determinante para a produção do ambiente construído está ligado ao processo de gentrificação, que expulsa as populações pobres das áreas centralizadas e valorizadas pelo capital, de modo que esses processos modificam a paisagem social e física das cidades. O estudo de Mariana Fix (2007), ao investigar esse fenômeno, verificou a forma como o sistema de acumulação, a partir do contexto da mundialização financeira, impactou na lógica

de tráfegos em São Paulo, onde circulam diariamente 5,2 milhões de automóveis, chegam a atingir 295 quilômetros das vias. A velocidade média de seus automóveis, medida entre às 17h e 20h em junho de 2012, foi de 7,6 km/h, ou seja, quase igual à da caminhada a pé. Durante o período da manhã, a velocidade sobe para 20,6 km/h – ou seja, a mesma de uma bicicleta (MARICATO, 2013).

da urbanização da cidade paulistana, dada as suas especificidades na “semiperiferia²⁹ do capitalismo”.

Os elementos que transformaram a paisagem paulistana em uma *mimesis* de cidade global (FIX, 2007), vão de encontro ao estudo de Marina Toneli Siqueira (2014), que propõe um modelo analítico para o estudo da gentrificação como principal política de um “urbanismo neoliberal”. Para a autora, o uso do conceito de gentrificação, no contexto brasileiro, não pode ser entendido pela sua definição clássica³⁰, pois as dimensões desse novo processo se expandem, criando uma cidade empresarial, planejada e governada por agências e instituições de caráter misto, operacionalizadas via parcerias público-privadas. Na lógica que organiza a cidade neoliberal, o Estado, sob a forma de governos locais, torna-se um membro ativo da produção capitalista e não apenas um regulador de mercado e agente da reprodução social (SIQUEIRA, 2014).

Os processos de acumulação do capital, seja pela sua fase produtiva de industrialização ou pela sua forma especulativa de financeirização, produziram um desenvolvimento urbano desigual, que se expandiu com picos de crescimento e ciclos de crise (HARVEY, 2014). Na cidade de São Paulo, já em seu contexto financeiro, de acordo com Fix (2007), o “curto-circuito” da máquina paulistana de crescimento esteve relacionado aos fundos de pensão, que substituíram a ausência de um sistema de créditos no Brasil. A autora analisou a sua relação com o setor imobiliário, por meio de empreendimentos que aumentaram a concentração de renda e a segregação espacial na cidade de São Paulo, com a criação de novas centralidades, através da especulação e da supervalorização das zonas de interesse do espaço urbano, como eixos de negócios.

²⁹O conceito de semiperiferia, adotado pela autora para analisar a especificidade brasileira no processo de financeirização do capitalismo, pertence às formulações de *Giovanni Arrighi*. Para sua análise das paisagens que demarcam as novas centralidades da RMSP, a autora segue o argumento de Sharon Zukin, que as entende não apenas no seu sentido usual do entorno físico, mas como um conjunto de práticas materiais e sociais com representação simbólica.

³⁰Siqueira (2014) adverte que o conceito tem sido utilizado na sua acepção original em inglês (gentrification) e pelo seu neologismo (gentrificação), sendo traduzido em construções linguísticas que enfatizam as transformações socioeconômicas características do processo de enobrecimento urbano. Entretanto, grande parte destes estudos não têm lidado diretamente com os problemas teóricos decorrentes da importação do conceito para explicar um contexto urbano diferente daquele no qual ele foi originado.

Um dos casos mais emblemáticos desse fenômeno, de acordo com Fix (2007), foi o da favela do jardim Edith, localizada na zona sul da cidade e descrita pelo setor imobiliário como um entrave à sua expansão. Sua remoção representou a possibilidade de obtenção de lucros, com os ganhos da apropriação da renda gerada pela valorização dos empreendimentos na região. Esse processo ocorreu por meio de uma ação conjunta entre empresários e a prefeitura, usada como estratégia para retirar os moradores do local, através da construção de moradias em bairros desprovidos de equipamentos públicos. Esta operação urbana, descrita por Fix (2007) como “Parceiros da Exclusão”, omitiu suas ilegalidades nos processos de remoções dessas populações.

Entre os dados costumeiramente ‘esquecidos’, está o fato de que apenas uma pequena parcela dos moradores ‘removidos’ foi atendida no conjunto construído pelos empresários: cerca de 15%, se considerarmos apenas a Favela Jardim Edith, ou ainda menos, se considerarmos o total de moradores ao longo o córrego não beneficiados pelo *pool*. Além dessas unidades, a Prefeitura construiu moradias no Barro Branco, na zona leste, em Cidade Tiradentes, um dos distritos mais violentos da cidade, a mais de 30 quilômetros do local. As moradias, de apenas dois cômodos, descritas pelos moradores como pequenas ‘casas de pombo’, foram a única alternativa habitacional oferecida aos moradores das outras favelas, entre as avenidas Berrini e Washington Luís. Somadas, as unidades produzidas pela Prefeitura e pelos empresários atenderam a menos de 5% dos moradores expulsos ao longo do córrego Água Espraiada. Os poucos atendidos resolveram o ‘problema habitacional’ ao preço de fixar residência em locais distantes do trabalho e imobilizar uma parte do orçamento em prestações mensais a longo prazo (FIX, 2007, p. 100).

Ademais, os moradores que não foram contemplados por essa política habitacional, de acordo com a autora, “acabaram ‘optando’ pela passagem de ‘volta à terra natal’, oferecida pela Prefeitura, ou por uma ajuda de 1.500 reais para encontrar outro local” (FIX, 2007, p. 100). O resultado dessa política elevou o preço dos barracos localizados em outras favelas pertencentes ao “mercado imobiliário informal”, fazendo com que essas populações mudassem para habitações com condições de vida ainda mais precárias. Destaque-se o fato de que uma parte significativa dessa população se locomoveu para as favelas do Real Parque e Paraisópolis, e para os bairros do Jardim Ângela e Jardim São Luís, recordistas de taxas de óbitos por homicídios (FIX, 2007).

Até aqui, vimos que os ciclos de acumulação do capital determinaram os processos de urbanização da cidade de São Paulo impactando nas suas mudanças sociais e políticas. Uma parte significativa desse processo ocorreu

durante o modelo de desenvolvimento “pós-fordista e financeirizado” implantado na periferia do capitalismo, entre os anos de 2003 e 2014, que se consolidou no país como o “lulismo” (OLIVEIRA, 2003; BRAGA, 2017). O esgotamento desse modelo de desenvolvimento abriu um novo campo para as lutas sociais nas cidades. De acordo com Falchetti (2019), é nele que o MTST e outros movimentos sociais urbanos se inserem, compondo alianças com partidos, ONGs, ativistas políticos, intelectuais, profissionais das áreas do urbanismo e do direito, trabalhadores e demais atores que compõem as relações de força nas cidades.

A dinâmica constitutiva desse campo organizado remete a dois momentos históricos marcados por conjunturas diversas: enquanto os *movimentos de moradia* surgem na democratização, os *movimentos sem-teto* no de neoliberalização. Nesse percurso, vemos o deslocamento do referencial político que havia constituído o autodenominado campo democrático popular (FALCHETTI, 2019, p. 76).

Pelas análises de Miagusko (2008) e Goulart (2011), a especificidade de ambos os períodos mencionados por Falchetti (2019) nos indica que a ação coletiva dos movimentos das pautas de moradia no estado de São Paulo se organiza com a necessidade de responder aos desdobramentos de cada momento histórico em seus diferentes ciclos. Para entendermos a forma como o MTST se posicionou neste novo campo, a análise de Luciana Tatagiba (2012) propõe pensarmos o repertório de ação dos movimentos sociais urbanos, entendendo suas dimensões estruturais e conjunturais, que podem propiciar um ambiente político mais ou menos favorável para a ação coletiva.

Nesse sentido, o conceito de repertório nos ajuda a endossar uma análise relacional e evitar, de um lado, os riscos de uma análise voluntarista – presente na ideia de que os atores escolhem suas estratégias de ação, como se não houvesse limites culturais e conjunturais colocados para essas escolhas – e, de outro lado, os riscos de uma análise determinista – na qual os atores sempre repetirão os caminhos conhecidos, sem capacidade de reposta ativa e criativa diante dos constrangimentos estruturais (TATAGIBA, 2012, p. 402)

A especificidade do repertório de ação do MTST, em relação aos outros movimentos de sem-teto, está na sua estratégia territorial de ação nas periferias urbanas, que se mostra como um elemento fundamental para o seu projeto político. Nesse sentido, quando constatamos que as mudanças institucionais repercutiram na ação coletiva, é necessário entender essas mudanças pela

forma como elas construíram novas formas de sociabilidade em seus sujeitos, através do cotidiano de suas vidas e de suas lutas.

O MTST é um movimento social urbano que se localiza entre o ciclo de democratização iniciado pela Nova República e o seu esgotamento consolidado pelo golpe de 2016. Ele precisa ser entendido por suas estratégias territoriais e institucionais, que moldam o seu repertório de ação. Essas estratégias são colocadas em prática pela ação coletiva, que se materializa tanto pelas negociações com as esferas políticas quanto nos territórios das periferias urbanas e nas ruas com os protestos e manifestações por suas demandas. Essas ações constroem a sua luta pela efetivação do direito à moradia.

Para analisarmos as mudanças da ação coletiva pelos seus ciclos de protestos, Tatagiba (2014) nos oferece algumas pistas para entendermos os principais desdobramentos da luta pelo direito à moradia. Conforme a autora, nos últimos 30 anos³¹, tanto nas suas relações com a política institucional quanto a contestatória, houve mudanças sobretudo no campo simbólico. Os três ciclos de protestos tiveram um forte apelo aos símbolos nacionais, que colocaram em disputa os sentidos de suas mobilizações. Esse fenômeno demonstrou que o tema da moralidade pública, mesmo que com enquadramentos distintos, foi um elemento que mobilizou esses protestos (TATAGIBA, 2014).

Entre os diversos elementos presentes na análise da autora, um fator importante para essa discussão é o deslocamento da centralidade dos partidos políticos e o novo elemento de recrutamento pelas redes sociais no período mais recente. Nas décadas de 1980 e 1990, embora houvesse conflitos de natureza diversa, os protestos ocorreram de forma suprapartidária, como estratégia adotada para lidar com a coordenação de suas ações. Já em junho de 2013, a infraestrutura de mobilização esteve assentada em outras bases, sem qualquer papel efetivo dos partidos no recrutamento e organização das mobilizações e

³¹Tatagiba (2014) analisou o ciclo de protestos contra o aumento da tarifa do transporte público em 2013, comparando-o com os ciclos que ocorreram anteriormente através das “Diretas Já”, em 1984; e do “Fora Collor”, em 1992. De acordo com sua análise, embora haja algumas semelhanças entres esses três períodos, existe uma nova configuração, forjada a partir de 2013, que indica um outro padrão de interação dos movimentos sociais com o Estado e os partidos.

com uma crescente hostilidade em relação à presença dos partidos e dos militantes partidários nos protestos (TATAGIBA, 2014).

Instituições, moralidade, construção e noção de direitos, assim como as experiências cotidianas no meio urbano, são elementos que constroem a ação coletiva nas ruas e nos territórios da cidade. Ao dialogarmos com a análise da autora, procuramos entender a forma como se constrói os repertórios de ação do MTST, através da ocupação Povo Sem Medo do Capão, dentro da especificidade do seu território. A região da zona sul da cidade de São Paulo possui um histórico de mobilizações, desde o ano de 1983³², que se assemelha, em sua radicalidade, com os protestos de 2013.

Situado como um movimento social de transição no campo político, o MTST é herdeiro do ciclo de democratização iniciado após a ditadura militar, que passou a atuar sob a chave do confronto e da negociação (MIAGUSKO, 2008; GOULART, 2011; FALCHETTI, 2019). Essa característica aponta que o seu modo de organização e atuação nas periferias urbanas se engendra por disputas territoriais com o tráfico, o poder público, as igrejas e as demais organizações atuantes nesses territórios. Conforme Falchetti (2019), “Sua organização advém da união de duas bandeiras sociais daquele ciclo, a moradia e o trabalho, ambas afetadas pelo neoliberalismo” (FALCHETTI, 2019, p. 84).

Entretanto, quando analisamos as manifestações ocorridas em 2013, cabe destacarmos que elas foram gestadas pela articulação em rede dos movimentos sociais nos anos anteriores. Na cidade de São Paulo, como demonstrou Falchetti (2019), com a criação da frente Resistência Urbana, em 2007, todas as contestações em torno do PAC e do PMCMV se concentraram nas mobilizações contra os impactos urbanos dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014, organizadas por diversos comitês populares voltados para essa questão. A partir da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), diversos atores sociais e movimentos de moradia se reuniram e realizaram um conjunto de atividades, protestos e eventos, voltados para a produção de um dossiê sobre o tema e para o trabalho de base junto aos moradores dos bairros afetados pelas obras da Copa. Durante esse período,

³²Aprofundaremos essa discussão no segundo capítulo.

também foi criado o Comitê Popular da Copa em São Paulo (CPC-SP), que atuou como um dos principais elos de organização política em torno do direito à cidade (FALCHETTI, 2019).

Foi durante os conflitos desencadeados pela Copa do Mundo, em 2014, e pela Olimpíadas, em 2016, que a noção do direito à cidade ressurgiu na opinião pública brasileira. De acordo com Falchetti (2019), esse debate criou um campo gravitacional em torno do qual se articularam diversos atores, discursos e lutas. “Trata-se de uma definição em termos distintos daqueles postos pelo Movimento de Reforma Urbana dos anos 1980 e 1990, que tinha como referência os direitos aos serviços públicos” (FALCHETTI, 2019, pp.100-101). Soma-se a isto o debate em torno da violência estatal, por meio do controle do espaço urbano, que foi intensificado pelas medidas da Lei Antiterrorismo³³ e as mobilizações do CPC-SP, através da campanha “Copa para quem?”, que organizou diversos protestos a partir de 2012, unindo setores dos campos político e cultural para dar visibilidade aos conflitos.

A organização e o formato desses protestos foram construídos em articulação nacional pelo coletivo, com debates e divergências em torno do repertório tradicional cultivado pelo ciclo político de democratização e as experimentações derivadas dos movimentos antiglobalização (FALCHETTI, 2019, p.101).

O ressurgimento da discussão em torno do direito à cidade trouxe consigo algo fundamental para pensarmos o repertório de ação dos movimentos sociais urbanos. Trata-se da construção de uma ideia de direitos que se sobreponha à lógica da mercadoria. Entre o ciclo de democratização iniciado com a Nova República e o seu esgotamento político com desdobramentos pós-2013, houve um modelo de institucionalidade implementado pelo neoliberalismo que impactou nas reivindicações das demandas desses movimentos. Esses processos impuseram certos limites para a concretização de seus projetos políticos. A eclosão das lutas sociais em diversas cidades do mundo também aponta para esses limites.

Nesse sentido, a reflexão de Harvey (2014) sobre o potencial transformador das cidades caminha junto com as pautas dos movimentos sociais

³³Decreto de Lei Nº 13.260, de março de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm> Acesso em: 23 de fevereiro de 2021.

urbanos no Brasil, cujo contexto atual de lutas tem se traduzido em outra perspectiva de direito à cidade, mesmo que de modo ambíguo na sua relação com as esferas institucionais. Nas reflexões do autor, o modelo de cidade que queremos, não pode estar divorciado do tipo de laços sociais e relação com a natureza, assim como do estilo de vida, das tecnologias e valores estéticos que desejamos.

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os nossos desejos mais profundos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014, p. 28).

De encontro a essas reflexões, Hellen Carolina G. Mesquita da Silva (2018), propõe um outro debate em São Paulo sobre o direito à cidade, advertindo que essa discussão se consolidou como um discurso, que vêm sendo protagonizado não apenas pelos levantes e organizações de esquerda.

O que tem se observado é uma crescente apropriação deste discurso para a construção e fomentação de arranjos políticos. Talvez, isso ocorra na tentativa de alavancar gestões e projetos, conquistando uma massa de trabalhadores com o discurso, quase que retórico, do direito comum à vida urbana, da gestão da cidade sustentável (SILVA, 2018, p.97).

Esse discurso ganhou ressonância não apenas no âmbito político e acadêmico, como também nos espaços em que o direito à cidade passou a ser concebido meramente como arranjos espaciais que pressupõem centralidades e descentralidades. De acordo com Silva (2018), o reordenamento dessa discussão para um viés reformista tem ganhado força, deixando de contribuir com os embates e disputas populares, que buscam construir um direito à cidade que transcenda as limitações da política institucional e burocrática. Ou seja, pela forma que vem sendo empregado, o direito à cidade tem sido impossibilitado de se realizar enquanto plataforma de representação das lutas urbanas, que assegure as mudanças sociais necessárias para garantir direitos sociais à classe trabalhadora (SILVA, 2018).

A análise da autora também discute os processos de espacialização da luta pela terra, do campo à cidade, tendo como principais protagonistas o MST e o MTST. Sua abordagem está alicerçada a partir da análise geográfica das

ações dos movimentos socioterritoriais³⁴ do campo e da cidade, que se mobilizam pela conquista do território, através de estratégias de luta nos enfrentamentos contra-hegemônicos, que contribui para o atual cenário das disputas da classe trabalhadora no Brasil (SILVA, 2018).

As particularidades da organização territorial no contexto urbano trazem a necessidade de desenvolver estratégias específicas para os movimentos das cidades. De acordo com Silva (2018), isso fez com que o MTST começasse a desenvolver suas próprias práticas de luta, caminhando para a construção de sua autonomia e territorialização. As ações decorridas da necessidade do diálogo com os demais segmentos da classe trabalhadora, sobretudo nas cidades, levaram ao desenvolvimento de uma série de práticas espaciais e territoriais.

É nesta perspectiva que entendemos as disputas contra hegemônicas no âmbito do direito à cidade. Protagonizadas por movimentos socioespaciais e socioterritoriais como o MTST, que visam romper com uma agenda e lógica de administração urbana, que utiliza a propriedade e o capital como mediadores dos direitos à terra urbana, à moradia, entre outros (SILVA, 2018, p. 98).

Esses elementos diferem, no MTST, dos demais movimentos de sem-teto da cidade de São Paulo. Suas práticas de ocupação urbana, diferente dos movimentos do centro da cidade, se voltaram para as periferias com o objetivo de organizar a luta dos trabalhadores nos seus bairros e retomar as lutas dos movimentos populares das décadas anteriores. De acordo com Falchetti (2019), os desdobramentos de junho de 2013, recolocaram a periferia no centro dos conflitos em torno da moradia. “Emblematicamente, logo após os protestos de junho de 2013, ergue-se a maior ocupação da cidade de São Paulo, a Nova Palestina, que chegou a reunir oito mil famílias” (FALCHETTI, 2019, p. 125).

³⁴O conceito de movimentos socioterritoriais, utilizado pela autora, parte de uma formulação geográfica que problematiza a concepção de movimentos sociais, desassociada dos seus aspectos territoriais, muitas vezes proposto pelas análises das ciências sociais. Esta análise geográfica está embasada no desenvolvimento das ações espaciais e territoriais dos movimentos do campo e da cidade, alicerçada na perspectiva eminentemente geográfica de Sobreiro Filho (2016). O autor parte do ponto de vista da imprescindibilidade da análise sobre a dimensão espacial dos movimentos sociais. Sua leitura “lefebvreana”, busca compreender, dialeticamente, esses movimentos, enquanto produto e produtor do espaço e das relações socioespaciais e socioterritoriais, superando a perspectiva construída dentro da própria geografia, de um espaço pensado apenas como palco onde se dão as relações sociais. No entendimento de Sobreiro Filho (2016), tal perspectiva também precisa ser vista por todas as dimensões que envolvem os movimentos socioespaciais, ou seja, associados aos comportamentos, ações, lutas e conflitos de sua base primária e essencialidade: o espaço (SILVA, 2017 pp.19-20 apud SOBREIRO FILHO, 2016, p.94).

De encontro a esse fenômeno, o estudo de Silva (2018) aponta que o processo de territorialização do movimento no município de São Paulo ocorreu apenas em 2013, dezesseis anos após a sua criação. “A primeira ocupação do MTST na cidade de São Paulo, Dona Deda, leva o nome de uma falecida militante do movimento e estava situada em um terreno de 3300m², no bairro do Campo Limpo, chegando a abrigar 600 famílias” (SILVA, 2018, p. 124). Suas ocupações se voltaram para a cidade de São Paulo, após um longo processo de consolidação de sua base social. Entre 1997 e 2013, o MTST realizou 23 ações na cidade de São Paulo, junto com marchas, manifestações, bloqueios de rodovia, bloqueio de avenidas e outras vias e ocupações de prédios públicos. Seguindo suas ações socioterritoriais, a autora demonstra que a realização da primeira ocupação de terra do MTST na cidade de São Paulo esteve relacionada aos seguintes fatores:

a criação do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades em 2009; a consolidação da Frente de Resistência Urbana criada em 2010; as disputas em torno das mudanças na Lei de Zoneamento do Plano Diretor da cidade, durante a gestão de Fernando Haddad; e as ações de enfrentamento e resistência contra os despejos realizados para a implementação de megaeventos como a Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo em 2014 (SILVA, 2018, pp. 121-122).

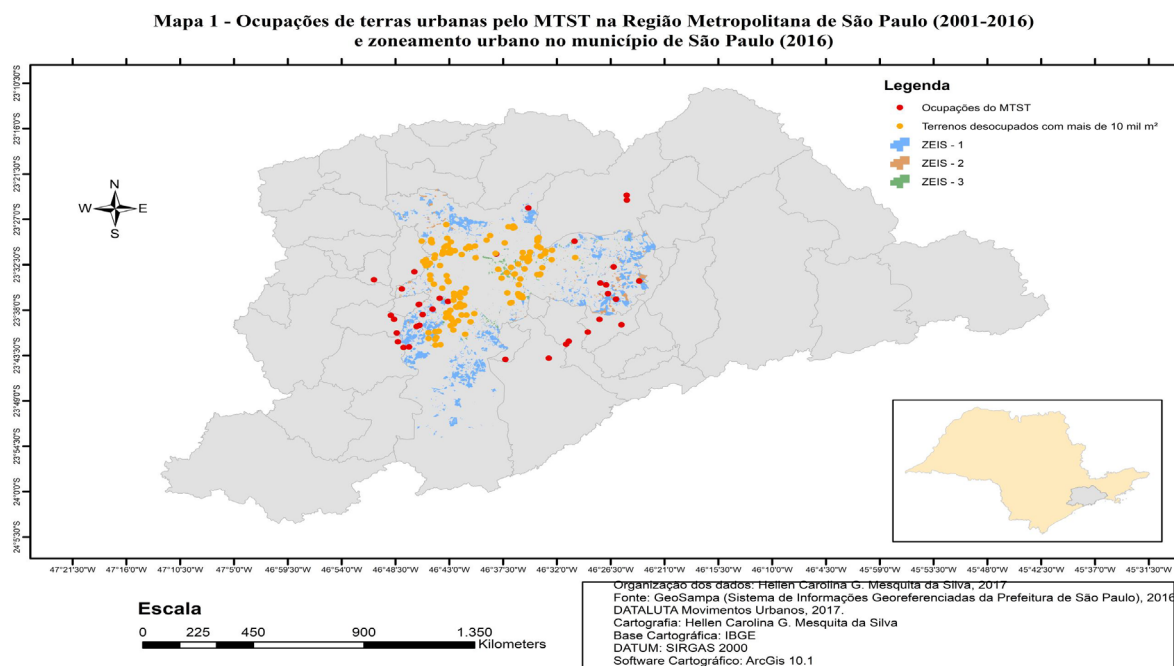
Os elementos pontuados pela autora indicam as questões que fizeram o MTST reorganizar o seu repertório de ação a partir de 2013. A lógica da espacialização de suas ocupações de terra seguiu a organização das classes sociais no meio urbano. Com esse direcionamento, Silva (2018) analisou os indicadores sociais das subprefeituras do município de São Paulo, a fim de compreender as disparidades sociais na região onde surgiram as novas ocupações do movimento naquele período. As ocupações que surgiram no ano de 2013 – Dona Deda, no Campo Limpo; Vila Nova Palestina, na estrada do M'boi Mirim; Capadócia, no Jardim do Ingá; e Faixa de Gaza, em Paraisópolis – estão localizadas nas regiões com os piores indicadores sociais do município, desde 2007 (SILVA, 2018).

O surgimento dessas novas ocupações corresponde aos indicadores sociais da região³⁵. Os dados levantados pela autora revelam que a periferia da zona sul da cidade de São Paulo é uma das regiões com menor investimento

³⁵Ver em: Orçamento per capita e indicadores socioeconômicos por subprefeituras no município de São Paulo, 2007. (SILVA, 2018, p. 125).

público, o que também pode ser demonstrado pelo índice de sua população residente em favelas. O mapeamento feito por Silva (2018) indica, em dados cartográficos, a territorialização do movimento em meio ao espaço urbano, organizado pela lógica capitalista.

Ocupações de terras urbanas realizadas pelo MTST na RMSP (2001-2016) e zoneamento urbano no município de São Paulo (2016)



Fonte: DA SILVA, Hellen Carolina G. Mesquita. Sobre lutas e lutas: Análise da espacialização da luta pela terra do campo à cidade a partir das ações do MST e MTST nas regiões de Campinas e Grande São Paulo (1997-2016). Dissertação de Mestrado, Unesp, 2018. p.130.

Um dos fatores que determinaram a virada das ocupações do MTST para a cidade de São Paulo foram as novas diretrizes do seu Plano Diretor Estratégico, que alteraram as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS³⁶. A descrição do mapa elaborado por Silva (2018) nos indica as mudanças do PDE, sobretudo nas áreas denominadas como ZEIS 3, que são aquelas com a presença de grande quantidade de imóveis ociosos, ao mesmo tempo que se localizam em espaços de boa oferta de infraestrutura. Ao cruzarmos os dados das ocupações de terras do MTST com as áreas de ZEIS, nota-se que, tanto as

³⁶ Disponível em: < <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/zona-especial-de-interesse-social-zeis/> > Acesso em: 22 de fevereiro de 2021

áreas que são destinadas à habitação social (ZEIS 1 e 2) quanto as áreas onde encontram-se terrenos ociosos (ZEIS 3) possuem um histórico de alta dívida pública, sendo destinados à valorização imobiliária (SILVA, 2018).

O panorama histórico apresentado neste capítulo demonstrou que a conquista dos direitos sociais expressos na Constituição Cidadã, como o resultado da luta dos movimentos populares durante as décadas de 1970 e 1980, não se efetivou plenamente. Na medida em que as políticas neoliberais se consolidaram no país, elas também imprimiram uma nova gramática para as lutas sociais, cujo planejamento e a técnica sob um novo campo de institucionalidade fizeram da luta pela cidadania uma questão de gestão e financiamento (ABÍLIO, 2011). Como contraponto ao esvaziamento desses conflitos, a década de 1990 ficou marcada pela luta dos movimentos culturais, como alternativa para lidar com a segregação e a violência provocadas pelo neoliberalismo, enquanto forma política da Nova República.

Podemos dizer que essas permanências históricas não se mantêm apenas pela manutenção de suas estruturas de desigualdade e exclusão. Elas também permanecem pela invenção de suas lutas cotidianas, dentro de uma nova sociabilidade gestada dentro dos seus próprios territórios. A partir dos anos 2000, a medida em que os problemas de moradia e da mercantilização das cidades se intensificaram, os conflitos urbanos em torno do ambiente construído culminaram nas manifestações de 2013. Essa conjuntura representou um marco para a história do MTST, que começou a adentrar na cidade de São Paulo com novas ocupações. Essa expansão territorial e espacialização nos bairros periféricos ocorreu com maior destaque na zona sul da cidade, cuja região é marcada por um histórico de lutas sociais advindas dos movimentos populares do período da ditadura.

Ao avançar por esses territórios, a partir de 2016, o movimento passa a atuar junto com a Frente Povo Sem Medo, trazendo novas dinâmicas de luta para os seus repertórios de ação. As ocupações que surgiram a partir dessa conjuntura buscaram combater as políticas implantadas após o golpe, que intensificou a crise de representação das instituições democráticas e de seus setores progressistas. É nesse contexto que surge a ocupação Povo Sem Medo do Capão, conforme veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – UMA HISTÓRIA DOS MUTILADOS SOCIAIS: VISIBILIDADE E CIDADANIA NAS MARGENS DO NEOLIBERALISMO

As metamorfoses sociais e políticas da cidade de São Paulo após a ditadura demonstram que suas periferias urbanas são territórios de lutas, que se constituem na busca pela cidadania. Os esforços para invisibilizar e distorcer o sentido dessas práticas sociais buscam apagar a história de seus sujeitos, ao ponto de reprimir e de mercantilizar a própria construção histórica do que é ser cidadão. Em um país em que reivindicação pelo direito à moradia é crime, o conhecimento histórico se expõe ao debate público, para dar voz à uma história contada pelas margens da cidade.

Este capítulo investiga a ocupação urbana Povo Sem Medo do Capão. Ao tentarmos reconstituir a sua história, investigaremos as lutas por moradia no bairro onde ela se localiza, procurando entender como suas ações cotidianas constroem o repertório de ação do MTST. Essa investigação parte de uma análise do tempo presente³⁷, cujas problemáticas, de acordo com François Dosse (2012), se diferenciam da história imediata, pois impõe um dever de mediação com essas questões. Ou seja, trata-se de entender como este presente se constrói no tempo, a partir de sua intersecção com a longa duração.

Investigaremos, dentro do recorte proposto, como os seus problemas de ordem material ligados à terra, moradia e trabalho perpassam o cotidiano dos seus sujeitos, impactando em suas redes de sociabilidade. Com isso, buscaremos responder como os sem-teto reinventam a política por meio do conflito e da negociação com as esferas institucionais, construindo lutas sociais dentro de territórios periféricos e fora deles.

³⁷Apesar de não aprofundarmos o debate em torno deste campo historiográfico, existe uma vasta discussão a respeito do tema que foi mediada por historiadores como: Bloch (1949), Febvre (1953), Marrou (1954), Bédarida (1978); Nora, (1976); Ricoeur (1965; 2000), Koselleck (1979), Dosse (2011), Hartog (2013), entre outros. A noção do termo remete ao Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) que, em 1978, deu origem ao Instituto de História do Tempo Presente (IHTP). Seu primeiro diretor, François Bédarida (1978), o definiu como “a nova oficina de Clío”. Partimos de uma discussão mais recente sobre o tema, proposta pela *Coleção História do Tempo Presente: Volume I*, publicada pela Universidade Federal de Roraima-UFRR, cujos objetivos das análises foram discutir e apontar caminhos teóricos e metodológicos acerca da História do Tempo Presente, olhando para as atuais questões acerca da sociedade brasileira, com destaque para as pesquisas concentradas fora do eixo hegemônico das regiões sul e sudeste.

2.1. Ocupar, resistir e morar: a luta pelo território

Na madrugada do dia 04 de novembro de 2016, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) realizou uma ação conjunta com seus militantes, ocupando três terrenos particulares no estado de São Paulo. Com relação às suas localizações: um desses terrenos encontra-se no município de Embu das Artes, na região sudeste; os outros dois, na região metropolitana da cidade, nas zonas sul e leste. No que se refere ao terreno da Zona Sul, ele está localizado no subdistrito do Capão Redondo, no bairro Conj. Hab. Jd. São Bento, na rua Osny Duarte Pereira (s/n), próximo à estrada de Itapeverica da Serra.

Na manhã seguinte à data mencionada, a informação acima foi veiculada pelo telejornal da Rede Globo de Televisão – SPTV³⁸ – e por outros setores da grande imprensa³⁹. No entanto, os meios de comunicação, ao noticiarem a ação coordenada do movimento – que também indica o surgimento da ocupação Povo Sem Medo do Capão –, a descreveu pela retórica de um discurso oficial, cuja prática naturaliza as tensões sociais do cotidiano da cidade de São Paulo. A organização do movimento, ao ser questionada pela equipe de reportagem que noticiou o caso, respondeu que:

As ocupações são resultado da falta de alternativa de moradia, especialmente para famílias que pagam aluguel, por conta do aumento do desemprego e da paralisação do programa Minha Casa Minha Vida (SPTV - Rede Globo de Televisão⁴⁰).

A reportagem apresentada pelo telejornal, de forma implícita, contrapôs a fala dos integrantes do MTST, tentando ocultar aquilo que está em jogo neste fato: o antagonismo da luta de classes.

A Prefeitura de São Paulo afirma que os terrenos estão em zonas de interesse social, mas, como eles são particulares e estão desocupados, cabe aos proprietários tomar as medidas cabíveis. A reportagem não conseguiu contato com a administração municipal de Embu das Artes. (SPTV - Rede Globo de Televisão)⁴¹.

³⁸Portal de notícias G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/11/mtst-ocupa-tres-terrenos-particulares-na-grande-sp.html>> Acesso em: 20 de outubro de 2018.

³⁹O fato também ganhou destaque no jornal Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1829657-mtst-ocupa-tres-terrenos-dois-em-sao-paulo-e-um-no-embu.shtml>> Acesso em 25 de setembro de 2020.

⁴⁰Ibidem.

⁴¹Ibidem.

Entre a informação e a notícia há uma intencionalidade. Entre o fato e o discurso sobre o fato, existe a necessidade de analisá-lo historicamente. De modo geral, as ações que envolvem as ocupações de terras remetem ao contexto do campo e de suas tradições de lutas populares. Eric Hobsbawm (2016) sistematizou algumas dessas práticas, ao investigar as relações políticas dos camponeses da América Latina com grupos e instituições externas às suas comunidades locais. De acordo com o autor, essas ocupações reafirmam o seu direito à posse pelo trabalho e pela sua capacidade de trabalhar a terra que reivindicam como sua (HOBSBAWM, 2016).

Na especificidade brasileira, em seu contexto urbano desde a Nova República, a função social da propriedade, criada com a Constituição de 1988, estabelece que a sua posse possibilite o bem comum, mesmo que por uma formulação ambígua. Ao reivindicar o direito à moradia nos terrenos que ocupa, o MTST parte dessa judicialização para implementar sua estratégia de luta, articulada com sua militância e base social. Essas questões apontam para o que Thompson (1987) denominou como uma “economia moral dos pobres”, cujas práticas de lutas se valem de uma noção de leis e de direitos que as legitimem (THOMPSON, 1987).

Nesse sentido, a reportagem, ao noticiar o fato ocorrido, não problematizou o contexto de sua localização espacial e territorial, que aponta para as questões históricas do problema. Ou seja, terrenos localizados em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), “desocupados e esperando pelas medidas cabíveis de seus proprietários”, em sua grande maioria, não cumprem a função social da propriedade, cujo papel é atender às demandas de moradia das famílias que sobrevivem nas periferias urbanas de forma precária.

Os meios de comunicação tendem a informar os acontecimentos que envolvem as disputas pelo meio ambiente construído de forma tendenciosa, sempre com o objetivo de ocultar o antagonismo de classe entre os espoliados urbanos e os agentes da propriedade privada. No entanto, esta notícia, além de ter exposto as contradições sociais da cidade de São Paulo, que já vinham se intensificando nos anos anteriores, suscitou diversas questões de natureza histórica a respeito da localidade do terreno ocupado. Tentaremos respondê-las, conforme avançarmos na discussão deste capítulo.

Ao mapearmos as pesquisas que investigaram as ações coletivas das ocupações urbanas do MTST, podemos constatar que existe uma metodologia praticada no processo de ocupação dos terrenos, assim como na formação dos seus acampamentos e de suas massificações. Conforme veremos, a ocupação pesquisada não destoou desse *modus operandi*. No entanto, ela se destaca por uma série de elementos conjunturais e estruturais, que se entrecruzam no movimento da história recente e impactam na atual ação coletiva dos movimentos sociais e de seus repertórios de ação.

Vejamos esses elementos em seus aspectos principais. Entre os anos de 2016 e 2018 (período que está dentro do recorte temporal desta pesquisa), o MTST realizou um total de nove ocupações na cidade de São Paulo. Desde a metodologia adotada em 2008⁴², que teve como principal estratégia ocupar três terrenos ao mesmo tempo, o seu maior número de áreas ocupadas em um único ano tinha sido em 2013, totalizando cinco ocupações – quatro delas localizadas na zona sul da cidade⁴³. O que se destaca nesta crescente é que algumas dessas ocupações que surgiram a partir do ano de 2016 passaram a ser nomeadas com a sigla PSM, que faz referência direta à “Frente Nacional de Mobilização: Povo Sem Medo”.

Lançada em 08 de outubro de 2015, a Frente reuniu um total de quase 30 entidades⁴⁴ representadas em mais de 15 Estados e protagonizada por diversos movimentos sociais do campo progressista e dos setores sindicais. Seu objetivo foi construir uma unidade para compor as manifestações nacionais contra as políticas de austeridade fiscal, promovidas pelo governo federal e intensificadas

⁴²Ver capítulo I, página 26.

⁴³Ver a tabela do capítulo I que descreve todas as ocupações do movimento entre os anos de 1997 até 2018. Destaca-se, também, o fato de que uma dessas ocupações foi a primeira na cidade de São Paulo, a ocupação “Dona Deda”. Ver página 56 do capítulo anterior.

⁴⁴Compõem a Frente Povo Sem Medo as seguintes entidades: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Associação Nacional dos Pós Graduandos (ANPG), Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico (Fenet), Uneafro, Círculo Palmarino, Unegro, Igreja Povo de Deus em Movimento (IPDM), União da Juventude Socialista (UJS), Rua – Juventude Anticapitalista, Coletivo Juntos, União da Juventude Rebelião (UJR), Juventude Socialismo e Liberdade (JSOL), Coletivo Construção, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Mídia Ninja, Coletivo Cordel, União Brasileira de Mulheres (UBM), Bloco de Resistência Socialista e Rede Emancipa de Educação Popular.

logo após o golpe que depôs Dilma Rousseff da Presidência da República, em 31 de agosto de 2016. Como estratégia política para reagir contra a ofensiva conservadora no país, a FPSM adotou um discurso de “recuperar as ruas⁴⁵” que, em sua leitura, foram tomadas pelos movimentos de direita, desde os atos de junho de 2013.

Durante o seu lançamento, a FPSM divulgou uma carta de princípios⁴⁶ demonstrando publicamente os seus objetivos para lidar com a conjuntura que se apresentava naquele período. De início, o que nos interessa é entender a sua relação com o surgimento da ocupação Povo Sem Medo do Capão, para tentarmos reconstituir as redes de articulação dos movimentos sociais. A conjuntura apresentada nos indica que as três ocupações do movimento que surgiram em 2016, ocorreram dois meses após o golpe que depôs Dilma Rousseff da Presidência da República e que o MTST teve um papel importante na composição da Frente, no sentido de mobilizar a luta nos territórios das periferias urbanas da cidade de São Paulo.

Ao recuperarmos o contexto e as falas dos atores envolvidos no lançamento da FPSM, identificamos duas questões que precisam ser pontuadas: 1) O papel do MTST na sua articulação, representado pela figura de seu dirigente nacional Guilherme Boulos; e 2) os diferentes posicionamentos a respeito do processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma Rousseff que, naquele momento, se encaminhava com forte apoio da opinião pública. Em uma matéria veiculada pelo jornal *El País*⁴⁷, foi afirmado que não houve a presença institucional do Partido dos Trabalhadores (PT) na formação da FPSM. Ao que consta, o partido compôs a Frente Brasil Popular.

A criação de duas frentes acontece devido à dificuldade de se encontrar um discurso na esquerda que agrade a todos os segmentos. Enquanto um grupo, ligado ao PT, quer defender enfaticamente a postura anti-impeachment, o outro acredita que o momento é de

⁴⁵Portal de notícias *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html>. Acesso em: 31 de março de 2021.

⁴⁶Intersindical-central da classe trabalhadora. Disponível em: <<https://www.intersindicalcentral.com.br/ato-de-lancamento-da-frente-povo-sem-medo-lota-auditorio-em-sao-paulo/#.YGT3Ma9KjIU>>. Acesso em 31 de março de 2021.

⁴⁷Portal de notícias *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html>. Acesso em: 31 de março de 2021.

aumentar o tom contra as políticas de austeridade do Governo, algo que, para os petistas, pode desgastar ainda mais Rousseff nesta crise política. O grupo ligado à Frente Povo Sem Medo, por sua vez, acredita que as críticas são essenciais para evitar que a presidência ceda ainda mais à pressão do que chamam de grupos conservadores e continue a adotar mais políticas de austeridade (*EL PAÍS*, 08 de outubro de 2015)⁴⁸

Embora os objetivos das duas Frentes convergissem na defesa dos direitos dos trabalhadores, suas estratégias táticas de mobilização divergiam para lidar com a ofensiva conservadora. Na fala de Douglas Izzo, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de São Paulo: “o diferencial é que a Frente Povo Sem Medo é constituída exclusivamente por setores do movimento social e sindical e a Frente Brasil Popular é ampla e participam partidos de esquerda⁴⁹”. Na fala de Guilherme Boulos que, segundo consta, liderou a coletiva de imprensa para o lançamento da FPSM: “apoiam a frente mais de cem intelectuais, como o expoente da Teologia da Libertação, Frei Beto, o escritor Ferréz, os professores da USP André Singer e Raquel Rolnik, além de políticos como Lindbergh Farias (PT) e Luciana Genro (PSOL)⁵⁰”.

As falas historicizadas dentro daquele contexto, apesar de demonstrarem um tom conciliador entre as duas Frentes, apontam para uma tensão que vai de encontro aos desdobramentos da ação coletiva dos movimentos sociais após junho de 2013. Essa tensão pode ser entendida pela crise de representatividade dos partidos políticos que, naquele período, esteve muito concentrada na figura do Partido dos Trabalhadores (PT). Pelas leituras de Saad Filho e Morais (2018), a conjuntura social e política que culminou no processo de impeachment de Dilma Rousseff e na crise de representação do PT perante a opinião pública, esteve ligada às contradições postas entre a democracia e o neoliberalismo, que se explicitou pela incompatibilidade do seu sistema de reprodução com a ampliação da cidadania (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Essa incompatibilidade está ligada ao próprio processo de reprodução do capital, que passa por diferentes formas de urbanização. Em sua fase atual, de acordo com Harvey (2014): “à medida em que a política neoliberal reduz o

⁴⁸Ibidem.

⁴⁹Ibidem.

⁵⁰Ibidem.

financiamento de bens públicos, também provoca a redução do bem comum disponível, obrigando grupos sociais a buscar outros caminhos para manter o comum” (HARVEY, 2014, p. 145). Isso se traduziu nos conflitos em torno do ambiente construído, que deu luz ao cenário urbano como palco da atuação dos movimentos sociais e como indício da crise de representação das instituições.

Ao recuperarmos a conjuntura em que surge a ocupação PSM do Capão é possível perceber que o seu envolvimento com a FPSM, enquanto estratégia para lidar com a conjuntura do golpe, representou uma nova fase na história do MTST. Analisaremos essa questão no terceiro capítulo. Por ora, é necessário avaliarmos o que esses desdobramentos representaram para o movimento e para as ocupações urbanas que compõem a sua base social. Ao investigarmos sua história, constatamos que sua luta pela moradia se pôs em um campo de institucionalidade, cujo paradigma foi converter direitos sociais em mercadoria, através do gerenciamento dos conflitos. O rompimento do pacto federativo da Constituição Cidadã, que abandonou a legalidade constitucional, impôs uma nova dinâmica para a negociação e o conflito na democracia burguesa. Diante desses desdobramentos, cabe nos perguntarmos como os movimentos sociais urbanos se organizaram em rede?

Na divulgação da carta de princípios da FPSM, foi declarado que ela: “valoriza e estimula o trabalho de base, a formação de militantes e o rigoroso comprometimento étnico com métodos de fortalecimento dos movimentos sociais”⁵¹. Para entendermos a constituição dessa rede de atuação política, recorreremos aos trabalhos de Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2009), onde os autores propõem mapear o conflito político, relacionando as mudanças da política institucional com as mudanças sócio-históricas.

O confronto político tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, portanto, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, pp. 11-12).

⁵¹Ibidem, Carta e Princípios da FPSM. Disponível em: Intersindical-central da classe trabalhadora.

Diante dessa colocação, podemos argumentar que os movimentos sociais não estão fechados entre eles mesmos, eles estão em diálogo, além do Estado, com uma série de entidades que geralmente não aparecem nos documentos. No corpo teórico dessa formulação, ao recuperarmos a noção de repertório dos movimentos sociais proposta por Tilly (2008) e, na especificidade brasileira, investigada por Goulart (2011), Tatagiba (2014) e Falchetti (2019), dentre outros, podemos entender que os repertórios de ação adotados pelos MTST acompanham as mudanças sociais e históricas da sociedade brasileira. Ou seja, com recrudescimento das políticas neoliberais e a crise de representatividade das instituições burguesas, sua base social, além de ter sido ampliada com novas ocupações, foi mobilizada nas ruas para compor os protestos direcionados pelas lideranças da FPSM, ao mesmo tempo em que reivindicavam as pautas específicas do movimento.

No atual cenário urbano da luta de classes, que se expressa pelos conflitos em torno do seu ambiente construído, a leitura de Ruy Braga (2017) nos ajuda a entender como ocorreram essas redes de atuação política. Nesse argumento, as questões sobre o neoliberalismo, a precarização e as lutas sociais são analisadas a partir da interconexão entre a formação da classe e a ação coletiva de classe, através da relação entre o precariado e o movimento sindical, no contexto da crise da globalização. Sua análise investigou em que medida as lutas sociais modificam as formas de regulação classista, em meio ao desgaste da promessa de uma cidadania salarial, impactada pela privação dos direitos sociais e trabalhistas, através da mercantilização (BRAGA, 2017).

Voltando ao bairro do Capão Redondo. Nove dias após a data de ocupação do terreno, entre os dias 15 e 19 de novembro de 2016, a equipe da Mídia Ninja⁵² esteve no local para colher algumas imagens e depoimentos com o objetivo de documentar o dia a dia da ocupação. Esse registro de campo resultou em uma espécie de minidocumentário intitulado: “Por trás da Lona – a

⁵²A Mídia Ninja foi fundada em 2013 e se autodenomina uma rede de comunicação livre que busca novas formas de produção, distribuição e de informação, a partir da tecnologia e de uma lógica colaborativa de trabalho. Em 2016, foi tida como uma das principais iniciativas de resistência na luta pelo fortalecimento da democracia em meio a instabilidade política. Hoje a rede engaja mais de 2 milhões de apoiadores e cerca de 500 pessoas diretamente envolvidas com o suporte de casas coletivas pelo Brasil. Disponível em: < <https://midianinja.org/quem-somos/>>. Acesso em 04 de abril de 2021.

vida na ocupação Povo Sem Medo do Capão”. Meses depois, o filme foi lançado em um evento do MTST como material de divulgação interna e, em 2018, disponibilizado na plataforma do Youtube⁵³. A produção desse documentário indica o que já pontuamos sobre as redes de articulação política dos movimentos sociais e a construção de seus repertórios de ação. Entretanto, para além dessa questão, a produção desse material também indica um outro elemento a ser analisado, trata-se daquilo que Manuel Castells (2017) investigou sobre

os movimentos sociais da sociedade em rede, que, em última instância, farão a sociedades do século XXI, ao se engajarem em práticas conflitivas enraizadas nas contradições fundamentais do nosso mundo (CASTELLS, 2017p. 19).

Recuperando as ideias do autor, os movimentos sociais representam as condições históricas do nosso tempo. Nos últimos anos, a comunicação em ampla escala passou por profundas transformações tecnológicas e organizacionais, as quais Castells (2017) denominou como “autocomunicação de massa”. Em sua análise, essas redes horizontais de comunicação multidirecional e interativa, fazem da internet e das redes de interação sem fio, a principal plataforma de comunicação nas sociedades contemporâneas (CASTELLS, 2017).

Segundo o autor, os movimentos sociais em rede, além de se destacarem como um padrão emergente na sociedade atual, apresentam uma série de características comuns. Por sua investigação, podemos destacar os padrões que mais se assemelham à especificidade brasileira para elucidarmos as características das matérias produzidas pela Mídia Ninja⁵⁴ e sua articulação com o MTST. De acordo com Castells (2017), esses movimentos estão conectados em rede através do uso de celulares, ferramentas digitais e redes sociais on-line e off-line. Eles se consolidam como um movimento ao ocupar o espaço urbano

⁵³Por trás da Lona – a vida na ocupação Povo Sem Medo do Capão. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h9sNHRzqAhl>>. Acesso em: 30 de abril de 2021.

⁵⁴Apesar de não aprofundarmos essa análise sobre a Mídia Ninja (por não ser o foco desta pesquisa), sua característica enquanto novo ator coletivo da sociedade em redes também aponta para as novas metodologias de organização que o próprio MTST passou a desenvolver enquanto repertório de ação e que tem se atualizado constantemente. Em 2020, no contexto da Pandemia causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), esses elementos tomaram uma dimensão mais significativa. Ao adotar o uso de aplicativos, plataformas digitais e redes sociais para lidar com as dificuldades do isolamento social na comunicação com sua base e militância, sobretudo no contexto das eleições Municipais de 2020, essas práticas indicaram um novo repertório de ação a ser estudado. No entanto, por motivos metodológicos, não trataremos dessa questão, pois esse fenômeno não corresponde ao nosso recorte temporal.

de forma permanente em praças públicas ou manifestações de rua, da mesma forma que se constituem como movimentos locais e globais. Ou seja, ao mesmo tempo em que constroem o seu espaço público ocupando o espaço urbano, se tornam globais ao conectarem-se às redes de internet, interagindo com o mundo globalizado (CASTELLS, 2017).

Neste diálogo entre a História Social e as reflexões teóricas que foram produzidas sobre o tema, não basta apenas que a bibliografia ilustre os conceitos, pois as fontes constituem as experiências das quais o historiador terá que lidar. Neste caso, para analisar o material imagético produzido pela Mídia Ninja enquanto fonte histórica e recuperar as falas dos envolvidos nesse processo, é necessário entendê-lo por um arcabouço teórico-metodológico que envolva as categorias de Cultura e Representação. De antemão, argumentamos que quando falamos em “cultura”, estamos nos referindo a todas as relações societárias que se expressam no cotidiano. Ou seja, cultura enquanto modo de vida e de luta, que se articula em suas generalidades e especificidades. Da mesma forma, quando falamos em “representação”, estamos nos referindo às experiências cotidianas, cujos registros das ações humanas se apresentam por diversos ângulos e discursos.

Neste sentido, nossa abordagem busca historicizar o significado e a produção dessas imagens em suas expressões políticas e culturais, entendendo-as por suas questões concretas e objetivas, sem que isso implique em um caráter probatório do objeto estudado. Tal como aponta Marcos Napolitano (2009): “Não se trata de decidir qual a fonte mais ‘verdadeira’, mas ampliar o escopo documental na abordagem dos processos e fenômenos sociais estudados pelo historiador” (NAPOLITANO, 2009, p. 253).

Vejamos como esses elementos se apresentam na primeira fotografia analisada, que nos oferece uma visão dos barracos da ocupação, vistos de cima:



Esta fotografia em formato de panorâmica foi selecionada por um dos envolvidos na matéria da Mídia Ninja, quando ele operava um drone para captar as imagens aéreas que seriam expostas no filme. Nos atentamos a este detalhe, pois o processo de escolha das fotografias do álbum indica a intencionalidade na reprodução das imagens do próprio documentário. Diante disso, é necessário fazermos um rápido apontamento sobre o uso de fotografias enquanto fontes históricas⁵⁵. De acordo com Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho (2009), “as fontes fotográficas sozinhas não se bastam. A problemática histórica é que deve guiar a abordagem das fontes” (LIMA; CARVALHO, 2009, p. 45). A função social da fotografia é uma discussão fundamental na contemporaneidade. Nas análises de Susan Sontag (1977), sua prática vista por um olhar filosófico sugere que as fotografias constituem uma gramática que se expressa por uma ética do ver. Ou seja, a realidade como tal é redefinida pela fotografia: uma coisa é um fato, outra coisa é a representação sobre ele (SONTAG, 1977).

Dentro do que as autoras apontam, enfatizamos que os elementos que compõem o cenário exposto pelas fotografias do álbum articulam a nossa problemática histórica. Ou seja, as imagens capturadas pelas lentes do

⁵⁵Partimos do instrumental teórico-metodológico das autoras, que analisam os usos sociais e historiográficos das fotografias, presentes no livro *O historiador e suas Fontes*, Ed. Contexto, 2009. Organizado por Carla Bassanezi e Tania Regina de Luca. E das análises de Susan Sontag, do seu livro *Sobre Fotografia*, 1977.

documentário no formato de registro e de denúncia ilustram as questões materiais, concretas e objetivas da nossa investigação. Vejamos como essa problemática aparece na foto analisada.

Partindo da premissa de que toda ação humana está localizada em um tempo e um espaço e, por conseguinte, tudo aquilo que resulta dessas ações é o que definimos como História, podemos observar a fotografia analisada a partir de uma leitura que entenda os elementos que a compõem, historicizando os recortes capturados de sua paisagem cultural e natural, para entendermos qual história ela nos revela ou nos omite.

Nesta foto, identificamos quatro elementos que foram capturados pelas imagens do documentário. Na parte superior do seu enquadramento, à sua esquerda, temos o recorte de uma imagem cuja reprodução é muito utilizada para abordar, de forma estigmatizada, a definição de “periferia”. No entanto, para além dessa questão, este recorte também nos revela o padrão de moradia nesses territórios, o qual Oliveira (1972) definiu como autoconstrução. Já na parte superior, à sua direita, os prédios que compõem a captura do cenário entram em contraste com o restante do enquadramento da foto. Pela perspectiva de uma lente social mais atenta, esse contraste nos revela, além do acesso restrito de determinados grupos às políticas públicas de habitação, as disparidades de trabalho e de remuneração das pessoas que sobrevivem no mesmo entorno da paisagem capturada. Esses dados de realidade apontam para experiências históricas heterogêneas de sujeitos que ocupam o mesmo espaço geográfico, mas com o mesmo horizonte de discriminação sociocultural que constituem as lutas desses territórios (TELLES, 1984, 1992; SADER, 1988; PAOLI, 1991; CALDEIRA, 2000, SOUSA, 2009).

Ainda na composição desses elementos, na parte inferior, à direita do seu enquadramento, o recorte da fotografia indica o que podemos caracterizar como uma paisagem natural. Isso indica que a extensa área⁵⁶ verde do terreno ocupado pelo acampamento do MTST coexiste com prédios de conjuntos habitacionais populares, condomínios de algumas frações de classe média e

⁵⁶Nas demais fotos do álbum e no mapa que indica a localização do terreno, é possível ter uma dimensão dessa extensa área verde mencionada no texto. Discutiremos esse aspecto no próximo subcapítulo.

diversas moradias de autoconstrução (MARICATO, 1982; ROLNIK, 1997). Este outro dado de realidade concreta e objetiva ilustra um entendimento básico da geografia humana: as paisagens naturais e culturais apresentam aspectos e elementos referentes ao passado e ao presente, podendo conviver no mesmo espaço geográfico do ambiente construído.

Neste sentido, os barracos de lona⁵⁷ da ocupação Povo Sem Medo do Capão – como elemento de maior destaque no enquadramento da foto –, não revelam apenas a permanência histórica das lutas por moradia na região. Eles indicam uma complexidade de elementos que interligam a ação humana por meio das categorias de espaço geográfico, lugar, paisagem, região e território, e que, somadas ao que Maricato (2015) denomina como “analfabetismo urbano”, esvaziam suas complexidades. Essa argumentação vai de encontro às análises de Fix (2007), quando a autora afirma que a paisagem social e física da cidade paulistana se constituiu pelos aspectos da lógica da urbanização do capital e de suas peculiaridades na semiperiferia do capitalismo, seguindo as investigações de Oliveira (2003). O resultado concreto desse fenômeno é uma paisagem, cujas práticas sociais expressam o cerne dos problemas estruturais do Brasil, a questão fundiária, já abordada por diversos estudiosos.

No que se refere às demais fotografias do álbum que não foram analisadas neste subcapítulo, é importante pontuarmos que todas elas são recortes de uma experiência histórica, cujas imagens foram capturadas de dentro da mesma paisagem que acabamos de reconstituir. Aqui cabe uma sutil provocação. Se os aspectos de ordem material que analisamos foram problematizados através de recortes de uma imagem aérea produzida por um drone, esses elementos que investigamos pelo registro de suas lentes se assemelham a uma análise sócio-histórica “vista de cima”? Essa questão nos traz a necessidade de entender as formas de organização da ocupação Povo Sem Medo do Capão, no chão do terreno ocupado e partindo de seus próprios

⁵⁷Ressaltamos que a maioria dos barracos construídos nas ocupações do MTST funciona como demarcação espacial no território ocupado e como estratégia simbólica de denúncia das condições de habitação nas cidades para combater o discurso da mídia liberal, que criminaliza suas ações.

sujeitos. Para tanto, recuperar as falas dos envolvidos nesse processo será de suma importância.

Do ponto de vista metodológico, Napolitano (2009) adverte que os registros documentais⁵⁸, por meio de aparatos técnicos cada vez mais sofisticados, não devem ser tomados como testemunhos quase diretos e objetivos da história, sobretudo quando eles possuem um caráter estritamente documental, pois o seu teor ilustrativo como registro direto de eventos e personagens históricos deve ser submetido a uma crítica interna e externa. Tentaremos agora reconstituir e problematizar algumas das falas e imagens do documentário onde encontram-se os vestígios dessas ações.

O documentário “Por trás da Lona – a vida na ocupação Povo Sem Medo do Capão”, tem início com a câmera dando destaque à bandeira do MTST, hasteada dentro do terreno ocupado.



⁵⁸De acordo com Napolitano (2009), as estruturas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade partem de códigos internos. Conforme sua análise, tanto a visão "objetivista" quanto o estigma "subjetivista" falham em perceber tais problemas. Seu método indica que a visão "objetivista" enquanto "efeito de realidade", tende a supervalorizar os registros históricos. "[...] os filmes documentários e os diversos tipos de jornalismo (no rádio, no cinema e na TV) podem potencializar esse "efeito de realidade", pois a busca de eventos e processos fornece o mote para a criação" (NAPOLITANO, 2009 p. 236).

Na sequência, a câmera busca focalizar a imagem nas habitações do entorno e nos barracos construídos com restos de madeiras e lonas identificadas e enumeradas com as letras G e B.



Essas imagens se revezam com as imagens aéreas do espaço. Nesta cena, destaca-se uma sutil falta de correspondência entre o letreiro que apresenta o título do filme e a imagem feita por cima das lonas (sob/sobre elas).



Segundos depois, após a identificação da legenda do título do documentário, a primeira atriz social a ter o seu depoimento registrado é

identificada como “Tia Maria”. Diante da câmera, tia Maria se dividia em duas tarefas: dar o seu depoimento para a equipe da Mídia Ninja e organizar o barraco de lona reservado para o atendimento das famílias que chegavam na ocupação.



Ao falar sobre a importância da limpeza e da organização do local, sua fala é interrompida pelo toque do seu celular, com a ligação de um de seus familiares. O ocorrido, fora do roteiro programado, deu margem para a equipe que colhia as imagens e depoimentos fazer uma pergunta de cunho pessoal: “O que a sua família acha do movimento, todo mundo participa?” Em sua resposta, tia Maria recuperou alguns elementos de sua trajetória pessoal, que se conectam às circunstâncias pelas quais ela conheceu o MTST e os motivos pelos quais ela se tornou uma militante do movimento.

Não, todo mundo não participa não. Uma das minhas filhas participa, sim, mas ela sempre briga comigo, porque eu demoro pra ir, eu fico mais aqui na ocupação, ajudando o movimento, o pessoal da organização. Ai eu já falei pra ela, eu já falei pra ela: eu já fiz muito isso o que você tá fazendo, trabalhando, cuidando de casa. De casa pro trabalho, enfrentando ônibus cheio, aguentando desaforo de patrão. Eu já fiz muito isso pra ganhar uma merreca de dinheiro e, no final da noite, você chega ali cansada, sofrendo e, quando você vai receber o seu salário, não dá pra você fazer nada, nada, nada! Você paga o seu aluguel, água e luz, e vai com aquele pouquinho limitado pra você comprar uma comida pra você. Menos, antes de quinze dias, já acabou o dinheiro. Tô ajudando as pessoas a conquistar os seus direitos. [...] Tô ajudando as pessoas a abrir o seu olho diante desse governo que nós estamos vivendo, desse país, porque foi assim, eu abri meu olho, agora quero ajudar outras pessoas a abrir o olho delas (MÍDIA NINJA, 2016).

Ao que consta, tanto nas informações colhidas em campo quanto na pesquisa de Miagusko (2008, p. 15), tia Maria é uma das várias militantes do MTST cuja trajetória de vida se entrelaça com as histórias de muitas das mulheres negras e racializadas que sobrevivem nos bairros periféricos. Ao terem contato com a formação de base do movimento, muitas delas passam a exercer um papel fundamental na organização de suas ocupações. Seu relato expressa as experiências de vida que constituem a classe nas periferias urbanas. Em outras palavras, a noção de classe que aqui pontuamos a coloca como sujeito que se constitui a partir de sua experiência vivida que, na perspectiva thompsoniana, trata-se de investigar a experiência dos sujeitos como fontes que mostrem suas práticas e construções históricas.

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo (THOMPSON, 1981, p. 16).

Dentro do que Thompson (1981) apontou sobre a categoria de experiência, podemos articular teoria e fonte, colocando-as em diálogo para que as evidências históricas, enquanto realidade empírica, interroguem a teoria e vice-versa. Neste sentido, a noção de classe entendida como uma relação humana que se constitui no movimento da própria história (em constante refazer-se), é o que compõe o sujeito coletivo de direitos e o insere na ação coletiva dos movimentos sociais. Em outras palavras, essa experiência se passa pela vivência material que se elabora pela própria ação. Vejamos como os trabalhadores e trabalhadoras sem-teto a elaboram.



No depoimento da acampada Solange, são sintetizadas as condições materiais e objetivas que a inseriram na luta pelo direito à moradia, reveladas pela sua própria trajetória de vida.

[...] Eu sou auxiliar de limpeza né, serviços gerais, e já tem um tempinho que eu trabalho nessa área. Meu salário agora foi para mil reais né, só que aí quando vêm o desconto, o que eu tiro é setecentos e pouquinho, setecentos e vinte e cinco, mais ou menos. Aluguel eu pago quatrocentos e cinquenta, fora água e luz né, aí vêm a água e luz, vêm... algum remédio que precisa, e aí por diante... Quando vai ver, não têm o que sobrar né, porque aí eu tenho que mandar pra minha filha, que ela mora em Pindamonhangaba, com meus pais. (MÍDIA NINJA, 2016).

A imagem do acampado Jonatham tendo o seu depoimento colhido pela equipe da Mídia Ninja na ocupação também demonstra esses elementos.



A partir da sua fala, logo abaixo, é possível perceber as privações materiais dos trabalhadores e trabalhadoras sem-teto enquanto experiências históricas que, quando reelaboradas pela ação política, criam uma identidade coletiva em seus territórios.

Eu ganho por faixa de novecentos a mil reais, entendeu? É... Pago quatrocentos reais de aluguel, atualmente, tô pagando quatrocentos reais, mora eu e minha irmã, e é as minhas necessidades, né, é uma roupa, é um tênis, é um compra pra dentro de casa, não pago água, mas pago luz, é um crédito no celular, não sou muito de balada, então não tenho muito gasto com balada, bebida, essas coisas... E o aluguel pesa, entendeu! E eu tô aqui no movimento também pra... Pra tá na minha luta, porque eu tô na luta junto com os acampados, eu tô na militância, mas eu tenho a minha luta também. O terreno na onde eu estava já foi ganho, né, e tamos esperando aí a verba do governo, pra nós poder tá construindo nossos apartamentos. [...] Eu era mais arrogante né, eu era um pouco egoísta, eu não sabia dessa importância que a gente tinha de tá ajudando o próximo e, depois que eu entrei pro movimento, não, eu conheci, através de uma tia minha, o movimento daqui de São Paulo, que é o MTST, né, e... Eu pude ver que o pessoal é mais acolhedor, é a lei da divisão né, a gente, às vezes, quando não participa de um movimento que é popular, que mexe com outras pessoas, geralmente você tem um pensamento mais egoísta, então você lembra que, às vezes, você pega uma coberta na sua casa e você lembra que tem duas, você já quer dividir uma, é um abraço amigo que você tenta dar pra outras pessoas (MÍDIA NINJA, 2016).

Essas imagens e depoimentos revelam as condições e experiências históricas de mulheres e homens concretos que, como trabalhadores (as) espoliados dos direitos necessários para a vida na cidade, buscam garantir a sua sobrevivência, cujas próprias vidas são invisibilizadas. Neste sentido, não se trata de pensar a classe enquanto categoria que se define por ocupação no

processo produtivo e de renda e sim pela forma como ela se apresenta em sua especificidade histórica. O que, na máxima de Thompson (1987), significa dizer:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p.10).

A formulação do autor para entendermos a classe enquanto uma categoria histórica, quando analisada pela especificidade dos trabalhadores e trabalhadoras das periferias urbanas que sobrevivem na semiperiferia do capitalismo (OLIVEIRA, 2003), nos leva a refletir sobre a tradição na qual o trabalho foi fundado em nossa curta experiência republicana. Essa questão remete ao padrão de urbanização da cidade de São Paulo, que deu origem às suas periferias urbanas e que têm, na falta dos direitos básicos, a exclusão histórica que gera as privações e necessidades dos trabalhadores que as habitam. Ou seja, o espaço onde se engendram essas relações foi constituído por uma tradição republicana conservadora, que se expressou pela própria urbanização do país, e que garante a manutenção das relações de poder, ligadas ao seu passado escravocrata.

Os depoimentos recuperados do documentário revelam, nas falas desses sujeitos, o quanto o trabalho é uma questão central em suas trajetórias de vida. Essa sociabilidade que se projeta no cotidiano será analisada com mais detalhes no último subcapítulo. Ademais, tendo em vista que esses depoimentos não foram extraídos por meio de uma entrevista feita para esta investigação, e sim pela captura dos acontecimentos em audiovisual que, como qualquer outro vestígio da ação humana no tempo e no espaço, indicam lacunas e intencionalidades, é necessário fazermos algumas problematizações. Ao dialogarmos com a pesquisa de Luiz Antonio Dias (2021), que analisou fontes de “segunda mão”, por não dispôs de entrevistas completas, mas somente de trechos citados, argumenta que:

Nesse caso, não efetivamos essa “arte”, pois não ouvimos as falas, não fizemos as perguntas, não olhamos nos olhos dos entrevistados [...] Apesar disso, acreditamos que as entrevistas apontam para

determinadas posições e memórias e, ainda que tenhamos clareza dessas limitações, optamos por trabalhar com esses documentos de uma forma crítica, pensando como um relato feito a partir de um momento e com objetivos específicos (DIAS, 2021, p. 34).

No que se refere ao caráter imagético desse registro, é importante mencionar que ele remete às práticas de audiovisualidade como estratégia de resistência – que se coloca como uma tradição na América Latina. De acordo com Napolitano (2009), o campo de produção conhecido genericamente como “vídeo independente” está ligado a dois tipos de expressão: a com intenções estéticas que buscam contestar a produção comercial das mídias de massa; e a produção ligada aos movimentos sociais urbanos e rurais, que procuram registrar as ações políticas e institucionais desses movimentos, se constituindo como um material de memória de suas lutas sociais.

Essa forma de registrar as ações coletivas por meio de imagens e depoimentos vai de encontro às características do documentário produzido pela Mídia Ninja sobre a ocupação Povo Sem Medo do Capão. Na sistematização do autor, a produção audiovisual ligada aos movimentos sociais consiste em registrar os seus atos públicos, marchas, passeatas, greves, assembleias, experiências educacionais, culturais e o cotidiano de seus militantes, tidos como atores anônimos.

Esse tipo de fonte audiovisual oferece ao pesquisador um olhar diferenciado da imprensa televisiva, constituindo uma espécie de discurso audiovisual interno aos movimentos, livre de certos vícios ideológicos liberais, quase sempre hegemônicos do discurso da televisão comercial (NAPOLITANO, 2009, p. 253).

Pelas pesquisas que analisaram as ocupações do MTST, podemos constatar que não é primeira vez que o movimento – em diálogo com suas redes de atuação – produz esse tipo de material audiovisual⁵⁹. Conforme Falchetti (2019), entre os anos de 2005 e 2007, através da aproximação de suas brigadas culturais com outros coletivos, esses filmes foram produzidos num período em que o MTST deu início a segunda fase de sua trajetória, cujo repertório de ação passou a adquirir feições próprias, voltado para o trabalho de base nas periferias urbanas.

⁵⁹Ao todo, foram realizados um total de seis filmes: “Chico Mendes: a dignidade não se rende”, (2005); “Direitos esquecidos”, (2005); “Vídeo-Informe I, II e III” (2007); e “Construindo o poder popular”, (2008).

A aproximação com grupos culturais na periferia, por meio da Periferia Ativa e da participação da Cooperifa, criou laços com os territórios, em especial da Zona Sul, e ampliou a imersão do MTST nesses locais, nos quais ele passou atuar na interface entre cultura e política. Essas parcerias têm promovido intervenções culturais e ações políticas conjuntas na cidade e nas ocupações (FALCHETTI, 2019, p.91).

Em sua análise, essa mudança organizativa também incidiu no formato de suas ocupações, dadas as particularidades da produção do espaço urbano nos bairros periféricos. Ao rever sua metodologia, o MTST passou a levar em conta os fatores como localização, infraestrutura, padrão de habitação, regulamentação do solo urbano, mecanismos jurídicos de defesa da propriedade e as técnicas de controle territorial, por ser tratarem de elementos indissociáveis da luta pela moradia urbana. Essas produções ocorreram a partir da aproximação do movimento com os coletivos culturais da Zona Sul da cidade de São Paulo, cujos laços foram ampliados com a conjuntura de 2013 (FALCHETTI, 2019).

Em resumo, esses registros audiovisuais funcionam como material de divulgação interna e externa do MTST, que é parte de sua estratégia de atuação em rede com outros movimentos e coletivos do campo progressista. Essas produções foram um elemento importante na construção das lutas nos territórios. Elas contribuem para a formação política de sua base social e sua estratégia de comunicação contra os discursos hegemônicos que desqualificam e criminalizam suas ocupações. No próximo subcapítulo, ampliaremos essa discussão.

2.2. Mapeando as lutas do ambiente periférico construído

Como vimos no subcapítulo anterior, a conjuntura apresentada demonstrou que a ação coletiva dos movimentos sociais urbanos se constrói por redes de atuação política que dialogam entre si. Elas respondem às mudanças conjunturais e estruturais da sociedade, através de repertórios de ação com práticas diversas (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009). Vimos também que a luta de classes nas cidades ocorre através de disputas em torno do ambiente construído, no qual a separação dos locais de se trabalhar e de se viver impõe aos trabalhadores dois tipos de luta (HARVEY, 1982; 2014).

Neste subcapítulo, investigaremos como são construídas essas lutas dentro do próprio território onde se localiza a ocupação Povo Sem Medo do

Capão e nos demais espaços em disputa da cidade de São Paulo. Ao mapearmos esses conflitos por uma cartografia de lutas em torno do ambiente periférico construído, ou seja, pela especificidade dos territórios das periferias urbanas, tentaremos entender como a constituição do sujeito coletivo de direitos, que mobiliza a ação dos movimentos sociais, é um elemento que se conecta à categoria de experiência formulada por Thompson (1981). Esses sujeitos, ao reelaborarem suas trajetórias de vida na ação política, entram no processo de luta pelo direito à moradia, através das ocupações urbanas do MTST.

Pensemos nessas ações por aquilo que Michel de Certeau (1980) localizou nas cidades como “a invenção do cotidiano”. Trata-se do lugar de constantes disputas, nas quais os seus sujeitos ativos, vistos como “homens ordinários”, transformam o ambiente no qual estão inseridos. No momento histórico de sua formulação, Certeau (1980) apontou que essas modificações se localizam nos traçados das ruas do próprio ambiente em que se estabelecem as relações de poder. Ao deslocarmos a sua análise para os traçados que compõem a nossa especificidade de tempo e espaço, levamos em conta a discussão já pautada no primeiro capítulo, que historiciza a formação das periferias urbanas da cidade de São Paulo, por seus processos históricos que as constituíram como locus e forma de expansão capitalista (ARANTES, 2009), através de um modelo de urbanização que a dividiu entre “cidade formal” e “cidade informal” (MARICATO, 1997).

Neste exercício de descrever e compreender esses traçados, seja pelos seus problemas sociais ou pela ideologia presente em seus discursos urbanísticos, quando observamos o entorno do bairro em que está localizado o terreno ocupado pela base social do MTST, nos deparamos com um território cujo cotidiano é atravessado pelas lutas diárias de seus sujeitos, em meio às suas relações históricas de conflito com as classes dominantes. Seguindo o mapeamento dessas lutas cotidianas, de acordo com os estudos de Gohn (2008), nas proximidades do terreno onde hoje se encontra uma das ocupações

do MTST, no ano de 1981, houve também uma ocupação de terra que fomentou a organização popular no bairro⁶⁰.

Outro evento importante de 1983 foi a criação do Movimento de Luta pela Moradia das associações comunitárias da Zona Sul de São Paulo. Essa iniciativa resultou das ações ocorridas na invasão da Fazenda Itupu, fato importante por ter sido o núcleo organizador de toda a luta por moradia naquela região, abrangendo com seu raio de atuação, posteriormente, toda a Grande São Paulo. (Gohn, 2008, p. 133).

A década de 1980 foi marcada pela construção da cidadania das populações pobres no Brasil. Esse processo ocorreu gradativamente, a partir de uma nova sociabilidade gestada dentro dos territórios periféricos, que culminou em uma diversidade de lutas sociais ocorridas nos múltiplos espaços das cidades. Esse processo formou os sujeitos coletivos de direitos. Conforme o mapeamento de Gohn (2008), foi durante esse contexto que, em 1981, surgiu o movimento de invasões de terras na Fazenda Itupu, na zona sul da cidade de São Paulo e, em 1983, o movimento de desempregados, que ficou marcado por diversos atos, como a derrubada das grades do Palácio dos Bandeirantes.

Decorreu daí também a prática de ocupações de órgãos públicos como forma de pressionar pelo atendimento de suas reivindicações: criação de empregos e frentes de trabalho. O movimento utilizou-se ainda de um tipo de procedimento inaugurado pelo movimento popular, os acampamentos. O local escolhido para os desempregados acamparem foi o parque do Ibirapuera, em São Paulo, próximo à Assembleia Legislativa (Gohn, 2008, p. 133).

Paralelo à essas questões, a pesquisa de Ferreira (2009) também investigou os conflitos sociais ocorridos no ano de 1983 na região da zona sul da cidade de São Paulo. De acordo com a autora, a região foi palco de intensos protestos e saques, devido aos altos índices de desemprego da época.

Nos primeiros dias de abril de 1983, a cidade de São Paulo tornou-se o epicentro das tensões que sacudiram o país. Na manhã do dia 04, eclodiu, no Largo 13 de Maio, uma onda de saques e quebra-quebras que, durante três dias, irradiou-se para outros pontos importantes da capital paulista – a região central, parte da periferia da zona sul e o Palácio dos Bandeirantes – gerando inquietação e medo na sociedade e nas esferas do poder. (FERREIRA, 2009, p. 3).

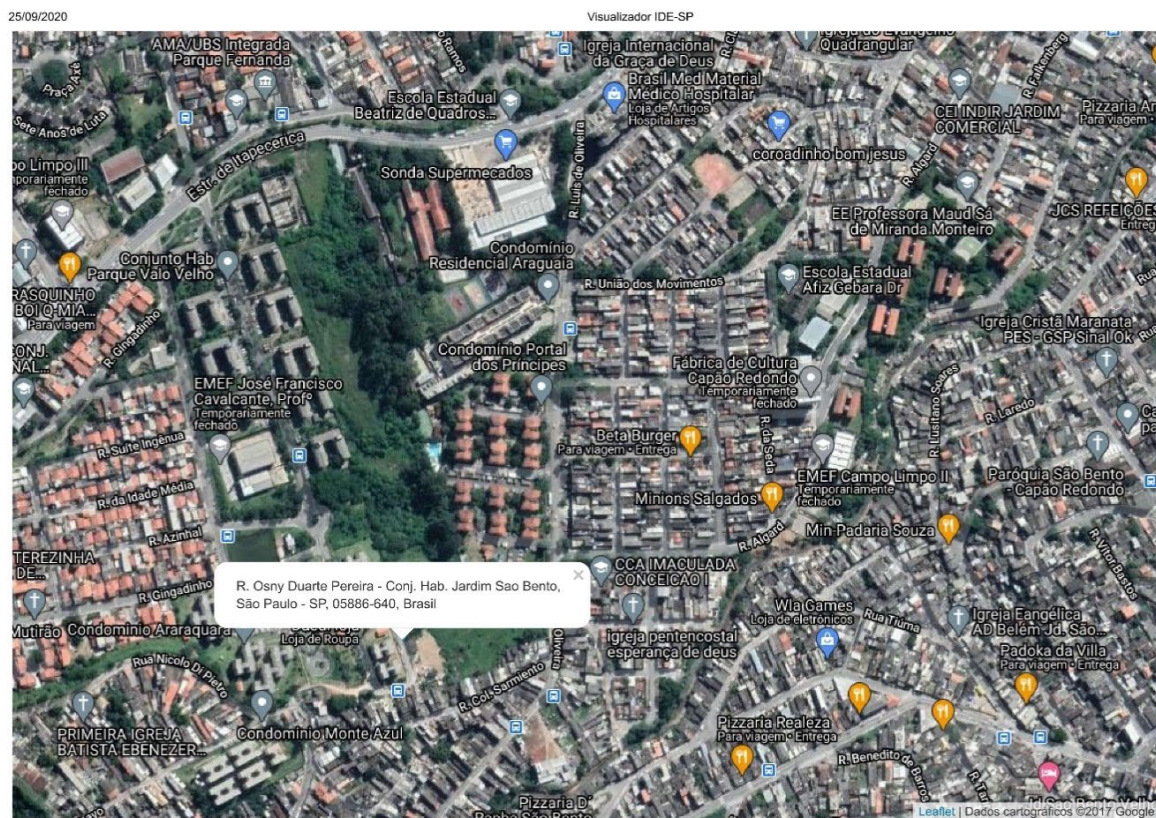
⁶⁰A fazenda Itupu, a qual Gohn (1991) faz referência, hoje dá nome à rua do Conj. Hab. Jardim São Bento, cujo endereço se localiza próximo à rua União dos Movimentos, no entorno do terreno onde está localizada a ocupação Povo Sem Medo do Capão. Essa questão é parte da problemática que discutiremos no terceiro capítulo, quando analisaremos as permanências históricas dessas lutas pelas falas dos moradores e suas memórias no material produzido sobre a questão da moradia no bairro. Disponível em: < <https://www.google.com/maps/dir/R.+Fazenda+Itup%C3%BA++Conj.+Hab.+Jardim+Sao+Bento> >. Acesso em 19 de maio de 2021.

Esse histórico de lutas populares e de organização política ocorridos na zona sul da cidade de São Paulo também é identificado pelas ações do Movimento Custo de Vida, ligado à Teologia da Libertação, juntamente com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, a partir da década de 1970, tiveram forte atuação no Bairro do M'Boi Mirim e no Jardim Ângela. Os desdobramentos dessas lutas se uniram à outras pautas por direitos sociais em todo o Estado e no resto do país (TELLES 1985; SADER, 1988; GOHN, 2008), dentre vários outros autores que pesquisaram o tema.

Como já demonstrado, essas lutas se expressam pela própria geografia do território, explicitadas por suas paisagens sociais e naturais, que indicam os fenômenos resultantes da ação humana no tempo e no espaço. Apesar dessas paisagens apontarem para um cotidiano dinâmico, seus dados de realidade são tratados como se eles fossem alheios ao seu próprio tempo e espaço, como se fossem ahistóricos. Todavia, ao mapearmos suas zonas de conflitos, podemos perceber nitidamente os pontos de tensão de seus lugares sociais e os tipos de sociabilidades existentes naquilo que podemos entender como uma “cartografia de lutas” dentro dos territórios periféricos da cidade de São Paulo.

Nesse sentido, o mapa a seguir, composto por um híbrido de logradouros com imagens via satélite, nos oferece uma visão ampla do entorno do terreno ocupado pelo MTST e algumas das características sociais do bairro em que ele se localiza. Entretanto, no chão da ação cotidiana, esses aspectos sociais passam despercebidos, devido aos discursos e práticas hegemônicas que desistoricizam seus territórios. Ao observarmos este mapa, atento aos seus elementos, podemos visualizar nitidamente a nossa problemática posta. A extensa área verde que indica o endereço do terreno ocupado corresponde a um latifúndio urbano que, como qualquer outro terreno com essas características, está localizado em regiões com altos índices de vulnerabilidade e segregação

urbana, conforme demonstram os números do Mapa da Desigualdade Social⁶¹. Por sua vez, os bairros dessas regiões também se constituem como territórios de lutas, onde ocorrem os conflitos em torno do ambiente periférico construído.



www.idesp.sp.gov.br/visualizador

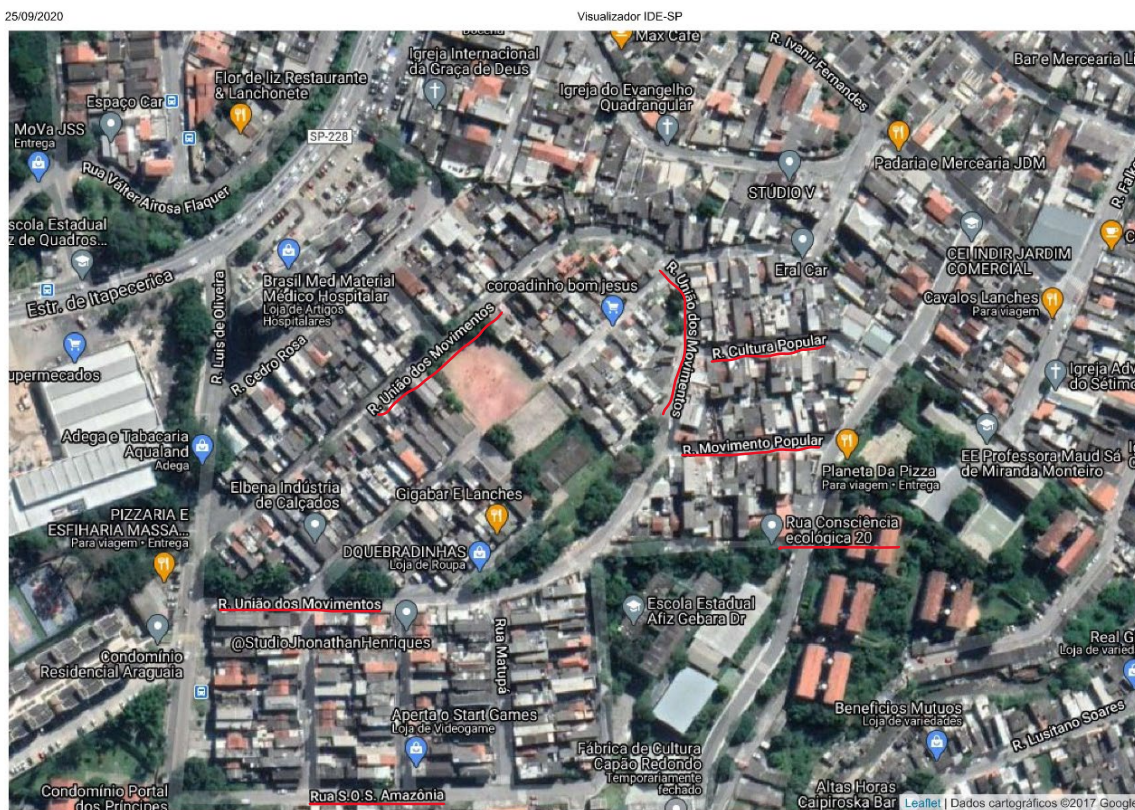
Fonte: Mapa I. IDESP. www.idesp.gov.br/visualizador

Ao fazermos uma segunda leitura deste mapa, com a sua imagem ampliada, afim de visualizá-lo como uma espécie de “lupa social”, podemos identificar nos traçados que compõem o entorno do terreno ocupado, alguns nomes de ruas⁶² que remetem às décadas de 1970 e 1980, cujo período foi marcado pelo surgimento dos “novos personagens” no cenário da política brasileira (SADER, 1988). Esses dados nos indicam que a questão colocada no

⁶¹Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf>. Acesso em 07 de novembro de 2021.

⁶²Destacamos as seguintes ruas descritas no mapa: *União dos Movimentos; Cultura Popular; Movimento Popular; Consciência Ecológica e SOS Amazonia*. Disponível em: <<https://cep.guiamais.com.br/busca/conjunto+habitacional+jardim+sao+bento-sao+paulo-sp?page=1>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

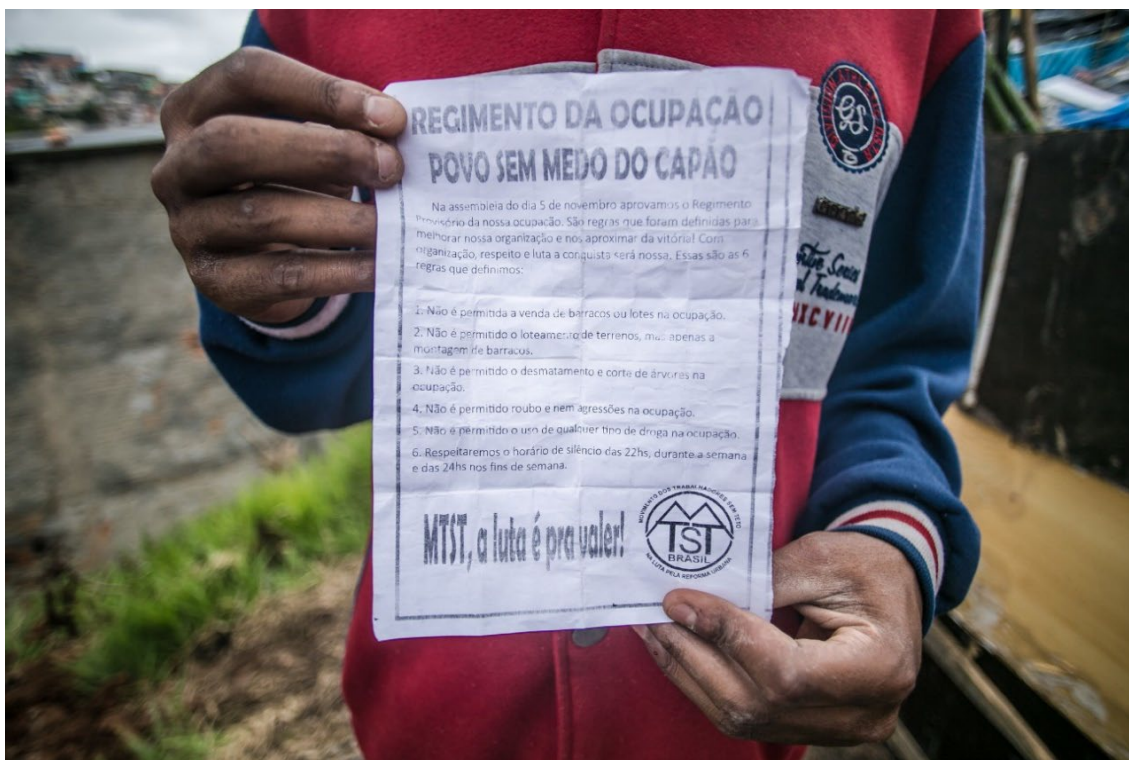
tempo presente se constrói permeada por seus processos históricos constituídos na longa e média duração (BRAUDEL, 1958).



Fonte: Mapa II. IDESP. www.idesp.gov.br/visualizador

Apesar desses vestígios comporem uma cartografia de lutas nesses territórios, suas ações são constantemente naturalizadas por aquilo que Maricato (1997) aponta como o discurso hegemônico da cidade e de sua representação ideológica, alienada à sua própria realidade. Ou seja, de fora das lentes que enxergam apenas a “cidade do progresso” (leia-se dos negócios), existem imensos cenários não urbanizados e caóticos, formados por um processo de desruralização, que reproduziu, nas periferias das grandes cidades do país, habitações construídas com tijolos baianos, sem reboco, cuja paisagem social explicita o conceito de autoconstrução formulado por Oliveira (1972). Ao retornarmos ao seu conceito, reiteramos o tripé – terra, teto e trabalho – como elementos fundamentais na construção da luta de classes no ambiente periférico construído. Nosso argumento também parte das ideias de Harvey (1982, 2014), quando o autor afirma que: “A luta na qual o trabalho se compromete em seu ambiente de vida, contra a apropriação da renda, é uma luta contra o poder monopolístico da propriedade privada”(HARVEY, 1982, p.13).

Vejamos como essa permanência histórica de lutas sociais na região se se coloca no tempo presente, através das ações socioterritoriais do MTST que buscam construir a ação coletiva, ilustradas pela imagem a abaixo:



Da mesma forma que alguns dos atores e atrizes sociais expostos no vídeo não foram identificados por seus nomes nas legendas do documentário, a foto acima indica essa mesma característica. Ela ressalta um dado de realidade muito comum nas entrevistas concedidas aos pesquisadores que analisaram as ocupações do MTST: a necessidade de que alguns depoentes têm de não se identificarem. Para além desse aspecto, concentremos nossa atenção no cartaz do regimento da ocupação destacado pelo zoom da câmera. A captura desse registro corrobora com as pesquisas que analisaram seus acampamentos e mapearam suas metodologias no processo de ocupação dos terrenos. Por sua vez, as regras de convivência, descritas no cartaz⁶³, revelam as ações espaciais

⁶³Conforme consta na fotografia, o regimento foi aprovado em assembleia, no dia 05 de novembro de 2016, com o objetivo de contribuir para a organização da luta pelo terreno ocupado. Essas regras se configuram nos seguintes itens: 1. Não é permitida a venda de barracos ou lotes na ocupação; 2. Não é permitida a venda de terrenos, mas apenas a construção de barracos; 3. Não é permitido o desmatamento e corte de árvores na ocupação; 4. Não é permitido roubo nem agressões na ocupação; 5. Não é permitido o uso de qualquer tipo de drogas na ocupação; 6. Respeitaremos o horário de silêncio das 22 horas, durante a semana e de 24 horas nos finais de semana.

e territoriais que mobilizam os trabalhadores sem-teto do MTST para junto da ação coletiva. Na fotografia a seguir, é possível identificarmos alguns desses elementos:



À primeira vista, a fotografia acima aponta para os procedimentos de organização das ocupações urbanas do MTST, logo após ocuparem os terrenos localizados em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Trata-se da construção dos barracos de lona que configuram as práticas de mobilização herdadas do MST e adaptadas para o contexto urbano. Entretanto, para além da ação capturada pela imagem, o formato da fotografia em perspectiva nos oferece uma dimensão do terreno ocupado. Entre a parte que compõe os elementos do primeiro plano da imagem (leia-se os atores e atrizes sociais e os barracos de lona) e os seus elementos de fundo (leia-se os prédios e a extensa área verde do terreno), temos uma distância que percorre o endereço da área ocupada até a estrada de Itapeverica da Serra, na altura do Parque Fernanda. Essa distância totaliza 1,4 km⁶⁴.

Este dado é importante para cruzarmos com duas informações que aparecem nas atas da ocupação: a dimensão em metros quadrados do terreno

⁶⁴Informação checada pela rota do aplicativo Google Maps. A dimensão da extensão do terreno também pode ser percebida pelo próprio mapa que analisamos anteriormente.

e as lutas sociais ocorridas no seu entorno. Analisaremos essas questões conforme avançarmos na discussão. Como já mencionado, as fotografias do álbum que estamos analisando foram extraídas das imagens produzidas para o próprio documentário sobre a ocupação. Essas imagens são recortes das ações capturadas de dentro da mesma paisagem que reconstituímos no território pesquisado.

Vejamos como a captura dessas ações, por meio de suas fotografias, dialoga com as etnografias que foram produzidas sobre os acampamentos das ocupações do MTST. Nos estudos de Ilse Scherer-Warren (2002; 2007 e 2009), o espaço, enquanto território, é local e referência dos conflitos mais acirrados da sociedade. Em sua leitura, as lutas sociais na produção do espaço podem ser explicadas pelos dois movimentos que mais contribuem para a (re)territorialização dos conflitos de classe no Brasil: o Movimento dos Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Nas palavras de Scherer-Warren (2002):

As lutas das populações socialmente e relativamente excluídas do modelo da reprodução concentrada da riqueza no país, são lutas pela democratização da propriedade, pela preservação da natureza, pela distribuição da riqueza nacional, pela inclusão social, política e cultural dos mais pobres e discriminados da nação (SCHERER-WARREN, 2009, p. 106).

Ao investigarmos as organizações e o crescimento desses dois movimentos na sociedade brasileira, é necessário distinguir em suas relações a noção de “coletivos em rede” da noção de “redes de movimentos sociais” (SCHERER-WARREN, 2009). Pelo mapeamento da autora, a noção de coletivos em redes se refere às conexões empiricamente localizáveis. Estes coletivos podem vir a ser segmentos de uma rede mais ampla de movimentos sociais que, por sua vez, se configura em uma rede dentro de redes de atuação.

Para que ocorra a passagem de um coletivo em rede para um movimento social em rede, deve-se observar a realização de três dinâmicas sociopolítico-culturais coletivas: 1. A formação de uma identidade coletiva ou identificação em torno de uma causa comum; 2. A definição de uma situação de conflito e de seus adversários; 3. a construção de um projeto ou utopia de mudança (SCHERER-WARREN, 2009, p. 107).

O diálogo com a autora nos ajuda a entender a forma como materializa a ação coletiva dentro do ambiente periférico construído. Seu mapeamento indica que esses processos não ocorrem num vazio de historicidade, ocorrem no tempo

e no espaço, através de contextos com significados temporais, espaciais e societários, que transitam entre a solidariedade e o conflito; a reivindicação material e a significação simbólica; e a participação em contextos institucionais e estratégias que visam a transformação do instituído. Ou seja, tanto o MST quanto o MTST são movimentos sociais em redes geradores de novas territorialidades. Conforme a autora, existem três características de organização espaço-territorial, sendo elas: territórios-zonas, territórios-rede e aglomerados de exclusão. Ao indagar em que medidas esses movimentos produzem novas territorialidades, Scherer-Warren (2009) afirma que:

As populações mobilizadas e que se associam a redes do MST e do MTST são, geralmente, oriundas de aglomerados de exclusão, seja de trabalhadores rurais Sem Terra (parceiros, meeiros, pequenos arrendatários, trabalhadores informais no campo, e semelhantes), sejam de trabalhadores de periferias urbanas, advindos de um êxodo rural semiforçados (trabalhadores informais sem qualificação). Frequentemente estes trabalhadores se caracterizam por um nomadismo no campo e/ou na cidade, transferindo-se a diversos aglomerados de exclusão (SCHERER-WARREN, 2009, p. 108).

Ao aderirem a esses movimentos, esses trabalhadores (as) se transformam gradativamente em sujeitos políticos que participam ativamente de uma nova territorialidade,

ou de um território-rede fluído que conecta os membros do movimento em sua área, acampamento ou assentamento, com os de sua região e estes com a organização a nível nacional e, em certos momentos, a nível latino-americano e globalizado (SCHERER-WARREN, 2009, p. 109).

Como demonstrado por Scherer-Warren (2009), a ocupação de terras devolutas e a organização de um acampamento provisório são momentos de desterritorialização e (re)territorialização de profundo significado político e simbólico. A ocupação de terras é um ato de resistência e de luta pela transformação de territórios-zona (latifúndios e terras devolutas), considerados como apropriações históricas inadequadas e socialmente injustas. O acampamento é o espaço onde as redes de solidariedade e de identidade simbólica e política se desenvolvem (SCHERER-WARREN, 2009).

De acordo com a autora, mesmo que os dois movimentos tenham pontos em comum em suas trajetórias de lutas sociais, na especificidade do MTST, a sua organização em grupo aponta para o fator da moradia como uma questão central de suas ações. Ou seja, a luta por moradia fixa se une à possibilidade de

luta por outros direitos de cidadania como emprego, saúde, educação, alimentação, lazer e cultura. Ao entrarem em conflito com o território-zona de referência ou, na concepção do próprio movimento, com o “latifúndio urbano ocioso” ou os prédios desocupados e sujeitos à exploração imobiliária, os sem-teto estão defendendo a criação de um novo território-zona residencial para a população urbana marginalizada.

Quando ocupam um latifúndio urbano ocioso, os sem-teto resistem contra a lógica difundida como natural de que pobre nasce, vive e morre oprimido. Não aceitam a espoliação que muitos chamam de sina. Ao montar seus barracos de lona preta num terreno vazio, essas famílias cortam a cerca nada imaginária que protege a concentração de riqueza e de terra nas mãos de poucos. E num terreno de onde uma só pessoa esperava o lucro, os sem-teto plantam a transformação, uma semente de cidadania (SCHERER-WARREN, 2009, p. 109. Apud MTST).

Pelo mapeamento da autora, é possível perceber que as ocupações de terra do MTST nos territórios das periferias urbanas remetem às metodologias elaboradas no contexto da luta no campo. Ao serem adaptadas para a realidade urbana, essas práticas mobilizam e coordenam as ações de seus acampamentos nos bairros periféricos. Isso indica a sua principal característica, que os diferencia dos outros movimentos de sem-teto. Ou seja, “as especificidades intrínsecas à lógica capitalista de produção das cidades fizeram com que o MTST construísse, na práxis, a sua própria metodologia de luta e projeto político” (SILVA, 2018, p.106).

O processo de territorialização da luta pela terra do campo à cidade é o que caracteriza o MTST como um movimento socioterritorial (SILVA, 2018). Para apontar outros elementos de sua metodologia, a autora parte dos estudos de Fernandes (1999), que aponta esse tipo de ocupação como a principal forma de acesso à terra. Em sua concepção, as ocupações de latifúndios, propriedades capitalistas, terras de negócio e exploração e terras devolutas e/ou griladas, tornam-se uma das principais estratégias de espacialização e territorialização desses movimentos.

O que leva, sobretudo, um movimento socioterritorial a ocupar uma terra é o indicativo de descumprimento de sua função social, definida pelo artigo 186 da Constituição Federal de 1988. Sendo assim, uma vez que o ‘Estado não apresenta iniciativa para cumprir a determinação constitucional, os movimentos socioterritoriais agem para que isso aconteça’ (SILVA, 2018, p.107 Apud GIRARDI; FERNANDES, 2008, p.77).

Seguindo os mapeamentos dessas pesquisas, identificamos no acampamento da ocupação Povo Sem Medo do Capão as seguintes ações socioespaciais e socioterritoriais: a construção dos barracos de lona e de suas cozinhas coletivas para demarcar o terreno ocupado e ressignificar o seu sentido social e político; o cadastramento de trabalhadores (as) que residem nas imediações do local e nos bairros vizinhos para compor a luta por moradia no território; a organização e divisão de sua base social em grupos que, depois de retirado o acampamento do terreno, passam a funcionar como núcleos de atuação dentro do bairro; as assembleias realizadas na ocupação para a formação e organização de sua base; o direcionamento de suas ações políticas para a organização das lutas sociais dentro do bairro e fora dele; e as estratégias de negociação e enfrentamento com as três instâncias do governo, para o acesso às políticas habitacionais no território.

Essas ações coletivas compõem o *modus operandi*⁶⁵ do MTST nas periferias urbanas que, por sua vez, também explicam os conflitos em torno do ambiente periférico construído. Mesmo com as especificidades de cada bairro e região onde se localizam as ocupações do movimento, suas ações obedecem à uma metodologia própria, aperfeiçoada conforme as mudanças conjunturais do neoliberalismo no país. Dito isso, é importante sublinharmos que as atas da ocupação também fazem parte da metodologia descrita, pois funcionam como parte do seu processo formativo. Conforme as informações coletadas em campo, depois de massificado o acampamento e de formados os seus grupos, a militância direciona a base para que ela registre, de forma manuscrita, suas próprias ações. De acordo com o militante Michel Navarro, na época coordenador geral da ocupação, esses registros são chamados de exercício de atas⁶⁶.

⁶⁵No primeiro capítulo, em seu segundo item, as formas de organização das ocupações são detalhadas pelas pesquisas que analisaram os primeiros acampamentos do movimento. Acreditamos ser desnecessário detalhar minuciosamente tudo aquilo que já foi sistematizado por outros estudos em suas etnografias. No vídeo analisado no item anterior, essas ações também foram registradas e voltaremos a discuti-las no momento mais oportuno desse texto.

⁶⁶O livro de atas está organizado com seguintes tópicos: Tipo de reunião; Presentes; Informes; Pontos de Pautas; Encaminhamentos e Pendências. Ao todo, foram registradas 28 assembleias com a participação dos coordenadores (as) dos grupos até o período mencionado.

Ao cruzarmos os registros dessas ações com os elementos conjunturais e estruturais acerca do atual “regime de acumulação pós-fordista e financeirizado” no país (OLIVEIRA, 2003; BRAGA, 2017), é possível identificarmos, no chão da ação política e por meio de suas mobilizações, como esses sujeitos constroem a identidade coletiva de sem-teto, a partir de suas próprias experiências de vida, que os constituem enquanto classe, no sentido histórico da definição. Este processo ocorre em meio a uma historicidade própria nos territórios das periferias urbanas, reativados pelas ocupações do MTST, quando a sua base social entra no processo de luta através da ação coletiva.

Nas informações colhidas em campo e no registro de ata do dia 11 de fevereiro de 2017 (99 dias após a data da ocupação do terreno), é possível constatar que os barracos de lona do acampamento já haviam tomado toda a extensão da área ocupada⁶⁷ no terreno. A ocupação Povo Sem Medo do Capão já contava com 2500 trabalhadores precarizados e desempregados, divididos em 9 grupos com 3 cozinhas coletivas. Ou seja, moradores do bairro e de suas adjacências, em situação de aluguel, acampados no terreno ou residindo em habitações precárias, em sua maioria, mulheres – mães e avós responsáveis pelo sustento de suas famílias –, com o objetivo de conquistar uma moradia para viver com seus filhos e netos ou, até mesmo, representá-los nas atividades da ocupação para que eles tivessem o seu nome validado como integrantes da luta⁶⁸. Conforme veremos no próximo subcapítulo, a situação dessas mulheres é justificada pelas particularidades de suas condições de vida, em meio às formas de acumulação do capital no cenário urbano brasileiro.

⁶⁷A título de esclarecimento, a fotografia com os barracos de lona que compõem a paisagem do terreno ocupado, e que foi selecionada a partir das imagens do documentário que analisamos no subcapítulo anterior, não correspondem a toda sua extensão. Conforme já pontuamos, suas dimensões vão do seu endereço até a estrada de Itapecerica da Serra, apesar de não dispormos do documento que informe a sua metragem exata, ela aparece em uma das atas. Somente após a massificação do acampamento é que seus barracos ocuparam toda essa extensão do terreno.

⁶⁸Nas informações colhidas no campo foi constatado que é recorrente nas ocupações do MTST a participação expressiva de mulheres em situações de vulnerabilidade. Algumas delas, inclusive, já possuem moradias próprias em formato de autoconstrução, com espaços limitados para residirem com seus filhos e netos. Para ajudar os filhos (as) a também conquistarem suas próprias moradias, elas passam a participar das ocupações como representantes da luta. Entretanto, a maioria das mulheres que entram nessas ocupações não possuem moradia própria e estão em situação de vulnerabilidade social e violência doméstica. Neste caso, elas encontram no acesso à moradia a possibilidade de saírem dessa condição, buscando o mínimo de autonomia e independência, com uma renda escassa que seria destinada ao pagamento de aluguel.

A apresentação dos pontos de pauta dessa assembleia teve a participação de todas as coordenações, que trataram das novas escalas de reuniões, para dar início às estratégias de negociações institucionais com o objetivo de reivindicar o terreno para a construção das moradias. Esses encontros passaram a ser organizados de segunda à sábado e com finalidades específicas. Entre os assuntos abordados, o relator da ata, Josimar, coordenador de grupo do G7, registrou a fala de Michel Navarro sobre os informes e orientações a respeito das primeiras mobilizações da ocupação e de suas lutas para reivindicar terreno.

1º PONTO: O companheiro e coordenador da reunião falou sobre o encontro na Prefeitura marcado para às 10hs da manhã nesta segunda feira dia 13/02/2017. E nesta reunião irá levantar alguns coordenadores para estarem presentes nesta reunião onde estarão presentes: proprietários; advogados; Secretário do Desenvolvimento e lideranças. 2º PONTO: O companheiro Michel falou sobre a importância e a suma necessidade de nos mobilizarmos contra o congelamento do Minha Casa Minha Vida - Entidades. E que a forma de manifestar nossa indignação contra esta governança golpista, será ocuparmos a paulista na quarta feira dia 15/02/2017. A nossa ocupação se encontrará com mais duas ocupações aqui da zona sul de São Paulo e região às 16hs em um ponto estratégico, para em marcha seguirmos para a região central da cidade. 3º PONTO: O companheiro Michel abriu espaços para que os coordenadores pudessem colocar suas dúvidas e anseios: questões, horário dos atos uma parte vai a outra fica no terreno, comprometimento da coordenação no ato. 4º PONTO: Reunião na Prefeitura sobre o desmembramento do terreno [...] ficou definido de levar 4 coordenadores de grupos para representar nossos mais de 2500 acampados. Os companheiros tiveram que ser sorteados pois foram muitos os candidatos. Companheiros sorteados: Rose G5; Carmem Eliza G2; Ana G9; Alcione G1; Liomar G7. Outra questão: levantar dentro comunidade mães que não conseguiram vagas e creches para suas crianças (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 11/02/2017).

O registro dessa ata indica os elementos que compõem o repertório de ação do MTST, pela junção de suas estratégias espaciais, territoriais e institucionais. Elas se configuram como práticas nos bairros e mediadas pela negociação e o conflito com as esferas do governo. Apesar dessas ações seguirem uma metodologia própria do movimento, é necessário analisarmos essas pautas pelos meandros da conjuntura posta naquele período e de forma cronológica. Com relação ao encontro com os agentes da prefeitura, este tipo de mobilização se configura como uma das primeiras ações do movimento, logo após a massificação de seus acampamentos. Em resumo, esse diálogo se divide em firmar o compromisso de compra e venda do imóvel com os proprietários para a Caixa Econômica Federal (CEF) e regularizar a sua documentação para

elaborar o projeto de construção das habitações de acordo com as particularidades do terreno e as exigências do PMCMV-E⁶⁹. Trata-se da negociação com os proprietários dos terrenos e os agentes públicos que regulam os processos ligados às políticas habitacionais nas ZEIS. Vejamos a devolutiva do encontro marcado na Prefeitura, no relato da ata do dia 13/02/2017.

[...] o companheiro Michel nos informou que ficou firmado entre as partes uma nova reunião na próxima quarta feira dia 22/02/2017, onde estarão presentes arquitetos e engenheiros da Prefeitura para conversamos sobre como usar esses 12.000 m² (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 13/02/2017).

Os documentos gerados por esse tipo de negociação firmam o compromisso público de atender as demandas da base social do movimento. Esses documentos ficam restritos aos setores de sua militância, que se dividem em atuações específicas: jurídica, urbanística, financeira, entre outras. Durante o estudo de campo, houve o diálogo com a militância para se ter acesso a esses documentos, mas sem nenhuma devolutiva por parte do MTST. Ademais, o registro dessa ata também indica os entraves que prolongam as negociações dos movimentos sociais de moradia com os órgãos públicos, em que o aparato burocrático, ligado aos projetos habitacionais populares, envolve os interesses políticos dos governos de plantão (VILLAÇA 1999; MARICATO 2000).

Em direção a essa questão, o estudo de Falchetti (2019) investigou a relação das políticas do Minha Casa Minha Vida com o MTST, para entender o reposicionamento da política estatal dentro das políticas sociais. De acordo com a autora, através do PMCMV, o Estado atualizou as relações entre mercado de capitais, terras e o setor imobiliário. Ao viabilizar o acesso à moradia centrado no financiamento desarticulado do aparato técnico-institucional e decisório de planejamento e execução da política habitacional, o MCMV concentrou o seu funcionamento na iniciativa privada, subordinando as prefeituras às empresas construtoras, para as quais foram destinadas a maioria dos recursos (FALCHETTI, 2019).

Como demonstrou Falchetti (2019), em consonância com as análises de Arantes (2009), Fix (2009), Oliveira (2013) e Rolnik (2015), dentre outros, essa

⁶⁹Para melhor detalhamento desses procedimentos, recomendamos a análise de Falchetti (2019), no subcapítulo de sua tese intitulado “O PMCMV-E e os movimentos sociais: disputa pelos fundos públicos e moldes do mercado” (FALCHETTI, 2019, p.110).

mudança está colocada como parte do processo de mercantilização dos fundos públicos, à medida que os recursos destinados para a política social ingressaram no circuito de valorização do capital.

[...] Nesse sentido, o PMCMV se constitui num instrumento de mercantilização da política social, por mobilizar a política habitacional e seus fundos públicos conforme a dinâmica do mercado, deslocando o caráter social da política (FALCHETTI, 2019, p.109).

Diante do que a autora nos apresenta, é possível avaliarmos o contexto das políticas públicas de habitação na cidade de São Paulo, logo após o golpe de 2016. Com o recrudescimento das políticas neoliberais, por meio das medidas de austeridade fiscal, a resolução das negociações do MTST com as esferas municipal e estadual exigiu a mobilização de suas ocupações para pressionar o governo federal que, diferente dos Governos Lula e Dilma, se colocaram como um entrave ao atendimento de sua base social. Isso ficou demonstrado publicamente com o cancelamento das contratações do PMCMV-Entidades, conhecido como Faixa 1 e destinado às famílias com renda de 0 até três salários-mínimos, cujo atendimento se destinava a sua base social e era fruto de suas negociações com os governos do PT.

Na ata do dia 14/02/2017, é possível identificar, nas falas registradas durante a reunião, o planejamento da ocupação para participar do ato marcado para o dia 15/02/2017. Trata-se do acampamento realizado em frente ao escritório da Presidência da República, na avenida Paulista⁷⁰, que ganhou projeção da mídia e aglutinou os setores dos campos progressistas ligados à Frente Povo Sem Medo, como forma de reação contra as políticas implementadas logo após o golpe de 2016. Entre os assuntos abordados, destacamos a discussão mediada pelo coordenador geral, Michel Navarro, sobre os seguintes pontos de pauta: a convocação dos grupos da ocupação para o ato; o trabalho dos coordenadores de grupo na mobilização da base; e a arrecadação alimentos para esta ação.

1º PONTO: G1, a coordenadora Mara disse que não deu para pegar muitos acampados para o ato. G2: pouco; G3: 25 pessoas para o ato; G4: 20 pessoas para o ato; G5: 15 pessoas para o ato; G6: 15 pessoas para o ato; G7: 37 pessoas para o ato; G8: muitos, mas não temos noção da quantidade; G9: relação com a coordenadora Ana, Gabriela

⁷⁰Manifestação na Avenida Paulista. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/02/15/ato-por-moradia-e-contra-temer-reune-milhares-e-promete-acampamento-na-paulista.htm?foto=8>>. Acesso em 14 de maio de 2021.

disse que deu bastante gente. 2º PONTO: Coordenação dá o nome para o ato para a coordenadora Carina. Coordenação foca na quarta e quinta, lembrando que a coordenação é o espelho dos acampados, e o ato é um dos mais importantes, devido estarem querendo acabar com o Minha Casa Minha Vida. 3º PONTO: Dúvidas. Gaby pergunta: quem vai trabalhar pode sair que horas? – Quem precisa trabalhar pode sair antes para dar tempo de entrar no trabalho. Nara pergunta: como vai funcionar a presença dos acampados? – A presença do ato e dada quando o ato termina. Nara pergunta: Como funciona a presença do ato? – Companheiros que não cumprir o horário comprometido de pouco tempo, exemplo, de 1 hora, não ficará com presença. Todos os casos têm que ser conversado, avaliado. Rafael pergunta: Tem tempo mínimo? – Tem que ter bom senso. Léo pergunta: O que precisa para o acampamento do ato acabar? – Quando a liberação da verba for liberada, quando os documentos forem assinados em Brasília. 4º PONTO: Doação de alimentos. Caso não venha muitos coordenadores, olhar nas cozinhas o que tem e que pode estar doando para o ato, até amanhã pela manhã (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 14/02/2017).

Este diálogo indica a articulação entre a militância e a base social na construção da ação coletiva, que coloca em prática os repertórios de ação do MTST. A liberação da verba mencionada na ata está ligada ao objetivo do acampamento: pressionar o governo federal contra o cancelamento do PCMV-Entidades. No diálogo entre o coordenador geral da ocupação, Michel Navarro, e os coordenadores de grupo Gaby, Nara, Rafael e Léo, é possível perceber que as ações socioterritoriais do MTST não se restringem às periferias urbanas onde se concentram suas ocupações, mas também ocorrem nos espaços da política institucional, onde se localizam os centros de poder das cidades.

Outro elemento que se destaca nesse registro é a tensão demonstrada pelos questionamentos da base feitos à militância. Essa tensão aponta para a reorientação da ação coletiva dos movimentos sociais, cuja principal característica foi a mudança de chave do projeto democrático popular das décadas 1970 e 1980, para a ação institucional por meio da participação e ampliação dos mecanismos da gestão pública, iniciada na década de 1990 e ampliada durante os governos e administrações petistas nas décadas posteriores. Essa mudança colocou os movimentos de sem-teto sob o paradigma de uma nova institucionalidade, que alterou seus repertórios de ação, não apenas nas suas formas de negociações com as esferas públicas, mas dentro dos próprios territórios onde se constroem a ação coletiva em torno ambiente periférico construído. Investigando essas mudanças, Falchetti (2019) também mapeou seus desdobramentos:

[...] Na conjuntura específica de São Paulo, o governo de Martha Suplicy (PT, 2001, 2004), já caminhava nessa direção com a criação de conselhos e programas sociais habitacionais em parceria com ONGs, além da incorporação de lideranças dos movimentos ao governo, modificando a lógica de mediação dos conflitos e delimitando um campo de atuação mais articulado com a estratégia eleitoral (FALCHETTI, 2019, pp. 88-89).

Ao sinalizarmos que a pergunta da base feita à militância não se resume a uma dúvida corriqueira sobre o ato em si, mas a um questionamento que expõe os critérios de validação da sua própria participação no movimento, a tensão revelada no diálogo está na contradição em que o controle da presença e comparecimento dos integrantes das ocupações do MTST nos seus atos e assembleias caminham junto com a atual ação política institucionalizada dos movimentos sociais, cujo papel se restringiu a organizar clientelas para programas sociais, como sugere Gohn (2008).

Sobre essa tensão, é importante ressaltar que tanto a documentação analisada quanto os estudos de campo com pesquisa participativa, indicam essa característica apontada pela autora. No entanto, ao concordarmos com sua análise, não significa que estejamos descartando as estratégias do MTST como inválidas, muito menos desconsiderando o papel de seus protagonistas. Estamos apenas analisando a documentação pelos seus meandros, ou seja, essa tensão que nos leva a pensar a forma como os critérios de pontuação em atos e assembleias do movimento, como uma condição para que os acampados conquistem suas moradias, segue uma lógica competitiva e individualista das relações sociais (ou não), cujas características vão de encontro aos valores culturais do neoliberalismo. Voltaremos à essa discussão no terceiro capítulo.

Diante do que as fontes nos apontam, o questionamento que devemos nos fazer é: quais os limites da ação coletiva, quando inserida na lógica da mercantilização das políticas sociais? Em direção a esse questionamento, Falchetti (2019), ao recorrer às análises de Braga (2012, 2017) e Oliveira (2003), indica que a partir dos Governos Lula e Dilma, a correlação de forças que disputam o espaço urbano, condicionado à lógica do neoliberalismo e da financeirização, fez da mediação de conflitos uma espécie de ação coletiva, apoiada em duas formas de consentimento:

por um lado, o consentimento passivo das classes subalternas, atraídas pelas políticas públicas redistributivas e pelos ganhos salariais advindos do crescimento econômico; por outro, o consentimento das

direções sindicais e movimentos sociais, que passaram a integrar o aparato estatal. Nesse sentido vale observar como o PMCMV teria afetado os movimentos sociais urbanos, em especial os de moradia, seja pela interação que estabelecem como programa, seja pelos impactos deste com a dinâmica urbana (FALCHETTI, 2019, p.110).

Sua análise indica que o PMCMV-E fortaleceu a atuação política do MTST, convergindo com seu processo de nacionalização, ao mesmo tempo que delimitou sua agenda urbana. Entre 2014 e 2015, suas principais mobilizações tiveram como foco a faixa 1 do programa que, desde então, já passava por medidas orçamentárias. Nesse sentido, a autora adverte que o PMCMV foi concebido como um programa social num conjunto de medidas anticíclicas. Ou seja, por não se tratar de uma política social de Estado pautada pela garantia de direitos, seu funcionamento oscilou entre contextos de “flexibilidade” e instabilidade, ficando a depender da conjuntura política e econômica dos governos de plantão (FACHETTI, 2019).

Vejamos o que ata de reunião do dia 28/02/2017 nos aponta sobre esses elementos. Após o décimo quarto dia de acampamento do MTST na Av. Paulista, os militantes Michel, Débora e Nice repassaram os informes do andamento da luta aos coordenadores de grupos reunidos na ocupação. Esses informes abordaram os seguintes pontos de pauta: o cancelamento da negociação do terreno com a Prefeitura; a convocação da base para participar de ações no bairro ou para dormirem no acampamento instalado na Av. Paulista; e a sua repercussão na grande mídia, demonstrada pela adesão de alguns setores da sociedade civil organizada, através de professores universitários, artistas, lideranças religiosas e políticas do campo progressista. Entre os pontos enumerados, destacamos o informe da militância feito à base, a respeito do andamento das negociações com o governo federal.

[...] No primeiro momento o governo aguardou para saber a nossa reação. O governo sondou e disse que teríamos que sair para ter reunião. Uma semana depois teve reunião em Brasília para defender o Minha Casa Minha Vida-Entidades, devido ao processo aberto contra o projeto com o argumento que o MCMV-E era ilegal. Na reunião o Guilherme estava presente, foi feito um jogo com a empresa na reunião, a exigência seria não só a liberação, mas um cronograma para sabermos o início e quantas unidades serão atendidas, pois são 35 mil unidades. O governo abriu para primeira negociação. (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 28/02/2017).

No que tange ao relato da suposta ilegalidade do PMCMV-E, essa informação vai de encontro à conjuntura da PEC 55 sobre o teto de gastos

públicos, aprovado em 13 de dezembro de 2016 e entrado em vigor no ano seguinte, impondo algumas restrições ao programa. Os dados da conjuntura nacional indicam a intensificação das políticas de exclusão daquele período. De acordo com o site da Caixa Econômica Federal⁷¹, as novas regras do PMCMV para o ano de 2017 previam a contratação de mais de 600 mil unidades habitacionais. Entretanto, para além do teor propagandístico do governo interino, o discurso falacioso de crescimento da economia por meio da retomada da construção civil omitia a lógica por trás dos números informados. Ou seja, com o teto do valor dos imóveis aumentado e a renda máxima das famílias reajustada nas faixas 1 e 1/2, 2 e 3, o programa habitacional passava a atender aos grupos com renda mensal de até R \$ 9.000, mas às custas do cancelamento da faixa 1. Além da lógica excludente proposta por essas mudanças, é possível constatar o cinismo nas falas do Presidente Interino Michel Temer e do então Ministro das Cidades, Bruno Araújo, ambas reproduzidas no site da CEF, ignorando, de forma explícita, a população excluída do programa.

Reivindicação dos empresários da construção civil, a ampliação do limite de renda da faixa 3 para R \$ 9.000 vai gerar novas oportunidades de negócio - a taxa de juros de 9,16% ao ano é inferior ao Sistema Financeiro da Habitação, que varia entre 11% e 12%. 'A construção é um dos setores que gera emprego de forma rápida e uma das peças-chave da economia brasileira', afirmou o presidente da República, Michel Temer. Para o ministro das Cidades, Bruno Araújo, as medidas marcam um novo momento para o programa. "[Vão]. Permitir que centenas de milhares de famílias acessem a casa própria. A renda de R \$ 9.000 leva um novo espectro de brasileiros ao Minha Casa Minha Vida", afirmou. O ministro destacou que as medidas foram aprovadas por unanimidade no Conselho Curador do FGTS. 'São atualizações para atualizar o programa' (CAIXA ECONOMICA FEDERAL, 2017)

No que se refere ao comentário relatado na ata sobre o “jogo com a empresa na reunião”, o estudo de Falchetti (2019) nos esclarece que uma das exigências para os movimentos sociais acessarem o programa era que eles estivessem habilitados a operar as relações empresariais e financeiras ligadas à gestão do que o programa considerava um empreendimento. “Para isso, são estabelecidos critérios e especificidades jurídicas semelhantes aos das empresas” (FALCHETTI, 2019, p. 118). Como demonstra a autora, a perspectiva instrumental do PMCMV direcionava as negociações do MTST com o governo e o Estado, de modo que, ao mesmo tempo que o movimento reivindicava os

⁷¹Caixa Notícias. Disponível em:<<https://caixanoticias.caixa.gov.br/noticia/6819/minha-casa-minha-vida-2017-governo-anuncia-mudancas-no-programa>>. Acesso em 16 de maio de 2021.

recursos do programa, também fazia críticas a ele. No entanto, a partir da conjuntura posta em 2016, essa relação ganhou novos contornos e níveis de tensão, dificultando ainda mais as contratações das Entidades Organizadoras (EO⁷²), cujas medidas de austeridade fiscal reduziram drasticamente o investimento em políticas públicas, além do fato de os critérios de contratação do programa estarem alinhados a “financeirização da moradia⁷³”, conforme as análises de Rolnik (2019).

Ainda na mesma ata do dia 28/02/2017, após a militância repassar os informes cabíveis à base social da ocupação e abrir a fala para sanar as dúvidas dos acampados, identificamos na fala do coordenador de grupo, Josimar, suas impressões a respeito da experiência do acampamento da Av. Paulista.

Na paulista o que pressiona é a classe média ajudando e participando. As palestras, aulas públicas é repercussão [...] embora o MTST não tendo partido, os representantes dos partidos estão procurando e fortalecendo o movimento e o ato (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 28/02/2017).

A fala de Josimar indica a atuação em rede do MTST com a Frente Povo Sem Medo, durante o acampamento na Av. Paulista. Esse diálogo demonstra a aproximação de algumas lideranças partidárias do campo progressista, sobretudo ligadas ao PSOL⁷⁴. Pela quantidade de matérias produzidas sobre o acampamento naquele período, é possível perceber, pela aproximação dessas lideranças, uma estratégia de mobilizar os setores da classe média progressista, junto com os segmentos populares em oposição aos grupos ligados à extrema-direita, que também ocupavam as ruas com suas pautas reacionárias.

Na reunião da coordenação registrada na ata do dia 11/03/2017, com a presença dos militantes Michel, Débora, Nice mais os coordenadores de grupos, o principal ponto de pauta foi a vitória do acampamento da Av. Paulista, através das negociações com o governo federal e da reunião com os técnicos da

⁷²As Entidades Organizadoras são responsáveis pelos trâmites da contratação, seleção, organização e indicação dos beneficiários do programa. Para maiores informações sobre as formas de contratação do PMCMV-E, indicamos os estudos de Camargo (2016), Falchetti (2019) e o próprio manual com as regras da modalidade. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2021.

⁷³Para mais informações, ver o livro da autora: Guerra dos Lugares. O capítulo 3 aborda os aspectos desse fenômeno investigando as políticas do PMCMV.

⁷⁴Discutiremos essa relação no terceiro capítulo, quando iremos tratar das ações em rede da FPSM junto com o MTST, na eleição presidencial de 2018.

Prefeitura. A avaliação dos coordenadores a respeito da vitória do movimento e de sua repercussão positiva na mídia foi um ponto bastante comentado. Após as perguntas terem sido colocadas em bloco pelos coordenadores, o militante Michel Navarro respondeu a todos em linhas gerais:

*Foi uma briga para conseguirmos a liberação das 35 mil e se quiserem acabar com o programa depois, vamos ter que fazer luta para não deixar. [...] *Reunião com os técnicos, houve uma troca de horário errado para reunião, mas ocorreu. Assim que acabarem com o projeto, iremos para a reunião, depois iremos levar para a juíza. *Ato é uma mobilização de todos! Terá assembleia na terça às 20:00hs para explicar (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 11/03/2017).

Toda avaliação do MTST após o atendimento de uma demanda reivindicada em algum ato, protesto, manifestação, passeata e acampamento nos espaços das cidades, é sempre comemorada como uma vitória que se constrói na luta, através da ação coletiva. Pelo estudo de campo com pesquisa participativa comparecendo à várias dessas ações foi possível verificar que, após o resultado positivo de alguma negociação, as ocupações organizam uma assembleia, muitas vezes no próprio local onde foi reivindicada a demanda, para informar aos acampados o resultado da luta. Após uma primeira avaliação e devolutiva para os acampados que compõem a base social do movimento, eles retornam aos seus territórios para avaliações específicas do estágio em que se encontram as negociações dos respectivos terrenos de suas ocupações.

Na conjuntura de 2016, dada a repercussão na mídia e no fato de o acampamento ter ganhado projeção com o apoio de diversas lideranças políticas do campo progressista, junto com coletivos de cultura – tanto dos setores da classe média quanto dos bairros periféricos –, o resultado positivo da negociação criou um certo símbolo de resistência ao governo Temer. Soma-se a esses elementos, o fato de que a permanência do PMCMV-E garantiria o andamento das negociações de suas ocupações, o que correspondeu aos objetivos da luta.

Em resumo, os conflitos em torno do ambiente periférico construído, que também acontecem nos espaços em disputa da “cidade legal”, além de revelarem uma diversidade de atores e atrizes sociais com demandas heterogêneas, sobretudo relacionadas às questões de gênero vivenciadas pelas mulheres sem-teto, nos indicam o potencial de unir as pautas da moradia e do trabalho em uma única luta. Essa questão aparece nas atas que iremos analisar no próximo subcapítulo.

2.3 A centralidade do trabalho no cotidiano dos sem-teto

O entendimento dos movimentos sociais urbanos no Brasil tem exigido análises que respondam às principais transformações sociais, culturais econômicas, religiosas e políticas de sua sociedade nas últimas décadas. Na especificidade dos movimentos socioterritoriais, como no caso do MTST, seus repertórios de ação acompanharam as metamorfoses dos bairros periféricos, afetados pelas mudanças institucionais implementadas pelo neoliberalismo. Esses elementos indicam que a intersecção entre as categorias de raça, classe e gênero não se trata de uma mera escolha teórico-metodológica, e sim de um caminho incontornável para a investigação de suas sociabilidades, que constroem a ação coletiva nas periferias urbanas. Este subcapítulo procura analisar as opressões de gênero vivenciadas pelas mulheres que compõem a base social do MTST, relacionando essas questões com a reprodução social e a centralidade do trabalho em suas trajetórias de vida.

No dia 09 de março de 2017, após 22 dias ocupando a calçada em frente ao escritório da Presidência da República, na Av. Paulista, o MTST começa a desfazer o seu acampamento, instalado no local desde o dia 16 de fevereiro. Um dia antes, a negociação entre o dirigente nacional do movimento, Guilherme Boulos, juntamente com as lideranças de outros movimentos de moradia e do então Ministro das Cidades, Bruno Araújo, teve como resultado o recuo do governo federal no cancelamento do Programa MCMV-E. Ao que consta⁷⁵, o MTST conseguiu fazer com que o governo atendesse às suas reivindicações, comprometendo-se com a contratação de 170 mil novas unidades habitacionais na Faixa 1, sendo 100 mil no Fundo de Arrendamento Residencial 35 mil no rural e 35 mil na modalidade urbana.

Na avaliação da coordenadora do setor de organização do MTST, Natália Szermeta⁷⁶, o acampamento conseguiu aglutinar as insatisfações contidas na ilegitimidade do governo Temer. Em sua leitura, a conquista da retomada do financiamento do PMCMV-E ter acontecido no Dia Internacional da Mulher teve

⁷⁵Portal de notícias do Jornal Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/09/ocupacao-do-mtst-na-paulista-foi-muito-mais-do-que-luta-por-moradia-diz-coordenadora>> Acesso em: 06 de junho de 2021.

⁷⁶Ibidem. Entrevista concedida ao portal de notícias do Jornal Brasil de Fato.

um significado simbólico. "Essa ocupação reafirmou o papel das mulheres. Quem passou lá e esteve presente vivenciou o papel protagonista das mulheres". Sua fala, enquanto representante do núcleo de organização do movimento, aponta o protagonismo das mulheres na luta contra o golpe de 2016 e nos seus desdobramentos nos anos posteriores. No entanto, a investigação que aqui propomos vai na contramão de uma ideia de protagonismo capturado por uma racionalidade neoliberal, que supervaloriza a conquista dos espaços de poder e dilui suas problemáticas.

Por essa problematização, cabe fazermos o seguinte questionamento: para além dos meandros entre as lideranças do MTST e os atores da política institucional em seus espaços de poder, que outras questões as atas de reunião nos apontam? Após o acampamento na Av. Paulista, a ocupação Povo Sem Medo do Capão, ao mesmo tempo que se voltou para suas ações socioterritoriais no bairro onde se encontra o terreno ocupado, também foi direcionada pela militância do movimento para compor, junto com a Frente Povo Sem Medo, as demais lutas daquela conjuntura, marcadas pela retirada de direitos sociais⁷⁷.

As fontes analisadas demonstraram que a base social do MTST é composta predominantemente por mulheres. Muitas delas, ao entrarem em contato com a formação política do movimento, passam a exercer papéis de liderança nos territórios onde se formam os núcleos de organização das ocupações. Vimos também que, embora exista um apagamento das práticas populares para resolver os problemas de moradia nesses territórios, essas práticas se expressam por uma cartografia de lutas que indicam as ações de seus sujeitos. É importante enfatizar que essas demandas surgiram a partir do universo feminino. Ou seja, os movimentos populares das periferias urbanas da cidade de São Paulo surgiram das questões práticas e objetivas das mulheres, através de suas necessidades cotidianas.

PAUTA: Devemos passar a todos acampados que na sexta-feira todos devem estar presentes às 19:00 horas para uma reunião sobre as crianças que estão sem creche (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 13/03/2017).

⁷⁷Disponível em: <<https://www.facebook.com/mtstbrasil/posts/1367535363284791>> Acesso em: 06 de junho de 2021.

A pauta destacada nesta ata faz referência às práticas de lutas sociais e de organização política no território pesquisado, cujas permanências históricas remetem ao final da primeira metade do século XX, através das ações da Sociedades Amigos do Bairro – SAB, como principal núcleo de organização popular dos primeiros bairros da cidade de São Paulo e, posteriormente, dos bairros de suas periferias urbanas nas décadas de 1970 e 1980 (KOWARICK, 1984; GOHN, 1985; TELLES, 1987; SADER, 1988). Essas ações cotidianas estão localizadas em diferentes períodos históricos, se mantêm como parte da cultura constitutiva do território, que se encontra em gestação permanente e não é cristalizada.

Essa permanência histórica também nos indica que a suposta invisibilidade das mulheres na historiografia não deve ser confundida com uma invisibilidade na História. Ao apontarmos que as trajetórias de vida das mulheres que compõem a base social do MTST perpassam as questões relacionadas a centralidade do trabalho e à reprodução social da sociedade capitalista, é necessário ressaltarmos que essas sociabilidades são pautadas por relações de poder em que as questões de gênero, quando pensadas no mundo do trabalho, nos indicam que essas práticas sociais estão relacionadas ao cotidiano feminino, enquanto a regulação do trabalho está historicamente subordinada ao controle privado masculino.

Nesse sentido, “o trabalhador” não é um gênero masculino, é a palavra que se refere à sua generidade humana⁷⁸. Ou seja, está implícito no termo que se trata de homens e mulheres que trabalham. Isso nos leva a refletir como que o uso predominante do artigo masculino pode ocultar o papel das mulheres e da generidade humana nos documentos textuais, sobretudo, quando identificado

⁷⁸As análises deste subcapítulo foram inspiradas nas contribuições da disciplina Cultura e Trabalho, ministrada pela profa. Dr. Vera Lucia Vieira, cujas discussões feitas a partir das bibliografias aqui citadas contribuíram para o enriquecimento da nossa investigação. Nas questões de gênero relacionadas ao mundo do trabalho, partimos dos estudos de: PERROT, Michele. *Mulheres Públicas*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 1998, p. 38. BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 46. *Epistemologia feminista, gênero e História: descobrindo historicamente o gênero*. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (org.). *Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. Disponível em: < http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

nas nomeações em que se expressam as identidades coletivas de alguns movimentos sociais, ligados às pautas do universo feminino.

Ademais, para além desse rápido apontamento sobre a iconicidade da forma masculina, é importante enfatizarmos que a nossa discussão não se limita a propor um entendimento de cultura apenas como um sistema de significados e valores, mas também como uma sociabilidade que se articula ao trabalho, nas formas como ele se propõe no cotidiano. Nos termos de Raymond Williams (1979), essa sociabilidade pode ser entendida como “modos de vidas” e “modos de lutas”. Dentro dessa perspectiva, como relacionar a categoria de cultura com os conceitos de sociedade e economia, para entendermos as ações cotidianas das trabalhadoras sem-teto?

Nas reflexões do autor, qualquer aspecto cultural também está ligado a três outros elementos que se conectam entre si dentro do tecido social. Trata-se das tradições, instituições e formações, que se interligam como um processo fundamental na construção da hegemonia e da contra-hegemonia, por ser intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado. Ou seja, para Williams (1979), a tradição deve ser entendida como uma versão do passado que se liga ao presente e busca ratificá-lo. Dentro dessa perspectiva, podemos observar pelas atas e pelo estudo de campo da ocupação que suas ações socioterritoriais retomam as práticas dos movimentos populares dos anos 1970 e 1980, reelaborada por uma sociabilidade posta no cotidiano de seus sujeitos. Essas práticas se caracterizam por mutirões de limpeza e ações comunitárias no bairro e por assembleias e reuniões de grupos da ocupação realizadas através de rodas de conversa com reflexões que remetem desde discussões de gênero à aspectos de uma religiosidade popular.

Ao apontarmos essas características como parte da sociabilidade que compõe a ação coletiva nas periferias urbanas e que, juntas, constroem o repertório de ação do MTST, é necessário situarmos suas origens dentro desses territórios. A discussão em torno das práticas religiosas dos movimentos populares nas periferias urbanas remete ao final dos anos 1960, num posicionamento tomado por parte dos setores progressistas da Igreja Católica, a favor dos povos oprimidos da América Latina. O histórico descrito por Leonardo

Boff⁷⁹ nos ajuda a entender os desdobramentos que deram origem às Comunidades Eclesiais de Base – CEBs; e que ligam os fios de uma longa tradição religiosa presente nas experiências populares, que se deslocaram das regiões do campo para os centros urbanos.

[...] O período de preparação do Concílio Vaticano II (c. 1960) favoreceu as iniciativas que buscavam uma estrutura eclesial mais adequada ao diálogo com o mundo moderno do que a paróquia, organismo medieval no qual todas as funções religiosas recaíam sobre o padre. Nesse contexto, as “pequenas comunidades” pareciam ser o meio mais favorável à participação leiga na Igreja e à sua influência na sociedade urbana e industrial. Em 1968 a II Conferência dos Bispos da América Latina, reunida em Medellín Colômbia, propôs a Comunidade Eclesial de Base (CEB) como seu principal instrumento pastoral, ligando a forma comunitária à opção preferencial pelos pobres. Formulou-se então a Teologia da Libertação que, retomando experiências ensaiadas desde os anos 1950-1960 na Ação Católica, no Movimento de Educação de Base e em outros setores renovadores da Igreja, inclusive em denominações protestantes, fundamentava uma ação pastoral comprometida com as causas populares (CPDOC, 2021).

As ocupações do MTST, ao adentrarem nos territórios das periferias urbanas, buscam estratégias para construir a ação coletiva por meio de práticas sociais que resgatem valores como solidariedade e comunhão para a construção de sua luta. Ao contrapor com valores éticos ligados ao bem comum, o discurso moral, meritocrático e individualista propagado pelos valores do capitalismo, o fator religioso torna-se um elemento fundamental no resgate dessa sociabilidade. Mesmo nos dias de hoje, em que as experiências populares ligadas a esse tipo de religiosidade passaram por diversas transformações sociais e culturais, a Igreja, enquanto instituição onipresente nos territórios das periferias urbanas – seja de matriz católica ou protestante –, ainda se configura como um espaço importante de sociabilidade e de organização popular. De acordo com Krischke e Vasconcellos (1984):

[...] a cultura política construída a partir desse suporte representa uma quebra com as práticas dominantes, e sua ação se pauta por uma concepção de igualdade a partir de relações de solidariedade, buscando contribuir para a formação de uma consciência coletiva (KRISCHKE E VASCONCELLOS, 1984, pp. 262,263).

Retomando um outro tópico discutido na mesma ata do dia 13/03/2021, durante a reunião na ocupação, os coordenadores de grupo fizeram uma

⁷⁹Para uma explicação mais detalhada ler o verbete completo em FGV-CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/comunidades-ecliais-de-base-cebs>>. Acesso em 07 de novembro de 2021.

reflexão sobre o “Pai Nosso dos Mártires”, para lembrar a morte do acampado Fabinho.

Na reflexão do Pai Nosso dos Mártires, foi falado da relação de Deus todo poderoso com os mais necessitados, com os oprimidos, com os mais precisados (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 13/03/2017).

Nos estudos de campo com pesquisa participativa acompanhando algumas dessas assembleias e reuniões de grupo da ocupação, foi possível observar nos diálogos entre os militantes e a sua base social que as referências ligadas a essa religiosidade popular são práticas sociais frequentes nesses espaços. No documentário produzido pela Mídia Ninja, é possível constatá-la:



Durante uma das primeiras assembleias realizadas na ocupação, com o objetivo de organizar os acampados para a reivindicação do terreno, o coordenador Michel Navarro cita o evangelho de Lucas (9:10-17), para falar sobre a importância da solidariedade entre os trabalhadores sem-teto na construção de suas lutas pelo direito à moradia.

Companheiros e companheiras, nos evangelhos, em Lucas, tem a história de que Cristo, Jesus, estava pregando para uma multidão, eram 5000 famílias, e a separação que fez, era lá por uma média de 100 famílias, para começar fazer a divisão dos pães, e todos unidos ali, fazem a divisão dos pães e têm alimentos para todos, e no final, vocês lembram o que acontece no final? Sobra! Um cesto que sobra. A mensagem é essa, companheiro, o movimento dos trabalhadores sem-teto, é um movimento do povo organizado e do povo unido, que multiplica e semeia esperança e multiplica e semeia vitória (MÍDIA NINJA, 2016).

As práticas sociais dos territórios das periferias urbanas apontam para aquilo que Williams (1979) entende como tradição. Ou seja, uma versão do passado validada no tempo presente, que entende a cultura como modos de vida e de lutas. Seguindo essa cartografia que mapeia os conflitos em torno do ambiente periférico construído, as análises de Gohn (2008) nos indicam que, a partir dos anos 1970, a luta contra o regime militar deu lugar à organização de um outro tipo de movimento social. Trata-se das Comissões Pastorais de Periferia Urbana, organizadas pela Igreja Católica em São Paulo, que deram início às mobilizações populares daquele período e que se estenderam até o final da década de 1980. De acordo com a autora:

Esse movimento também surgiu ligado às ações da Igreja, em sua ala ligada à Teologia da Libertação, com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB). A zona sul paulistana, particularmente o bairro de M'Boi-Mirim, próximo ao Jardim Ângela, em sua região periférica, foi um grande centro de articulação do Movimento contra o Custo de Vida (GOHN, 2008, p. 131).

A tradição dos movimentos sociais e populares no cenário urbano da cidade de São Paulo, de acordo com Gohn (2008), teve entre o período de 1975 e 1982 um dos momentos mais ricos da história política brasileira, no que diz respeito à organização dos seus movimentos, suas lutas e, sobretudo, aos projetos para o país construídos pela união das forças sociopolíticas emergentes daquela conjuntura. Foi nesse contexto que ganhou destaque o movimento feminista que se difundiu pelo país a partir de 1975.

Dessa época em diante, o Brasil absorveu uma verdadeira onda de movimentos pela organização das mulheres que tivera início já nos anos 1960 na Europa e nos Estados Unidos. Em São Paulo, grupos de mulheres passaram a se reunir em sindicatos, como o dos Bancários; fundaram-se jornais e associações; líderes feministas que haviam atuado no exterior, ao retornar, passaram a coordenar uma luta que encontrou bastante eco na sociedade (GOHN, 2008, pp. 131-132).

Nos anos posteriores, tivemos o Movimento pela Anistia, em 1976; a tentativa de organização do Movimento Estudantil com o Encontro Nacional para a recriação da UNE, no campus da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1977; o movimento dos metalúrgicos com as greves do ABC paulista, em 1978; a organização social pautada pela questão racial, com a criação do Movimento Negro Unificado, também em 1978; e, em 1979, o crescimento dos movimentos populares nos bairros periféricos da cidade, ligados às questões em torno da saúde e do transporte, com o Movimento

Popular de Saúde da Zona Leste e o Movimento dos Transportes Coletivos. De acordo com a autora, foi nesse contexto que também surgiu o Movimento de Luta por Creches em São Paulo, cuja origem destacou a organização das mulheres nas CEBs com a influência do movimento feminista e do movimento pela anistia. Conforme Gohn (2008):

A luta por creches levou, na época, a prefeitura paulistana a expandir a rede de creches públicas, então com quatro unidades apenas, lançando um plano para a criação de quinhentas unidades. Mas, logo no início dos anos 1980, deixou-se de priorizar as creches sob administração direta, devido a seus altos custos, e retomou-se a política de convênios com entidades, como as filantrópicas e religiosas. Disso resultou um outro movimento social, o das creches conveniadas (GOHN, 2003, p. 132).

Por este mapeamento das lutas sociais na cidade de São Paulo realizado pela autora, é possível perceber que as reivindicações colocadas por esses movimentos de alguma forma, direta ou indiretamente, estão atravessadas pelas questões cotidianas das mulheres. De modo geral, essas lutas também estiveram ligadas à reprodução social da sociedade capitalista, que se mantém como uma permanência histórica nas periferias urbanas da cidade de São Paulo, em seu contexto neoliberal. Diante dessa questão, ao dialogarmos com Thompson (2001), por uma leitura que resgata a centralidade do trabalho em suas formas de sociabilidade, argumentamos que essas permanências nos territórios das periferias urbanas estão interligadas à sua cultura constitutiva.

Se nos voltarmos para a história britânica antiga, ou para outras sociedades em vários estágios distintos de desenvolvimento, descobriremos que 'economia', na acepção moderna, é uma ideia para qual não existe uma palavra e que não dispõe de um conceito correspondente preciso. A religião e os imperativos morais permanecem inextricavelmente imbricados com as necessidades econômicas (THOMPSON, 2001, p. 257).

Mesmo se referindo a uma outra temporalidade e espaço geográfico, o que Thompson (2001) nos aponta vai de encontro com as questões abordadas no território pesquisado, que relacionam entre religiosidade popular e condições materiais de vida. Ao dialogarmos com o autor, levando em consideração essa especificidade, não queremos sobrepor uma espécie de "determinismo cultural" a um "determinismo econômico", como se tivesse que existir um dilema entre cultura e economia para investigarmos qualquer processo histórico em diferentes temporalidades. Estamos dialogando com as análises marxistas, cuja renovação

observou as tensões postas na concretude da vida social, para além de seus determinismos.

Como já afirmado anteriormente, a problemática que estrutura este subcapítulo analisa as trajetórias de vida das mulheres que compõem a base social do MTST e suas questões relacionadas a centralidade do trabalho e à reprodução social da sociedade capitalista. Isso nos leva a entender o que é o trabalho na dinâmica do capitalismo, tanto pela nossa especificidade histórica quanto pela sua genericidade. Neste sentido, para entendermos a relação de antagonismo entre capital e trabalho, em que o valor de uso está subordinado ao valor de troca, recuperando as análises de Marx (2011), István Mészáros (2002) nos aponta que as relações produtivas de controle do processo de trabalho social são radicalmente separadas entre aqueles que produzem e aqueles que controlam a produção. Para o autor, este processo ocorre a partir do tripé formado por capital, trabalho e Estado (MÉSZÁROS, 2002).

Ao investigarmos as condições materiais que moldam as trajetórias de vida dos trabalhadores sem-teto, é necessário pensarmos os sentidos do trabalho em sua afirmação e negação. Em consonância com os estudos de Marx (2011) e Mészáros (2002), Ricardo Antunes (2009) o entende como uma categoria central fundamental, enquanto protoforma do ser social que possibilita a síntese entre teleologia e casualidade. Ou seja, é a finalidade e a materialidade fundida pelo movimento de um ato teleológico, ontologicamente demonstrado como um momento efetivo da realidade material. Em outras palavras, a teleologia é o pensar cuja finalidade concebe os meios para realizar o pensamento, e a casualidade é o que produz e realiza a concreção do fim pretendido (ANTUNES, 2009).

A relação entre religiosidade popular, moralidade e economia nos leva a entender que qualquer sistema produtivo que organiza as relações de trabalho em uma sociedade, está diretamente ligado à sua cultura constitutiva. Por sua vez, a palavra cultura nos remete ao verbo da prática cultivar. Quando pensamos esses elementos em sua genericidade, encontramos o principal fator que constitui a identidade dos movimentos que reivindicam a terra no campo e nos centros urbanos – o trabalho. É interessante notar que tanto o MST quanto o MTST se afirmam como movimentos de trabalhadores que expõem a contradição entre

capital e trabalho, pelos seus processos de espoliação no campo e nas cidades. Ao reivindicarem a terra pelo direito de plantar ou pelo direito de morar, são os sentidos do trabalho que estão sendo reafirmados em suas lutas cotidianas.

Ou seja, os elementos que recuperam a ontologia do ser social de Lukács, como o resultado de um pôr teleológico que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, são elementos para pensarmos os sentidos do trabalho enquanto construção da práxis do MTST. Conforme reitera Antunes (2009), esse fenômeno é o que difere o ser puramente biológico do ser social. Ou seja, é a capacidade prévia de ideação dos seres humanos em prover aquilo que é teleologicamente concebido. Neste processo, o trabalho torna-se protoforma de toda praxe social. “O fato de buscar a produção e a reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução” (ANTUNES, 2009, p.136).

Até aqui, entendemos que a categoria trabalho envolve todas as relações societárias que se constituem a partir da cultura vigente de cada sociedade em seu tempo e espaço, e que essas culturas, enquanto sociabilidades que agregam trabalho, não são práticas imutáveis. Ao recuperamos o sentido ontológico do trabalho pelas análises de Antunes (2009), presentes no pensamento de Lukács, é possível trazer a seguinte questão: o trabalho, enquanto protoforma de toda praxe social, depende daquilo que o antecede nesse processo, ou seja, da reprodução social, entendida no seu sentido *strictu sensu* como reprodução de pessoas. Neste sentido, como é possível analisar a centralidade do trabalho no cotidiano das trabalhadoras sem-teto do MTST, entendendo essa questão pela lógica que estrutura os seus papéis na reprodução social?

No subcapítulo anterior, as falas de tia Maria e Solange, recuperadas na matéria produzida pela *Mídia Ninja*, dialogam com o questionamento que acabamos de fazer. Ou seja, suas trajetórias de vida, ligadas a relações de trabalho com empregos precários e informais, revelam a lógica que estrutura a reprodução social das trabalhadoras sem-teto nas periferias urbanas. Essa questão corrobora as análises de Falchetti (2019), que investigou no bairro do M'boi Mirim a ocupação Nova Palestina, entendendo-a pelas trajetórias de vida e caminhos cruzados dos (as) sem-teto. De acordo com a autora, a situação de

insegurança social manifestada pela precariedade do trabalho e da habitação, com inserção em postos de trabalhos desqualificados e moradias sem infraestrutura urbana, passou a imprimir uma nova dinâmica com o neoliberalismo, que tem levado cada vez mais as trabalhadoras e trabalhadores dos bairros periféricos a participarem das ocupações do MTST.

A ocupação Nova Palestina compõe um importante núcleo do MTST na zona sul da cidade, pois se encontra em uma região cujos índices de desigualdade social e de segregação urbana possuem um acentuado recorte racial. Falchetti (2019) ao relacionar essa segregação com a conformação entre classe, raça e gênero, entrevistou algumas trabalhadoras sem-teto da ocupação, buscando recuperar, em suas trajetórias de vida, os modos como as relações de dominação e de resistências são construídos no cotidiano do tecido social, seja por suas ações individuais ou coletivas. Essas experiências sociais apontam para um padrão nos tipos de relações de trabalho, a que são submetidas as mulheres negras e racializadas, cujo perfil é predominante na composição da base social do MTST.

As demais ocupações espalhadas pelos outros territórios das periferias urbanas da cidade de São Paulo nos revelam as mesmas relações de trabalho e de moradia nas margens da metrópole, que apontam para a insegurança como condição dos (as) sem-teto:

Os trabalhadores sem-teto são constituídos por famílias bastante heterogêneas na sua composição e arranjos inter-relacionais. Diferente do padrão tradicional, em que as famílias eram numerosas e baseadas no enlace matrimonial do casal, com claras divisões de gênero e hierarquia interna centrada na figura paterna, o perfil encontrado nas ocupações acompanha as recentes mudanças socioculturais. São famílias menos numerosas, de em média 4 pessoas, a maioria sem vínculos matrimoniais formalizados, e com um grande percentual de divorciados ou separados, sendo frequente a presença de padrastos, madrastas, mães solteiras e famílias monoparentais. Para além desses aspectos, que se mostram relevantes na abordagem das lutas na esfera da reprodução, são as condições de trabalho e moradia que aproximam os integrantes das ocupações urbanas, na experiência comum da insegurança (FALCHETTI, 2019, pp. 230-231.).

Ao identificar a insegurança social dessas mulheres como uma experiência comum, Falchetti (2019) nos leva a refletir sobre as desigualdades enraizadas em nossas estruturas sociais, cujas ideias de cidadania, adotadas para uma parte da população brasileira, criaram um tipo de trabalhador urbano,

submetido a uma “economia informal” que os excluiu do mercado formal de trabalho e da possibilidade de ter direitos institucionalizados (PAOLI,1991). Os elementos dessa estrutura também nos indicam que o núcleo familiar do modelo ocidental não representa a constituição da família brasileira e essa característica, quando entendida como uma permanência histórica, aponta para a formação do Estado pela sua constituição jurídica que, no contexto do neoliberalismo, tem intensificado a insegurança das condições de trabalho e de moradia desses sujeitos, por uma realidade “sociojurídica” (VASQUEZ, 2003).

Os relatos das trajetórias de vida das trabalhadoras sem-teto revelam que a própria experiência do trabalho no Brasil é perpassada pelo machismo e pelo racismo como elementos estruturantes das relações sociais. Nesse sentido, para entendermos a produção e reprodução social nas fronteiras entre trabalho e vida urbana, Falchetti (2019) partiu das análises de Falquet (2008), que propõe a hipótese da “co-formação” das relações sociais de sexo, raça e classe, entendendo que elas não são sobrepostas, mas resultantes da conformação entre relações de explorações assalariadas e relações de apropriação, que combinam diferentes formas de extração de trabalho.

A ocupação Nova Palestina é composta, majoritariamente, por mulheres negras periféricas e precarizadas, que trabalham fora cuidando dos outros e prolongam a jornada em casa cuidando da família, muitas vezes sozinhas e sem a garantia de creches para os filhos (FALCHETTI, 2019, p. 236).

É importante salientar que todas as ocupações do MTST, tanto a nível nacional quanto a nível estadual, correspondem à essas características apontadas pela pesquisa da autora. Para chegarmos a esta conclusão, basta pensarmos que as particularidades de sua base social representam as estruturas das nossas relações sociais, sobretudo no que tange à condição das mulheres negras e racializadas das periferias urbanas do país. Ao analisarmos a situação dessas mulheres pelo prisma da violência institucional, podemos constatar que a não garantia de direitos sociais e de trabalho formal é uma violência generalizada na sociedade brasileira que, enquanto violência genérica, é de responsabilidade do Estado.

Quando pensamos a constituição do Estado brasileiro pela sua forma jurídica, isso nos leva a compreender o que fomenta esse tipo de violência na sociedade e como seus mecanismos são atualizados para manter a acumulação

do capital através de sua legislação. Ou seja, trabalhos precarizados e regulamentados por leis que retiram a condição de humanidade daqueles que habitam as periferias urbanas não são considerados pelo Estado como práticas de violência. Vejamos como os trabalhadores sem-teto da ocupação Povo Sem Medo do Capão elaboram essas questões que os afetam:

[...] Terceirização. Estão querendo colocar em votação que qualquer serviço pode ser terceirizado. Isto torna os salários mais baixos, fico sem ser assegurado. Será um grande ataque aos direitos dos trabalhadores, aumentando a desigualdade e desemprego. Pode ser votado esta noite! (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 20/03/2017).

Na conjuntura das políticas neoliberais implantadas em 2016, de acordo com Braga (2017), a radicalização das tensões entre o regime de acumulação e o modo de regulação no Brasil criou a oportunidade não apenas para um golpe parlamentar, como também para um ajuste estrutural do modelo de desenvolvimento, travestido de medidas de austeridade fiscal que, na prática, funcionaram como um amplo ataque aos direitos sociais e trabalhistas deferido por um governo ilegítimo. Dentro dessa questão, o “austericídio” analisado por Braga (2017) foi elaborado pelos trabalhadores sem-teto não apenas como uma conformação do mundo social nas periferias urbanas, mas como um chamado para suas lutas e reivindicações. No registro da ata do dia 24/03/2017, os informes da reunião de grupo, além de indicar o desdobramento da questão colocada anteriormente sobre a falta de vagas na creche do bairro, revelam que os trabalhadores sem-teto, além de lutarem pelo direito à moradia e de estarem expostos às exclusões do mundo do trabalho, também precisam reivindicar os meios possíveis para à própria reprodução social.

[...] mobilização e luta para creche e escola, tanto vaga quanto transferência. Muitas vezes consegue vaga, mas a escola é muito longe de sua casa. Mobilizar o máximo possível de mães e pais para estar indo fazer o ato em busca de vaga ou de transferência. Indicativo: caso amanhã venha poucos pais iremos mudar o panfleto. Faremos uma força tarefa no bairro fazendo o formulário de quem precisa de vaga e de transferência (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 24/03/2017).

Na ata do dia 25/03/2017, a reunião da coordenação, mediada pelo coordenador geral Michel Navarro, além de discutir as questões ligadas à retomada do PMCMV-E e os encaminhamentos da inauguração do barracão que seria voltado para atividades culturais e educacionais oferecida aos acampados e moradores do bairro, comentou sobre a participação do MTST na manifestação do dia 31/03/2017, contra a reforma da previdência.

[...] Paralisação Nacional. Michel lembra da brutalidade anunciada da tal reforma da previdência: *Não leva em conta que a mulher tem jornada dupla ou tripla; *49 anos ininterruptos de contribuição, para que assim, consiga se aposentar, caso esteja vivo; *A desvinculação com o salário mínimo: o salário sobe e a aposentadoria não; *Para se aposentar ao 65 anos o indivíduo deve começar a trabalhar aos 16 anos e ao trabalhar 49 anos ininterruptos, ou seja, sem ficar nenhum dia sem carteira assinada, num país de mais de dois milhões de desempregados. Nós do MTST do Capão, no dia 31/03/2017, na praça do ciclista (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 20/03/2017. Grifos nossos).

Quando recuperamos o contexto da conjuntura em que se localiza a descrição desse documento, seu relato aponta para as questões discutidas nesse subcapítulo, sobre a especificidade das mulheres sem-teto nas relações de trabalho. O desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, intensificados após o golpe que sofreu Dilma Rousseff, em 2016, foi divulgado como política de austeridade fiscal que, na prática, também contribuiu para o aumento do desemprego, impactando nas condições de vida dos trabalhadores sem-teto, sobretudo, na vida das mulheres. Suas especificidades nas relações de trabalho indicam que suas jornadas triplas estão ligadas às multiplicidades de vínculos exigido pelo sistema produtivo, que se conectam diretamente com as suas condições de vida, por estarem alocadas predominantemente no setor de serviços, o qual inclui: “um vasto universo de atividades, desde o antigo trabalho doméstico até o trabalho digital, passando pelo crescimento do chamado care” (FALCHETTI, 2019, p. 235).

Como demonstrado por Falchetti (2019), em diálogo com as análises de Negri (2005) e Hardt (2009), à medida em que todos os meios da vida se tornam fonte de extração de valor como única forma de sociabilidade possível, as fronteiras entre as esferas da produção e reprodução são borradas. Mesmo que ambas sejam necessárias à sustentação do modo de exploração capitalista, com o aumento dos trabalhos que produzem apenas valor de uso (ditos improdutivos), sendo requisitados no circuito dos sistemas de trocas, as contradições entre produzir a vida material e viver se acentuam cada vez mais. Nesse sentido, a emergência da figura do trabalhador sem-teto coloca em voga não apenas a insegurança habitacional que ameaça a existência urbana de uma parcela de trabalhadores pobres, como as contradições entre produzir e habitar na cidade (FALCHETTI, 2019).

As relações do mundo trabalho, quando desreguladas e degradadas pela mercantilização da vida – cuja exploração se generaliza através do desmonte dos sistemas de seguridade social, dos bens públicos e coletivos e da financeirização do espaço urbano – fazem das mobilizações dos trabalhadores sem-teto um fenômeno que também evidencia as questões ligadas à reprodução social que, no atual contexto do neoliberalismo, encontra-se em uma profunda crise, como sugere Nancy Fraser (2020). De encontro a essa questão, a autora, ao promover um debate sobre o impacto das violências de gênero produzidas pelo capitalismo em sua fase neoliberal, junto com Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya (2019), propõe a reflexão de que a opressão de gênero nas sociedades capitalistas está enraizada na subordinação da reprodução social à produção que visa o lucro. Recuperando suas ideias:

A perversidade se torna nítida quando relembramos o quanto o trabalho de produção de pessoas é, na verdade, vital e complexo. Essa atividade não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico, ela também cria e mantém a nossa capacidade de trabalhar – o que Marx chamou de ‘força de trabalho’. E isso significa moldar as pessoas com atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações ‘certas’. Em resumo, o trabalho de produção de pessoas supre algumas das condições – materiais, sociais, e culturais – fundamentais para a sociedade humana em geral e para a produção capitalista em particular. Sem ele, nem a vida nem a força de trabalho estariam encarnadas nos seres humanos. Chamamos esse amplo corpo de atividade vital de reprodução social (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.52).

Vimos, no capítulo anterior, pelas análises de Silva (2018), que os impactos recentes da mercantilização da cidade de São Paulo, por meio de suas políticas neoliberais, ocorreram com maior intensidade na zona sul. Como demonstrado pela autora, os números de ocupações do MTST que surgiram na região, quando relacionados com suas disparidades de renda e investimentos públicos, revelam não apenas os conflitos ligados à luta pela moradia, como também a luta pela própria sobrevivência diária nesses territórios, cuja reprodução social, que se encontra em profunda crise, atinge, sobretudo, as mulheres periféricas em situações de vulnerabilidade.

Em 2019, o Jornal Folha de São Paulo, através de um levantamento da polícia militar obtido pela lei de acesso à informação, tornou público alguns dados

que indicaram a região do Capão Redondo como líder do ranking⁸⁰ de violência contra as mulheres em São Paulo. Pelos estudos de campo com pesquisa participativa e pelos relatos contidos nas pesquisas que investigaram outras ocupações do MTST, é possível constatar que os índices de violência divulgados pela Folha de São Paulo não se referem a um dado isolado da realidade da maioria das mulheres que integram o movimento. Não cabe aqui aprofundarmos essa discussão, tecendo uma crítica à forma superficial como esses dados foram abordados pela Polícia Militar e pelo jornal que divulgou a estatística, tratando o fenômeno apenas como uma questão de segurança, isolada de outras políticas públicas.

Entretanto, é importante destacar que a atualidade desses dados sobre a Região da Zona Sul, em que se encontram as ocupações Povo Sem Medo do Capão e Nova Palestina – ambas pertencentes aos bairros que já estiveram entre os mais violentos do mundo, compondo o chamado “triângulo da morte” – representa a permanência histórica que, vista pela tradição de suas lutas sociais, pode ser lida como um contraponto daquilo que Achille Mbembe (2018) definiu como “necropolítica”, pois as periferias urbanas, enquanto territórios em que o Estado organiza a morte, também são territórios cujas populações reivindicam a vida através de suas resistências cotidianas. Este contraponto, que não desconsidera a dinâmica da História, se comprova pela própria ação das trabalhadoras sem-teto, cujas demandas são o núcleo constitutivo das lutas sociais nas periferias urbanas.

De encontro à essa questão, entre os dias 19 e 20 de outubro de 2019, o MTST realizou o seu primeiro Encontro Estadual de Mulheres⁸¹, que contou com a participação de 600 de suas integrantes, sendo elas acampadas, coordenadoras de grupos e militantes de mais de 20 ocupações do movimento. De acordo com o estudo de campo, através da participação da reunião de coordenadores realizada no dia 05/10/19 e do site⁸² do movimento que registrou

⁸⁰Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/capao-redondo-lidera-ranking-de-violencia-contr-a-mulher-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

⁸¹Disponível em: <<https://mtst.org/mtst/primeiro-encontro-estadual-de-mulheres-do-mtst-reune-600-companheiras/>>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

⁸²Ibidem.

o evento, o objetivo do encontro foi “promover um debate político sobre como enfrentar o desrespeito aos direitos das mulheres e propor soluções” (MTST, 2019, ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES).

Essas lutas cotidianas nos territórios que reivindicam a vida também aparecem registradas nas atas da ocupação Povo Sem Medo do Capão, através da organização política contra as privatizações municipais promovidas pelo então prefeito João Doria (PSDB) (2016-2018). Sua política neoliberal de mercantilização da cidade via privatização dos espaços⁸³ também colocou em risco a vida dos trabalhadores que mais dependem do sistema público de saúde, ou seja, dos (as) sem-teto. Na reunião da coordenação realizada no dia 25/05/2017, a principal pauta foi colocar em discussão o fechamento da AMA, responsável pelo atendimento de saúde nas localidades próximas à ocupação:

O MTST participará de uma luta contra os ataques do Dória. Saúde, privatização. Plenária: intervir e dar destaque contra o fechamento dos AMA. Na quinta feira das 18:30 às 22 horas. Galpão de folias. Rua Bela Cintra, 213. Metrô Santa Cecília (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 25/07/2017).

Na assembleia do dia 29/07/2017, além das orientações para a produção das faixas que seriam usadas no ato contra o fechamento da AMA, os coordenadores de grupo reforçaram a importância da participação dos acampados:

Ato dia 01/08, terça. Michel fala sobre o projeto privatização do Dória, em vender tudo em SP. A Frente Povo Sem Medo reuniu-se em uma plenária sobre esses ataques, e chegou a uma resposta. Dessa plenária saiu o primeiro ato, uma luta para 01/08. Logo após é lido um trecho pelos coordenadores: “Plenária Aconteceu”. É aberto o diálogo com os coordenadores. Eles contam sobre alguns acontecidos referente esses ataques do Dória e sobre os direitos que os pobres estão perdendo. A revolta da população, o que cada um será afetado, sobre a falta de interesse de algumas pessoas que acham que não precisam lutar... Falaram sobre o futuro, o que pode acontecer. [...] Faixa para o ato: Léo e Júnior, responsáveis para fazer. Descrição das faixas: Não ao desmonte da saúde pública em SP; Nenhuma UBS e pronto atendimento fechado; Dória saúde não é mercadoria (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 25/07/2017).

O protesto o qual a ata faz referência ocorreu na Câmara dos Vereadores, com a participação de outros movimentos sociais e dos grupos ligados à Frente

⁸³Para um melhor entendimento da questão, o site Vigência! oferece um levantamento detalhado do plano de privatização e concessões do Gestor/Prefeito João Doria, atual governador do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.vigencia.org/artigo/capitulo-1-o-plano-de-doria-para-privatizar-sao-paulo/>>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

Povo Sem Medo, com o apoio de alguns parlamentares de partidos de esquerda, que faziam oposição ao governo municipal de João Doria. Ao que consta⁸⁴, o ato marcava o retorno do recesso parlamentar que definiria os projetos a serem votados nas semanas seguintes. Naquele período, tramitava na Câmara a PL 367/2017, que precisava passar por uma segunda votação e previa a gestão particular de alguns equipamentos públicos da cidade, através de vendas ou parcerias, sem prestar maiores esclarecimentos à população. Semanas depois, a participação dos sem-teto na luta contra a privatização e concessões de bens públicos da capital paulista que, por sua vez, ocultavam o fechamento dos seus equipamentos públicos de saúde como parte da proposta de João Doria, se estenderam às prefeituras regionais das Zonas Sul e Leste. Na Regional do Campo Limpo⁸⁵, os sem-teto da ocupação Povo Sem Medo do Capão ocuparam o prédio, exigindo audiências públicas e uma consulta popular sobre essas privatizações e concessões.



As informações que aparecem nas atas de reunião da ocupação sobre as lutas dos trabalhadores sem-teto contra a mercantilização da cidade demonstraram o avanço desse fenômeno, até mesmo nos bairros das periferias

⁸⁴Disponível em <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/movimentos-sociais-protestam-em-frente-a-camara-contra-plano-de-privatizacao-de-doria.ghtml>>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

⁸⁵Disponível em <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/manifestantes-fazem-atos-contra-concessoes-e-privatizacoes-da-gestao-doria.ghtml>>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

urbanas que, historicamente, sempre foram desprovidos de equipamentos públicos de uso coletivo, quando não escassos e de má qualidade. Embora os meios de comunicação tenham retratado as medidas da gestão Doria como democráticas, a fim de esvaziar a ação coletiva dos movimentos sociais, os enredos dessa trama revelam aquilo que Rolnik (2019) analisou como um processo de tomada de terras pelo capital financeirizado, que tem se assumido de diversas formas. Seja pela compra a partir da regularização da propriedade e de seu registro de propriedade privada, ou pelas chamadas “land concessions”, que se traduzem em: “concessões remuneradas de terras por parte do Estado para que empresas privadas explorem ou cultivem” (ROLNIK, 2019, p.164).

Ademais, a fotografia com os cartazes expostos pelas trabalhadoras sem-teto que estavam à frente da caminhada até à Prefeitura Regional do Campo Limpo, demonstra que as lutas sociais nas periferias urbanas passam diretamente pelas questões que as atravessam, ou seja, pelos direitos básicos como saúde, educação, moradia e trabalho, que garantem a reprodução social e a produção de suas vidas cotidianas. Nesse sentido, as periferias urbanas, mesmo com os chamados avanços em infraestrutura e serviços públicos, enquanto resultado das lutas pela Reforma Urbana proposta no final da ditadura, ainda se constituem como territórios carregados de estigmas e engendrados em elementos que Rolnik (2019) define como: “étnicos, econômicos, jurídicos e espaciais para designar esse persistente lugar dos párias urbanos” (ROLNIK, 2019, p.156).

O avanço do capitalismo, em sua fase de financeirização, trouxe diversos impactos para os territórios populares. Na cidade de São Paulo, suas periferias e favelas mudaram junto com as principais transformações ocorridas nas últimas décadas da história recente do Brasil. Essas transformações ocorreram pelos campos político, social, econômico e cultural. A concretude de como se construiu a racionalidade neoliberal dentro desses territórios aponta para a diluição do espírito de solidariedade e interação social, na medida em que a mercantilização da vida vai corroendo as relações de trabalho e, com isso, esgarçando suas sociabilidades. Diante desse fenômeno, fica o seguinte questionamento: quais os limites da ação coletiva nesses territórios, à medida em que as lutas sociais

que envolvem as questões relacionadas ao mundo do trabalho vão se fragmentando em pautas isoladas?

Este capítulo demonstrou que a construção das lutas populares nas periferias urbanas da cidade de São Paulo, é uma tradição que ainda se mantém viva e que se transformou junto com as metamorfoses sociais dos seus bairros. Se nas décadas de 1970 e 1980 a construção da cidadania nesses territórios impulsionou a ação coletiva dos movimentos populares, dando origem aos novos movimentos sociais, durante a década de 1990, com a geração seguinte, ela também se estendeu às ações de seus movimentos culturais, com estratégias cotidianas para lidar com o aumento da violência marcada por esse período. A partir da segunda metade dos anos 2000, mesmo com as mudanças sociais e políticas promovidas pelo Partido dos Trabalhadores, não houve um hiato dessas lutas nas periferias urbanas, elas apenas buscaram responder às respectivas conjunturas do neoliberalismo no Brasil. Em 2013, com o crescimento do desemprego, da depreciação das condições de vida e da segregação socioespacial, as ocupações do MTST adentraram nas periferias urbanas da cidade de São Paulo e recolocaram a questão da moradia como elemento central e aglutinador das desigualdades nesses territórios.

As ocupações urbanas do MTST que surgem na cidade de São Paulo a partir de 2016, atuando junto com a Frente Povo Sem Medo, se diferem de suas lutas anteriores, porque entram em cena num período em que se acirra a crise de representatividade dos partidos políticos de cunho progressista e das instituições burguesas. Essas ocupações se inserem dentro de uma conjuntura social e política que tem início com o golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016 e que ganha novos contornos com a ascensão de Jair Messias Bolsonaro, eleito Presidente da República, em 2018.

Neste cenário em que a extrema-direita se estabelece no poder junto com os grupos que a apoiou, fecham-se as negociações com movimentos sociais que reivindicavam a implementação das políticas públicas de habitação pelas três esferas do governo. Esta conjuntura ficou marcada pela intensificação do trabalho de base do MTST nas periferias urbanas, através de seus núcleos de organização junto com a Frente Povo Sem Medo. No próximo capítulo,

analisaremos como esses desdobramentos trouxeram novos desafios para o MTST e para a ocupação Povo Sem Medo do Capão.

CAPÍTULO III – REPERTÓRIOS DE AÇÃO E MATRIZES DISCURSIVAS: O DESARME DA LUTA OU A TRANSFORMAÇÃO DO INSTITUÍDO?

As ocupações urbanas do MTST que surgiram na cidade de São Paulo nos anos de 2016 a 2018 compuseram um novo capítulo em sua trajetória. Este curto período, quando analisado por uma perspectiva histórica do tempo presente, nos leva a refletir que não se trata apenas de conjunturas políticas que se desdobram em contextos sociais diversos, mas também de temporalidades em construção que correspondem “ao vivido e aos vivos” (LHON, 2019, p.12). Essas temporalidades se localizam em diferentes extratos de experiências e expectativas, que se justapõem nas estruturas de repetição conformando práticas sociais e vivências (KOSELLECK, 2014).

A história de um país vista por vários ângulos é também constituída pela história de seus movimentos sociais e populares. São eles que apontam e apontaram, por meio da ação coletiva, os anseios e aspirações de suas sociedades, sejam elas de cunho reacionário, revolucionário ou reformista. A trajetória do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), cuja origem se deu no estado de São Paulo, é uma parte importante da história social brasileira, em seu contexto urbano após a ditadura militar. Ao analisarmos esses desdobramentos pelos estudos que se debruçaram sobre ele, constatamos que o MTST, além ter incorporado o legado das práticas de luta pela terra no campo e das lutas cotidianas dos movimentos populares das periferias urbanas, também construiu a sua trajetória pela efetivação dos direitos sociais expressos na “Constituição Cidadã”, indo de encontro à sua própria institucionalização.

Essas características nos indicam que o seu repertório de ação foi construído por dois eixos que atuam como popular e institucional. Enquanto o primeiro se valeu das práticas socioterritoriais com estratégias locais nos bairros onde se instalam suas ocupações e nos demais espaços das cidades, o segundo procurou responder com estratégias legais aos arranjos políticos da Nova República, que foram de encontro às dinâmicas do neoliberalismo. Esses eixos, além de estarem interligados, não estão imunes ao que permeia qualquer sociabilidade que constrói uma cultura política – a tradição e os costumes. Neste capítulo, abordaremos os horizontes do seu projeto político, ponderando sobre suas possibilidades e incapacidades de transformações sociais.

3.1 A ação conservadora e a reação progressista

O papel que a Frente Povo Sem Medo teve em reorganizar a luta dos movimentos sociais, após o golpe de 2016, demonstrou que suas redes de atuação transitaram tanto nos espaços da política institucional quanto na própria formação de base dentro dos territórios periféricos. Este subcapítulo analisa como o MTST, através dos seus repertórios de ação, construiu uma estratégia junto com os demais setores do campo progressista, para lidar com o avanço do conservadorismo⁸⁶, que se intensificou durante este período.

As eleições presidenciais de 2018 consolidaram um projeto de extrema-direita no Brasil. De acordo com Flávio Henrique Calheiros Casimiro (2020), para compreendermos a sua atual reinvenção desses grupos, é necessário entendermos seus sentidos de mobilização, que se organizam por segmentos distintos, oriundos de diferentes frações da burguesia brasileira. Sua agenda política tem buscado tanto a liquidação dos movimentos progressistas e das esquerdas quanto das suas próprias instituições liberais.

[...] A aposta no discurso ultraliberal na economia e conservador nos costumes parece ter sido a junção conjuntural que melhor se apropriou e explorou as nuances do crescente sentimento de antipetismo na sociedade brasileira e do discurso “anticorrupção”. Esse sentimento foi fortemente funcionalizado, por um lado, diante da conjuntura de crise econômica e seus efeitos sociais (CASIMIRO, 2020, p.153).

A organização desses grupos tem atuado através de aparelhos ideológicos burgueses que substituíram a função dos partidos formais, exercendo o papel dos partidos políticos de direita, através do financiamento de candidaturas alinhadas aos seus discursos (CASIMIRO, 2020). Nesse sentido, o recrudescimento das políticas neoliberais, logo após o rompimento do Pacto Constitucional de 1988, foi o resultado da ação conservadora que encerrou o período de consenso, marcado pelos governos petistas.

No que se refere aos fatores econômicos que contribuíram para o avanço do conservadorismo no Brasil, de acordo com Saad Filho e Moraes (2018), eles estiveram ligados à crise ocasionada pelo fim do ciclo de *comodities*, junto com a desaceleração global e o fim do crescimento econômico que demonstraram os

⁸⁶Para uma análise mais apurada sobre a ascensão do conservadorismo no país, recomendamos o estudo de Flávio Henrique Calheiros Casimiro (2020), que analisou os grupos de suas burguesias e as ações que configuram o projeto político de uma nova direita no Brasil.

limites do novo-desenvolvimentismo. Esses limites tornaram incompatíveis o crescimento de seus investimentos com a geração de empregos (SAAD FILHO E MORAIS, 2018).

Soma-se a isso os massivos ataques da mídia e do sistema judiciário que já vinham ocorrendo desde o processo do “Mensalão” e que foram intensificados pela campanha midiática da “Operação Lava Jato”. Esses fatores colaboraram para interromper as políticas de distribuição de renda que, somadas ao retorno da inflação e da recessão econômica, afastaram a base social do Partido dos Trabalhadores. A ação conservadora que pôs fim ao pacto federativo da Nova República, pode ser explicada pelas características que os autores apontam a respeito do sistema político brasileiro, surgido a partir da Redemocratização.

A experiência do PT sugere que, no Brasil, projetos transformadores estão fadados a enfrentar resistência crescente por partes dos interesses conservadores [...] e o cultivo de partidos aliados em círculos cada vez mais amplos do espectro político tende a reduzir a confiabilidade da base parlamentar do governo. Esses aliados de fachada podem servir de base de apoio nos tempos de bonança, mas, em contextos adversos promovem a instabilidade e até mesmo a paralisia política (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, pp. 252-253).

O avanço do conservadorismo, que já vinha ocorrendo desde os anos anteriores à crise política iniciada em 2013, culminou nos elementos que produziram um golpe com características parlamentar, jurídica e midiática. O ataque às instituições democráticas burguesas, e o abandono de sua legalidade, ajudaram a implantar no país uma estratégia de acumulação⁸⁷ baseada em uma “variante internacionalizada e altamente excludente do neoliberalismo” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 237). Pela perspectiva dos autores, essa conjuntura demonstrou muito mais do que a falência de um governo ou o ataque sistemático a um partido político. Ela tornou visível

o esforço das elites neoliberais em destruir o frágil equilíbrio constitucional entre a expansão da cidadania e a reprodução do privilégio, e a tentativa de transformar o igualmente frágil equilíbrio entre democracia e neoliberalismo que definiu a vida política brasileira desde o fim da ditadura militar, em 1985. A Constituição tornou-se

⁸⁷Segundo Saad Filho e Morais (2018), suas principais medidas foram: a mudança nos contratos de exploração de petróleo para privilegiar o capital transnacional em detrimento da Petrobras; a aprovação de uma emenda constitucional, que congelou os gastos primários do orçamento fiscal (corrigidos apenas pela inflação) por até vinte anos, tendo por base o valor do orçamento executado em 2016, inclusive o do investimento, mas deixando isento o serviço do DPI de qualquer limite; e, por fim, uma reforma dos direitos trabalhistas, que liberou amplamente o mercado de trabalho para a super exploração.

pequena demais para acomodar dois princípios contraditórios, e as elites brasileiras sentiram que chegou a hora de impor uma escolha (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 240).

Como resposta ao avanço reacionário das elites, a Frente Povo Sem Medo se colocou como uma alternativa para a retomada das manifestações de rua e do trabalho de base nas periferias urbanas, de modo que esse processo indicou uma reconfiguração dos setores progressistas. Suas ações junto com o MTST nos territórios periféricos da cidade apontaram para a formação de novas coalizões políticas. Isso ficou claro não apenas pelas novas ocupações que surgiram após o golpe, como também pelas manifestações de rua desses grupos. De acordo com Braga (2017), esse processo demonstrou os limites políticos do modo de regulação petista, cujo regime de acumulação pós-fordista e financeirizado apresentou enormes dificuldades para garantir algum tipo de concessão material aos trabalhadores (OLIVEIRA, 2003; BRAGA, 2017).

Foi nesse contexto que o país passou a viver uma mescla de crise política e crise econômica como não se via desde o período das crises combinadas da ditadura e do modelo de desenvolvimento fordista periférico no início dos anos 1980 (BRAGA, 2017). Pela perspectiva do próprio MTST, enquanto principal movimento social ligado à FPSM, seu lançamento foi uma alternativa popular para lidar com a crise internacional que passou a afetar o país, em oposição às políticas de austeridade fiscal que beneficiaram as classes dominantes. Este cenário fomentou uma coalizão dos diversos setores progressistas, que reorganizou os campos institucionalizados e populares na defesa dos direitos sociais e trabalhistas:

a Frente Povo Sem Medo se lança como uma fermenta para radicalizar a democracia e a participação popular por reformas estruturais, como democratização das comunicações, a reforma tributária progressiva e um controle social no poder judiciário, bem como profundas reformas agrária e urbana (MTST; SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p. 119).

Como vimos anteriormente, após o acampamento na Avenida Paulista, o MTST passou a mobilizar, junto com a Frente Povo Sem Medo, as lutas que buscaram combater o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas e as políticas de privatização dos espaços públicos da cidade de São Paulo. Na medida em que essas lutas foram construídas e travadas nos seus respectivos espaços, as negociações dos terrenos reivindicados por suas ocupações seguiram de acordo com os desafios que se apresentaram naquela conjuntura. Na ocupação Povo

Sem Medo do Capão, após o retorno do programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, suas ações foram direcionadas para as negociações com o proprietário do terreno. Na ata do dia 07/05/2017, dois meses após o atendimento da demanda reivindicada pelo acampamento que trouxe de volta a Faixa 1 do Programa, é possível analisar esses encaminhamentos.

O proprietário do terreno tem que ter a vontade de negociação para o Minha Casa Minha Vida. Já conseguimos iniciar o contrato mais bem provável que o nosso projeto ainda não entra nos projetos de 2018. E como está retomando o Programa Minha Casa Minha Vida tem que ter contrato de compra do terreno (acordo). Inabilidade do imóvel. Não vender para outra pessoa e sim para o MTST. Ou seja, eles podem passar para outra Entidade se essa Entidade pertencer a nós. Até maio de 2018 o terreno só poderá ser vendido para o MTST. Se comprometem a vender para a Caixa Econômica pelo preço que podem pagar. É um compromisso de compra e venda. O proprietário quer que gente assine o documento para sair do terreno. Temos 6 meses garantidos no terreno (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 07/05/2017).

O registro dessa ata aponta para duas questões que estruturam a discussão deste subcapítulo, sendo: 1). os repertórios de ação do MTST que, nesta abordagem, foram sistematizados nos eixos da sua atuação popular e institucional através de ações socioterritoriais no bairro onde se encontra a ocupação e com estratégias legais que atuam no âmbito da judicialização de suas negociações para o atendimento de Programas Habitacionais; e 2). a reação do campo progressista após o golpe de 2016, na construção da ação coletiva junto com os demais atores que compuseram as lutas desse período.

Já no início da sua descrição, a referência à negociação para o atendimento do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades dialoga com os registros das atas anteriores⁸⁸, quando as assembleias realizadas durante o período do acampamento na Av. Paulista foram direcionadas para orientar a base social do movimento, sobre os procedimentos e desafios para reivindicar a construção das moradias no terreno ocupado. Quando recorremos aos registros de algumas dessas discussões, a ata da assembleia realizada no dia 25/03/2017, informando a volta do Programa, tem no registro da fala do

⁸⁸As atas de reunião analisadas neste trabalho não seguem uma cronologia dos fatos organizadas por datas. Elas são analisadas por eixos de discussão e por problemáticas que estruturam cada um de seus subcapítulos. O que, de certa forma, também estabelece uma cronologia, mas não pensada apenas pelas datas dos eventos. Por esse motivo, recorremos às informações dos registros anteriores e até mesmo os que já foram analisados anteriormente para cruzar e complementar suas informações.

coordenador Michel, a orientação sobre o funcionamento das negociações que envolvem os terrenos:

Temos ocupações em três níveis: projetos avançados, com todas as negociações concluídas; nível 2, que ainda falta algum órgão do governo...etc. E novos, que estão ainda buscando o contrato de compra e venda. Ou seja, nós temos luta pra fazer (ATA DE REUNIÃO, MTST, 25/03/2017).

Nas informações registradas nessa mesma ata, consta que os responsáveis ligados ao GTA - Grupo de Trabalho de Arquitetura, que respondem à Entidade representante do MTST nessas negociações, elaboram os projetos para a construção das moradias, sem serem remunerados previamente; e que eles só são pagos após a efetivação do contrato da Caixa Econômica Federal com a ocupação. Em um outro tópico, o coordenador da ocupação, após repassar os informes técnicos e burocráticos aos acampados, reafirmou como positiva a conquista do acampamento da Av. Paulista e os convocou para novas lutas: “Para nossa ocupação que não será beneficiada no momento, é ainda assim uma grandiosa vitória. Pois o Programa Minha Casa Minha Vida continua vivo” (ATA DE REUNIÃO, MTST, 25/03/2017).

As questões dessas atas unem as experiências dos sem-teto nos territórios das periferias urbanas com as experiências dos grupos progressistas de diferentes segmentos da classe média. Ambos os grupos se constituem como trabalhadores (classes que vivem do trabalho), dadas as especificidades sócio-históricas da realidade brasileira. Trabalhadores formalizados, oriundos das chamadas profissões liberais, muitas delas ligados ao perfil da militância do MTST, como médicos, arquitetos, advogados, professores, entre outros; e trabalhadores informais, cuja maioria sem qualificação profissional, se concentra no setor de serviços com funções precarizadas ou trabalhando de forma autônoma, quando não desempregados e vivendo de “bico” que, não por acaso, representam a maior parte da base social do movimento.

Nessa diversidade de atores e atrizes sociais, que colocam em prática os repertórios de ação do MTST, encontramos nessas relações os eixos de sua atuação que elaboram estratégias e formas de organização em torno de dois objetivos que se complementam. Ou seja, o direito à moradia, reivindicado através da função social da propriedade e descrita na Constituição Federal como resultado das lutas pela Reforma Urbana, que remete à reivindicação dos

movimentos sociais durante o final da ditadura; e as lutas ligadas ao mundo do trabalho, atravessadas pela experiência do neoliberalismo com a precarização e o desmonte dos direitos trabalhistas.

Quando pensamos a “ação coletiva” como um conceito que compõe e mobiliza a luta dos movimentos sociais e populares, é comum passar despercebido de que se trata de uma diversidade de atores e atrizes, cujas classes se constituem a partir de suas relações com experiências heterogêneas. Da mesma maneira, quando pensamos os seus “repertórios de ação” como um conceito que explica suas táticas e mobilizações para responderem às mudanças sócio-históricas, pouco se reflete sobre a diversidade de seus atores. Ao pensarmos na formulação desses conceitos dialogando com a perspectiva que Thompson (1987) nos coloca, ele precisa estar calcado na realidade dos seus processos históricos para entendermos as experiências de seus sujeitos.

As classes se constituem nas relações históricas e os seus conflitos mudam ao longo do tempo. Ao sistematizarmos as formas de luta do MTST em ações populares e institucionais, argumentamos que a junção dessas práticas é elemento de uma tradição que se reorganiza e se articula naquilo que Thompson (1987) entendeu como “fazer-se”. Neste sentido, ao pensarmos a identidade dos trabalhadores sem-teto pela própria nomeação do movimento, é importante destacar que, embora o seu nome faça referência direta às demandas da sua base social, ele também imprimiu as identidades, interesses e ideologias dos trabalhadores que compõem a sua militância. Ou seja, esse fazer-se, ao qual autor se refere, acontece em suas múltiplas sociabilidades, que se relacionam entre si e que constroem o sentido de suas lutas.

A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos pregar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 1987, p. 10).

Podemos extrair das ideias do autor o fato de que a natureza da luta política também se dá no campo cultural e que ela não se separa dos seus elementos econômicos. Ou seja, ela se ressignifica a partir dos seus interesses de classe. Para entendermos esse processo na construção dos repertórios de

ação do MTST, sejam eles populares ou institucionais, é preciso observá-lo pelos diversos ângulos da ação coletiva, que transformam as classes divididas e isoladas em uma força cultural. Em outras palavras, o conceito de repertório de ação não se resume apenas a um conjunto de práticas elaboradas pelos movimentos sociais nos seus enfrentamentos políticos. Ele também alude às experiências históricas dos seus sujeitos que, se não consideradas, esvaziam o conceito de sua própria substância.

As atas de reunião da ocupação Povo Sem Medo do Capão, assim como as outras fontes analisadas nesta pesquisa, demonstram que os repertórios de ação do MTST se constroem pelas experiências de vida de seus sujeitos e que elas não se restringem somente aos grupos ligados à sua base social, mas aos quadros de sua militância divididos em diferentes núcleos de atuação, que são compostos, em sua maioria, por trabalhadores e universitários ligados ao campo progressista, com experiências de militância em outros movimentos sociais e em partidos políticos de cunho progressista. Quando tratamos das especificidades desses grupos, conseguimos entender como eles constituem os repertórios de ação do movimento, interagindo entre si e em prol de seus objetivos comuns.

As fontes que analisamos nos indicam esses aspectos, porque colocam em cena os diferentes atores das lutas em torno do ambiente periférico construído. Essa relação constrói a ação coletiva dentro dos territórios das periferias urbanas e fora delas, através de sua base social e militância, que se constitui por grupos sociais heterogêneos e coloca em prática esses repertórios junto às suas ocupações. De encontro à essa constatação, Hartmut Kärner (1987), em seu estudo sobre o cotidiano das lutas dos movimentos sociais, nos aponta que:

A composição social de um movimento é, por certo, sempre especificamente de classe, ainda que não represente uma única classe homogênea. Tanto assim, que pode chegar a ser um verdadeiro movimento de massas. Os movimentos sociais não têm, necessariamente, a mesma estrutura organizativa de um partido, ou seja, não reconhecem militância formal nem capacidade hierarquizada de decisão. Podem, no entanto, no curso do seu fortalecimento, desenvolver uma institucionalização mínima e delegar a tomada de decisões a um comitê, sem que cheguem, por isso, a ter uma instituição formal (KÄRNER, 1987, p. 24).

A análise do autor, embora em alguns aspectos seja datada pelas características dos chamados novos movimentos sociais das décadas de 1970

e 1980, quando inserida nessa discussão, nos ajuda a entender os principais desdobramentos ocorridos a partir dos anos 1990, por uma nova forma de institucionalização desses movimentos, o que coincidiu com o surgimento dos movimentos de sem-teto na cidade de São Paulo e com o avanço das políticas neoliberais. A extensa bibliografia já citada neste trabalho demonstrou que os movimentos sociais urbanos acompanharam as principais mudanças da sociedade brasileira. Essas mudanças, por sua vez, também caminharam junto com as metamorfoses dos partidos políticos, sobretudo os partidos ligados ao campo progressista, à esquerda do espectro político.

As lutas do MTST foram direcionadas por essas transformações. Quando analisamos a sua trajetória de enfrentamento e negociação com o Estado, através da sua articulação com os partidos políticos, é necessário compreendermos os principais desdobramentos que essas mudanças ocasionaram. Ao analisarmos os impactos de suas transformações após a ditadura, essas questões apontam para a relação que os movimentos sociais passaram a estabelecer com o Partido dos Trabalhadores (PT) durante os seus governos e, sobretudo, a partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010).

A crise de funcionamento das instituições democráticas de caráter burguês, junto à crise de representação de seus partidos políticos que eclodiram em 2013, e que foram intensificadas nos anos posteriores, são parte dos elementos que também culminaram no golpe de 2016. Quando analisamos esses aspectos pelo fenômeno que ficou conhecido como “lulismo”, cujas práticas, segundo os autores⁸⁹ que o investigaram, transformaram as relações econômicas, políticas, sociais e culturais da sociedade brasileira nas últimas décadas, são explicadas as ações do MTST junto com a Frente Povo Sem Medo na cidade de São Paulo, logo após o golpe. Essa coalizão de forças aponta para

⁸⁹Seguindo o levantamento bibliográfico de Guerreiro (2016, p.53), o termo “lulismo” foi cunhado por Rudá Ricci em 2004, mas amplamente difundido depois da publicação de “Os sentidos do Lulismo” de André Singer em 2012, principalmente para o meio paulista. Entre os diversos autores que discutiram o conceito, destacam-se as análises de: Luiz Werneck Vianna, Marcos Nobre, Ruy Braga, Márcio Pochmann, Jessé Souza, Tales Ab’Saber e Marcelo Neri. A autora destaca que a questão da especificidade da gestão Lula e do PT já estava na academia desde 2003, por meio das pesquisas de Francisco de Oliveira, Leda Paulani, Marilena Chauí, Lincoln Secco, Carlos Nelson Coutinho e Mauro Iasi, dentre outros.

o esgotamento do modelo de gerenciamento da política que se intensificou durante os governos do PT e para os limites e possibilidades de atuação dos movimentos sociais dentro dessa relação.

No que se refere a esses limites, eles nos levam a pensar sobre o papel dos movimentos de luta por moradia na produção do espaço urbano, através de suas organizações populares. No caso do MTST, sua relação com o Programa Minha Casa Minha Vida, mais especificamente, na modalidade Entidades Faixa 1, tem sido analisado como um fator característico do “lulismo”, visto como um instrumento específico de sua forma gerencial. No capítulo anterior, abordamos essa questão através do estudo de Falchetti (2019), ao apontarmos, através de sua análise, a relação da Faixa 1 do Programa com as Entidades Organizadoras (EO), que aparecem descritas nas atas da ocupação Povo Sem Medo do Capão durante o acampamento na Av. Paulista. No que se refere aos impactos dessa relação, o estudo de Isadora de Andrade Guerreiro (2016) argumenta que, diferente da autogestão defendida por setores populares na década de 1980, a relação que se estabeleceu após os governos do PT se caracterizou por disputas individuais em torno de pequenos privilégios, através de poderes locais e concessões do poder público (GUERREIRO, 2016).

Os estudos que se debruçaram sobre o período que ficou caracterizado como “lulismo”, ao apontarem a relação dos movimentos sociais com as esferas institucionais, demonstraram uma desarticulação das relações comunitárias e políticas, neutralizadas pela gestão da pobreza e direcionadas pelas ideias do empreendedorismo como atitude política. De acordo com Guerreiro (2016), os processos produtivos autônomos de autogestão da moradia, quando substituídos por essa lógica, não são capazes de reestruturar o trabalho de base desses movimentos.

Do lado do movimento, constitui-se uma técnica de liderança profissional para lidar com uma das frações de classe organizadas pelo lulismo, que quer o acesso às políticas públicas sem a necessidade de engajamento político na esfera produtiva. Agem como consumidores que anseiam urgentemente mercadorias prontas no mercado, pervertendo tanto a figura do cidadão de direito quanto a do sujeito político autônomo. O déficit habitacional – denunciado em seu discurso – é utilizado como base de crescimento político, criando uma relação com a base (entendida como “demanda”) que assimila a forma do mercado. Interesses compatíveis, Estado e movimento potencializam suas ações por meio do PMCMV (GUERREIRO, 2016, p. 55).

Embora as mudanças ocorridas na sociedade brasileira tenham impactado nas relações dos movimentos sociais com as esferas institucionais que, por sua vez, imprimiram uma nova gramática para a suas lutas, concordamos parcialmente com a análise de Guerreiro (2016). Sua perspectiva em relação aos atores e atrizes sociais – vistos neste trabalho pelos diversos ângulos da ação coletiva – são analisados como meros sujeitos passivos que aceitam sua condição material de vida sem nenhuma capacidade de reflexão sobre sua própria realidade. Ao pensar esses sujeitos como meros consumidores que anseiam por mercadorias, a autora desconsidera a própria luta dos movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980, cuja ação coletiva foi construída pelas reivindicações dos bens de consumo coletivo, como elementos fundamentais para a reprodução social nas cidades e, sobretudo, na periferia do capitalismo.

Mesmo não corroborando diretamente com a sua perspectiva, seu estudo é importante para pensarmos as metamorfoses sociais nas periferias urbanas durante a Nova República, naquilo que se refere aos desdobramentos da luta pela moradia e as contradições que envolvem as relações do MTST com o Governo Federal. Ao recorrermos novamente ao estudo de Falchetti (2019) e cruzarmos a sua análise com a questão da ata discutida no início deste subcapítulo, constatamos que a negociação do movimento com o Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades envolve tensões que evidenciam os seus limites, mas que também apontam para as possibilidades do seu repertório de ação. Como demonstra a autora:

A adesão do MTST ao PMCMV-E está associada às dificuldades não só com o trabalho de base numa periferia heterogênea e atravessada pelas relações de mercado, como para atender às demandas imediatas da base, cuja parcela social é incluída pela primeira vez nos programas de habitação. O lançamento do maior programa habitacional do país, após vinte anos de interrupção de investimento público federal, criou expectativa de obtenção do item mais caro das famílias, o que se traduziu no cadastramento de 18 milhões delas ao programa. Mesmo se o movimento quisesse, seria impossível não aderir ao programa ou opor-se a ele (FALCHETTI, 2019, p.112).

Para além da quantidade de famílias cadastradas no programa, quando não desconsideramos a moradia como um fator fundamental para sobrevivência e reprodução social dos trabalhadores sem-teto, é possível afirmar, como defende Guerreiro (2016), que esses trabalhadores “agem como consumidores

que anseiam urgentemente mercadorias prontas no mercado”? A resposta não é simples, pois ela envolve a percepção de que mesmo dentro de uma dinâmica atravessada pelas relações de mercado, a luta social dos espoliados urbanos ainda se faz presente tanto pelo acesso aos direitos sociais quanto pelo acesso a qualquer tipo de mercadoria. Basta observarmos a luta de classes nas cidades, não da forma como a idealizamos, mas pela forma como ela se apresenta no cotidiano prático e material de seus sujeitos.

É fato que a mercantilização da vida intensificada pelo capitalismo neoliberal tem penetrado em todas as esferas das relações sociais e transformado em mercadoria a própria construção de direitos ligados ao bem comum. No entanto, afirmar categoricamente que a luta do MTST pelo direito à moradia perverte tanto a figura do cidadão de direito quanto a do sujeito político autônomo é desconsiderar o movimento da história. Na dinâmica do neoliberalismo, a luta dos movimentos sociais urbanos pelos direitos que envolvem a vida nas cidades é contraditória. Ela está atravessada por uma experiência de negociação e de conflito, junto aos atores da política institucional, que operam sob a lógica dessa forma política. Nas periferias urbanas, qualquer análise “vista de cima” pode não perceber a dinâmica da luta nesses territórios. Vejamos como Guerreiro (2016) a percebeu, ao comparar o repertório de ação do MTST, com as práticas dos movimentos populares da década de 1980:

No caso do MTST, pelo contrário, as ocupações têm a característica de crescerem exponencialmente nos primeiros dias, com adesão de grande número de pessoas ou famílias sem vinculação anterior com o movimento, convocadas por carro de som. A expressão física deste método revela grandes extensões de terra periférica com barracos de lona preta na forma de tendas diminutas com tamanho especificado e que não têm função de abrigo. São identificações territoriais, numeradas segundo um cadastro. Imageticamente é criado um cenário impressionante, que referencia famílias a estruturas precárias de lona preta. A conhecida fila da prefeitura (o cadastro do déficit habitacional feito pelo Estado) tem aqui sua lógica estrutural repostada pela presença material do cadastrado por meio de seu representante abstrato: a unidade territorial de lona preta. O sujeito político é caracterizado como aquele que se apresenta, de corpo presente ou representado, porém como unidade abstrata material, sem voz própria (GUERREIRO, 2016, p. 58).

No capítulo anterior, tratamos do processo de construção da luta pela moradia na ocupação Povo Sem medo do Capão, dentro do seu próprio território. Constatamos que a dinâmica dos acampamentos do MTST envolve os diversos elementos que explicam a lógica dos conflitos dentro do ambiente periférico

construído⁹⁰. Ao analisarmos o vídeo e as fotografias da Mídia Ninja sobre a ocupação, procuramos demonstrar que suas imagens ilustram as questões materiais, concretas e objetivas da nossa investigação. Ou seja, as paisagens das periferias urbanas não devem ser reduzidas à representação de um “cenário imageticamente criado”. Elas se constituem pela lógica de reprodução do capitalismo periférico, que também revela elementos de uma sociabilidade que faz do cotidiano de suas próprias privações as lutas nesses territórios.

Na mesma ata do dia 07/05/2017, discutida no início deste subcapítulo, a descrição de outro tópico também aponta para o que argumentamos sobre o repertório de ação do MTST. Ela revela que as ações populares e institucionais do movimento interagem entre si e constroem a ação coletiva dos seus sujeitos.

*Inscrição. Levantando o acampamento vamos dividir as tarefas. Dividir em núcleos. Separando os lugares para as reuniões. Saindo a construção e recebendo as chaves será definido uma taxa paga pelo morador de acordo com sua renda pagando durante 10 anos. Sem poder vender durante esses 10 anos. Depois desse prazo de 10 anos que pegam a escritura (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 07/05/2017).

Este tópico da ata, ao mesmo tempo que trata dos procedimentos que envolvem a construção e aquisição das moradias pelos integrantes que compõem a base social do movimento, também faz menção à etapa de formação de seus núcleos organizativos logo após a ocupação “levantar acampamento”, que significa desmontar os barracos-lona, depois de firmadas as negociações para contrato de compra e venda do terreno junto à CEF, ou pelo termo de compromisso para tal negociação. No detalhamento dessas informações, temos as ações do MTST divididas por suas estratégias de organização popular dentro do terreno ocupado e, por suas ações no campo institucional, por se tratar de questões de ordem técnicas e burocráticas. No que se refere aos seus núcleos de organização, o próprio movimento tem uma leitura a respeito, que corrobora com as pesquisas que investigaram seus acampamentos:

A ideia dos núcleos territoriais era manter a organização de base mesmo fora dos terrenos ocupados, através de reuniões periódicas em locais públicos. A partir dessas reuniões, várias mobilizações poderiam ocorrer, revelando o início de um enraizamento territorial que ainda daria muito trabalho aos donos do poder. Data desse mesmo período a criação da Associação Periferia Ativa, uma rede de referências e lideranças territoriais que, junto com as coordenações do MTST,

⁹⁰No capítulo II, em seu subcapítulo: “Mapeando as lutas do ambiente periférico construído”, dialogamos com as análises de Harvey (1984; 2014) para entendermos a especificidade da luta dos trabalhadores sem-teto nas periferias urbanas da periferia do capitalismo.

discutiam e mobilizavam suas comunidades para lutas além da mordida: contra despejos, por creches, por asfalto, contra a violência policial, pela tarifa social de energia elétrica, contra os incêndios criminosos em favelas e outros problemas (MTST; SIMÕES; CAMPOS; RAFAEL, 2017, p. 31).

Essa informação vem de uma publicação do próprio movimento e dialoga com os estudos de Goulart (2011) e Falchetti (2019), que entrevistaram alguns integrantes de suas ocupações e sistematizaram esses procedimentos. Nos estudos de campo desta pesquisa também pude comprovar essa estratégia territorial, comparecendo em algumas reuniões de núcleo e participando dos preparativos para a ocupação desfazer o acampamento. No último tópico desta ata, essa informação aparece junto com a ideia de utilizar o próprio terreno ocupado como espaço de organização política.

*Centro Comunitário. Vamos criar o Capão Sem Medo, segurar lá em cima para montar a fábrica na parte de cima do terreno, tentar negociar com o proprietário para montar lá Centro Comunitário (ATAS DE REUNIÃO, MTST, 07/05/2017).

O Centro Comunitário foi criado e teve um papel fundamental para a organização política e formação de base da ocupação. A menção à fábrica⁹¹ trata-se de um galpão abandonado, localizado na parte do terreno que fica de frente para a Estrada de Itapecerica da Serra e que, anos atrás, funcionava como uma fábrica de bicicletas, segundo alguns relatos dos integrantes da ocupação que residem no bairro. Pela perspectiva de uma história “vista de baixo”, ou seja, no chão onde se constrói a ação coletiva nos territórios das periferias urbanas, as atas da ocupação e o vídeo produzido pela Mídia Ninja demonstraram que as ocupações do MTST e seus repertórios de ação não se resumem à barracos de lona que cumprem a função de cadastros na prefeitura, como sugere Guerreiro (2016). Entretanto, ao reconhecermos as possibilidades do seu repertório de ação nas lutas sociais, não significa que estamos desconsiderando seus limites dentro das dinâmicas impostas pelo neoliberalismo.

No dia 22 de outubro de 2017, a ocupação Povo Sem Medo do Capão desocupou o terreno localizado no bairro Conj. Hab. Jd. São Bento, após 11

⁹¹Não temos informações mais detalhadas a respeito dessa fábrica, além dos relatos dos moradores do bairro na pesquisa de campo. Pelo fato de não termos tido êxito no acesso aos documentos do terreno, optamos por não aprofundar qualquer informação relacionada a ele, no que diz respeito à sua metragem, proprietário e a própria fábrica que a ata faz menção.

meses instalada no local. Pelas informações e imagens disponíveis no site⁹² do MTST, é possível perceber que a ação foi simbolizada como uma conquista da ocupação pelo avanço de suas negociações pelo terreno e pela volta do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, além das lutas que foram construídas no bairro:

[...] o proprietário assinou um termo onde se comprometeu a vender o terreno para a Caixa Econômica Federal que também se responsabilizará pelo processo de compra e, por fim, o projeto do empreendimento para as 500 famílias que também já se encontra na caixa para as aprovações necessárias antes do início de período da obra. Nesses 11 meses de muitas marchas, lutas e, principalmente, de conquistas não apenas para os acampados, mas para toda a comunidade uma vez que conseguimos o ônibus circular 6039/21 COHAB Jardim São Bento II/Terminal Capelinha, reivindicação de muitos anos das famílias que vivem no local e impedir o fechamento do AMA Parque Fernanda, que atende várias comunidades na Zona Sul de São Paulo. (MTST, 2017).

Essas ações apontam que a luta pela moradia nesses territórios tem o potencial de unir-se às diferentes demandas ligadas ao mundo do trabalho e aos direitos básicos necessários para a reprodução social, capazes de construir no chão da ação política a luta pelo bem comum, como defende Harvey (2014). Após desocupar o terreno, a ocupação Povo Sem Medo do Capão construiu um barracão, que passou a funcionar como centro comunitário no bairro, organizando diversas ações culturais, educacionais, sociais, de esporte e saúde, além da formação de base com os integrantes e moradores da região, que tiveram um papel importante contra o avanço do conservadorismo nas lutas travadas nos espaços da cidade, durante a conjuntura de 2018. Nas tabelas⁹³ elaboradas para sistematizar e mapear essas ações, é possível constatar o papel da Frente Povo Sem Medo na reorganização do campo progressista.

3.2 A onipresença

Até aqui, analisamos o repertório de ação do MTST, pensando-o como um elemento importante na construção das lutas sociais ocorridas na cidade de São Paulo e nas suas periferias urbanas, durante o recorte temporal desta pesquisa. Este argumento se sustenta não apenas pelo que as fontes

⁹²Disponível em: < <https://mtst.org/mtst/povo-sem-medo-do-capao-11-meses-de-manifestacoes-e-conquistas/> >. Acesso em 16 de novembro de 2021.

⁹³Ver Anexo 1 – Tabelas: Ações promovidas pelo MTST junto com a FPSM nos anos de 2017, 2018 e 2019.

demonstraram em nossa análise, mas também pelas próprias implicações que elas nos trouxeram. Ou seja, a investigação dos repertórios de ação do MTST também envolve o entendimento de como se constituem os discursos que estruturam suas ideias e moldam essas ações. Neste subcapítulo, analisaremos as transformações e permanências históricas da ação coletiva nas periferias urbanas, pelas transformações de suas matrizes discursivas.

Entre os meses de setembro e dezembro de 2019, tive a oportunidade de participar de um curso⁹⁴ na região do Capão Redondo, voltado para a formação de ativistas e militantes dos Direitos Humanos. Entre seus participantes estavam presentes desde advogados, psicólogos e assistentes sociais até educadores populares, professores da rede pública, representantes de alguns movimentos sociais, ONGs e coletivos culturais que atuam na região. Recupero essa experiência porque a considero importante para o meu estudo de campo. Me dei conta disso ao conhecer uma coordenadora de núcleo e uma acampada da ocupação Nova Palestina, que também participaram dessa experiência. Nas trocas em grupo e nos diálogos durante os encontros do curso, pude constatar dois elementos importantes que me ajudaram na análise das fontes. Primeiro, a trajetória de vida das trabalhadoras sem-teto e as questões que as atravessam enquanto experiências sociais que compõem a luta pela moradia nos bairros periféricos. Segundo, a forma como a ação coletiva se constrói nesses territórios, através de uma diversidade de sujeitos que tentam convergir seus interesses e ideologias em torno de um objetivo comum.

Esses encontros me proporcionaram uma visão da região observada de uma outra perspectiva. Ali estavam reunidos atores e atrizes sociais de diversas redes de atuação política, que constroem a ação coletiva nos bairros das periferias urbanas e que não são grupos sociais homogêneos. Na cidade de São Paulo, o ano de 2019 ficou marcado pela consolidação dos grupos da extrema-direita no poder e dos demais setores ditos liberais, que se elegeram alinhados aos seus discursos. Após os resultados das eleições de 2016, a nível

⁹⁴Curso Educação Popular e Justiça Restaurativa: Um diálogo para efetivação dos Direitos Humanos. Realizado no CEDHEP - Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo.

municipal⁹⁵; e de 2018, a nível estadual e federal⁹⁶, muito se comentou a respeito do que explicaria a suposta adesão dos moradores das periferias urbanas ao “discurso de direita”.

Nesse novo contexto de ofensiva burguesa, as periferias urbanas, logo após o golpe, sentiram os impactos sociais provocados por essas mudanças. Isso reverberou nas análises conjunturais dos diversos setores progressistas, que passaram a buscar estratégias para lidar com o avanço das pautas conservadoras. Nos encontros do curso, essa discussão girou em torno da seguinte questão: quais espaços de sociabilidade nos bairros das periferias urbanas hoje são capazes de construir diálogos com suas populações? O debate para explicar o voto em massa das populações precarizadas em candidatos reacionários girou em torno de um único argumento, que é a ausência do trabalho de base, que marcou a experiência social nesses territórios durante as décadas de 1970 e 1980.

Em nossa análise, essa leitura é sintomática por dois motivos. Primeiro, pela ideia pré-concebida de que as pessoas não são ambíguas em suas relações sociais. Segundo, porque ela reitera o parecer de outros grupos progressistas que difundiram no debate público daquela conjuntura a ideia de que a crise de representatividade dos partidos políticos à esquerda e, sobretudo, “a crise do PT”⁹⁷, se deu pelo seu distanciamento dos movimentos sociais, assim como pela falta de contato com suas bases populares nos bairros periféricos e pela opção de não formar novas lideranças políticas nesses territórios.

Ao analisarmos, no primeiro capítulo, as metamorfoses sociais e políticas nas periferias urbanas da cidade de São Paulo e, no seu segundo capítulo, a forma como as lutas sociais nesses espaços se transformaram com novas

⁹⁵Ambos os resultados apontam a eleição de candidatos à direita do espectro político, com uma margem de votos muito à frente dos partidos de esquerda. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes2016/apuracao/mapas/2turno/estados/#/estado/sao-paulo/municipio/3550308/sao-paulo>> Acesso em 19 de novembro de 2021.

⁹⁶Em 2018, o fenômeno se repetiu, sobretudo no primeiro turno das eleições presidenciais. Para o governo do estado, o PT sequer chegou ao segundo turno para a disputa. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2018/apuracao/1turno/brasil/>> Acesso em 19 de novembro de 2021.

⁹⁷Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/07/politica/1475867512_686871.html>. Acesso em 19 de novembro de 2021.

dinâmicas de atuação, defendemos a ideia de que a crise de representatividade dos setores progressistas perante a essas populações não deve ser interpretada como uma ausência de suas instituições nesses espaços, mas a partir das relações impostas pelo neoliberalismo, que gestaram novas formas de sociabilidade dentro dos seus territórios e que foram reelaboradas pelos seus próprios sujeitos. Em outras palavras, não se trata exatamente de uma ausência de instituições de ordem política, econômica e cultural nas periferias urbanas, mas da forma como elas passaram a atuar dentro dos seus territórios após a ditadura.

Nesse sentido, quando observamos os resultados das eleições ocorridas na cidade de São Paulo nos anos de 2016 e 2018, sobretudo pela forma como eles aparecem nas regiões da cidade, é necessário tomarmos o cuidado de não reproduzirmos uma narrativa que simplifica o debate entre direita e esquerda, que as divide em áreas ricas e pobres da cidade, sem levar em conta as mudanças do seu cenário político. Essa leitura, além de reforçar a ideia de que os resultados negativos atribuídos ao Partido dos Trabalhadores se deve a uma suposta falta de consciência de classe dos moradores dos bairros periféricos ao votarem, também ignora o fato de que esses resultados indicam mudanças sociopolíticas e culturais nas periferias urbanas da cidade.

De acordo com os estudos elaborados pelos pesquisadores da Labcidade⁹⁸, as eleições de 2018 na capital do Estado apontam algumas mudanças na oposição centro-periferia, que expressam a diversidade de configurações que temos nas suas regiões e que correspondem não apenas a suas clivagens socioeconômicas, mas também aos seus territórios político-culturais. Esses dados apontam para uma questão fundamental nessa discussão: as mudanças culturais nas periferias urbanas são o reflexo das transformações institucionais que constituem as formas de sociabilidade nos seus territórios.

Uma vez que elas não se restringem a estabelecimentos de utilidade pública, as instituições não devem ser entendidas apenas como um lugar físico,

⁹⁸Existe um elemento que não deve ser ignorado nas últimas eleições ocorridas na cidade de São Paulo, que é o número crescente de abstenções de votos. Esse mapeamento também aponta esse fenômeno. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/a-geografia-do-voto-do-primeiro-turno-na-metropole-paulistana/>>. Acesso em 19 de novembro de 2021.

mas pelas suas normas de conduta, preceitos e costumes que estruturam uma sociedade. Da mesma forma, as instituições de ordem governamental têm o poder de influenciar outras instituições que organizam as relações sociais. Quando nos questionamos sobre as metamorfoses das periferias urbanas da cidade de São Paulo nos últimos anos, o impacto mais efetivo de suas mudanças culturais é a resposta dada nas urnas por suas populações. Vejamos como o Partido dos Trabalhadores, que possui uma relação histórica com esses territórios e um papel relevante nessas mudanças, procurou entender essas metamorfoses.

Em 2017, após o resultado das eleições municipais do ano anterior, a Fundação Perseu Abramo apresentou os resultados de uma pesquisa⁹⁹ preliminar, com o objetivo de entender o imaginário social dos moradores das periferias urbanas da cidade de São Paulo. Ao que consta, o estudo reuniu conhecimentos para contribuir com a reflexão e atualização do projeto político do PT e para fortalecer a disputa de valores na sociedade. A hipótese inicial da pesquisa partiu da ideia de que a ampliação dos mercados de trabalho e consumo, combinada à distribuição de renda e à mobilidade social, gestaram novas dinâmicas socioeconômicas nas periferias de São Paulo durante as gestões Lula e Dilma. De acordo com a própria formulação da hipótese descrita no estudo:

[...] No momento de expansão e avanço do ciclo econômico novos valores em relação aos costumes e a política foram gestados entre as camadas populares, que passaram a se identificar mais com a ideologia liberal que sobrevaloriza o mercado. No momento de descenso e retração do ciclo econômico essa camada da população passou a reagir informada por horizontes menos associativistas e comunitárias e mais por diretrizes marcadas pelo individualismo e pela lógica da competição, com uma tônica acentuada do mérito nos discursos. Neste cenário, as Igrejas neopentecostais parecem ganhar espaço (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017).

É de conhecimento público as críticas e polêmicas que este trabalho gerou nos debates acadêmicos e nos espaços de militância política. Nesta análise, cabe apenas apontarmos os elementos que sustentam o nosso argumento de que as transformações sociais e culturais das periferias urbanas não se explicam por uma ausência de instituições que são regidas pelo Estado para atuarem nos

⁹⁹Disponível em: < [Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf \(fpabramo.org.br\)](#) >. Acesso em 19 de novembro de 2021.

seus territórios, mas por uma nova dinâmica que se estabeleceu nessas relações. Quando analisamos os resultados dessa pesquisa pela própria hipótese que a formulou e a direcionou, percebemos uma movimentação dos grupos que regem a política partidária do campo progressista em tentar buscar meios para reestabelecer uma comunicação com suas bases eleitorais.

Por esse viés, a pesquisa retratou as periferias urbanas como espaços em que os valores do liberalismo, do individualismo, da ascensão pelo trabalho e do sucesso pelo mérito se misturam com valores mais solidários e coletivistas relacionados à atuação do Estado, à universalização de direitos e à ampliação da inclusão social. O que nos leva a entender que a visão de mundo e o imaginário dos seus sujeitos são permeadas pelas ambiguidades que atravessam suas formas de sociabilidade. No entanto, o estudo da Fundação Perseu Abramo, em diálogo com as reformulações do projeto político do Partido dos Trabalhadores, ao apontar fenômenos como o “avanço do consumo”, do “neopentecostalismo” e do “empreendedorismo”, enquanto elementos-chave que fomentaram essas transformações, não refletiu sobre as matrizes que compuseram essas mudanças.

Para entendermos as raízes históricas dessas transformações, é necessário recuarmos no tempo e analisarmos como o cotidiano nas periferias urbanas, durante os anos 1970 e 1980, tido como o período de formação dos seus bairros, configurou uma experiência reelaborada pelos movimentos sociais que surgiriam a partir de “novos personagens”, com práticas de onde se constituíram suas ações coletivas. De acordo com Eder Sader (1988), nas lutas sociais desse período, os sujeitos que nelas se envolveram reelaboraram essas experiências, a partir dos seus significados culturais instituídos. “Para essas reelaborações de sentido, eles recorrem as matrizes discursivas constituídas, de onde se extraem modalidades de nomeação do vivido” (SADER, 1988, p. 142).

Quando colocamos a pesquisa da Fundação Perseu Abramo em diálogo o estudo de Sader (1988), visões do cotidiano sobre Estado, religião, empreendedorismo e consumo precisam ser entendidas pela forma como essas sociabilidades foram reelaboradas, e não apenas constatadas como meras impressões de mundo. Pois, conforme Sader (1988), os modos de vida desses sujeitos, em suas relações cotidianas, para produzirem seus discursos e

colocarem em prática seus sistemas de comunicação, recorrem à matriz da própria cultura instituída, que se reproduz por uma pluralidade de agências sociais (SADER, 1988).

Como já demonstrado no capítulo anterior, as relações entre economia e religiosidade popular representam um elemento importante na construção da ação coletiva nas periferias urbanas. A forma como os trabalhadores sem-teto reelaboram suas próprias experiências de vida e aderem à luta pelo direito à moradia ocorre em meio a um universo de práticas sociais ambíguas, que não se apresentam como práticas imutáveis. As fontes que analisamos ao demonstrar a ação dos trabalhadores sem-teto da ocupação Povo Sem Medo do Capão, apontam as matrizes da cultura instituída no seu território, ao mesmo tempo em que indicam suas principais transformações. Vejamos quais são essas matrizes, e como elas correspondem às mudanças sociais, culturais e políticas das periferias urbanas.

Em primeiro lugar, as matrizes discursivas devem ser entendidas como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significados, e que dependem de lugares e práticas de onde são emitidas as falas dos sujeitos (SADER, 1988). A partir da segunda metade dos anos 70, os trabalhadores dos territórios periféricos da cidade de São Paulo atribuíram novos significados sobre suas próprias condições de vida. Essa reelaboração do cotidiano se deu através de novas formas de sociabilidade, que foram vivenciadas por seus sujeitos – entre si e com o meio – ligados à múltiplas experiências de abordagem da realidade (SADER, 1988).

Essas abordagens do vivido foram identificadas pelo autor em três centros de elaboração discursiva, que visavam o cotidiano popular e o reelaboravam por repertórios de luta contra as condições dadas. No contexto histórico de sua investigação, essas três instituições abriram espaço para novas reelaborações do cotidiano, que se encontravam em crise. “Tendo cada uma experimentado a crise sob a forma de um deslocamento com seus públicos respectivos, essas agências buscavam novas vias para reatar suas relações” (SADER, 1988, p. 144).

Ao contextualizarmos o surgimento da ocupação Povo Sem Medo do Capão – relacionando-a com a conjuntura do golpe de 2016, com a crise de

representatividade do Partido dos Trabalhadores (PT), com um cenário de precarização do trabalho e de depreciação das condições de vida e pela experiência de uma religiosidade popular marcada por uma “teologia da prosperidade” – é possível afirmar, pelas fontes que foram analisadas, que a Frente Povo Sem Medo, ao buscar reorganizar as lutas sociais nesses territórios, em alguma medida, procurou se reconectar com essas matrizes, cujas elaborações discursivas também se encontram deslocadas das agências que construíram os sentidos da ação coletiva, atravessadas pelas experiências do neoliberalismo.

No período investigado por Sader (1988), a reelaboração dessas matrizes ocorreu através das ações cotidianas dos seus próprios sujeitos em diálogo com essas agências. Pela Igreja Católica, que havia perdido a influência junto ao povo, surgem as Comunidades Eclesiais de Base. Dos grupos de esquerda, na época desarticulados pela derrota política da ditadura, surgem novas formas de integração com os trabalhadores. Dos sindicatos, cuja estrutura encontrava-se esvaziada de seu sentido político, surge o novo sindicalismo (SADER, 1988). Pela sistematização do autor, temos as três matrizes que compõem a cultura constitutiva dos territórios periféricos da cidade de São Paulo e suas respectivas agências de reelaboração:

A matriz discursiva da teologia da libertação, que emerge nas comunidades da Igreja, tem raízes mais fundas na cultura popular e apoia-se numa organização bem implantada. Beneficia-se do “reconhecimento imediato” estabelecido pela religiosidade popular. A matriz marxista não pode dispor dessa base, enfrenta uma profunda crise e ainda os grupos que a sustentavam vinham de uma derrota desarticuladora. Ela traz, no entanto, em seu benefício, um corpo teórico consistentemente elaborado a respeito de temas da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo. A matriz sindicalista não extrai suas forças nem das tradições populares nem da sistematicidade teórica, mas do lugar institucional em que se situa, lugar constituído para agenciar os conflitos trabalhistas. Por isso mesmo a categoria de eficácia será central nas suas representações. Na verdade, no caso dos discursos do novo sindicalismo, torna-se mesmo problemático pensar na existência de uma matriz própria até meados da década. Embebidos da cultura constituída e dos discursos dominantes, os discursos do novo sindicalismo são os mais imediatamente aderidos aos conflitos, são mais “atuais”. Eles se constituem operando progressivos deslizamentos de significados na fissura dos discursos dominantes, produzidas nos enfrentamentos sociais (SADER, 1988, pp. 144-145).

Nessas matrizes, temos os elementos que permeiam a sociabilidade das periferias urbanas da cidade de São Paulo, divididos nos seguintes âmbitos que

constituem e organizam a vida cotidiana nesses espaços: as experiências religiosas, as relações de trabalho e as relações com os grupos políticos de esquerda que, historicamente, junto com os movimentos populares de seus territórios, construíram a ação coletiva dos movimentos sociais urbanos. Ao analisarmos as reelaborações discursivas dessas matrizes na atualidade, constatamos um deslocamento de lugares e de práticas de onde são emitidas as falas de seus sujeitos, que indicam as transformações do vivido.

No campo das experiências religiosas, no lugar das comunidades da Igreja Católica ligadas às CEBs, temos um crescimento vertiginoso das igrejas evangélicas nos territórios das periferias urbanas, que já vinha ocorrendo desde os anos 1970, e que se difere das práticas ligadas à teologia da libertação, indo muito mais de encontro à uma “teologia da prosperidade”. No campo das relações de trabalho, no lugar da matriz sindicalista, temos uma experiência carregada de precarização e exclusão provocadas pelo neoliberalismo, que descaracterizou a identidade de seus trabalhadores, esvaziando o seu sentido de classe responsável pela construção da cidadania nos anos 80. No que se refere à matriz marxista, representado pelos grupos políticos, os quais Sader (1988) denominou como uma “esquerda dispersa”, após a redemocratização, suas relações com os territórios das periferias urbanas também seguiram as dinâmicas do neoliberalismo, passando por suas diferentes conjunturas políticas. Este trabalho não dá conta de analisar essas transformações de forma mais detalhada, apenas de apontá-las. E, ao fazermos isso, conseguimos localizar essas transformações do vivido através dos repertórios de ação do MTST, junto às suas redes de atuação com a Frente Povo Sem Medo, presente nas práticas dos seus sujeitos.

A forma como os conflitos urbanos na cidade de São Paulo tem se apresentado diante dos desdobramentos da crise do capital em sua fase financeirizada, como característica principal do neoliberalismo, aponta novas dinâmicas na luta de classes, com outras experiências na construção da ação coletiva. De acordo com Maricato (2015), se compararmos os movimentos sociais urbanos descritos por Sader (1988), com os “novíssimos personagens” que surgem a partir de 2013, temos atores e atrizes sociais com novas concepções políticas das que foram construídas nos anos 1970 e 1980:

Ao contrário da esquerda tradicional, os novíssimos personagens querem mudanças aqui e agora, em vez de abordagens holísticas construídas em torno das grandes reformas e revoluções. As demandas podem ser pontuais, mas referidas a pontos estratégicos de grande impacto político e social (MARICATO, 2015, p. 48).

A análise da autora, embora no calor das manifestações de junho 2013, traça alguns aspectos que são fundamentais para pensarmos o perfil dos novos personagens que compõem as lutas de classes na cidade. É interessante notar que esse perfil também se assemelha à diversidade dos grupos que elaboram e colocam em prática as ações do MTST, sobretudo nas suas estratégias adotadas a partir da criação do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2008. No entanto, embora essas mudanças apontem as transformações do vivido, cujas reelaborações discursivas revelam os novos atores e atrizes das lutas sociais, muito tem se falado sobre os seus sujeitos e pouco das matrizes que elaboram seus discursos e práticas. Em outras palavras, a superexposição desses personagens tem desfocado as leituras do cenário de onde é possível extrair suas práticas e discursos.

Para entendermos como o repertório de ação do MTST se conecta com essas matrizes, é necessário analisarmos as transformações sociais das periferias urbanas que estão atravessadas pela experiência neoliberal. É neste cenário diverso e multifacetado que novas reelaborações discursivas estão surgindo. De encontro a essa percepção, os estudos que produziram etnografias para entender as transformações das classes populares no cotidiano dos seus bairros periféricos têm apontado temas variados que vão desde o trabalho informal, doméstico e a subcontratação, passando pelo tráfico de drogas, pelo comércio ilícito, pelas configurações familiares e pela participação cívica, através da articulação entre o espaço público e privado (CABANES; GEORGES; RIZEK; TELLES, 2011).

Essas experiências têm produzido novas formas de reprodução material e de reconhecimento simbólico e social dos seus sujeitos, de onde é possível extrair as falas do vivido. Neste sentido, as metamorfoses das periferias urbanas da cidade de São Paulo nas últimas três décadas apontam para um cenário de transformação de suas relações sociais, que perpassam gerações de homens e mulheres que sobrevivem nesses territórios. As etnografias desses estudos revelam, nos relatos dos seus sujeitos, as esperanças e decepções da vida

cotidiana, ligadas às mudanças políticas, econômicas e sociais dessas experiências. É neste cenário de transformações em que se insere o MTST e suas ocupações urbanas, que encontramos novas reelaborações discursivas localizadas nas agências sociais que organizam a vida cotidiana. Essas novas reelaborações aparecem, sobretudo, nas esferas religiosas, culturais e identitárias, que apontam para as novas formas de intervenção do Estado na vida social.

Como vimos no capítulo anterior, os setores do campo progressista à esquerda do espectro político, para reagirem ao avanço do conservadorismo, buscaram reorganizar o trabalho de base nos bairros periféricos. Essas ações também aparecem nas redes de atuação da Frente Povo Sem Medo com o MTST em diversas manifestações espalhadas pelos espaços da cidade, ocorridas durante essa conjuntura. Além dessas estratégias de reorganização das classes trabalhadoras, os diversos atores que compõem o campo progressista também têm procurado compreender as transformações provocadas pelo neoliberalismo, fomentando uma articulação entre pesquisadores, acadêmicos, movimentos sociais e partido políticos.

De encontro a essa movimentação, em 2018, a Fundação Perseu Abramo deu início ao projeto intitulado Reconexão Periferias¹⁰⁰. O objetivo do projeto tem sido promover e intermediar atividades conjuntas entre o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais, com ações que buscam fomentar a comunicação, o debate e a produção de conhecimento. Uma de suas primeiras ações foi a elaboração do dossiê ¹⁰¹“Reexistir: apontamentos da articulação entre cultura e política de periferias”. De acordo com as informações do site da Fundação que apresentou o estudo, fica nítido o aceno do Partido do Trabalhadores para reatar suas relações históricas com os movimentos sociais, que foram prejudicadas pelo avanço do conservadorismo e pelas próprias diretrizes assumidas por alguns de seus núcleos, indo de encontro às diretrizes do neoliberalismo.

¹⁰⁰Para mais informações, ver o site da Fundação Perseu Abramo. Disponível em < <https://fpabramo.org.br/2018/02/28/apresentacao-da-nova-coluna-do-portal-reconexao-periferias/> >. Acesso em 25 novembro de 2021.

¹⁰¹Disponível em < <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/reexistir-apontamentos-da-articulacao-entre-cultura-e-politica-de-periferias/> >. Acesso em 25 de novembro de 2021.

Ao que consta, a ideia do projeto Reconexões foi fomentar um debate sobre temas ligados aos campos do trabalho, da cultura e do direito a uma vida segura e com qualidade. Não por acaso, esses três eixos correspondem à algumas das críticas que o partido sofreu durante suas gestões municipais na cidade de São Paulo e nos seus governos a nível federal. Ao dialogarmos com este estudo, procuramos mais uma vez apontar as transformações das matrizes discursivas que estruturam os modos de vida e de luta das periferias urbanas, na forma como elas se põem no cotidiano. Tentamos apontar essas mudanças tanto pela análise das fontes quanto pelo diálogo com a diversidade de pesquisas que correspondem a essa questão.

O dossiê elaborado pela Fundação Perseu Abramo faz uma discussão que segue a problemática que abordamos panoramicamente no primeiro capítulo. Trata-se do papel que os movimentos culturais das periferias urbanas tiveram na década de 1990, através de suas reelaborações do vivido para lidar com seus problemas cotidianos, sobretudo, ligados ao aumento da violência. Ao dialogarmos com este estudo, concordamos com suas questões que remetem à vida prática de seus sujeitos e discordamos pela forma como alguns de seus arcabouços teóricos são apresentados pelos seus pesquisadores¹⁰², dando um sentido essencialista às formas de sociabilidade nas periferias urbanas. Conforme suas leituras: “A cultura periférica, como narrativa do cotidiano, foge do erudito e da abstração para dar lugar à realidade e à luta por melhores condições de vida” (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMOS, 2018).

Ao nos debruçarmos sobre as matrizes identificadas por Sader (1988), percebe-se, na reelaboração das experiências de seus sujeitos, uma heterogeneidade de grupos sociais. Também notamos essa diversidade na análise com as fontes que registraram as ações da ocupação Povo Sem Medo do Capão. Isso nos indica que tanto os movimentos sociais e populares quanto os movimentos culturais das periferias urbanas carregam consigo essas características, que moldam os seus repertórios e constroem a ação coletiva nos seus territórios.

¹⁰²O estudo foi elaborado pelos pesquisadores Jaqueline Lima Santos, Danilo Morais, Juliana Borges e Danilo Cardoso.

Neste sentido, o entendimento de cultura que utilizamos nesse trabalho não parte de um antagonismo entre popular e erudito. Ao entendermos cultura como modos de vida e modos de luta (WILLIAMS, 1977), levamos em consideração os dados de realidade que indicam que a cultura popular existe a partir da sua relação com a cultura hegemônica e vice-versa (HALL, 2003). Por essa perspectiva, não existe uma “cultura periférica” no singular, alheia às influências externas dos seus territórios, como, por exemplo, alheia a algum aspecto da matriz marxista identificada por Sader (1988).

Nossa discordância em determinados pontos deste estudo não parte de uma crítica aos seus arcaísmos teóricos escolhidos para discutir as problemáticas sobre cultura e política dentro das periferias urbanas, mas das leituras que foram feitas sobre eles. No que se refere aos nossos pontos de convergência, especificamente dos elementos que nos ajudam a identificar as transformações das matrizes discursivas, a crítica sobre a análise de classe, tomada isoladamente, é um elemento importante para pensarmos as lutas sociais no contexto urbano, sobretudo nos territórios periféricos.

Em Sader (1988), interpretando movimentos sociais que emergem em fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, associativismo de periferias em São Paulo ganham destaque. Entretanto, ao elencar os “novos atores” que tomavam a cena, em lutas por direitos e em confronto contra a ditadura, escapa-lhe a relevância das matrizes discursivas – utilizando dos termos do próprio autor – colocadas à margem, por exemplo, na reorganização do movimento negro com o MNU (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2018, p. 15).

O debate acadêmico sobre raça, classe e gênero e suas imbricações na luta política, configura um elemento que, aos poucos, tem se deslocado de pequenos círculos acadêmicos e penetrado nas esferas do debate público, mesmo que de forma distorcida, em que a ideia de representatividade e de protagonismo como atendimento de pautas isoladas tenham tido maior destaque do que a junção dessas pautas em uma única luta que resgata os sentidos do trabalho. Quando pensamos esse debate no próprio chão de onde se constrói a ação coletiva, compartilhamos das ideias de Rolnik (1987; 2000), ao delinear os territórios negros das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, como lugares não apenas de uma história de exclusão, mas também de construção de singularidade e elaboração de um repertório comum, cujo espaço vivido e obra

coletiva são construídos peça a peça por determinado grupo social (ROLNIK, 1987; 2000).

De fato, existem algumas lacunas nos estudos de algumas historiografias no Brasil ao tratarem das questões ligadas à inserção das classes populares nas cidades sem recortá-las do ponto de vista étnico (ROLNIK, 1987; 2000). Entretanto, tal como geralmente acontece com a questão de gênero, a invisibilidade da questão racial nos estudos que abordaram as questões de classe não representa ausência de avanço dentro desse debate ao longo dos anos. Nesse sentido, entender o Movimento Negro Unificado (MNU) como uma matriz discursiva na construção dos “novos personagens” é uma questão importante, muito embora este estudo não dê conta de analisá-la.

A reorganização das demandas interseccionadas por raça, classe e gênero tem apontado para as transformações das matrizes discursivas nos territórios das periferias urbanas, embora discordemos da ideia de que as pautas focadas na disputa do Estado não estejam relacionadas com a disputa da sociedade e de seu imaginário social. Se tomarmos como referência a relação que o PT passou a estabelecer com os movimentos culturais durante os seus governos, este argumento defendido pelos pesquisadores da Fundação Perseu Abramo se revela sintomático, porque aponta para os desdobramentos das políticas neoliberais mediadas pela negociação e pelo conflito com os movimentos sociais, através de uma nova forma de institucionalidade.

Pela maneira como se desdobraram os impactos das manifestações de junho de 2013, é possível perceber diferentes formas de incorporação desse debate. Ele foi absorvido por organizações políticas, liberais, conservadoras e progressistas, partidos de diferentes espectros e ideologias, ONGs e meios de comunicação e os próprios movimentos sociais e culturais. O dossiê elaborado pelos pesquisadores da Fundação Perseu Abramo, ao mapear evidências empíricas nas periferias urbanas para propor novas alternativas e estratégias para o Partido dos Trabalhadores, buscou não apenas se reconectar com a sua base eleitoral, mas também disputar os sentidos políticos dessas novas reelaborações discursivas.

Ademais, quando analisamos o estudo de Sader (1988) por aquilo que não foi apontado como relevância nas matrizes discursivas, é importante

contextualizar o período histórico de sua formulação, cuja própria matriz marxista identificada pelo autor apontava uma crise das esquerdas que, lentamente, vão repensar seus paradigmas e colocar no debate a questão racial, assim como também as questões de gênero. De encontro à essa renovação do debate historiográfico, em que os movimentos sociais também têm pautado essas questões, identificamos nos trabalhos de base da Frente Povo Sem Medo junto às ocupações do MTST o surgimento de alguns coletivos¹⁰³ que apontam para a articulação entre raça, classe e gênero na luta dos sem-teto.



Pelas fontes analisadas e pelo estudo de campo, participando de algumas atividades dos núcleos territoriais do MTST, é possível constatar que o surgimento desses coletivos esteve relacionado ao trabalho de base realizado pela Frente Povo Sem Medo, a partir de 2016, e durante a conjuntura das eleições presidenciais em 2018, devido à polarização política provocada pela ascensão dos grupos de extrema-direita e por grupos liberais que aumentaram os casos de violência contra as mulheres, negros (as), população LGBTQI+ e contra a juventude dos bairros periféricos. A ação da Frente Povo Se Medo nos

¹⁰³Podcast PodOcupá. Disponível em <<https://anchor.fm/podocupa/episodes/PodOcup-19---Por-que-o-MTST-tem-coletivos-em5fkq>>. Acesso em 27 de dezembro de 2021.

territórios dessas ocupações¹⁰⁴ buscou combater essas violências, fomentando discussões importantes sobre racismo, genocídio da população negra e periférica, feminicídio, machismo, violência doméstica, homofobia, ao mesmo tempo em que também mobilizou as ocupações contra as privatizações dos espaços e serviços públicos da cidade e contra a precarização do trabalho.

Apesar de não termos conseguido entrevistar os atores e atrizes sociais do MTST e da ocupação Povo Sem Medo do Capão, cujas ações apontam as novas dinâmicas da luta de classes no contexto urbano, muitas de suas falas encontram-se disponíveis através das ferramentas de divulgação do setor de cultura do MTST. De acordo com os seus depoimentos¹⁰⁵, o coletivo Juventude Fogo no Pavio surge no contexto das ocupações dos secundaristas contra o fechamento de escolas nos bairros periféricos, enquanto os coletivos Raiz da Liberdade e Mulheres em Movimento foram criados, ambos em 2019, como uma necessidade de pautar os problemas da violência racial e de gênero para os trabalhadores sem-teto, que também é composto por uma diversidade de sujeitos, cujas demandas também constituem a luta por moradia. Ao analisarmos suas falas, é possível perceber o papel preponderante das mulheres nesses coletivos e a forma como elas reivindicam representatividade e participação política. Essas ações interligam todos os coletivos em suas demandas específicas trazidas pela conjuntura política.

Ao analisarmos os repertórios de ação do MTST, constatamos que eles se organizam por dois eixos que atuam de forma institucional e popular, através da judicialização de suas demandas e da organização de suas ações territoriais e de massa nas periferias urbanas e nos espaços em disputa das cidades. Ao analisarmos as transformações das matrizes discursivas que compõem a ação coletiva nos territórios periféricos, através da ocupação Povo Sem Medo do Capão, constatamos que elas se encontram em processo de construção de

¹⁰⁴Os nomes de duas ocupações que surgem em 2018, homenageando a vereadora Marielle Franco, assassinada no mesmo ano, demonstram a influência dessas ações. De acordo com as informações dadas pelo setor de organização, as demais ocupações que surgiram a partir de 2016 tiveram seus nomes escolhidos pelos próprios acampados em votação, mesmo que atuando em rede com a Frente Povo Sem Medo.

¹⁰⁵Ibidem. Ver podcast PodOcupá.

novas agências sociais e reelaborações do vivido, através de múltiplas experiências de seus sujeitos, com outras reivindicações políticas.

Entretanto, neste cenário configurado pelo neoliberalismo, as formas de dominação não se restringem apenas a uma ideologia ou um tipo de política econômica, mas a um sistema normativo que ampliou sua influência, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e esferas da vida, através de uma racionalidade própria (DARDOT; LAVAL, 2016). Esse fenômeno tem colocado em disputa as reelaborações de sentido das matrizes discursivas, sobretudo pela captura das pautas de movimentos ditos identitários, que desassocia suas lutas das formas de dominação capitalista e pela característica do neoliberalismo de não separar a economia do quadro jurídico-institucional, que determina suas práticas de ordem concorrencial a nível mundial e nacional (DARDOT; LAVAL, 2016). Por essa perspectiva, a “nova razão do mundo” tem penetrado nos territórios das periferias urbanas, dado o caráter onipresente das instituições que atuam nos mais variados espaços da vida social.

Ademais, este cenário não se configura e não se define por uma dominação onipotente e onisciente do Estado. Quando observamos as reelaborações das matrizes discursivas nos territórios periféricos e suas novas agências sociais em construção, percebemos que os coletivos do MTST, organizados por suas ações culturais, educacionais, raciais e de gênero, ao unirem essas pautas às lutas pela moradia e pelo trabalho, fazem do ambiente periférico construído o lugar das “lutas de ser e de se viver” (HARVEY, 1984), que imprimem uma identidade coletiva a esses grupos.

3.3 Detalhes, meandros e porquês

Este subcapítulo caminha para as considerações finais da pesquisa, apresentando os seus principais resultados. Teceremos algumas reflexões a respeito de como as memórias de luta pela moradia na região pesquisada estabelecem uma relação com as ações da ocupação Povo Sem Medo do Capão. Também faremos algumas considerações a respeito dos direcionamentos tomados pelo MTST após o golpe de 2016, com suas novas estratégias políticas.

Como vimos, as ocupações urbanas do MTST, que surgiram em rede de atuação com a Frente Povo Sem Medo, protagonizaram um papel importante nas lutas sociais ocorridas durante a conjuntura que desdobrou nos anos de 2016 a 2019. Após o acampamento na Av. Paulista, que evitou o cancelamento das contratações da Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades, essas ocupações passaram a se organizar em núcleos territoriais espalhados pelos bairros periféricos para combater as políticas de privatização da gestão municipal de João Doria (2016-2018), e para se mobilizar nos espaços em disputa da cidade, nos meses que antecederam as eleições de 2018.

Para entendermos como se configurou essa nova estratégia política que inseriu as demandas dos trabalhadores sem-teto no centro do debate público a respeito do direito à cidade, é necessário voltarmos ao início da ocupação Povo Sem Medo do Capão, no ano de 2016 e entendermos como a elaboração das memórias de luta pela moradia na região pesquisada demonstrou a conexão com o repertório de ação do MTST, através da reelaboração de novas agências sociais ligadas às matrizes discursivas. Em outras palavras, tentaremos entender como essas novas reelaborações do vivido influenciaram a construção das lutas dos trabalhadores (as) sem-teto durante a conjuntura investigada.

O território onde se encontra a ocupação Povo Sem Medo do Capão possui um histórico de luta pela moradia que remete às práticas populares de autoconstrução, mediadas pela gestão municipal de Luiza Erundina (1989-1993). Essas experiências apontam para um passado vivo, que se atualiza através de suas questões estruturais. Quando recorremos às falas dos acampados da ocupação e de alguns moradores do bairro, é possível identificar os meandros dessa história. Pelo depoimento de Kleber – na época, coordenador de grupo da ocupação – é possível perceber como o histórico do terreno ocupado se conecta com a própria dinâmica da luta pela moradia no bairro.



[...] nessa área que a gente tá aqui, já vai fazer 5 meses, né, aqui era uma área abandonada, que tem mais de cinquenta anos. Aqui a propriedade... e o proprietário você sabe que morreu, e o cara não fez nada, e agora aqui a gente tá, a chegou aqui com três mil famílias aqui dentro do terreno, aí ele queria tirar, falou que ele tinha um projeto para o terreno, e foi aonde a gente e começou a lutar, lutar, lutar e graças a Deus vencemos (DOC MEMÓRIAS DO BAIRRO, 2016).

Sua fala demonstra os conflitos que acontecem costumeiramente após as instalações das ocupações do MTST nos terrenos destinados às ZEIS. Esses conflitos podem acarretar ações de reintegração de posse ou resoluções que acabam beneficiando os proprietários desses terrenos, ao se mostrarem abertos às negociações com os órgãos públicos e com o próprio movimento. Para além dessa questão, quando analisamos o seu depoimento no documentário registrado na íntegra, sua fala também revela a percepção de que o bairro se transforma e se constrói pelas lutas de seus próprios moradores. Essa percepção do cotidiano remete ao que Kärner (1987) denominou como uma “utopia concreta dos movimentos sociais”, cuja luta dos habitantes de favelas e de bairros populares, ao reivindicarem melhores condições de vida, passam a criar e viver humanamente, no sentido de realizar atos de solidariedade, idealizando os sentidos de uma verdadeira democracia.

As ações dos trabalhadores (as) sem-teto durante o período estudado demonstraram que as reelaborações do vivido, enquanto parte do processo que se inserem os sem-teto na ação coletiva, estão sempre ligadas às reflexões de

suas próprias trajetórias de vida, que dão novos sentidos às suas experiências urbanas. No depoimento da acampada Maria Aurea é possível perceber alguns dos principais elementos que constituem essas experiências:



[...] eu sou da Bahia, mas eu tô aqui desde 72, eu moro aqui, morei aqui no Embu, aí tem 10 anos que eu moro aqui, inclusive nesse predinho aqui do lado, [...] lá eu morava particular né. Movimento, pra dizer na verdade, eu sou escrita na COHAB, antes de 81, só que eu nunca recebi, eu recebi lá na Cidade Tiradentes, uma vez me chamaram, só que na época a minha a renda não dava, aí eu perdi e não recebi mais, aí eu participei mais só esperando na lista, aí agora que eu entrei nesse movimento, que não é exatamente pra mim, é pro meu filho, ele tá fazendo faculdade e tá fazendo estágio, aí eu que tô na luta pra ele. Quando ele pode ele vem, mas eu que tô sempre presente, quem o pessoal conhece mesmo é eu. [...], mas é bastante companheira, sempre tem bastante aqui, aí uma faz uma coisa, outra faz outra, aqui a gente é muito unido né (DOC MEMÓRIAS DO BAIRRO, 2016).

As memórias dos bairros periféricos da cidade de São Paulo estão conectadas com os processos históricos que construíram o seu modelo de cidade. Esses projetos, ao adotarem como modelo urbanístico a periferização e a favelização das margens da cidade (ROLNIK, 2019), fomentaram experiências de subcidadania que atravessam gerações de habitantes em seus núcleos familiares. Essa experiência aparece no depoimento da acampada Maria Aurea, cuja participação na ocupação teve como propósito representar o seu filho na luta do movimento, para que ele também conquiste uma moradia. Seu relato, embora fragmentado de informações, revela as dificuldades dos sem-teto de serem incluídos em programas habitacionais. Sua trajetória de vida, enquanto

migrante, é algo comum no perfil da base social do MTST, cujas experiências do cotidiano urbano nos bairros periféricos, conectam moradia e trabalho.

Ao recuperarmos esses elementos em sua trajetória de vida, é possível inferir que a exclusão do mundo do trabalho também impede a possibilidade de muitos de seus habitantes participarem de programas habitacionais, condicionando suas experiências de vida à moradia de aluguel, cuja forma de habitar a cidade se estabelece por meio de uma relação provisória com seus territórios. Essa experiência que separa os locais de trabalhar e de se viver (HARVEY, 1984), também acontece por meio das políticas habitacionais que impõem como condição para o acesso a esses programas a adesão à conjuntos habitacionais em regiões desprovidas de infraestrutura (MARICATO, 2015; ROLNIK, 2019). Nesse sentido, é esclarecedor o fato de que o bairro citado no depoimento da acampada também esteve ligado a lógica de funcionamento do PMCMV-E, como demonstra Rolnik (2019):

Considerando que, na maior parte das cidades brasileiras, os empregos, serviços, oportunidades econômicas e culturais se concentram em pequenas parcelas dos territórios de média e alta renda, esses locais conheceram uma verdadeira explosão de preços. Dentre as diferentes faixas de renda atendidas pelo programa, os conjuntos para a faixa 3 são os que mais se aproximam das áreas centrais mais bem equipadas das cidades, enquanto os empreendimentos para a faixa 1 estão claramente dispersos pelas periferias mais afastadas, próximos às margens das cidades, em lugares que não apenas distantes dos territórios privilegiados, mas também são homogêneos do ponto de vista social. Se o programa passou a atingir uma camada da população que historicamente não era atendida pelas iniciativas federais na área habitacional, não chegou a interferir no lugar tradicionalmente ocupado por ela nas cidades, reproduzindo o padrão periférico. [...] No primeiro caso, a inserção de empreendimento do MCMV em frentes de expansão assemelha-se ao padrão de produção de HIS em São Paulo entre os anos de 1970 e 1980. Na época, imensos aglomerados de conjuntos habitacionais da Cohab – o mais emblemático deles é Cidade Tiradentes – foram construídos fora da mala urbana, em áreas sem infraestrutura adequada, sem espaços comerciais ou equipamentos públicos, precariamente conectadas ao tecido urbano e em condições inadequadas de transporte público e mobilidade (ROLNIK, 2019, p.312).

No relato da acampada Maria Aurea, podemos inferir que a sua recusa em participar do programa da Cohab na Cidade Tiradentes não esteve relacionada apenas aos seus laços afetivos com o território que deu início a sua experiência como migrante na cidade de São Paulo, mas à própria necessidade de residir em um local que garantisse sua reprodução social, uma vez que as melhores ofertas de empregos, infraestrutura, lazer e transporte público são

objetos de disputa da cidade. Diante do que sua fala nos aponta, devemos nos perguntar: qual o impacto dessas experiências na elaboração das memórias urbanas dos bairros periféricos?

Ao analisarmos esses depoimentos, constatamos que não é possível entender as suas complexidades sem investigar a trajetória de vida de seus habitantes, junto com os projetos políticos pensados para os seus territórios. De encontro a essa questão, Paoli (1992), ao propor uma discussão sobre Memória, História e Cidadania, refletiu sobre o papel desses elementos na construção do direito ao passado, como um elemento importante para a elaboração de suas memórias urbanas. Conforme a autora, a produção de uma cultura não deve repudiar a sua própria historicidade, mas dar conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, como o sentimento de “fazer parte de sua feitura múltipla”. Ou seja, nos termos da autora: trata-se de inventar novos meios para operar e produzir no espaço público todas as significações de que é feita uma cidade (PAOLI, 1992).

Nesse sentido, as permanências históricas da luta pela moradia no distrito do Capão Redondo, recuperada pela memória de seus moradores, demonstram como os projetos políticos da cidade impactam nas experiências urbana de seus habitantes e como a ação de seus movimentos populares e coletivos de cultura colocam em disputa a memória desses bairros. Conforme Santos (2018), a produção audiovisual dos coletivos periféricos possui elementos que dão visibilidade a determinadas memórias e as embasam naquilo que Pollak (1989) definiu como “enquadramento de memórias”, seja através de narrativas comentadas ou imagéticas. Pela perspectiva de Aderaldo (2016), a produção audiovisual desses coletivos, que tem surgido na cidade de São Paulo nos últimos anos, tem reconstituído etnograficamente seus espaços segregados marcados pela precarização. Conforme analisa o autor:

Tais coletivos, linhas gerais, podem ser definidos como pequenas associações – sem estrutura hierárquica e gerente informais – constituídas pela junção de pessoas com certas afinidades, que se organizam na maior parte das vezes para realizar intervenções simultaneamente estéticas e políticas em diversos espaços urbanos, com o propósito de ressignificar simbolicamente o sentido social os locais “ocupados” (ADERALDO, 2018, p. 55).

O documentário, produzido em parceria com a Fábrica de Cultura do Capão Redondo, aponta para essas características, mesmo não tendo como

mote principal a linguagem estética. Ademais, é importante destacar o papel que esse equipamento de cultura teve durante as ocupações dos secundaristas¹⁰⁶, em 2016, funcionando como um espaço de apropriação dos coletivos periféricos da região. Ao cruzamos esses dados com a reelaboração das matrizes discursivas que analisamos no subcapítulo anterior, é possível perceber como essas novas apropriações dos espaços públicos da cidade, também realizada por jovens dos bairros periféricos, estão conectadas aos novos coletivos do MTST que foram criados durante esse contexto.

Quando observamos o protagonismo dos atores e atrizes sociais que atuaram pelas disputas dos espaços públicos da cidade de São Paulo e pela defesa dos direitos sociais e trabalhistas durante a conjuntura do golpe de 2016, entendemos a reelaboração de sentido desses sujeitos, como práticas que se legitimam pelo legado das lutas sociais ocorridas em períodos anteriores. Esses conflitos acontecem pelas disputas do ambiente construído (HARVEY, 1984), cujo cenário se engendra através das reivindicações dos trabalhadores das periferias urbanas perante os agentes do capital, com seus projetos conservadores implantados durante as suas gestões municipais.

Essa permanência histórica possui uma conexão que remete ao final da década de 1980, com as lutas sociais por um projeto de cidade democrática advindo dos movimentos pela Reforma Urbana, que buscavam novas articulações com uma agenda que a ditadura havia interrompido em 1964. Foi nesse contexto que, após 1985, as eleições livres para prefeito nas capitais brasileiras deixaram alguns legados nas experiências coletivas nos bairros das periferias urbanas da cidade de São Paulo. De acordo com Maricato (2015), tivemos nas gestões de Luiza Erundina (1989-1992) e Marta Suplicy (2001-2004), administrações que deixaram marcas profundas nas áreas do transporte público, da cultura e da assistência social. Vejamos como o morador Gilberto relata essas experiências, que retratam as transformações do bairro:

¹⁰⁶Disponível em: < <https://www.brasilefato.com.br/2016/06/06/de-forma-autonoma-aprendizes-ocupam-fabrica-de-cultura-do-capao-redondo-sp/> >. Acesso em 16 de dezembro de 2021.



[...] através do... hoje ele é Deputado Federal, Arnaldo Madeira, nós conseguimos aqui, fazer com que houvesse a desapropriação da área aqui do terreno dos adventistas. E nessa desapropriação, o governo municipal fez o projeto de mutirão. Nós, trezentos e sessenta famílias trabalhamos de segunda a segunda feira, trabalhamos aqui, pagando horas para poder ter nossas casinhas no mutirão. O mutirão, é só essas casinhas de bloco vermelho, essas outras é do Projeto Modelar, é do antigo prefeito e falecido Jânio Quadros. Então Modelar não tem nada a ver com mutirão, o modelar foi entregue pronto pela municipalidade. Agora os mutirões foram construídos por nós. Isso aí faz exatamente há 20 anos atrás. Porque depois a Cohab São Paulo financiou somente material, a mão de obra foi nossa, pagamos com nosso suor (DOC MEMÓRIAS DO BAIRRO, 2016).

A experiência relatada por Gilberto remete ao Programa de Construção por Mutirão e Autogestão, promovido pela Prefeitura de São Paulo durante a gestão Erundina. O programa funcionou através do repasse de financiamento do poder público para as associações comunitárias ou cooperativas formadas pelos futuros moradores, que se responsabilizavam pela gestão dos empreendimentos (BONDUKI,1992). Para além das informações técnicas que revelam o funcionamento do programa, interessa-nos a forma como a sua memória é elaborada, entendendo a prática dos mutirões, como resultado de uma experiência coletiva materializada pela própria força de trabalho de seus moradores, em comparação as moradias que foram entregues prontas pelo projeto Modelar.

A história de luta pela moradia no bairro Cohab Adventista está diretamente ligada ao contexto de suas gestões municipais. O depoimento de

Gilberto remete à dois contextos diferentes, cujas experiências impactaram diretamente a configuração do bairro. Enquanto o projeto Modelar remete ao período da gestão de Jânio Quadros (1985-1988), sustentado por uma coligação de direita, como o primeiro prefeito eleito por eleições diretas após a ditadura militar, no qual a principal política urbanística foi a implementação da Lei de Desfavelamento¹⁰⁷, a gestão de Luiza Erundina (1989-1992) se desvinculou de qualquer ação de desse plano, fazendo das práticas dos mutirões uma parceria entre comunidade organizada e poder público no enfrentamento dos problemas sociais (RONILK, 2019).

Como contraponto, existe uma calorosa discussão a respeito das possibilidades de transformações sociais pelos mutirões autogeridos, enquanto projetos urbanísticos de habitação, implantados como políticas públicas nas periferias urbanas. De acordo com Bonduki (1992), o avanço revelado pelos mutirões autogeridos implementados durante a gestão Erundina não se resume a ideia de trabalho gratuito dos seus futuros moradores na construção das moradias, mas na adoção da autogestão¹⁰⁸ como possibilidade de se fomentar novas práticas de participação nas políticas públicas.

Na percepção analítica de Oliveira (2006), a autoconstrução da moradia é um traço marcante da acumulação capitalista nas cidades do país. O autor problematizou o papel dos mutirões enquanto estratégias para habitação no Brasil, argumentando que a autoconstrução não deve ser estimulada ou transformada em política pública, pois depende de trabalhadores desempregados e não contribui para a criação de um mercado imobiliário. No depoimento de Gilberto, a sua elaboração de sentido dessa experiência, ao diferenciar os aspectos das casas de seus respectivos projetos e apontar as casas de mutirão como habitações inacabadas (leia-se de tijolo vermelho), explicita a análise de Oliveira (1972), naquilo que ele aponta como um dos elementos estruturais das habitações dos bairros periféricos:

¹⁰⁷A Lei n. 10.209, de 1986, autorizava a desocupação de favelas em determinados espaços da cidade, envolvendo os interesses dos proprietários de terra com o poder público, que destinavam essas populações para habitações de interesse social, mas carentes de infraestrutura.

¹⁰⁸Folha Cotidiano, 1993. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/12/cotidiano/11.html>> Acesso em 27 de novembro de 2020.

[...] nunca houve política pública sistemática que atacasse o problema da habitação, salvo na ditadura militar, o que é paradoxal. Por duas necessidades: a primeira, uma necessidade exatamente de ocupar mão-de-obra, pois se tratava de uma estratégia de emprego, e não de habitação; a segunda, uma estratégia de legitimação do regime. A casa popular, segundo os marqueteiros, é o sonho de todos os brasileiros, então vamos lhes dar sonhos na forma de casas. Saiu então o Banco Nacional da Habitação (BNH), que se dividia em duas vertentes. A primeira, alimentada pela caderneta de poupança, deu no mercado de habitação para as vastas classes médias. Foi aí que começou a se desatar o novo ritmo da construção civil. Servia aos objetivos da ditadura porque dava emprego. Na maior parte dos casos, emprego não formalizado, mas dava emprego quase permanente, porque o operário pulava de obra em obra (OLIVEIRA, 2006, p.71).

Quando trazemos para essa discussão as críticas a respeito das experiências coletivas dos mutirões de moradia, é necessário dizer que não estamos desconsiderando suas reelaborações de sentido, que se constroem através da busca de melhores condições de vida, dentro dos territórios periféricos. Trata-se apenas entender o tipo de experiência urbana gestado por esses projetos; seus impactos na vida das populações das periferias urbanas e suas próprias percepções a respeito da experiência vivida. Nesse sentido, a crítica de Oliveira (2006) sobre as práticas de mutirão é útil para não romantizarmos a ideia de coletividade, quando forjada por um contexto de negação e exclusão do mundo trabalho, que se processa pela própria acumulação do capital:

É preciso criar uma comunidade, uma identidade que não existe, e essa criação vai na direção oposta dos processos de mercantilização da sociedade. Esse tipo de viração que a população vive não plasma nenhuma experiência, no sentido thompsoniano. Plasma apenas a experiência da carência. Então vem a violência como recurso para fundar a comunidade (OLIVEIRA, 2006, p. 73).

As experiências comunitárias dos mutirões de moradia não devem ser desassociadas dos contextos históricos em que elas ocorreram. Quando analisamos essas experiências pelo contexto das políticas públicas voltadas para habitação, constatamos que, desde a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), no início da ditadura, passando pelas políticas municipais da COHAB, até chegar às ONGs com suas propostas de economia solidária descobrindo o mutirão como virtude, não houve uma agenda política disposta a solucionar o problema da habitação popular, da mesma forma que não se criou um mercado imobiliário para essas populações, dado o fato de que o mercado imobiliário no Brasil só existe da classe média para cima (OLIVEIRA, 2006).

É curioso o fato de que a discussão dos mutirões de moradia, enquanto alternativas para lidar com os problemas habitacionais das cidades, ganhem muito mais destaque nos períodos de crise do capital, que revelam a própria condição histórica do nosso capitalismo, cuja produção da moradia é realizada através da desvalorização do trabalho, que nega a condição humana de um determinado grupo, lhes condicionando a um tipo de experiência nas cidades, que Kowarick (1975) chamou de “espoliação urbana”.

Nesse sentido, a contribuição da crítica de Oliveira (2006) está na percepção de que devemos distinguir, nessas experiências coletivas, a retomada de uma tradição popular capturada por políticas neoliberais, que objetivam e legitimam os mutirões enquanto programas de governo, sem pensar em uma política de Estado voltada para uma solução estrutural do problema. A contradição apontada pelo autor remete às questões que reiteram a geografia da desigualdade, cujos interesses privados explicitam a própria lógica da expansão urbana, que funciona através da relação entre empreiteiras e incorporadoras, que também passaram a atuar nos últimos anos na disputa pelos fundos de pensão dos trabalhadores dirigidos por ex-sindicalistas, conforme a análise de Rolnik (2019).

Ao contrapormos as pesquisas que investigaram as relações entre industrialização e urbanização na cidade de São Paulo, com as experiências coletivas de suas periferias urbanas, não estamos defendendo a explicação dessas experiências por algum tipo de determinismo econômico ou cultural. Estamos apenas propondo uma articulação entre teoria e fonte, para entendermos essas questões pelas próprias contradições que as engendram. Isso nos leva a analisá-las em suas ambiguidades, pois, da mesma forma que os processos de acumulação do capital impactam na vida concreta e objetiva dos seus sujeitos, essas experiências também coexistem com os mecanismos de resistência. O diálogo registrado no vídeo, a respeito da experiência do mutirão, aponta esses elementos na história do bairro Cohab Adventista:



José – Sobre essa matéria de mutirões, assim, aqui foi o segundo mutirão, né? O primeiro foi na Vila Cachoeirinha.

Alayde – É, aqui foi o segundo.

José – Só que lá não foi até o final.

Alayde – Lá parou.

José – Lá parou pela metade. Aqui nós fizemos até o final. O primeiro mutirão, foi lá.

Alayde – Aqui foi o segundo.

José – É tanto, que tinha um pessoal que tava meio... Não tava pondo muita fé.

Alayde – Muitos desistiram, “vai demorar... 25 anos demora...”. Demora não, ó nós aqui!

José – Teve uns que parou, uma meia dúzia por aí...

Alayde – Mais se arrependeram, viu?

Alayde – UNASP devia, devia imposto. O Mário Covas, como é um bom político e viu que nós precisava, ganhou a causa. UNASP não queria nós aqui. UNASP é nome, é elite, só que nós aqui que vencemos, nossa luta que foi maior. Nós se unimos com seu Pedrinho, com seu Olímpio, com o Wando, com a Marinalva...

Vicente Mello – Mas deu um pouco de trabalho para entregar, que eles não queria entregar não.

Alayde – Não, não queria entregar, foi, deu trabalho.

Alayde – Teve ano e dois meses.

Vicente Mello – Teve quase... Um ano e quatro meses para entregar, depois de construir 140 casas quase.

(DOC MEMÓRIAS DO BAIRRO, 2016).

Quando analisamos qualquer documentário ou pesquisa que tenha colhido algum depoimento sobre as experiências de mutirão nos bairros das periferias urbanas, é recorrente nas falas de seus participantes valorizar a obtenção da moradia como a conquista de um sonho que se concretizou através de suas práticas coletivas, em um contexto de reivindicação por melhores condições de vida. Da mesma forma, também é possível perceber que essa valorização não anula a percepção a respeito das formas de dominação impostas pelas condições materiais dadas e pelo antagonismo de classe presente nessa relação.

As falas dos moradores do bairro Cohab Adventista, que aparecem registradas neste documentário, se conectam às falas dos integrantes da ocupação Povo Sem Medo do Capão, porque ambos os depoimentos, mesmo que ligados a períodos diferentes da história do bairro, correspondem às experiências coletivas que floresceram durante as décadas de 1970 e 1980 nas periferias urbanas da cidade de São Paulo, construindo uma nova percepção do lugar de onde se articulavam essas práticas. De acordo com Telles (1987), trata-se de um novo critério de inteligibilidade do social, constituído a partir das práticas de cidadania elaboradas dentro dos conflitos urbanos.

Neste diálogo, a moradora Alayde, ao mencionar o conflito com a UNASP, recupera um detalhe importante na história do mutirão. Ao que consta¹⁰⁹, a Prefeitura de São Paulo, no ano de 1983, emitiu um ofício que desapropriou mais de 80% do terreno da Instituição, declarando a área para uso de utilidade pública. Não por acaso, o ano dessa desapropriação, em que Mario Covas era o prefeito da cidade, coincide que a invasão da fazenda Itupu, próxima ao terreno da ocupação, e aos saques ocorridos na região de Santo Amaro, em um cenário de profunda crise social, política e econômica. Quando recuperamos a conjuntura do período, a fala de Alayde, ao mencionar que a UNASP não demonstrava o interesse de ceder o terreno aos moradores, para que fossem construídas suas

¹⁰⁹De acordo com as informações do próprio site da UNASP, o poder público a indenizou em 3,4 bilhões de cruzeiros (o equivalente a 4,3 milhões de dólares) pela desapropriação do terreno. O valor recebido serviu para a aquisição da fazenda Lagoa Bonita em Engenheiro Coelho, SP, para a construção de um novo campus da instituição. Disponível em: < <https://www.unasp.br/sobre-o-unasp/nossa-historia/> >. Acesso em 17 de dezembro de 2021.

moradias, ganha uma dimensão plausível para explicar a sua percepção do conflito demarcado pelo antagonismo de classes.

Entre os vários elementos que este diálogo nos revela, chama a atenção o fato de que essas memórias recuperam uma experiência dos mutirões contada pelos seus próprios sujeitos, vista além de uma coletividade idealizada, que se desvincula dos conflitos sociais que os atravessam. Quando o morador Vicente menciona a demora de mais de um ano para a entrega das casas, mesmo após a conclusão de 140 moradias, temos um traço que demarca a relação da cultura popular com a esfera privada, que demonstra as características do autoritarismo brasileiro. De acordo com Chauí (1986), o Estado, na sua relação com a esfera privada, aparece como fundador do social, fazendo com que as próprias relações sociais se efetuem sob a forma de tutela e de favor, anulando a noção de direitos em nossa experiência republicana.

A fala de José corrobora com a análise da autora, ao pontuar que, nos mutirões, houve desistência e abandono, ligados à lógica burocrática do seu funcionamento. Mesmo sem termos acesso ao seu depoimento completo, podemos inferir que as experiências autogestionadas na cidade de São Paulo estiveram diretamente ligadas aos contextos de suas gestões municipais. Conforme consta¹¹⁰, o primeiro mutirão realizado na cidade aconteceu no bairro da Vila Nova Cachoeirinha, sob a gestão de Mario Covas (1983-1986). De acordo com a investigação de Baravelli (2008) a respeito desse período:

Depois de concluída a obra, geralmente a associação de construção se dissolve doando seus bens a outras entidades sem fins lucrativos (quando não é substituída por uma associação de moradores). Mesmo durante o tempo em que estiver ativa promovendo um mutirão habitacional, a associação não tem qualquer obrigação em relação a uma família que saia do quadro associativo, seja por desistência ou substituição. O trabalho que está família realizou não produz direitos em relação à entidade coletiva, o que prejudica as tentativas de modernizar a noção de trabalho de mutirão, pois ele continua sendo uma doação por parte dos trabalhadores. Assim, por trás das fragilidades da associação de construção não há um individualismo supostamente inerente às nossas periferias urbanas. Há sim o autoritarismo do Estado, que evitou ao máximo partilhar o poder público com a sociedade organizada ao instituir leis que impediram que os movimentos de moradia encontrassem formas jurídicas mais

¹¹⁰Disponível em: <<https://ct.escoladacidade.edu.br/contraconduitas/editorias/trabalho-e-arquitetura/os-primeiros-mutiroes-autogeridos-e-a-constituicao-das-assessorias-tecnicas/#easy-footnote-bottom-3-2182>>. Acesso em 17 de dezembro de 2021.

adequadas aos seus propósitos coletivistas (BARAVELLI, 2008, pp.85-86).

Ao cruzarmos esses depoimentos com a bibliografia que analisou as experiências dos mutirões, constatamos que essas informações apontam os elementos estruturais da cultura política brasileira. Nesse sentido, embora o mutirão realizado no bairro da Cohab Adventista tenha pertencido a uma gestão de cunho progressista, que procurou estabelecer um diálogo com os moradores das periferias urbanas, suas experiências também estão atravessadas por essas questões. Em resumo, os relatos contidos neste documentário apontam para as tensões existentes na relação do Estado com os movimentos sociais urbanos das pautas de moradia, através de uma permanência histórica, que faz da negociação e do conflito o arbítrio dos dominantes enquanto prática social que busca anular a política e a transgressão dos dominados, cujas práticas buscam reinventá-la. Podemos entender essa relação simbiótica e ambígua, por aquilo que Chauí (1986) definiu como conformismo e resistência.

Nossa investigação demonstrou que o histórico de lutas sociais no território pesquisado se conecta às experiências coletivas da ocupação urbana Povo Sem Medo do Capão. Ao recuperarmos as memórias das experiências populares ocorridas durante as décadas de 1970 e 1980, percebemos uma continuação dessas práticas, ligadas à reivindicação de direitos básicos, que construíram a ação coletiva dos movimentos sociais urbanos. As fontes analisadas também demonstraram que o repertório de ação do MTST se constrói através de um *modus operandi* que recupera essa tradição de lutas nos territórios das periferias urbanas.

As ações da ocupação Povo Sem Medo do Capão durante o ano de 2019 demonstraram que o MTST, após a eleição de Jair Messias Bolsonaro, optou por recuar com suas táticas de ocupação na cidade, para rever suas estratégias de luta. A partir do trabalho de campo, acompanhando algumas assembleias, manifestações, atos e reuniões de núcleo nesse período, foi possível destacar as principais ações do MTST e da ocupação no ano de 2019. Na reunião de núcleo realizada no dia 05/09/2019, conduzida pela coordenadora nacional do MTST, Natalia Szermeta, a ocupação buscou reorganizar os núcleos territoriais para aumentar a participação dos acampados, devido ao recrudescimento das políticas neoliberais, após o resultado das eleições. Nessa reunião, foi reiterada

a continuação das lutas por melhorias no bairro e a articulação de novas ações para pressionar o poder público no andamento das negociações para construção das moradias no terreno ocupado.

Diante dessa conjuntura, é importante ressaltar que, no caso da ocupação Povo Sem Medo do Capão, após a mudança de governo na esfera federal, a paralisação das contratações do Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades abriu um novo processo de negociação para reivindicação das moradias no terreno, que passou a ser mobilizado junto à prefeitura, cogitando a possibilidade de se criar um programa, pela esfera municipal, que o substituísse. É importante ressaltar que essa reunião também articulou a participação da ocupação no primeiro encontro de mulheres do movimento, realizado no Casarão de Lutas (sede do MTST), o qual abordamos no capítulo anterior.

Na reunião de núcleo realizada no dia 25/10/2019, a pauta prioritária do encontro foi a retomada das ações locais do movimento, para impedir a privatização dos serviços públicos da região. Entre as ações realizadas, destaca-se a estratégia do movimento para lidar com o desmonte do Sistema Único de Saúde – SUS, intensificado após a conjuntura de 2018. Nessa luta, a coordenadora geral da ocupação, Creuza, que substituiu o coordenador Michel no final de 2018, acabara de ser eleita representante do conselho gestor do Hospital do Campo Limpo e buscava organizar um ato para denunciar a situação do hospital. Como hoje sabemos, no ano seguinte, a privatização da saúde pública, através do desmonte do SUS, iria ganhar repercussão nos meios de comunicação a respeito de sua importância enquanto um direito fundamental para a população.

Porém, antes de 2020, a ordem do dia era dar continuidade ao desmonte alavancado pela PEC 55, cujos impactos reduziram drasticamente o envio de verbas públicas para a área da saúde. No diálogo entre os coordenadores de núcleo da ocupação e os militantes da brigada de saúde do movimento, foi discutido como a redução das verbas municipais e federais provocaram o fechamento das farmácias populares, que passaram a ser assumidas por empresas privadas. Nesse encontro, os coordenadores de núcleo também lembraram a luta contra o fechamento do AMA no Pq. Fernanda, através da ocupação na subprefeitura do Campo Limpo. Entre as ações realizadas durante

esse dia, os coordenadores de núcleo também programaram uma panfletagem¹¹¹ para divulgar os nomes dos políticos que apoiaram essas medidas.

No dia 08/11/2019, o MTST cancelou o seu último “Encontro”¹¹² do ano, marcado para acontecer na própria sede do movimento. Essa atividade teve que ser adiada porque coincidiu com a libertação do ex-presidente Lula, fazendo com que o movimento mobilizasse sua base para São Bernardo do Campo, com o objetivo de apoiar o ato organizado pelo PT e pela CUT. No mês seguinte, a ocupação teve a sua última assembleia do ano, realizada no dia 08/12/2019. Ela foi mediada pela nova coordenadora da ocupação, Creuza, que convocou os acampados para participarem de uma luta marcada para o dia 12 de dezembro. Tratava-se do ato¹¹³ ocorrido nas proximidades do Palácio do Governo, com a participação de todas as ocupações do MTST pertencentes ao estado de São Paulo. Seu objetivo foi pressionar o governador João Doria a retroceder na resolução aprovada pelo Conselho Estadual de Habitação, que buscava desqualificar os sem-teto para políticas habitacionais do estado.

Como é possível perceber pela descrição dessas ações, a mobilização das ocupações do MTST no ano seguinte, após a eleição de Jair Messias Bolsonaro, voltaram-se para a pressão política junto aos órgãos públicos. No entanto, dentro de uma conjuntura muito mais adversa, reivindicando não apenas o avanço das negociações para a construção das moradias nos terrenos ocupados, mas também tentando garantir a permanência dos serviços públicos que envolvem a própria vida nos territórios periféricos. Pelo caráter de urgência das pautas discutidas nas reuniões de núcleo da ocupação Povo Sem Medo do Capão, é possível perceber como se intensificou o discurso que criminaliza a mobilização dos movimentos sociais e suas estratégias para lidar essa questão.

¹¹¹Conforme a organização do encontro, o ato em defesa do Hospital Campo Limpo ocorreria no dia 28/10/2019. Tragicamente, no ano seguinte, essa luta voltaria a acontecer em plena Pandemia da COVID-19. Disponível em: < <https://otrabalho.org.br/manifestacao-no-campo-limpo-em-sao-paulo-defende-hospital-100-publico/>> Acesso em 17 de dezembro de 2021.

¹¹²Trata-se de encontros que acontecem mensalmente com os núcleos territoriais das ocupações junto com os diversos setores da militância do MTST, para realizar formações e divulgação das novas diretrizes do movimento.

¹¹³Disponível em: <<https://mtst.org/mtst/governo-doria-ataca-direito-a-moradia-e-aparelha-conselho-estadual-de-habitacao/>>. Acesso em 17 de dezembro de 2021.

Durante o ano de 2019, o MTST não realizou nenhuma ocupação na cidade de São Paulo. Após as eleições de 2018, a conjuntura que se desdobrou com o governo de extrema-direita recém-eleito tornou essa estratégia inviável. Uma vez que o seu projeto político foi o de deteriorar o funcionamento das instituições liberais e perseguir os grupos progressistas e de esquerda, os canais de interlocução para o atendimento das demandas do MTST ficaram restritos para o andamento de suas negociações. Este cenário trouxe a necessidade de recuar suas ações territoriais e planejar novas estratégias de pressão política para garantir os avanços de suas reivindicações que foram atendidas durante o acampamento a Avenida Paulista, em 2016.

Nos dias 14 e 15 de dezembro de 2019, o MTST convocou os núcleos territoriais de suas ocupações para participarem de um evento denominado “Cursão de Férias”¹¹⁴. O encontro propôs um diálogo entre os setores da militância e base social do movimento, com o objetivo de traçar as novas diretrizes e estratégias de luta para o ano de 2020. A proposta do curso foi promover um debate com análises conjunturais a respeito do atual cenário social e político no Brasil, após a eleição de Jair Messias Bolsonaro. Essas novas diretrizes buscaram traçar estratégias de luta para responder a este cenário.

Enquanto coordenador de núcleo da ocupação Povo Sem Medo do Capão, tive a oportunidade de participar desse encontro e observar essas discussões. O que se percebeu na análise do MTST, diante daquela conjuntura, foi a constatação de um novo elemento na luta política, que se configura pela reorganização da direita no Brasil, através do crescimento de movimentos sociais de cunho conservador, que tem atuado com o apoio dos diversos segmentos da burguesia brasileira, ocupando os cargos públicos da política institucional. Embora os desdobramentos desse encontro fujam do recorte proposto para este trabalho, seus elementos também indicam as transformações das matrizes discursivas, cujas reelaborações do vivido nas periferias urbanas vão de encontro ao surgimento dos coletivos do MTST, que têm buscado não somente acompanhar as transformações culturais nos territórios periféricos, mas disputar suas reelaborações de sentido, contra o avanço do conservadorismo.

¹¹⁴Ver anexo 2 – Divulgação das atividades dos coletivos do MTST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscamos investigar como a questão da moradia se configura no subdistrito do Capão Redondo. Reconstituímos as ações territoriais da ocupação urbana Povo Sem Medo do Capão que colocou em prática as estratégias políticas e os repertórios de luta do MTST em um dos bairros da região pesquisada. Com isso, vimos que as transformações das periferias urbanas da cidade de São Paulo estiveram ligadas aos desdobramentos da Nova República e a implantação das políticas neoliberais no Brasil. Ao investigarmos o histórico de lutas sociais na região da zona sul, constatamos que a questão da moradia ainda se apresenta como um elemento central e aglutinador dos conflitos territoriais nessas periferias.

No que se refere à ação coletiva dos movimentos sociais urbanos das pautas de moradia, nossa análise concluiu que suas demandas nos territórios periféricos da cidade de São Paulo estão intrinsecamente ligadas às problemáticas do mundo do trabalho, enquanto condição básica para a reprodução social de seus habitantes. Todavia, o território, pensado enquanto espaço real vivido, é lugar de diferentes sociabilidades, cujas práticas e experiências se constituem pelas dimensões subjetivas e materiais de quem os habita. Nesse sentido, morar e trabalhar nas cidades são condições humanas que antecedem a história do capitalismo. O que significa que, a partir do seu surgimento, essas experiências tomaram outras dimensões sociais, culturais, religiosas, econômicas e políticas.

Ao investigarmos o histórico das lutas por moradia no bairro Conj. Hab. Jd. São Bento, local onde se encontra a ocupação Povo Sem Medo do Capão, constatamos que as privações materiais que atravessam os territórios das periferias urbanas, são elementos de uma condição sócio-histórica que remete aos processos de industrialização e urbanização do tipo de capitalismo que se estruturou na América Latina. Diante deste quadro analisado, podemos argumentar que as lutas dos movimentos sociais urbanos, através de seus repertórios de ação e estratégias políticas, estão diretamente ligados às mudanças do sistema de reprodução do capital, cuja transição das formas de acumulação impactou as relações de trabalho que, por sua vez, excluíram a possibilidade de acesso à moradia para os trabalhadores dos bairros periféricos.

Se, por um lado, os processos de industrialização e urbanização da cidade de São Paulo ocorridos durante a segunda metade do século XX, tiveram na segregação socioespacial a lógica do seu desenvolvimento, por outro, as periferias urbanas e os seus territórios historicamente estigmatizados construíram sua luta pela cidadania tentando amenizar os efeitos da contradição entre capital e trabalho, através da reivindicação do acesso aos serviços públicos de consumo coletivo. Foi diante dessas condições históricas que as experiências populares nesses territórios deram origem aos chamados “novos movimentos sociais” das décadas de 1970 e 1980.

Após a abertura política durante no final da ditadura, uma agenda conservadora do neoliberalismo interrompeu a efetivação dos direitos sociais promulgados pela Constituição Cidadã de 1988, como uma conquista desses movimentos. Este cenário deu início ao desmonte dos direitos sociais e a diluição das relações de trabalho, depreciando as condições de vida nos centros urbanos, sobretudo nos seus bairros periféricos. Foi nesse contexto de aumento da violência nas periferias urbanas, durante a década de 1990, que surgiram os coletivos culturais, dando continuidade às lutas pela cidadania nesses territórios e trazendo novas pautas sociais junto com as demandas das décadas anteriores, não efetivadas por completo.

No atual cenário urbano da cidade de São Paulo, cujo contexto histórico se difere do período da industrialização e da urbanização dos baixos salários, a dinâmica do capitalismo neoliberal tem se configurado não apenas pela superexploração da mão de obra, mas pela própria destruição das relações de trabalho e pela espoliação dos direitos básicos necessários à reprodução da vida nas cidades. É diante dessa situação concreta que as lutas históricas pelo direito à moradia “ressurgiram” e se intensificaram dentro dos territórios das periferias urbanas.

A análise com as fontes da pesquisa apontou que as atuais estratégias de luta do MTST nos territórios periféricos têm se organizado tanto pelas pautas que envolvem as contradições entre capital e trabalho quanto pelas pautas que envolvem as questões ligadas às opressões de gênero e do racismo, enquanto demandas históricas nas periferias urbanas, que uma parte da bibliografia sobre os movimentos sociais urbanos classificou como “pós-materiais”. Nesse sentido,

os coletivos do MTST, que surgem durante essa conjuntura, indicam uma junção das demandas de cunho material com as demandas ligadas às identidades coletivas desses territórios, demonstrando o potencial de uni-las em uma única luta, uma vez que todas elas estão atravessadas pelo modo de reprodução da sociedade capitalista.

Ao investigarmos a trajetória do MTST na cidade de São Paulo, constatamos que a construção do seu projeto político – criado como uma estratégia para combater o avanço do neoliberalismo no Brasil – além de realocar o papel da luta pela moradia nas periferias urbanas, também demonstrou os limites da democracia liberal instaurada na Nova República. Além de ser considerado um movimento social que herdou os repertórios de luta do período da ditadura (GOULART, 2011) e de transição entre o ciclo político de democratização e as lutas pós-junho de 2013 (FALCHETTI, 2019), argumentamos que o MTST construiu o seu repertório de ação a partir das práticas do cotidiano popular reelaboradas pelas matrizes discursivas das décadas de 1970 e 1980 e do contato com os coletivos culturais que surgiram durante a década de 1990.

Essas experiências proporcionaram um legado de práticas sociais de luta pela cidadania, que classifica o MTST como um movimento social urbano com características próprias em relação aos demais movimentos das pautas de moradia no Brasil. Seu repertório de ação está organizado por estratégias territoriais que o caracteriza como um movimento de massas, ao mesmo tempo em que a judicialização de suas ocupações urbanas o insere dentro de uma institucionalidade. Diferente dos contextos políticos de 2009, quando o MTST se nacionalizou (GOULART, 2011) e de 2013, quando o movimento ganhou projeção no cenário urbano das lutas sociais (FALCHETTI, 2019), o contexto de 2016 ficou marcado pela sua atuação em rede com a Frente Povo Sem Medo, através de uma estratégia política que buscou reorganizar os grupos de esquerda e seus setores progressistas.

As ocupações urbanas que surgiram durante essa conjuntura buscaram combater o avanço do conservadorismo, após o fim do consenso político marcado pelos governos petistas. Nossa investigação, até o recorte temporal proposto para este trabalho, demonstrou o aumento de suas ocupações urbanas

na cidade de São Paulo e o desenvolvimento de suas estratégias territoriais. Conseqüentemente, as mobilizações ocorridas durante esse período buscaram combater o desmonte dos direitos sociais promovidos pelas políticas de austeridade fiscal após o golpe de 2016 e intensificadas após o resultado das eleições de 2018.

É paradoxal o fato de que essas lutas tenham tentado construir uma nova agenda política voltada para a melhoria das condições de vida nos bairros periféricos, atuando pelas vias da legalidade burguesa, em um momento de crise de legitimidade da democracia liberal e de sequestro de suas instituições democráticas, como sugere Medeiros (2020). Diferente do período em que os governos petistas propiciaram ganhos sociais por meio de políticas redistributivas, a partir da interação dos movimentos sociais com as esferas institucionais do Estado, o cenário pós-golpe de 2016 trouxe novos desafios ao MTST, que o fez reorganizar suas estratégias. Apesar do aprofundamento dessas questões fugirem do recorte deste trabalho, elas apontaram as possibilidades e limites na construção do seu projeto político.

No que se refere à ocupação pesquisada, desde o início da sua reivindicação, já se passaram cinco anos de negociações junto aos órgãos públicos e ao proprietário do terreno para a construção das moradias. Diante dos entraves da dinâmica estatal, cujo funcionamento responde às transições de governos que prolongam a execução dos programas habitacionais para os sem-teto, este quadro se estende à quase todas as ocupações do MTST. Em contrapartida, na ocupação pesquisada, seus núcleos territoriais promoveram diversas ações por melhorias no bairro e pela defesa de seus direitos básicos, reavivando dentro do território uma experiência compartilhada de luta pela sobrevivência, que une trajetórias de vida marcadas pela precariedade e pela insegurança social. Concluindo, essas experiências apontam que as permanências históricas na região do Capão Redondo não se definem apenas pelos seus problemas estruturais, mas pelas lutas cotidianas de seus atores e atrizes sociais, que constroem o sujeito coletivo.

BIBLIOGRAFIA

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. A gestão do social e o mercado da cidadania. In: CABANES, Robert et al (Org.). *Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011. pp.297-316.
- ADERALDO, Guilherme. *Entre imagens e imaginários: estética e política nas intervenções visuais/audiovisuais de coletivos culturais paulistanos*. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI, Heitor (Org.). *Pluralidade Urbana em São Paulo: Vulnerabilidade, marginalidade e ativismos*, 2016. São Paulo: Ed. 34. pp. 55-79.
- ADORNO, Sérgio, et al. *A cidade e a dinâmica da violência*. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI, Heitor (Org.). *Pluralidade Urbana em São Paulo: Vulnerabilidade, marginalidade e ativismos*, 2016. São Paulo: Ed. 34. pp. 381- 410.
- ALONSO, Ângela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, n.76, pp. 49-86, 2009.
- AMARAL, Ângela de Arruda Camargo. *Habitação: Avaliação da política habitacional. Observatório dos cidadãos: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo*. 4.2ª edição revisada. São Paulo: Instituto Pólis/PUC-SP, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARANTES, Otilia B. F., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. *A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (Zero À Esquerda).
- ARANTES, P. F. *Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. *Novos Estudos*, nº. 83, p. 103-127, março 2009.
- _____. ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. *Como O Governo Lula Pretende Resolver O Problema Da Habitação*. *Correio da cidadania*. v. 30 jul.2009.
- ARRUZZA, Cinzia. *O feminismo para os 99%: um manifesto*. Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *A História Social: seus significados e seus caminhos*. In. LPH - Revista de História da UFOP. nº 15, 2005.
- BARAVELLI, José Eduardo. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1985.
- BONDUKI, N. *Construindo Territórios de Utopias*. Tese de doutorado, FFLCH USP. 1987.
- _____. In: *Ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. ROLNIK, R. Periferia. FAU-USP, 1975.

- _____. In: *Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização*. In: KOWARICK, Lúcio. (Org). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOULOS, Guilherme. 2015. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. Ed. Autonomia Literária. 3ª edição revisada e ampliada.
- BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRANT, Vinicius Caldeira. (Org). *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo, Ed. Loyola, 1975.
- BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais: a longa duração*. In: Escrito sobre a história. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CABANES, Robert et al (Org). *Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros em São Paulo*. São Paulo, Edusp, 2000.
- _____. *A política dos outros*. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. 1997. *Reforma Urbanos e Planos Diretores: avaliação da experiência recente*. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XI, Nos. 1 e 2, 1997, p. 79-111.
- CASIMIRO, Flávio H. C. *A tragédia e a Farsa: A ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*, São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- _____. *Lutas urbanas e poder político*. Porto: Afrontamento, 1976.
- _____. In: BORJA, Jordi. "As cidades como atores políticos". In: *Novos Estudos CEBRAP*. N. 45. São Paulo: julho de 1996.
- _____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CAVALCANTI, Gustavo Carneiro Vidigal. *Uma Concessão ao Passado: trajetória da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (2001-2004)*. Dissertação de mestrado – FFLCH USP, 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 3º ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- _____. *A não violência do brasileiro- um mito Interessantíssimo*. In *Almanaque 11: Cadernos de Literatura e Ensino*, 1989.
- _____. *Ideologia e Mobilização Popular*, Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1978.

- D' ANDREA, Tiaraju Pablo. *A Formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*, 2013. Tese (Doutorado), Curso de Sociologia, FFLCH. Universidade de São Paulo, 2013.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *Cidades de Quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo Boitempo, 2009.
- DEL PRIORI, M. (org.). *História da mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- DIAS, Luiz A. *Vozes de 64: imprensa, militares e opinião pública*. Ed. CRV. Curitiba: Paraná, 2020.
- _____. *O Golpe de 2016 e o futuro da democracia*. PUC-SP; Apropuc. Curso Livre São Paulo 2018, abril-junho. Pontifícia Universidade Católica. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PL99vyy3Wwlvrp-KjJs 8Zbwrk3vGKNok2>> Acesso em 28 de setembro. 2018.
- DOSSE, François. *História do Tempo Presente e Historiografia*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 2012.
- _____. *A História em Migalhas: Dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ed. Ensaio e Ed. Unicamp, 1994.
- FALCHETTI, Cristhiane. *Ação coletiva e dinâmica urbana: o MTST e o conflito na cidade 2019*. Tese de Doutorado, FFLCH USP. 2019
- FALQUET, Jules. *Repensar as relações sociais de sexo, classe e "raça" na globalização neoliberal*. Mediações. V. 13, n. 1-2 janeiro/junho e julho/dezembro. 2008.
- FARIAS, Déborah B. L. *Reflexos da Teoria Neoliberal e do Consenso de Washington na Constituição Brasileira de 1988*. In: Revista de Direito Constitucional e Internacional. Cad. De Direito Constitucional e Ciência Política. Ano 15. jul./set. 2007. 60.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Desvelar a Política na Periferia: história de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanistas/ FAPESP, 2005.
- _____. *"Trabalhadores" e "bandidos" na mesma família*. In: CABANES, Robert et al (Org). *Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011. pp. 37- 416.
- _____. In: *Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana*. Revista de Antropologia, v, 53,n. 2, 2010.
- _____. *Conflito urbano e gramática de mediação*. Revista Margem Esquerda – ensaios marxistas n. 24. São Paulo: Boitempo, 2015. pp. 51-71.
- FERNANDES, B. M. *MST: movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: formação e territorialização em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- FERREIRA, Cassiana Buso. *Representações de intolerância na imprensa escrita: saques e quebra-quebras em São Paulo (abril de 1983)*. Dissertação (Mestrado). Curso de História, FFLCH. Universidade de São Paulo, 2009.
- FIORI, J. L. *Leitura Política de uma industrialização tardia*. In: BRASIL 247, 2020. Disponível em: < [Leitura política de uma industrialização tardia - José Luís Fiori - Brasil 247](#) >. Acesso em: 01 de outubro de 2021.

- FIX, Mariana. São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Parceiros da Exclusão: duas histórias da construção de uma nova cidade em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FOLHA DE S. PAULO. “Capão Redondo lidera ranking de violência contra a mulher em São Paulo”. 09 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/capao-redondo-lidera-ranking-de-violencia-contr-a-mulher-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 16 de junho de 2021.
- FRASER, Nancy. O velho está morrendo e o novo pode não nascer. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GEORGES, Isabel. *Entre discriminação e reconhecimento: as trabalhadoras domésticas em São Paulo*. In: CABANES, Robert et al (Org). Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011. pp.95-114.
- GLOBO.COM. “MTST ocupa três terrenos na Grande São Paulo”. Globo.com, 05 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/11/mtst-ocupa-tres-terrenos-particulares-na-grande-sp.html>> Acesso em: 20 de outubro 2018.
- _____. “Cidade de SP Tem déficit de 358 mil moradias e 1.385 mil imóveis ociosos”. Globo.com, 03 de maio de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sp-tem-deficit-de-358-mil-moradias-e-1385-imoveis-ociosos.ghtml>> Acesso em: 16 de abril 2019.
- _____. “Movimentos sociais protestam em frente à Câmara contra plano de privatização de Doria”. Globo.com, 01 de agosto de 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/movimentos-sociais-protestam-em-frente-a-camara-contr-a-plano-de-privatizacao-de-doria.ghtml>>. Acesso em: 16 de junho de 2021.
- _____. “Manifestantes fazem atos contra concessões e privatizações da gestão Doria”. 26 de setembro de 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/manifestantes-fazem-atos-contr-a-concessoes-e-privatizacoes-da-gestao-doria.ghtml>>. Acesso em: 16 de junho de 2021
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. Ed. Loyola, 1997.
- _____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. Ed Loyola, 2008.
- _____. *Movimentos Sociais e a Luta pela Moradia*. São Paulo Edições Loyola, 1991.
- _____. *Associativismo civil e movimentos sociais populares em São Paulo*. In: Ciências Sociais Unisinos, vol. 44, núm. 2, maio-agosto, 2008, pp. 130-138 Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil.
- _____. *Reivindicações Populares Urbanas*. São Paulo: Ed Cortez 1982.
- _____. *Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático*. In: Dossiê Política e Sociedade, Nº11- outubro de 2007.
- GOULART, Débora Cristina. *O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST*. Tese. Doutorado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

- GUERREIRO, Isadora de Andrade. *O MTST e o PMCMV: o poder popular próprio ao lulismo*. In: *Dialektiké*, v. 1, 2016. pp. 52-78.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo. Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998
- _____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG 2003.
- HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*, 17ª ed. São Paulo: Loyola
- _____. *Trabalho, Capital e Luta de Classes no Meio Ambiente Construído*.
- _____. *A Produção Capitalista Do Espaço*. Tradução de Szlak, Carlos. São Paulo: Anablume, 2005.
- _____. *Cidades Rebeldes: do direito a cidade à revolução Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. 4º. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.
- KÄRNER, Hartmut. *Movimentos Sociais: revolução no cotidiano*. In: KRISCHKE, P. J (org). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, p. 19-34, 1987.
- KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992. pp.134-146.
- _____. *Extratos do Tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2014.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo, Paz e Terra, 1983.
- _____. In: 1984. "Os caminhos do encontro, as lutas sociais em São Paulo na década de 70". *Cultura e Política*, 2.
- _____. In: BRANT, Vinicius Caldeira. (Org). 1976. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo, Loyola.
- _____. *Escritos Urbanos*, 2003.
- LEFEBVRE, H. *O Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Fotografias: usos sociais e historiográficos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 29-60.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Reflexões sobre a História do Tempo Presente: uma história do vivido*. In: Coleção História do tempo presente: Volume I. REIS, Tiago Siqueira, et al (Org.). Roraima: Ed. UFRR, 2019. pp. 11-26
- LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*, São Paulo: Martins Fontes, 1981.

- LORENA, Elton Rafael. *Luta de Classes na Cidade Neoliberal: uma análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Dissertação de mestrado. UNESP, 2012.
- MACÍAS VÁZQUEZ, María Carmen. *Neoliberalismo y relaciones de trabajo, 2003*. In: Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM. Disponível em: <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/3/1090/27.pdf>>. Acesso em: 02 de novembro de 2021. pp. 479-504.
- MARICATO, Ermínia. A. A. *Reforma Urbana e o Direito à Cidade*. São Paulo: PÓLIS, 1991.
- _____. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec 1996.
- _____. *A política habitacional do regime militar*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- _____. *O "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada*. In: *Carta Capital*, 27 maio de 2009.
- _____. *É a questão urbana, estúpido!* In: MARICATO, Erminia, et al. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARQUES, Eduardo; SARAIVA, Camila. *As Políticas De Habitação Social, a Segregação e as Desigualdades Sociais na Cidade*. In: MARQUES, EDUARDO; TORRES, HAROLDO (Ed.). São Paulo: Segregação, Pobreza E Desigualdades Sociais. São Paulo: Senac, 2005. p. 267-296.
- _____. et al. *Estrutura social, segregação e espaços*. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI, Heitor (Org.). *Pluralidade Urbana em São Paulo: Vulnerabilidade, marginalidade e ativismos*. São Paulo: Ed. 34. pp.351-380.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*, São Paulo: N-1, 2018.
- McADAN, D; TARROW, S; TILLY, C. *Dynamics of contention*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2001.
- _____. *Mapear o conflito político*. In: *Lua Nova*, São Paulo, 76: 11-48, 2009.
- MEDEIROS, Juliano. *A nova esquerda latino-americana: movimentos sociais, institucionalização e crise do progressismo*. Tese (Doutorado). Brasília: UNB. Instituto de Ciência Política, 2020.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MIAGUSKO, Edson. *Movimentos de Moradia e Sem-Teto: experiências no contexto do desmanche*. Tese (Doutorado). FFLCH, USP, 2008.
- MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. *As linhas políticas do MTST*. Disponível em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst>> Acesso em: 25 de maio. 2018.
- _____. *Primeiro Encontro Estadual de mulheres do MTST*. Disponível em: <<https://mtst.org/mtst/primeiro-encontro-estadual-de-mulheres-do-mtst-reune-600-companheiras/>>. Acesso em: 15 de junho de 2021.
- _____. *Cartilha de Princípios*, 2015.

- NAPOLITANO, M. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p.235-289.
- NEUHOLD, Roberta dos Reis. *Os Movimentos de Moradia e Sem Teto e as Ocupações de Imóveis Ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo (1997-2007)*. Dissertação de mestrado – FFLCH USP, 2009.
- NEGRI, S. M. *Segregação socioespacial: alguns conceitos e análises*. In: Coletâneas do nosso tempo. Ano VII, v.8, nº8, 2008.
- NERY, Marcelo B. et al. *Regimes espaciais: dinâmica de homicídios dolosos na cidade de São Paulo: fatores associados à queda entre 2000 e 2010*. Revista Brasileira de Segurança Pública, vol. 8, nº 2, pp. 32-47.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. In: BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. In: RIZEK, Cibele Saliba (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo 2007.
- _____. O vício da virtude: *Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. In: Novos Estudos 74. março de 2006. pp. 67-85.
- OLIVEIRA, Nathália Cristina. *Os movimentos de Sem-Teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Dissertação de mestrado – UNICAMP, 2010.
- PAOLI, Maria Celia. *Movimentos Sociais, Cidadania e Espaço Público: perspectivas brasileiras para os anos 1990*. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, V, 33 p. 115-133, nov.1991*.
- _____. *Memória, história e cidadania: o direito ao passado*. In: *Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania* [S. l: s.n.], 1992.
- _____. *Trabalho e Cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno*. In: *Estudos Avançados*. pp. 40-65, 1989.
- POCHMANN, Márcio. *A nova classe média?* São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Para entender as crises do capitalismo*. In: Curso de introdução à obra de David Harvey. São Paulo: SESC e Ed Boitempo, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EZsytOBnIrk&t=4884s>>. Acesso em 26 de outubro de 2021.
- POLLAK, M. *Memória e Identidade Social*. In: *Estudos Históricos*, vol. 5, número 10, 1992, pp. 200 -212.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*, 2ª ed. São Paulo: Boitempo 2019.
- _____. *O Programa Minha casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação*. In: *Cad. Metrop*, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 127-154, maio 2015.
- _____. In: *Exclusão Territorial e Violência*. São Paulo em Perspectiva, 1999. 13(4).
- _____. *História urbana: história na cidade?* In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. (Org.) *Cidade & história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: MAU/UFBA; ANPUR, 1992. p. 27-29.

- _____. *As armadilhas do Pacote Habitacional*. NAKANO, Kazuo. In: Le Monde Diplomatique Brasil, 2009.
- _____. *Democracia no Fio da Navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil*. In: R.B. Estudos Urbanos e Regionais V.11, N2./ novembro de 2009. pp.31-50.
- _____. In: *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- _____. *Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)*. In: Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17 – CEEA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989.
- RUDÉ, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro, 1982. Zahar.
- _____. *A multidão na história*. Rio de Janeiro. Campus, 1991.
- SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil: democracia versus neoliberalismo*. 1ª ed. São Paulo; Boitempo 2018.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SAFATLE, Vladimir. *Do uso da violência contra o Estado ilegal*. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Sob outras lentes: considerações sobre a construção de narrativas e interpretações históricas através de documentários*. In: Revista Sociais & Humanas - Vol. 31 / nº 1 – 2018. pp. 155- 167.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *O caráter dos novos movimentos sociais*. In: KRISCHKE, P. J (org). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, p. 35-53, 1987.
- _____. In. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. In. *Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil*. Interface: a journal for and about social movements Volume 1 (1): 105 - 124 (January 2009).
- _____. *Movimentos em cena... as teorias por onde andam?* In: SCHERER-WARREN, Ilse, et al. *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa: Socius, Florianópolis: Editora da UFSC, 2000. p. 23-51.
- SILVA, H. C. *Sobre lutas e lutas: análise da espacialização da luta pela terra do campo à cidade a partir das ações do MST e MTST nas regiões de Campinas e Grande São Paulo (1997-2016)*. Mestrado em Geografia – Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2018.
- SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. *MTST 20 anos de História: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- SINGER, Paul. São Paulo: *O Povo Em Movimento*. São Paulo, Ed Vozes, 1980.
- _____. *Movimentos de bairro*. SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. São Paulo: *o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.pp. 83-107.
- SINGER, André Vitor. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

- SIQUEIRA, Marina Toneli. *“Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo”*. Cad. Metrop. São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 391-415, nov. 2014.
- SOBREIRO FILHO, J. *Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics: produção do espaço, redes e lógica racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina*, 2016.
- SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SOUSA, Rafael Lopes de. *O Movimento Hip Hop: A anti-cordialidade da “República dos Manos” e a Estética da Violência*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.
- TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TATAGIBA, Luciana. *1984, 1992 e 2013. Sobre ciclo de protestos e democracia no Brasil*. In: Política e Sociedade – Florianópolis – Vol. 13. Nº 28 – set./dez. de 2014. pp. 35-62.
- _____. *Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo*. In: PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, pp. 399- 426.
- _____. *Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)*. In: GALVÃO, Andreia. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 25, nº 1, jan./abr. 2019, pp. 63-96.
- TELLES, Vera da Silva. *A Experiência do autoritarismo e as práticas instituintes*. Dissertação de Mestrado, USP, 1984.
- _____. *A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza*. Tese de doutorado, USP, 1992.
- _____. *“As Novas Faces da Cidadania: uma Introdução”*, in *Novas Faces da Cidadania: Identidades Políticas e Estratégias Culturais*. Cadernos de Pesquisa, Cebrap, 1996, pp.1-7.
- _____. *Trajetórias Urbanas: fios de uma descrição da cidade*. In: CABANES; TELLES; ROBERT. *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. pp. 69-116.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. RJ. Paz e Terra, 1987.
- _____. 1981. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- VAINER, Carlos. *Quando a cidade vai às ruas*. In: MARICATO, Erminia, et al. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- VIGÊNCIA.ORG – *“São Paulo. S. A. Retrato de um projeto privatizante de governo – Capítulo 1: o plano de Doria para privatizar São Paulo”*. Disponível em: <http://www.vigencia.org/artigo/capitulo-1-o-plano-de-doria-para-privatizar-sao-paulo/>>. Acesso em: 16 de junho de 2021.
- VILLAÇA, Flávio. *Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira*. In: SOUZA, M. A. A. de et. al. *Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: CEDESP, 1999.

- _____. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988*. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. pp. 41-72.
- WILLIAMS, Raymond. *Com vistas a uma sociologia da cultura*. In: Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979

FONTES – DOCUMENTOS

- ALBÚM DE FOTOGRAFIA, Ocupação Povo Sem Medo do Capão. Produzido a partir do documentário *Por trás da Lona – a vida na ocupação Povo Sem Medo do Capão*. Produção Mídia Ninja, 2016. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/midianinja/albums/72157676845953216>> Acesso em 07 de abril de 2021.
- ATAS DE REUNIÃO MTST, Ocupação Povo Sem Medo do Capão. Período de 11/02/2017 até 05/08/2017.
- DOCUMENTÁRIOS, *Por trás da Lona – a vida na ocupação Povo Sem Medo do Capão*. Produção Mídia Ninja, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h9sNHRzqAhl>>. Acesso em: 30 de abril de 2021.
- _____. *Memórias do Bairro – Bairros do Capão Redondo*, 2016. Produção Gsé Silva. Realização: Fábrica de Cultura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gjcFCRFee5c&t=12s>>. Acesso em: 30 de abril de 2021.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, Partido dos Trabalhadores - PT. *Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo*. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/2018/02/28/apresentacao-da-nova-coluna-do-portal-reconexao-periferias/>>. Acesso em 25 novembro de 2021.
- _____. SANTOS, Jaqueline Lima et al. In: *REEXISTIR: Apontamentos da articulação entre cultura e política de periferias*, 2018. pp. 4-27. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/reexistir-apontamentos-da-articulacao-entre-cultura-e-politica-de-periferias/>>. Acesso em 25 de novembro de 2021.
- MAPAS HÍBRIDOS, Logradouro e Via Satélite. Dados cartográficos 2017 Google. IDESP - Infraestrutura de Dados Espaciais de São Paulo. Disponível em: <<http://www.idesp.sp.gov.br/Visualizador>>. Acesso em: 30 de abril de 2021.
- RELATÓRIO: Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo. São Paulo 2016. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/RelatorioCMV_DVD\(1\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/RelatorioCMV_DVD(1).pdf)>. Acesso em: 30 de abril de 2021.
- _____. Capítulo 8. *A repressão aos movimentos sociais; 8.5: A repressão aos movimentos de moradia e a atuação da GCM*. São Paulo 2016.

ANEXO A – TABELAS

Ações promovidas pelo MTST junto com a FPSM durante o ano de 2017.

Demandas/pautas	Chamada das manifestações e ações políticas	Datas
Reforma trabalhista e da Previdência	Greve Geral: MTST e Frente Povo Sem Medo ocupam os dois aeroportos de SP	30/06/2017
Reforma trabalhista	Frente Povo Sem medo faz forte ato contra a Reforma Trabalhista de Temer	11/07/2017
Denúncia contra Michel Temer	MTST protesta em residências e escritórios de deputados que votaram a favor de Temer na Câmara	10/08/2017
Organização de uma nova agenda de políticas públicas	Povo Sem Medo inicia jornada para estimular a população a pensar novo projeto para o país	15/08/2017
Criação oficial da Plataforma VAMOS!	Frente Povo Sem Medo lança "VAMOS Sem medo de mudar o Brasil"	20/08/2017
Elaboração das propostas da Plataforma VAMOS!	Boulos: o que é o VAMOS?	22/08/2017
Melhorias no serviço público de saúde	MTST e Frente Povo Sem Medo fazem protestos contra situação caótica da saúde	24/08/2017
Pré lançamento da plataforma VAMOS! Na cidade de São Paulo	Para mudar o Brasil, vamos construir uma nova alternativa política sem medo	25/08/2017
Abertura do ciclo de debates VAMOS!	Lançamento do "VAMOS!": É preciso diálogo na construção de um processo democrático	29/08/2017
Construção de um projeto político para o aprofundamento da democracia	Revogar retrocessos de Temer é o ponto de partida para o VAMOS!	29/08/2017
Transporte público	São Mateus Sem Medo: Protesto contra a cobrança da integração no transporte	31/08/2017
Direito à cidade e reforma urbana popular	VAMOS! Em defesa da democratização dos territórios e do meio ambiente	12/09/2017
Debate sobre economia solidária	#Ao vivo: Debate sobre democratização da economia no VAMOS SP!	12/09/2017
Divulgação da plataforma VAMOS!	Em defesa do VAMOS: Por que temer o debate?	13/09/2017
Territórios e pautas do meio ambiente	VAMOS: Territórios e Meio Ambiente "Sem Medo de propor e resistir contra um modo de vida perverso e especulador	25/09/2017
Privatizações dos espaços públicos da cidade	Povo Sem Medo ocupa subprefeituras contra privatizações de SP	26/09/2017
Protestos contra a gestão municipal	Manifesto da Frente FPSM: João Doria tem medo de quem?	26/09/2017
Educação	VAMOS: pela democratização e a construção de uma Educação Popular	26/10/2017
Debate da Plataforma VAMOS!	Frente Povo Sem Medo promove debates públicos em diversas capitais	07/11/2017
Saúde pública	VAMOS: Democratização da saúde	09/11/2017
Debate público sobre as propostas da Plataforma VAMOS	Boaventura: elite capitalista age com arrogância de quem não tem medo	13/11/2017
Debate público sobre as propostas da Plataforma VAMOS	VAMOS: O Futuro da Esquerda no Mundo	13/11/2017
Reforma da Previdência	Tomar as ruas em defesa da aposentadoria!	02/12/2017

Fonte: elaboração própria, a partir das informações levantadas no site do MTST.

Ações promovidas pelo MTST junto com a FPSM (2018- 2019).

Demandas/pautas	Chamada das manifestações e ações políticas	Datas
Saúde e alimentação	São Mateus Sem Medo inicia horta comunitária em terreno abandonado, futura UBS	13/01/2018
Debate público sobre o golpe e a prisão de Lula	24 de janeiro: entre uma farsa judicial e a luta de um Povo Sem Medo	24/01/2018
Debate público e manifestações contra a continuação do golpe	Vídeo contra o Golpe pela Democracia	25/01/2018
Manifestações contra a condenação de Lula	Vídeo sobre a condenação de Lula e os desafios da luta	29/01/2018
Violência policial	Mais uma vez a justiça tira sua venda	07/02/2018
Reforma da Previdência	O Brasil e o Congresso vão parar contra a Reforma da Previdência	07/02/2018
Reforma da Previdência	Todos e todas às ruas! Dia Nacional de luta contra a Reforma da Previdência	16/02/2018
Reforma da Previdência	MTST e Povo Sem Medo SBC protestam contra a Reforma da Previdência	16/02/2018
Reforma da Previdência	Frente Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular param o país e barram Reforma da Previdência	22/02/2018
Transporte público	Protesto contra corte do transporte escolar no bairro São Mateus Sem Medo	27/02/2018
Ato em memória de Marielle Franco e em solidariedade aos professores da rede pública	Periferia de SP se levanta em ato em memória de Marielle Franco e em solidariedade aos professores	20/03/2018
Transporte público	Nenhuma linha cortada: SP Sem Medo ocupa, resiste e vence na Secretária de Transportes	22/03/2018
Saúde pública	Em audiência pública, secretário de Doria é colocado em na parede sobre o fechamento de unidades de saúde	30/03/2018
Prisão de Lula	MTST e Frente Povo Sem Medo ocupam o triplex do Guarujá atribuído a Lula	17/04/2018
Prisão de Lula	1º de Maio reúne milhares em Curitiba por Lula e eleições livres	01/05/2018
Genocídio da população negra e periférica	SP Sem Medo e MTST fazem ato contra o genocídio do povo negro e da periferia	22/05/2018
Greve dos caminhoneiros	Nota da Frente Povo Sem Medo: chega de aumento dos combustíveis! Contra a repressão aos caminhoneiros! Em defesa da Petrobrás!	25/05/2018
Greve dos caminhoneiros	Esquerda em apoio aos caminhoneiros: Frente Povo Sem Medo, partidos e movimentos protestam em frente a Petrobrás	26/05/2018
Redução dos preços do combustível e gás de cozinha	Frentes de luta protestam por todo Brasil pela redução dos preços contra Temer e Pedro Parente	31/05/2018
Pautas das mulheres	Ele Não: multidão toma as ruas do Brasil contra Bolsonaro; Mulheres Sem Medo do MTST estiveram na linha de frente	01/10/2018
Ditadura Nunca Mais	Frente Povo Sem Medo chama às ruas: Ditadura Nunca Mais!	09/10/2018
Ditadura Nunca Mais	Ditadura Nuca Mais: Ato da Frente Povo Medo dá início à resistência no 2º turno	11/10/2018
Organização pós eleições	A eleição terminou, mas a luta está apenas começando: seguimos de cabeça erguida resistindo pelo Brasil!	28/10/2018
Ato contra Jair Bolsonaro	Milhares participam do primeiro grande ato da resistência democrática contra os retrocessos	31/10/2018
Reforma da Previdência	Pela aposentadoria: Sem teto, Frente Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular vão às ruas contra Bolsonaro	19/03/2019
Reforma da Previdência	A Reforma da Previdência que queremos: Pelo respeito ao pacto social de 1988	22/04/2019
Greve geral	MTST e Frente Povo Sem Medo realizam ações na Greve Geral	14/06/2019
Ditadura Nunca Mais	Ditadura Nunca Mais: Frente Povo Sem Medo convoca às ruas em nome da democracia, justiça e memória	01/08/2019

Fonte: elaboração própria, a partir das informações levantadas no site do MTST.

ANEXO B – DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS COLETIVOS DO MTST



**PRIMEIRA
REUNIÃO
COLETIVO
NEGROS
e
NEGRAS**

Região
Sudoeste

COLETIVO NEGRO

18 de dezembro

19 horas

Casarão de luta do MTST
Rua Bernardo Joaquim de Moraes
319 - JD. Salete Taboão da Serra

PSOL PCB
VAMOS

**a JUVENTUDE
QUER VIVER**

DEBATE SOBRE JUVENTUDE
TRAGA SUAS **PROPOSTAS**

com **Guilherme Boulos**

15H • 14/7 **SÃO PAULO/SP**


Barracão do Capão Sem Medo
R. Osny Duarte Pereira sn, Capão Redondo



**REUNIÃO POVO
SEM MEDO
CAPÃO REDONDO**

**SÁBADO 04/05
ÀS 18H**

**LOCAL: BARRACÃO.
RUA OSNY DUARTE,
PEREIRA, S/N, MUTIRÃO**



**POVO
SEM MEDO
CAPÃO**

**1º GRANDE CORTEJO CONTRA O COISO E PELA
DEMOCRACIA
ZONA SUL PELA DEMOCRACIA**

QUINTA-FEIRA - 18/10 - 18h

CONCENTRAÇÃO:
ESTRADA DE ITAPECERICA, 7.331
(ANTIGA TENGE INDUSTRIAL)

***HADDAD 13* É
DEFENDER A
HUMANIDADE,
DEMOCRACIA
E DIREITOS**



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO
Setor de formação política - SP

Programa de Formação Política - Módulo I

Objetivo: Introduzir o debate sobre o papel da política no Brasil dos dias de hoje

Encontros

Primeiro encontro: Apresentação do curso 16/03/2018

- Estabelecimento dos combinados
- Inscrição dos presentes
- Por que pensar a política?

Segundo encontro: O momento atual

23,03,18

- Foi golpe?
- O que queriam os golpistas?
- Contra quem deram o golpe?
- As fases do golpe

Terceiro encontro: Organização do Estado

09,04,18

- Formação do Estado;
- República;
- Divisão e papel dos poderes;
- Democracia

Quarto encontro: O que é política?

23,04,18

- Política e eleições.
- Eleições e partidos;
- Funcionamento das eleições;
- Aprender as lições do golpe